



Amli Paula Martins de Miranda

**As narrativas jornalísticas sobre os animais:
o biocentrismo na contemporaneidade e o
jornalismo de referência em rede**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção
do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação
em Comunicação Social do Departamento de
Comunicação da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Leonel Azevedo de Aguiar

Rio de Janeiro
Dezembro de 2019

Amli Paula Martins de Miranda

**As narrativas jornalísticas sobre os animais:
o biocentrismo na contemporaneidade e o
jornalismo de referência em rede**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Leonel Azevedo de Aguiar

Orientador

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof.^a Lilian Saback de Sá Moraes

Departamento de Comunicação – PUC-Rio

Prof. Felipe Gomberg

Departamento de Comunicação – PUC-Rio

Prof.^a Élide Mattos Vaz

Departamento de Comunicação – Universidade Estácio de Sá

Prof.^a Aline da Silva Novaes

Departamento de Comunicação – IBMEC

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2019

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Amli Paula Martins de Miranda

Graduou-se em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, na Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), em 1988. Obteve o título de mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em 2011. Em 2015, ingressou no Doutorado no Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

Miranda, Amli Paula Martins de

As narrativas jornalísticas sobre os animais : o biocentrismo na contemporaneidade e o jornalismo de referência em rede / Amli Paula Martins de Miranda ; orientador: Leonel Azevedo de Aguiar. – 2019.

260 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2019.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Teorias do jornalismo. 3. Jornalismo de referência. 4. Infotimento. 5. Animais. 6. Biocentrismo. I. Aguiar, Leonel Azevedo de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. III. Título.

CDD: 302.23

Para minha mãe Ilma,
de força, coragem e amor ao próximo.

Agradecimentos

Ao meu orientador, professor Leonel Azevedo de Aguiar, pela amizade, pelo estímulo e pela parceria para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas da pós-graduação na PUC-Rio, pela paciência e pelos longos cafés, dividindo ideias e experiências de pesquisa.

Aos professores que participaram da Comissão Examinadora.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Comunicação Social, pelos ensinamentos e pelo apoio na evolução da pesquisa.

À equipe do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

À Patrícia Magacho, coordenadora do projeto Ação pela Felicidade na PUC-Rio, pela amizade, pelo apoio e pela oportunidade de conhecer e destacar minhas forças como mulher, jornalista, professora e pesquisadora.

Aos meus amigos e colegas da UniCarioca, pela força, pelo apoio e pela confiança em meu trabalho.

Aos meus alunos, que me ensinam, todos os dias, sobre a importância de transmitir conhecimento, valores éticos e como fazer um jornalismo honesto, livre e verdadeiro.

Aos meus amigos queridos, por todo apoio, paciência, compreensão e muitas risadas.

Aos meus pais, Miguel e Ilma (*in memoriam*), pela paciência, educação, atenção e pelo carinho de todas as horas.

A todos os meus familiares, pela compreensão das minhas ausências nos tempos da pesquisa, e que, de uma forma ou de outra, me estimularam e ajudaram nesse caminho.

Resumo

Miranda, Amli Paula Martins de; Aguiar, Leonel Azevedo de. **As narrativas jornalísticas sobre os animais : o biocentrismo na contemporaneidade e o jornalismo de referência em rede**. Rio de Janeiro, 2019. 260p. Tese de Doutorado - Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho apresenta e discute a hipótese de que o jornalismo de referência, sempre destacado nas pesquisas pelo seu compromisso com a mediação social e ação pelos direitos democráticos, busca atrair a audiência para as pautas sobre os animais através das estratégias do infotimento. Nesse contexto, esta tese faz um percurso teórico sobre a história das relações entre humanos e animais na filosofia, na literatura e no cinema; apresenta as principais formas de engajamento social e as principais manifestações legislativas da causa animal; percorre os textos clássicos do discurso biocêntrico; e analisa a relação do jornalismo com o entretenimento na rotina de seleção e produção das narrativas jornalísticas. Através da metodologia de análise de conteúdo, os resultados mostram que os discursos sobre os animais nos jornais de referência, selecionados como objetos de estudo, comprovam empiricamente o paradoxo do campo jornalístico entre o polo comercial e o ideológico. As matérias podem ser um impulso na audiência, mas também destacam a mudança de um sistema de pensamento do antropocentrismo para o biocentrismo.

Palavras-chave

Teorias do jornalismo; jornalismo de referência; infotimento; animais; biocentrismo.

Abstract

Miranda, Amli Paula Martins de; Aguiar, Leonel Azevedo de (Advisor). ***Journalistic narratives about animals: biocentrism in contemporary times and reference journalism in network***. Rio de Janeiro, 2019, p. 260. Tese de Doutorado – Departamento de Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work presents and discusses the hypothesis that reference journalism, always highlighted by research for its commitment to social mediation and action for democratic rights, seeks to attract the audience to animal stories through the infotainment strategies. In this context, this thesis makes a theoretical course on the history of the relationships between humans and animals in philosophy, literature and cinema; it presents the main forms of social engagement and the main legislative manifestations of the animal cause; it walks through the classic texts of biocentric discourse; and it analyzes the relation of journalism with entertainment in the routine of selecting and producing journalistic narratives. Through content analysis methodology, the results show that the discourses about animals in the reference newspapers selected as objects of study empirically prove the paradox of the journalistic field between the commercial and the ideological pole. The journalistic stories can be an audience boost, but they also highlight the shift from an anthropocentrism to a biocentrism system of thought.

Keywords

Journalism theories; reference journalism; infotainment; animals; biocentrism.

Sumário

1. Introdução	14
2. Os humanos e os animais: como entender essa relação	23
2.1. Os animais como sujeitos de direitos	25
2.1.1. Os animais na filosofia, na literatura e no cinema	27
2.1.2. O perfil do engajamento na defesa dos animais e as principais manifestações legislativas	47
2.2. As mudanças nas formações discursivas sobre o meio ambiente	72
2.2.1. Os caminhos históricos do discurso biocêntrico	77
3. Infotimento e jornalismo	92
3.1. As notícias são importantes ou interessantes. Podem ser os dois?..	94
3.2. Jornalismo e entretenimento: um vínculo histórico.....	116
3.2.1. Lazer, diversão, entretenimento: conceitos e reflexões.....	118
3.2.2. Jornalismo, notícia e entretenimento: uma relação complexa	127
3.2.3. Infotimento: conceitos e ideias no campo jornalístico.....	140
4. A narrativa sobre os animais no jornalismo de referência	161
4.1. A escolha do método.....	163
4.1.1. Os jornais de referência	173
4.1.2. O jornalismo em rede	177
4.2. A presença do biocentrismo e do infotimento nos jornais de referência: <i>O Globo, Folha de S. Paulo, The New York Times</i> e <i>The Washington Post</i>	185
4.2.1. As categorias das notícias sobre os animais.....	189
4.2.1.1. Violência	189
4.2.1.2. Serviços.....	192
4.2.1.3. Engajamento e mobilização	194
4.2.1.4. Direitos	197
4.2.1.5. Celebidades	199
4.2.1.6. Inusitado	202
4.2.1.7. Aventura	205
4.2.1.8. Diversão	206
4.2.1.9. Biocentrismo.....	208
4.2.2. As ocorrências das categorias nos jornais de referência	211
5. Considerações finais	220
6. Referências bibliográficas	228

Lista de imagens

Imagem 1 – Elenco principal da série Daktari, com destaque para o leão vesgo Clarence durante as gravações em 1966.....	45
Imagem 2 – Funcionário do zoológico prepara-se para fazer a autópsia na girafa Marius.	64
Imagem 3 – Notícia sobre o gato Ópera.	138
Imagem 4 – Um dos chamados <i>newspaper boys</i> , que vendiam jornais padrão <i>penny press</i>	141
Imagem 5 – Uma das matérias postadas sobre o animal espancado em Osasco (SP).	150
Imagem 6 – <i>Software</i> NVivo 12 Pro.	172
Imagem 7 – Aplicativo Evernote para PC.....	173
Imagem 8 – Barbra Streisand com seus cães de estimação clonados.	200
Imagem 9 – O Border Collie Piper na foto icônica da Internet.....	201
Imagem 10 – Coruja encara câmera de trânsito na Finlândia.	203
Imagem 11 – Simon Tofield é o criador da animação <i>Simon's Cat</i>	207
Imagem 12 – Concurso de fantasias do BloCão.	207

Lista de figuras

Figura 1 – Uma das ilustrações do assassinato de Helen Jewett, em 1836.	143
Figura 2 – Personagem de “The Yellow Kid”, de <i>Hogan’s Alley</i>	156

Lista de tabelas

Tabela 1 – Textos jornalísticos sobre animais analisados por jornal – 2018.....	212
Tabela 2 – Textos jornalísticos analisados por jornal – 2018.....	213
Tabela 3 – Categorias por jornal – 2018	214
Tabela 4 – Categorias por gêneros textuais informativos nos jornais – 2018.....	215
Tabela 5 – Categorias por gêneros textuais opinativos – 2018.....	216
Tabela 6 – Categorias por editorias – primeira parte – 2018.	216
Tabela 7 – Categorias por editorias – segunda parte – 2018.....	217
Tabela 8 – Categorias por editorias – terceira parte – 2018.	217

Lista de quadros

Quadro 1 – Autores-elenco de valores-notícia.	103
--	-----

*O homem antigamente falava
Com quem? Com quem? Com quem?
Com a cobra, o jabuti e o leão
Olha o macaco na selva
Aonde? Aonde? Ali no coqueiro!
Mas não é macaco, baby, é meu irmão!
Porém, durou pouquíssimo tempo
Essa incrível curtição
Pois o homem, rei do planeta
Logo fez sua careta
E começou a sua civilização
Agora já é tarde
Ninguém nunca volta jamais
O jeito é tomar um foguete
é comer deste banquete
Para obter a paz – aquela paz
Que a gente tinha quando falava com os animais
Quém, quem, quem
Miau, miau
Au, au, au, au
Bom dia, dona Cabrita, como é que vai?*

Jorge Mautner, “Samba dos Animais”, 1974

1. Introdução

Eu amo os animais e, como jornalista, leitora e espectadora, as notícias sobre eles me atraem. Como jornalista, reparei na grande quantidade de notícias e reportagens sobre o tema, que passou a ter mais espaço em várias mídias nos últimos anos. Podemos ver de tudo. Vídeos com momentos “fofinhos” de animais selvagens e domésticos; narrativas jornalísticas sobre risco de extinção, necessidade de preservação de espécies, maus-tratos, adoção; histórias de amor e violência entre humanos e animais; dicas de saúde, beleza e cuidados. Comecei a observar com mais profundidade as matérias e reportagens, e algumas questões surgiram. Por que as notícias sobre os animais estão ganhando mais espaço na mídia? O que determina a escolha das empresas jornalísticas por esse tipo de pauta? As notícias sobre os animais podem ser consideradas apenas entretenimento ou forma de engajamento na causa animal? Ou o entretenimento pode ser usado para fins de ativismo, a fim de despertar consciências sobre a importância dos animais como criaturas que fazem parte do mundo em que vivemos? Essa temática é tão importante quanto outras discussões consideradas mais pertinentes pela sociedade. Afinal, é fato que as notícias sobre animais rendem muita audiência e seguidores nas redes sociais de empresas jornalísticas de referência. Nesse sentido, também é importante destacar que a premissa teórica deste trabalho parte da compreensão do jornalismo como forma de conhecimento (GENRO FILHO, 1996).

A relação entre humanos e animais¹ sempre foi ambivalente e conflituosa. Desde milhares de anos atrás, quando os humanos deixaram a vida nômade e começaram a formar comunidades, surgindo a necessidade de domesticar cavalos, ovelhas, bois, vacas, porcos, cães e gatos – animais que vieram a ser conhecidos como domésticos –, pode-se destacar um misto de amor, ódio e inveja dos animais. Os seres humanos sempre consideraram os animais como propriedades e, em várias ocasiões, demonstraram ser extremamente cruéis com os que não eram

¹ Existem pesquisadores do tema, como Lourenço (2008) e Câmara (2014), que preferem usar os termos *animais humanos* e *animais não humanos* para refletir e debater sobre a dicotomia entre as espécies. Esses termos seriam preferíveis, segundo os autores, considerando a característica da animalidade por ambas as categorias. Por isso, adotam a nomenclatura *animais não humanos* para designar os animais que não são seres humanos (*nonhuman animals*). Para esta tese, a opção foi manter a dicotomia humanos/animais, porque nossas análises não incluem as discussões filosóficas e linguísticas sobre essa questão.

domesticáveis e não obedeciam às suas vontades. Contudo, essa visão está mudando. Os humanos já percebem que não são os seres mais importantes do planeta e isso pode ser considerado mais um grande golpe no antropocentrismo.

Aliás, Lourenço (2008, p. 18) destaca que a humanidade vem sofrendo “sucessivos descentramentos” ao longo da história. O primeiro deles foi a revelação da descoberta de Nicolau Copérnico, que provou que a Terra não era o centro do universo, como se pensava. O segundo golpe veio após a pesquisa de Charles Darwin, que demonstrou, de forma científica, a natureza animal do ser humano; ou seja, que as diferenças entre humanos e animais são “apenas de grau e não de categoria. Assim sendo, não ocuparíamos lugar privilegiado ou especial na ‘ordem da criação’”. O antropocentrismo sofreu o terceiro golpe com os escritos de Karl Marx e Sigmund Freud, nos séculos 19 e 20, que “questionaram a crença iluminista no ‘poder absoluto da razão’”. O autor destaca ainda neste trecho:

Marx, por meio da teoria do “materialismo histórico”, explicitou que as nossas crenças (morais, religiosas, filosóficas e políticas) e nosso comportamento são diretamente relacionados à posição social ocupada pelo indivíduo e às relações de trabalho e produção. A razão, sob essa ótica, não é inteiramente fruto da liberdade individual, mas, sim, dos valores subliminarmente incorporados pelas pessoas no jogo produtivo (“poder da ideologia”). Freud, por sua vez, representa a descoberta do inconsciente pela psicologia, de tal sorte que a razão não seria senhora absoluta da conduta humana. Grande parte do nosso comportamento seria governado e determinado por forças inconscientes (“poder do inconsciente”). (LOURENÇO, 2008, p. 18-19).

A partir dessas reflexões, podemos dizer que esta tese aborda o tema que faria parte do quinto golpe sofrido pelo antropocentrismo, ainda em andamento: a visão de outros seres vivos como sencientes; ou seja, capazes de sentir e sofrer como os humanos. É o surgimento de um sistema de pensamento que considera os animais como sujeitos de direitos. Podemos ainda dizer, nesse sentido, que os animais domésticos foram o ponto de partida para que o sistema de pensamento antropocêntrico evoluísse para o biocêntrico, o qual leva em consideração outras espécies além da nossa. Os humanos já percebem que não só os *pets*² devem ser considerados animais merecedores de todo amor, carinho e respeito. Diversas

² Ao que tudo indica, a palavra *pet* surgiu, por volta do fim do século 14, na Escócia e no norte da Inglaterra, com o sentido de animal domado. No entanto, há registros de que em 1530 ela já era usada no sentido de animal favorito, ou seja, animal de estimação. Disponível em: <https://www.inglesnapontadalingua.com.br/2010/06/qual-origem-e-o-que-mais-palavra-pet.html>. Acesso em: 15 nov. 2017.

produções contribuem para que essa mudança ocorra até em relação aos animais peçonhentos, como podemos observar pelas reações positivas aos vídeos da aranha Lucas³, no *You Tube*, por exemplo.

Falando de mídia, como abordamos no início desta Introdução, na seleção dos acontecimentos pelo jornalismo, os animais ganham cada vez mais destaque como personagens da notícia. Nesse contexto, esta tese busca mostrar que as mudanças nas narrativas jornalísticas apresentam o nascimento e o desenvolvimento de um jornalismo também focado nos animais, fato que pode refletir a mudança de uma visão antropocêntrica para a biocêntrica na contemporaneidade.

Neste trabalho, vamos investigar que, no campo do jornalismo de referência, ou seja, aquele voltado para a educação do público leitor, estão presentes as estratégias do infotimento para a seleção e a elaboração dos textos jornalísticos sobre os animais. O que justifica esta pesquisa é que há uma notável produção de narrativas jornalísticas sobre eles. São textos das mais variadas pautas, que atravessam as mais diversas editorias. É relevante mostrar que, com relação às pautas sobre animais, o jornalismo de referência usa estratégias de infotimento para atrair audiência. Esse fenômeno mostra que os animais podem ser considerados um valor-notícia no jornalismo contemporâneo.

Nesse contexto, a tese parte da seguinte problematização: o jornalismo de referência, por meio das estratégias do infotimento na cobertura da pauta sobre os animais, impacta o conteúdo produzido nas edições *on-line* e destaca os animais como um valor-notícia, contribuindo para a mudança de um sistema de pensamento antropocêntrico para o biocêntrico? Minhas hipóteses, nesse caso, seriam as seguintes: a) o jornalismo de referência, sempre destacado nas pesquisas sobre o assunto graças a seu compromisso com a mediação, a compreensibilidade, a divulgação do conhecimento e a ação pelos direitos democráticos, utiliza as estratégias do infotimento, como recursos lúdicos e divertidos, a fim de atrair e fidelizar a audiência; b) o fato de que os jornais de referência selecionam os aconte-

³ Os vídeos da aranha Lucas foram criados pelo *youtuber* Joshua Slice. O aracnídeo tem oito perninhas peludinhas e olhos bem redondos – similares aos do Gato de Botas da franquia de filmes *Shrek*, e do bichinho Mort, de *Madagascar*. Slice é responsável por *design*, modelação, manipulação, iluminação e edição dos vídeos, que são dublados por um sobrinho do *youtuber*. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2017/11/conheca-lucas-aranha-carismatica-que-provoca-ataques-de-fofura.html>. Acesso em: 9 nov. 2017.

cimentos sobre os animais como notícias importantes rebate a visão de que apenas os chamados tabloides⁴ consideram o tema como pauta; c) os jornais de referência produzem o discurso jornalístico sobre os animais por meio de critérios de noticiabilidade que selecionam acontecimentos, produzindo notícias de interesse do público, as quais também se tornam notícias de interesse público; e d) os jornais de referência refletem uma mudança no sistema de pensamento, da visão antropocêntrica para a biocêntrica, na contemporaneidade.

O objetivo desta tese é refletir sobre as questões teóricas e provar, empiricamente, que, por meio das estratégias do infotenimento nas edições *on-line* dos jornais de referência, o jornalismo pode refletir uma mudança do sistema de pensamento, antes baseado no antropocentrismo, para um sistema baseado no biocentrismo. Com a proposta de atingir essa meta, foram cumpridos os seguintes objetivos específicos durante a pesquisa:

- a) refletir e discutir sobre a história e a evolução da relação entre seres humanos e animais, sobre os animais como sujeitos de direito e sobre as linhas de pensamento acerca da proteção dos animais, a partir da revisão da literatura sobre o tema;
- b) refletir e discutir, a partir de revisão da literatura, sobre as relações entre notícia e entretenimento, bem como suas influências na história do jornalismo;
- c) refletir e discutir sobre os conceitos de entretenimento, infotenimento e *fait divers* para entender a cobertura jornalística sobre os animais;
- d) verificar o uso das estratégias do infotenimento nas notícias sobre os animais e como elas impactam a produção desse tipo de conteúdo;
- e) analisar os textos jornalísticos dos gêneros informativo e opinativo em busca das características do infotenimento nos jornais de referência escolhidos como objeto de estudo: os brasileiros *O Globo* e *Folha de S. Paulo* e os norte-americanos *The Washington Post* e *The New York Times*;

⁴ Originariamente, essa palavra significava “jornal com formato quadrado”, para se distinguir de outros periódicos. Com o tempo, entretanto, passou a ser sinônimo de jornais sensacionalistas, escandalosos.

- f) caracterizar os textos jornalísticos pesquisados no jornalismo de referência, mostrando que os animais podem ser considerados um novo valor-notícia nas edições *on-line*, a partir da análise de conteúdo comparativa.

A estrutura da tese é formada por: Introdução, três capítulos (com seus subcapítulos) de desenvolvimento, Considerações Finais e Referências Bibliográficas.

No primeiro capítulo, propomos uma revisão teórica sobre várias visões e perspectivas acerca da relação entre humanos e animais, usando o trabalho de filósofos, escritores e cineastas de várias épocas. As obras usadas mostram que, apesar de todas as atribulações nas questões políticas e econômicas de nossa sociedade, as relações entre humanos e animais estão evoluindo para melhor. Os animais deixam de ser considerados apenas bestas que servem para o trabalho mais pesado ou como alimento. Nas obras de filósofos, escritores e cineastas, ao longo do tempo, pode-se observar o estreitamento dessas relações de amizade entre espécies diferentes. Autores como Ronecker (1997), Olsenius (2002), Derrida (2002), Marcondes (2004), Lourenço (2008) e Câmara (2014) apresentam reflexões e histórias sobre a evolução dessas relações. A noção dos animais como sujeitos de direitos e as formas de engajamento sobre a causa animal são apresentadas e discutidas a partir das ideias de autores como Tester (1991), Ferry (1994), Kean (1998), Voltaire (1984), Bentham (1984), Ryder (2000), Anderson (2004), Allen (2005) e Singer (2010). E a trajetória histórica do biocentrismo, para entendermos como a mídia reflete mudanças no sistema de pensamento cultural, político, econômico e filosófico, é mostrada por meio de pesquisadores e filósofos como Naess (1973), Lovelock (1987, 1990, 1991), Foucault (1999), Zimmerman (1983), Devall e Sessions (1985), Thoreau (1986a, 1986b).

Em seguida, no segundo capítulo, foi realizada uma revisão teórica sobre conceitos e discussões acerca da hipótese do *newsmaking* e dos critérios de noticiabilidade para a avaliação e a pesquisa empírica dos valores-notícia ligados às pautas sobre os animais no jornalismo de referência. Esse é o momento da tese que foca na discutida contradição entre os dois critérios substantivos da noticiabilidade, a importância e o interesse da notícia, na análise de autores das teorias do jornalismo, como Galtung e Ruge (1965), Tuchman (1978), Golding e Elliot

(1979), Gans (1979), Bourdieu (1997), Breed (1999), Soloski (1999) e Kunczik (2002), Kovach e Rosenstiel (2003), Aguiar (2009a, 2009b, 2014a, 2016), Schudson (1999, 2010), Michael Wolf (2012), Traquina (2013).

Afinal, o discurso focado no jornalismo de sensações, emoções, sensorial, no caso das notícias sobre animais, pode mobilizar a audiência tanto para as questões de interesse público (dentro dos ideais da concepção racionalista, positivista, do jornalismo) quanto para o interesse do público (os acontecimentos insólitos, o entretenimento). O capítulo aborda ainda a história do jornalismo e suas relações com o sensacionalismo e o entretenimento. Conta a perspectiva histórica da origem do sensacionalismo e apresenta os conceitos de *fait divers* e entretenimento (ou *entertainment*). Nesse percurso histórico e teórico, o capítulo também aborda a criação do termo “infotainment” (ou *infotainment*), composto da fusão do próprio entretenimento com a palavra “informação”, a partir da visão de autores como Trigo (2003), Gabler (1999), Debord (1997), Barthes (1964), Adorno e Horkheimer (2000). Esse capítulo apresentará ainda o ideal moderno de jornalismo como dispositivo de conscientização política unido à capacidade de distrair, divertir e entreter, o qual ganhou apelidos como “transgênico” (MARSHALL, 2003) e “cor-de-rosa” (KURTZ, 1993). Destaca-se aqui também como se dividem as opiniões de diversos autores das teorias do jornalismo que avaliam o infotainment a partir de duas vertentes: educativa e sensacionalista.

O terceiro capítulo vai detalhar as etapas da pesquisa e a metodologia escolhida, que é a análise de conteúdo. Neste trabalho, a análise de conteúdo é essencial para confirmar ou não a tese de que o jornalismo de referência, sempre destacado nas pesquisas sobre o assunto pelo compromisso com a mediação, a compreensibilidade, a divulgação do conhecimento e a ação pelos direitos democráticos, utiliza as estratégias do infotainment como recursos lúdicos e divertidos para atrair e fidelizar a audiência. O fato de que os jornais de referência reservam cada vez mais espaço para esse tipo de notícia pode rebater a visão de que os veículos de comunicação que investem mais no entretenimento não fariam um jornalismo sério.

As redes sociais se apresentam como cenário perfeito para a disseminação de notícias e imagens sobre animais, imagens essas que apresentam inúmeras situ-

ações inusitadas envolvendo seres humanos e animais. E esses animais não são mais apenas *pets*, mas outros animais selvagens, que se tornam também amigos dos humanos. Podemos observar isso por meio dos textos jornalísticos na versão *on-line* dos jornais de referência apresentados e pesquisados neste trabalho. O *corpus* a ser analisado compõe-se das 518 notícias sobre animais divulgadas em 2018 e pesquisadas nos acervos *on-line* dos seguintes veículos: *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *The Washington Post* e *The New York Times*. A escolha do ano foi motivada por ser o aniversário de 40 anos da elaboração da Declaração Universal dos Direitos dos Animais pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), assinada em 1978, na cidade de Paris.

Esta pesquisa foi realizada por meio de análises qualitativas e quantitativas, utilizando-se da análise de conteúdo do aplicativo Evernote e do *software* NVivo, desde o fichamento das referências até a contabilização e a análise das notícias. Para justificar a escolha metodológica, abordamos o conhecimento de autores como Bauer (2002), Herscovitz (2010), Fonseca Júnior (2011), Weber (1990) e Krippendorff (1990). Na escolha pelos jornais de referência como objeto de estudo, destacamos a visão de autores como Zamin (2014), Márcia Amaral (2004), Gomis (1987, 2008), Emediato (1996), Imbert e Vidal-Beneyto (1986), Imbert (1986, 1987, 1992).

Como serão pesquisados os textos da versão *on-line* dos jornais, foi escolhido o conceito de jornalismo em rede (HEINRICH, 2011) para o entendimento da dinâmica produtiva dos veículos nas narrativas sobre os animais. Para o complemento do percurso teórico sobre o jornalismo, sua relação com a Internet e a convergência midiática no campo jornalístico, serão consultadas as pesquisas de diversos autores e suas relações com o tema: Jenkins (2009), Bourdieu (1997), Amlí Paula Martins de Miranda (2011), Recuero (2009), Lévy (1993, 1999), Castells (1999, 2003), Castells e Cardoso (2005), Machado (2000), Canavilhas (2001, 2004, 2006, 2007, 2012a, 2012b, 2014), Mielniczuk (1998, 2003, 2004), Massey e Levy (1999), Schultz (1999), Deuze (2001), Jim Hall (2001), Silva Júnior (2001), Palácios (2003a, 2003b), Fábio Henrique Pereira (2003), Matheson (2004), Adghirni (2004), Rodrigues (2009) e Barsotti (2014a, 2014b, 2017), entre outros.

A premissa é mostrar, a partir da análise dos textos, que os animais podem ser uma pauta transversal que atravessa as mais diversas editorias dos jornais de referência, os quais usam as estratégias do infotenimento para atrair o público. Dentro do valor-notícia “notoriedade”, que antes era atribuído às autoridades e celebridades, os animais são considerados notáveis na pauta diária de várias editorias. Para provar empiricamente essa discussão teórica, serão pesquisadas as narrativas jornalísticas dos gêneros informativo e opinativo sobre animais, de acordo com categorizações abordadas por Marques de Melo (1985, 2003, 2009) e Francisco de Assis (2010) que abrangem as notas, notícias, reportagens, entrevistas, artigos, colunas e editoriais em várias editorias das versões *on-line* dos jornais de referência escolhidos como objetos de estudo.

Para isso, foram criadas categorizações a partir dos valores-notícia “interesse” e “notoriedade”. Após seleção e leitura de notícias sobre os animais, propomos e acreditamos que será possível identificar as seguintes categorias: aventura, biocentrismo, celebridades, direitos, diversão, engajamento e mobilização, inusitado, violência e serviços, as quais serão conceituadas e exemplificadas por meio de notícias.

A partir da identificação dessas categorias nas notícias sobre animais coletadas e analisadas, a proposta é avaliar se é possível identificar que as versões *on-line* dos jornais de referência apresentam critérios de noticiabilidade de notícias importantes, ou de interesse público, e interessantes, ou de interesse *do* público, como o entretenimento, para a seleção dos fatos. Isso mostra que, pelo menos nas pautas sobre animais, podemos ainda identificar que o jornalismo de referência utiliza as estratégias do infotenimento para atrair a audiência sobre a causa animal.

A análise das narrativas jornalísticas sobre os animais pretende destacar mais uma fase importante na história da relação deles com os humanos. Os textos jornalísticos mostram que a visão do ser humano sobre o animal, uma criatura domesticada apenas para servir aos humanos, está mudando. A pauta sobre os animais demonstra e comprova, empiricamente, o paradoxo do campo jornalístico, entre o polo comercial e o ideológico. Os textos jornalísticos podem ser um impulso na audiência, mas destacam a emergência do biocentrismo, apresentando a concepção oposta ao antropocentrismo, que mostra a humanidade como foco da

existência. Esta tese busca provar a contribuição de um jornalismo, que podemos denominar “biocêntrico”, na mudança do sistema de pensamento da sociedade contemporânea.

Nesse contexto, uma das contribuições da tese para os estudos do jornalismo é a proposta de formulação das principais características, perspectivas teóricas e categorizações de um jornalismo biocêntrico, o qual faz parte da história do jornalismo ambiental, criando uma narrativa própria e envolvente que nos apresenta uma possível evolução no pensamento – considerar que os humanos também são responsáveis pela segurança e o bem-estar de todas as espécies, as quais, por sua vez, são igualmente importantes no planeta Terra. Ou seja: o jornalismo biocêntrico reflete, pela produção das suas narrativas, a mudança de um sistema de pensamento da sociedade contemporânea.

Alguns pesquisadores podem argumentar que o jornalismo ambiental abarca também a causa animal. Nesse caso, poderiam indagar por que se discutir sobre a existência de um jornalismo biocêntrico. Contudo, não buscamos aqui criar mais uma especialização, exatamente. A proposta é, a partir de todo o percurso teórico e da análise do conteúdo dos textos, destacar o papel do jornalismo nas mudanças culturais, econômicas, políticas e sociais e, com as transformações na prática jornalística, graças às novas tecnologias de informação e comunicação, seu papel no conhecimento e no debate sobre o engajamento na causa animal. Os pensamentos filosóficos e científicos a serem abordados neste trabalho podem ser a causa de como a narrativa na imprensa tem a possibilidade de incentivar uma evolução progressiva na inspiração de várias mudanças nas relações entre humanos e animais. Esse tipo de jornalismo seria o difusor de uma mudança mais profunda no sistema de pensamento da sociedade contemporânea: como viemos destacando, a mudança da visão antropocêntrica para a biocêntrica. Isto é, o campo do discurso jornalístico sobre os animais traz reflexões cada vez mais profundas sobre essas mudanças, sobretudo com a força do infotimento, o qual, pelo uso de estratégias para despertar o interesse do público, coloca em evidência questões de interesse público que envolvam a sobrevivência de todas as espécies do nosso planeta.

2. Os humanos e os animais: como entender essa relação

Uma das mais belas histórias sobre a fidelidade dos animais aos humanos é a do cão de caça Argos. Ela está na *Odisseia*, de Homero, escrita no século 8º a.C. Argos era o cão de Ulisses, o herói grego que, após passar 10 anos na Guerra de Troia, levou mais 10 anos tentando voltar para casa em meio a aventuras e perigos. Quando chega ao seu lar, a cidade de Ítaca, descobre que seu palácio foi tomado e outros homens desejavam sua mulher, Penélope, que todos achavam estar viúva.

Ulisses, então, resolve se passar por um mendigo para espionar e avaliar quem merecia sua lealdade ou a morte. Quando chega ao palácio, irreconhecível em seu disfarce, encontra um velho galgo doente e sujo sobre um monte de esterco. Ulisses reconhece o cão. Era Argos, o galgo que ele deixou ainda pequeno quando partiu para Troia. A cena de encontro traz um dos versos mais belos da obra de Homero:

Esquecido agora, na ausência do dono, diante do portal do palácio, Argos permanecia a vigiar, quase cego, coberto de sarna e pulgas. Ele reconheceu Ulisses no homem que chegava e, movendo o rabo, baixou as duas orelhas: faltavam-lhe forças para correr em direção ao dono. Ulisses o viu, voltou a cabeça e, tocado por sua aparência, verteu uma lágrima [...] (2014, p.1).

Ulisses fica horrorizado com a aparência de Argos e comenta o fato com o criado Eumeu, que o acompanhou na visita secreta ao palácio. Eumeu lhe responde que, há vinte anos, ninguém podia vencer Argos em uma corrida ou caçada, mas, com a ausência de Ulisses, o cão envelheceu e ficou malcuidado. Quando os dois entram no prédio, Argos suspira pela última vez e morre em silêncio, feliz em ver seu senhor novamente após todos aqueles anos.

A história de amor e amizade entre Ulisses e Argos inicia este capítulo, que tem como proposta despertar o conhecimento e as reflexões sobre as relações entre humanos e animais. O objetivo é ajudar na compreensão sobre as mudanças nessas relações, as quais podem ser observadas nas narrativas jornalísticas apresentadas pelos jornais de referência, objeto de estudo deste trabalho. A primeira seção do capítulo apresenta as ideias de alguns filósofos de diversas épocas, várias histórias publicadas em livros famosos da literatura mundial e ainda alguns filmes

de destaque na indústria cinematográfica que mostram como a visão dos humanos está mudando quando o assunto é o direito dos animais, já considerados seres sencientes. Sabemos que existem muitos filósofos, livros e filmes que abordam a muitas vezes conflituosa relação entre humanos e animais e apresentam opiniões diversas sobre essa questão. Contudo, este trabalho não é sobre filosofia, literatura e cinema e, nesse sentido, a escolha por algumas dessas citações foi guiada pela relevância de suas contribuições para esta discussão.

Neste capítulo, também serão apresentadas as fases do perfil do engajamento na defesa dos animais e algumas correntes de pensamento da causa animal. São movimentos que apresentam público heterogêneo, mas contam, em sua maioria, com ativistas do sexo feminino, das camadas sociais financeiramente mais favorecidas, de tendência liberal e desligadas de moral religiosa (ALLEN, 2005). Também serão abordados alguns conceitos das atuais correntes da causa animal, consolidadas pelo debate intelectual pós-1960: o bem-estarismo; os direitos dos animais; e a ética ambiental. As ideologias têm suas diferenças, mas todas concordam quanto à urgência nas discussões e nas mudanças no modo como nos relacionamos com a natureza, bem como quanto à necessidade de discutir sobre essas questões com a proposta de torná-las mais acessíveis para o público e promover mudanças efetivas na sociedade.

Além disso, para o entendimento acerca das mudanças na visão dos humanos sobre os animais como sujeitos de direitos, serão apresentados trechos da literatura sobre o tema e as leis de maior destaque com propostas para proteger os animais, inibindo a violência.

Iniciemos nossas reflexões com a seguinte indagação: “Afim, o que significa admitir que os animais são sencientes e que eles podem ser sujeitos de direitos e qual o caminho percorrido pelos seres humanos na busca por essas respostas?”

2.1. Os animais como sujeitos de direitos

A relação ser humano–animal possui raízes remotas e se confunde com a própria evolução humana. Historiadores e antropólogos estipulam que o primeiro contato entre humanos e lobos tenha ocorrido há aproximadamente 10 mil anos, quando se iniciou o processo de domesticação de animais e o cultivo de plantas. Isso se deu no fim do período do denominado “caçador-coletor” (época em que os humanos eram nômades e praticavam atividades extremamente predatórias, formas de exploração da natureza que, na verdade, ocorrem até hoje), na passagem para a época da produção de alimentos em várias partes do mundo. Essa mudança pode ser considerada um dos gatilhos no balanço de poderes entre animais e seres humanos.

De acordo com Olsenius (2002, p. 16), descobertas arqueológicas demonstram que um dos registros de domesticação mais antigos é o do cão. A transição do lobo (*Canis lupus*) para o cão (*Canis lupus familiaris*) data de aproximadamente 12 mil anos. Ainda segundo o autor,

o primeiro registro arqueológico de humanos interagindo com cães ou protocães⁵ encontra-se em um cemitério da mesma época (12.000 a.C.) em terras da atual Israel: um ser humano abraçado ao esqueleto de um filhote de cão. Outros indícios sugerem que os primeiros vislumbres de coexistência datam de, pelo menos, 14 mil anos atrás, ou talvez até antes, quando lobos ou cães primitivos achegavam-se aos círculos das fogueiras de caçadores-coletores nômades, sem dúvida atraídos pelo cheiro de comida (OLSENIUS, 2002, p. 16).

Esse encontro é o tema do filme *Alfa*, produção norte-americana lançada em setembro de 2018. O filme conta a história de um jovem que parte em sua primeira caçada ao lado do pai, há cerca de 10 mil anos. Após o ataque de uma manada de búfalos, o rapaz, chamado Keda, sofre um acidente e é tido como morto pelo pai e o restante da tribo. Ele sobrevive, e é então que o lobo que dá nome ao filme surge em cena. Quando tenta atacar Keda com sua alcateia, Alfa é ferido, ficando sob os cuidados do garoto, que domestica o animal. Assim, surge uma relação que mudaria o mundo em que vivemos. O filme mostra uma visão logicamente romântica desse encontro. Contudo, busca representar como a relação entre humanos e

⁵ Biólogos que estudam as fases de domesticação do lobo explicam que o começo foi a seleção inicial pela mansidão (os mais mansos), a partir dos animais que já estavam adaptados a se aproximar dos seres humanos. Então, os lobos que iam aos poucos aceitando a interação com humanos isolaram-se reprodutivamente de seus primos selvagens e tornaram-se o que se chama “protocães”.

lobos foi se desenvolvendo até evoluir para o que vemos hoje. Vale lembrar, segundo autores como Pointing (1993) e o próprio Olsenius (2002), que o primeiro animal domesticado e explorado economicamente foi a ovelha. Já a domesticação do cavalo ocorreu por volta de 3.000 a.C., trazendo modificações culturais e econômicas que fazem parte do processo evolutivo das sociedades humanas.

Os ratos foram os responsáveis pela chegada dos gatos⁶ na nossa história, entre 13 mil e 11 mil anos atrás, na atual área que abarca Egito, Palestina, Israel e o sul do Iraque. Com o advento da agricultura e os primeiros assentamentos, os roedores eram atraídos pelo alimento armazenado e, com eles, chegaram os felinos. A parceria foi selada quando os seres humanos começaram a alimentar os felinos, que faziam parte de uma espécie de gato selvagem (*Felis silvestris*), estando para os gatos domésticos de hoje como os lobos estão para os cachorros. Os gatos selvagens eram maiores, arredios e muito mais agressivos. O contato com os seres humanos foi amansando o gato selvagem, porque, como ocorreu com os lobos, os animais mais sociáveis ganhavam carinho e comida de graça. Esses gatos se reproduziram e, muito tempo depois, tornaram-se os nossos gatos domésticos (*Felis catus*).

O desenrolar dessas relações foi registrado na história pelos relatos de cientistas, filósofos, escritores e cineastas, mostrando o papel que os animais têm em nossas vidas de várias formas possíveis. Esta seção do capítulo vai apresentar uma reflexão teórica acerca das diferentes visões sobre os animais com o passar do tempo. Vai mostrar os perfis do engajamento nas lutas pelos direitos dos animais e as principais leis de proteção. A proposta é lançar as bases para a discussão sobre como os seres humanos começaram a perceber os animais como possíveis sujeitos de direitos.

⁶ COMO os gatos conquistaram a Terra. *Superinteressante*. 8 ago. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/como-os-gatos-conquistaram-a-terra/>. Acesso em: 18 ago. 2018.

2.1.1. Os animais na filosofia, na literatura e no cinema

Os povos da antiguidade tinham visões peculiares do mundo, destacadas pelas suas culturas particulares e pelas interações com processos e fenômenos da natureza. Os humanos costumam ser fascinados por algumas características dos animais, como força, ferocidade, velocidade e agilidade. Por outro lado, muitos humanos ainda submetem animais ao seu jugo, para que sirvam seus mestres nos trabalhos mais pesados ou como alimento. Nesse contexto, apesar de os animais interagirem com os humanos, ainda existe extrema ambivalência nessa relação. A disparidade dos discursos dos seres humanos sobre os animais pode ser observada de várias maneiras, como no conceito do zoomorfismo, o qual pode se relacionar com cultos religiosos que conferem às divindades o formato de animais, ou na crença popular de que humanos possam se transformar em animais (lobisomens e vampiros, por exemplo).

A ideia do zoomorfismo pode destacar qualidades ou defeitos dos humanos nas suas comparações com os animais. Do lado mais positivo, por assim dizer, destacamos o culto aos deuses do Egito antigo. Os egípcios cultuavam diversos animais por acreditarem que, pelas características já mencionadas, como força e agilidade, e por ajudarem os humanos, os animais eram a encarnação dos deuses na Terra (os gatos, por exemplo, eram personificados em Bastet, deusa da fertilidade e protetora das mulheres grávidas). Nos cultos egípcios, havia divindades personificadas (o chamado antropomorfismo) e muitas figuras que misturam características humanas e animais (antropozoomorfismo), como o deus do sol, do poder e da luz, Horus, o qual possui corpo humano e cabeça de falcão.

Já como exemplo do uso negativo do zoomorfismo, podemos citar a obra *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, um dos símbolos do Realismo-Naturalismo na literatura brasileira, cuja primeira edição foi publicada em 1890. Na obra, o autor compara personagens a animais quando se deixam levar pelos instintos. Essa característica pode ser observada no trecho em que ele descreve a personagem Rita Baiana, interesse do português Jerônimo, homem casado e trabalhador, destacando uma posição de mulher-objeto que é a total responsável pelas técnicas de sedução. Assim Azevedo a apresenta:

Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui: ela era a luz ardente do meio-dia; ela era o calor vermelho das sestas da fazenda; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que o atordoara nas matas brasileiras; era a palmeira virginal e esquiva que se não torce a nenhuma outra planta; era o veneno e era o açúcar gostoso; era o sapoti mais doce que o mel e era a castanha do caju, que abre feridas com o seu azeite de fogo; ela era a cobra verde e traiçoeira, a lagarta viscosa, a muriçoca doida, que esvoaçava havia muito tempo em torno do corpo dele, assanhando-lhe os desejos [...] (AZEVEDO, 1998, p. 48).

Esse trecho da obra nos apresenta como a zoomorfização mostra os reflexos da visão dúbia que os seres humanos têm dos animais. Vários autores discutem essa dicotomia. Derrida (2002) apresenta a perspectiva do animal livre, sem preconceitos e pudores e, por outro lado, enfatiza o ser humano, o qual ele acredita ser a espécie dominante entre os próprios semelhantes e os animais, destacando sua forma de pensar e seu poder de raciocínio, sempre com menosprezo pela visão alheia. Ronecker (1997) diz que o ser humano, por se considerar um ser pensante e racional, rejeita seu lado animal e tem vergonha dele. Afinal, segundo o autor, o ser humano “zoomorfiza” sempre com o objetivo de ferir e tornar o outro inferior aos próprios olhos. Em uma visão similar dessa relação, Garrard (2006) conclui que ser humano é animalizado pelo próprio ser humano, que subjuga os outros do seu reino.

Outro exemplo é o coelho branco em *Alice no País das Maravilhas* (CARROLL, 2013). Ele está sempre apressado, atrasado, apresentando características humanas de quem vive o cotidiano de buscas por estabilidade financeira e qualidade de vida. Na fábula, “A Raposa e Bode”, de Esopo, a raposa esconde do bode sua incapacidade de sair da situação em que se encontra e, ao ser ajudada pelo bode, deixa-o preso no poço, afirmando que a vítima era culpada por se arriscar sem pensar em uma saída.

A partir dessas ideias, vamos a uma questão já abordada por diversos pensadores e pesquisadores: “O que difere o humano do animal?” A resposta básica é: racionalidade. Somos seres munidos de inteligência, animais racionais, e, partido dessa premissa, achamos que somos superiores aos outros animais. Ronecker diz que:

Existe, sem dúvida, história muito antiga de amor e ódio entre o ser humano e o animal. Filhos do mesmo reino natural, são semelhantes e dessemelhantes. Se o

animal não esquece nem renega nada de sua essência, em contrapartida o homem tenta sem cessar expulsar da memória sua natureza animal (RONECKER, 1997, p. 17).

Sabemos que nossa capacidade de raciocinar é, algumas vezes, deturpada, quando usamos estereótipos preconceituosos para diferenciar um humano do outro por fatores como cor da pele ou condição social. Usamos isso como pretexto para empregar expressões que equiparam o ser humano a animais, na maioria das vezes, de forma pejorativa. Podemos usar as características dos animais tanto para agradar quanto para ferir e humilhar o outro. Pessoas consideradas belas esteticamente são comparadas a gatos. Quem tem muitos parceiros sexuais pode ser chamado de galinha. Traidores ou pessoas consideradas perigosas são chamadas de cobras. Assim, no imaginário humano, alguns animais têm uma perspectiva positiva e outros, negativa, o que se reflete na relação entre humanos e animais.

Na verdade, o humano, no sentido biológico, não é o ser mais valioso da natureza. Os animais possuem incríveis ferramentas de sobrevivência, como garras, espinhos, veneno e presas. Em comparação, o humano perde, pois é muito dependente. Quando nasce, não consegue caminhar ou se alimentar sem ajuda e precisa ser protegido e amparado até que seja capaz de cuidar da própria vida. Além disso, pode sofrer a mesma dependência na velhice. Podemos ser racionais, mas os animais têm inúmeras qualidades.

Humanos e animais são munidos de inteligência consciente ou inconsciente. Ronecker (1997, p. 17) complementa que o animal age por instinto, e questiona: “e o que é o instinto senão inteligência natural e inata?” Contudo, o processo evolutivo não ensinou ao humano mais respeito e empatia por outros seres vivos que fazem parte do planeta. Em suas relações sociais, os humanos se julgam superiores e ferem a natureza. O animal, por outro lado, faz uso de seus instintos como forma de sobreviver e perpetuar a espécie naturalmente.

As representações dos animais para Ronecker são diversificadas entre culturas e crenças que acentuam o simbolismo animal para o ser humano. Para o autor, “o homem é um animal evoluído e desnaturalizado, pois sua natureza reside em sua animalidade, que não bestialidade, racionalizada e desnaturalizada, mas sua animalidade natural, de suas origens” (1997, p. 17). Assim, o ser humano perpetua

uma inverdade de si, do animal que é. Soares (2017), seguindo essa reflexão, destaca a cegueira do ser humano em animalizar quem não é considerado adequado pelos padrões aceitos pela sociedade hipócrita e carente de discernimento. Isso pode explicar o porquê de muitos seres humanos ainda tratarem os animais com tanta crueldade.

A zoomorfização pode ser considerada a ponta do *iceberg* na reflexão sobre as relações entre seres humanos e animais. A filosofia também sempre lançou diversas bases para essas discussões. Podemos dizer que a visão dos filósofos da Antiguidade sobre os animais partia de um processo de sistematização do conhecimento em um universo integrado, regido por uma ordem governada pelo divino. A religião e o misticismo faziam parte do entendimento da realidade do mundo e todo conhecimento transmitido fazia parte das interações entre o profano, o sobrenatural, o religioso e a natureza. Os povos se consideravam à mercê dos deuses e do que lhes poderia ser imposto a partir de seus atos. O pensamento procurava explicar a realidade por meio da figura dos mitos, ligados a tradições culturais e folclóricas. Nesse sentido, as visões de poetas e filósofos da Antiguidade sobre os animais também eram carregadas dessas influências na busca do conhecimento. Segundo Marcondes,

[...] um dos elementos centrais do pensamento mítico e de sua forma de explicar a realidade é o apelo ao sobrenatural, ao mistério, ao sagrado, à magia. As causas dos fenômenos naturais, aquilo que acontece aos homens, tudo é governado por uma realidade exterior ao mundo humano e natural, superior, misteriosa, divina, a qual só os sacerdotes, magos, os iniciados, são capazes de interpretar, ainda que apenas parcialmente. São os deuses, os espíritos, o destino que governam a natureza, o homem, a própria sociedade. Os sacerdotes, os rituais religiosos, os oráculos servem como intermediários, pontes entre o mundo humano e o mundo divino. Os cultos e sacrifícios religiosos encontrados nessas sociedades são, assim, formas de se tentar alcançar os favores divinos, de se agradecer a esses favores ou de se aplacar a ira dos deuses (MARCONDES, 2004, p. 20).

Esse pensamento mítico se refletia também na forma como poetas e filósofos viam os animais (MARCONDES, 2004). Por exemplo, o poeta Hesíodo, contemporâneo de Homero, afirmava que os animais se devoravam porque ninguém lhes dera o senso de certo ou errado. Isso porque o senso de justiça teria sido atribuído por Zeus somente aos seres humanos. Essa colocação já mostra a clara separação entre humanos e animais, considerados seres não dotados de razão, como

os humanos. Entre os racionais, prevalece a noção de justiça; os animais irracionais são movidos apenas pela necessidade.

Os chamados filósofos pré-socráticos, também conhecidos como filósofos da natureza, buscavam entender essa relação entre humanos e animais de diversas maneiras. Entre eles, Tales de Mileto não tratou dos animais exatamente, mas destacava que todas as coisas dotadas de movimento possuem “almas” ou estão cheias de “deuses”. Ou seja: Tales, pode-se dizer, queria destacar que mesmo o que não é humano pode ser tocado pela divindade suprema, porque faz parte das coisas que acontecem no mundo. Anaximandro, um dos discípulos de Tales, apresentou especulações interessantes sobre a origem dos humanos e dos animais. Segundo o historiador grego Plutarco⁷ *apud* (BARNES, 2003, p.86)

diz Anaximandro que os primeiros animais nasceram na umidade, envoltos em cascas espinhosas. À medida que cresciam, avançavam para partes mais secas, rompia-se a casca e, por um breve período de tempo, viviam uma espécie diferente de vida. (BARNES, 2003, p.86)

Ainda de acordo com Plutarco (ibidem): “[...] assim Anaximandro tendo declarado serem os peixes a um só tempo pais e mães dos homens, clama para que não nos alimentemos deles.”

Mais adiante no tempo, um dos filósofos da chamada Escola Italiana, que prenuncia o surgimento da lógica e da metafísica, Pitágoras, defende a concepção de imortalidade das almas e da possibilidade de sua transmigração, também chamada *metempsicose*. A palavra faz parte da doutrina filosófica que sustenta ser possível que uma mesma alma, depois de um período no império dos mortos, volte a animar outros corpos de seres humanos e animais até sua completa purificação aos olhos dos deuses. Essa é uma ideia que inicia uma reflexão sobre a possibilidade de que seres humanos e animais, ao menos no plano espiritual, estejam em intercâmbio e igualdade. Pitágoras afirma que todos os seres vivos estão em um mundo de que todos fazem parte igualmente.

⁷ Plutarco escreveu “*De Esu Carnium*” (ou “Do Consumo da Carne”) no século 1º, texto que integra uma de suas obras mais importantes, *Moralia*. É desse texto uma das frases mais eloquentes em favor do vegetarianismo: “A bem de um bocado de carne, privamos uma criatura inocente do sol e da luz, e daquela porção de vida e tempo que ela veio ao mundo para desfrutar.” (BARNES, 2003, p.86)

Já Sócrates, que não deixou seus pensamentos por escrito, mas cujo pensamento aparece em vários relatos expostos nas obras de seus discípulos Platão e Xenofonte, mostra ideias marcadas pelo antropocentrismo. Ele acreditava que o único propósito dos animais é o de servir ao ser humano, princípio do qual se originam as leis morais. Nesse caso, o ser humano é o único que pode conduzir as questões relativas à verdade, constituindo a primeira manifestação do que foi chamado “antropocentrismo teleológico”. Essa linha de pensamento, conforme se pode observar nos textos de filósofos, destaca a ideia de que tudo o que existe na natureza tem o propósito de servir ao ser humano.

Platão, discípulo de Sócrates, alinha-se com a visão do mestre sobre os animais. Em sua obra *A República*, apresenta uma espécie de hierarquia de almas, afirmando que os animais, os escravos e as plantas possuiriam como que uma alma primitiva mortal, situada no tórax. Seria uma alma irracional, que poderia entender e assimilar comandos básicos. Apenas os humanos teriam uma alma imortal racional, localizada na cabeça, sede da razão e caminho para a conexão com a espiritualidade ou com o divino. A partir desse pensamento, ser semelhante aos deuses é o caminho para a perfeição moral, a qual era considerada impossível para escravos, crianças e, possivelmente, animais.

Outro filósofo na linha do antropocentrismo é Aristóteles. Ele afirma que os animais servem para benefício dos humanos, porém não nega a natureza animal do ser humano, o qual denomina animal racional. Acredita que mesmo havendo comunhão de certas características entre animais e humanos, isso não é suficiente para gerar igualdade de tratamento entre eles. O ser humano é o único que pode ser semelhante aos deuses por meio da contemplação. Quanto aos animais, segundo o filósofo, os de vida curta seriam os mais difíceis de observar e estudar. Já aqueles de vida mais longa poderiam proporcionar mais conhecimento e deteriam, ainda, faculdades correspondentes às reações do espírito, como inteligência, estupidéz, coragem, covardia, doçura e ferocidade. Aristóteles admitia que alguns possuísem certa capacidade de aprendizagem, por conseguirem captar diferenças entre os sons e sinais. Mesmo assim, o filósofo não considerava os animais como criaturas que poderiam sentir como os humanos, porque:

Uma parte da vida dos animais é, portanto, consagrada ao processo da reprodução, enquanto outra se reporta à alimentação. De fato, é em relação a estes dois objetivos que todo o seu programa de vida se organiza. As preferências alimentares variam sobretudo de acordo com a matéria de que os animais são constituídos, já que é a partir desta matéria que o crescimento de cada um se efetua naturalmente. O que é conforme com a natureza é agradável, e todos os seres procuram o prazer que melhor se concilia com a sua natureza (ARISTÓTELES, 2008, p. 77).

Ainda mais à frente no tempo, o filósofo Descartes (2004) também apresentou características antropocêntricas em sua narrativa sobre os animais no livro escrito em 1641, *Meditações*. Segundo ele, os animais não têm alma e maus-tratos não estão errados, sustentando a tese de que os animais são meros autômatos, em oposição à visão escolástica⁸ segundo a qual toda criatura viva é dotada de alma. O fato implica uma série de hierarquias e análises sobre a existência de partes vegetativas, sensitivas e racionais da alma. Essas partes seriam responsáveis por todo o comportamento das criaturas vivas, algo que Descartes negava, porque, por outro lado, teria que identificar as expressões dos animais, por exemplo gemidos e choro, como sensações. Ou seja, o filósofo acreditava na tese de que tanto o comportamento corporal do ser humano (que ele chama de homem-máquina) quanto o comportamento do animal podem ser explicados em termos puramente mecânicos e, assim, seria desnecessário recorrer a conceitos como alma. Sobre a impossibilidade de atribuir sensações aos animais, Descartes negava a eles os maiores níveis de sensação – a consciência e o juízo (a senciência seria impossível para os animais), o que seria a negação do sofrimento. Os animais só apresentariam os primeiros e incipientes níveis de sensação, que envolvem apenas estímulos e movimentos corpóreos. A partir desse pensamento, nas *Sextas Objeções*, nas quais responde a cartas com os comentários de seus adversários sobre suas *Meditações*, ele declara:

[...] aqueles que me objetam afirmam que não acreditam que o modo como os animais funcionam possa ser explicado por meios mecânicos sem recurso a qualquer sensação, vida ou alma. Tomo isso como querendo dizer sem recurso a pensamento; pois aceito que os animais têm o que comumente se chama de “vida” e uma alma corpórea e sensação orgânica (DESCARTES, 2000, p.21).

Ortega y Gasset *apud* (HORTA, 2017) relata um fato que ilustra bem o significado da concepção filosófica de Descartes sobre a condição animal. A história

⁸ A filosofia praticada no seio do cristianismo passou a ser ensinada em escolas a partir do século 4º. O período, conhecido como **escolástica**, perdurou até o fim da Idade Média. O filósofo de maior destaque desse período é Tomás de Aquino.

conta que, quando jovem, Fontenelle visitou o filósofo Nicolas Malebranche e presenciou uma cena curiosa e, também, muito desagradável. O visitante entrou na sala onde estava uma cadela prenhe que veio deitar aos pés de Malebranche. Com receio de que o animal pudesse incomodar os visitantes, ele expulsou a cadelinha a pauladas e deixou todos espantados com a cena. O cartesiano Malebranche estava impassível diante dos ganidos e uivos do animal. Quando percebeu que os visitantes desaprovaram sua atitude, o filósofo, discípulo ferrenho de Descartes, apontou para o animal e disse: “Não importa. É apenas uma máquina, apenas uma máquina” (GASSET *apud* CORTINA, 2009, p. 53).

Em várias passagens do *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, publicado pela primeira vez em 1755, Jean-Jacques Rousseau busca responder à seguinte questão: “qual é a origem dessa desigualdade?” Ao realizar o estudo crítico em questão, ele usa dois pilares como base para sua argumentação. O primeiro é que a instituição da propriedade privada seria um fator que poderia desencadear guerras e crimes, abalando a organização social. O segundo pilar é o conflito entre o ser humano e a natureza, que poderia acelerar o progresso, porém destruiria os recursos naturais. Nessa parte, ele também discorre sobre a distinção entre humanos e animais, opinando que o animal, mesmo que se pareça com uma máquina engenhosa, como diz Descartes, possui inteligência, sensibilidade e faculdades para se comunicar (ROUSSEAU, 2008, p. 55-56). Para o filósofo, os animais ainda superam o ser humano “na faculdade de aperfeiçoar-se”, mesmo baseados apenas nos instintos. Ele acreditava que não podemos ignorar essa questão para refletir sobre nossa discutível superioridade. A incrível passagem a seguir mostra essa visão de forma clara:

Vejo em todo animal apenas uma máquina engenhosa à qual a natureza deu sentidos para recompor-se ela própria e para proteger-se, até certo ponto, contra tudo o que tende a destruí-la ou a desarranjá-la. Percebo exatamente a mesma coisa na máquina humana, com a diferença de que nas operações do animal a natureza faz tudo, enquanto o homem contribuiu com as suas na qualidade de agente livre. Um escolhe e rejeita por instinto; o outro por um ato de liberdade. Isso faz com que o animal não possa afastar-se da regra que lhe está prescrita, mesmo quando lhe seria vantajoso fazê-lo, e que o homem dela se afaste com frequência, para seu prejuízo. Assim um pombo morreria de fome junto a um prato cheio das melhores carnes, e um gato junto a um monte de frutas ou cereais, embora ambos pudessem perfeitamente ingerir o alimento que desdenham se lhes ocorresse experimentar. Assim também os homens dissolutos se entregam a excessos que lhes causam febre e a morte, porque o espírito deprava os sentidos e porque a vontade ainda fala quando

a natureza se cala. [...] há uma outra qualidade muito específica que os distingue e sobre a qual não pode haver discussão: é a faculdade de aperfeiçoar-se. Faculdade que, ajudada pelas circunstâncias, desenvolve sucessivamente todas as outras e reside entre nós tanto na espécie quanto no indivíduo, ao passo que um animal é, ao final de alguns meses, o que será a vida inteira, e sua espécie é, ao final de mil anos, o que ela era no primeiro desses mil anos. Por que somente o homem está sujeito a tornar-se imbecil? Não é porque ele volta assim a seu estado primitivo, enquanto o animal, que nada adquiriu e nada tem a perder, permanece sempre com seu instinto? Não é porque o homem, perdendo tudo com a velhice ou outros acidentes tudo o que sua perfectabilidade lhe fizera adquirir, torna assim a cair mais baixo que o animal? (ROUSSEAU, 2008, p. 55-56).

Sabemos que os animais podem ser tão cruéis quanto os seres humanos, mas, nas reflexões de Rousseau, a crueldade dos animais com suas presas, por exemplo, é treinamento e aperfeiçoamento para a caça. Os humanos, porém, fazem isso por prazer. Nessa passagem, Rousseau expõe a animalidade presente nos humanos e como eles podem ser maus com os animais:

Os animais que você come não são aqueles que devoram outros, você não come as bestas carnívoras, você as toma como padrão. Você só sente fome pelas criaturas doces e gentis que não ferem ninguém, que o seguem, o servem, e que são devoradas por você como recompensa pelos seus serviços (ROUSSEAU *apud* NACONECY, 2006, p. 226).

Compartilhando a mesma visão sobre os animais, o filósofo francês François-Marie Arouet, mais conhecido pelo pseudônimo Voltaire, transformou o tema em verbete no *Dicionário Filosófico*, publicado pela primeira vez em 1784 (VOLTAIRE, 1984, p. 96-97). No texto, o filósofo já começava chamando de “nécios”, o mesmo que estúpidos e ignorantes, quem afirmasse que os animais eram “máquinas privadas de conhecimento e sentimento”. Ele chamava de “maquinistas” aqueles que negavam a existência da alma nos animais (uma clara alusão à filosofia de Descartes, que ele achava absurda). Em busca de provar seus argumentos, Voltaire inspirava o debate com o seguinte questionamento: “É só por ser dotado de fala que julgas que tenho sentimentos, memória, ideias?” Ou seja: só porque o animal não se comunica como os humanos seria um ser destituído de sentimentos? O texto é provocativo em todos os momentos, porque, bem ao estilo do autor, debocha do sentido de superioridade dos seres humanos, que se acham as melhores criaturas do planeta. Logo nós, os maiores destruidores do meio ambiente.

Voltaire, para afirmar seu ponto de vista, comparou cenas do cotidiano do ser humano, como a aflição de perder um objeto ou algo caro ao coração, com sensações parecidas que observamos nos animais, na seguinte passagem:

Transfere agora esse teu raciocínio, por comparação, para aquele cão que se perdeu do dono, que o procura por todos os lados, soltando latidos dolorosos, que entra em casa agitado, inquieto, que sobe e desce, percorre as casas, umas após outras, até que acaba, finalmente, por encontrar o dono de que tanto gosta no gabinete dele e ali lhe manifesta a sua alegria pela ternura dos seus latidos em pródiga alegria. Algumas criaturas bárbaras agarram esse cão, que excede o homem em sentimentos de amizade; pregam-no numa mesa, dissecam-no vivo ainda para te mostrarem as vias mesentéricas. Entras nele todos os órgãos das sensações que também existem em ti. Atreve-te agora a argumentar, se és capaz, que a natureza colocou todos estes instrumentos do sentimento no animal, para que ele não possa sentir? Dispõe de nervos para manter-se impassível? Que nem te ocorra tão impertinente contradição da natureza (VOLTAIRE, 1984, p. 96-97).

A visão de Voltaire nos mostra que os seres humanos já se preocupavam com a questão dos animais como seres que também têm sentimentos. Além disso, argumentava sobre a ignorância do humano que se sente superior, como na passagem: “Qual a origem de tantos e tão contraditórios despautérios? Do hábito que os homens tiveram de examinar e definir o que é uma coisa, antes de saberem se ela existe”. Dessa forma, quando os seres humanos pensam sobre a vida e buscam apenas as respostas que lhes convém, Voltaire já nos mostrava que a zona de conforto não existe e que precisamos mudar nossa forma de ver as outras criaturas que dividem o planeta conosco.

Na linha dos filósofos que buscaram refletir sobre os direitos dos animais, o jurista e filósofo Jeremy Bentham foi um dos últimos iluministas a propor uma filosofia moral, não apenas formal e especulativa, colocando em prática soluções para tornar a sociedade mais justa. Junto com John Stuart Mill e James Mill, Bentham é considerado o responsável pela difusão do utilitarismo, uma teoria ética que busca responder a questões relativas ao viver nos termos da maximização da utilidade e da felicidade. Ou seja: as ações são boas quando tendem a promover a felicidade pela razão e a lei. Em 1789, Bentham publicou a que é considerada sua maior obra teórica: *Uma Introdução aos Princípios da Moral e Legislação*, um texto que discutia os princípios do utilitarismo e como promover uma série de mudanças sociais por meio do bem-estar e da felicidade. Nesse texto, Bentham

escreveu um trecho que o fez ser considerado um dos escritores que ampliaram o debate sobre os direitos dos animais.

De acordo com princípios utilitaristas, Bentham (1984, p. 63), no texto, definiu ética como “a arte de dirigir as ações do homem para a produção de maior quantidade possível de felicidade em benefício daqueles cujos interesses estão em jogo”. Mostrou aí quais seriam os agentes sob o domínio dos humanos, suscetíveis de felicidade, enumerando dois grupos deles: outros humanos e animais, que são negligenciados pelos juristas e considerados “coisas”. Singer (2010) avalia que muitos filósofos e escritores já despertaram os debates e consideraram um preceito moral básico ter consideração e respeito entre os humanos. Contudo, poucos reconheceram que esses princípios também deveriam ser aplicados aos membros de outras espécies que habitam nosso planeta. Nesse sentido, o autor destaca que Bentham foi um visionário no que tange os direitos dos animais. Esta passagem revela sua antevisão das discussões e reflexões sobre o tema:

talvez chegue o dia em que o restante da criação animal venha a adquirir direitos que jamais poderiam ter-lhe sido negados, a não ser pela mão da tirania. Os franceses já descobriram que o escuro da pele não é razão para que um ser humano seja irremediavelmente abandonado aos caprichos de um torturador. É possível que um dia se reconheça que o número de pernas, a vilosidade da pele ou a terminação do osso sacro são motivos igualmente insuficientes para abandonar um ser senciente ao mesmo destino. O que mais traçar a linha intransponível? A faculdade da razão, ou, talvez, a capacidade da linguagem? Mas um cavalo ou um cão adultos são incomparavelmente mais racionais e comunicativos do que um bebê de um dia, de uma semana, ou até mesmo de um mês. Supondo, porém, que as coisas não fossem assim, que importância teria tal fato? A questão não é “Eles são capazes de raciocinar?”, nem “São capazes de falar?”, mas, sim: “Eles são capazes de sofrer?” (BENTHAM, 1984, p.63).

Esse trecho, segundo Singer (2010), foi escrito na época em que os franceses libertaram os escravos negros, os quais ainda eram tratados como animais pelo domínio britânico, e Bentham fez questão de chamar a atenção sobre como os humanos são capazes de maltratar outros seres humanos e animais da maneira mais vil e cruel. No texto, o filósofo ainda aponta a capacidade de sofrer como característica para que um ser tenha os mesmos direitos, respeito e consideração. As capacidades de sofrer e de sentir prazer são essenciais para se entender que um ser pode ter interesses e que, logicamente, o sofrimento não seria um desses interesses. Bentham, no trecho em questão, fala em direitos, porém mais no sentido de igualdade. Já a discussão sobre os direitos, em especial em relação aos animais, é

sempre polêmica. Opiniões divergentes defendem que, para ter direitos, o ser deve ser independente, ter autonomia sobre as próprias decisões, estar inserido em uma comunidade e saber respeitar os direitos dos outros. Esse tipo de colocação, porém, quando o assunto é a libertação animal se torna absurda. Isso porque, se um ser sofre, é nossa obrigação moral e ética impedir esse sofrimento. Contudo, os seres humanos, muitas vezes, ignoram esse sofrimento em prol dos próprios interesses de sua espécie. Singer, em seu livro *Libertação Animal*, explica esse comportamento, que também serve para como os humanos tratam os animais, da seguinte forma:

Os racistas violam o princípio da igualdade ao conferir mais peso aos interesses de membros de sua etnia quando há um conflito entre os próprios interesses e os daqueles que pertencem a outras etnias. Os sexistas violam o princípio da igualdade ao favorecer os interesses do próprio sexo. Analogamente, os especistas permitem que os interesses de sua espécie se sobreponham aos interesses maiores de membros de outras espécies. O padrão é idêntico em todos os casos (SINGER, 2010, p. 15).

Todavia, Jack Kornfield, no livro *Depois do êxtase, Lave a Roupa Suja: como o Coração Fica Mais Sábio no Caminho Espiritual*, destaca a figura de um homem que pode ter sido um dos pioneiros na história em garantir igualdade e direitos para outras espécies. Kornfield nos conta a história de Asoka ou Ashoka. Ele foi um imperador hindu da dinastia Máuria e reinou de 272 a.C. até morrer, em 232 a.C. É considerado um dos governantes mais sábios da história, o qual criou seu império baseado pelos princípios da interdependência.

Mandou cavar poços, estimulou o vegetarianismo e a preservação das florestas. Promulgou leis que visavam o bem-estar das pessoas e da terra. Em 242 a.C., promulgou um decreto de proteção aos animais terrestres, peixes e florestas. Pilares de pedra de 2 mil anos com editais de Ashoka ainda são encontradas em muitas localidades na Índia (KORNFIELD, 2000, p. 220).

Talvez ele tenha sido o primeiro imperador com ideias biocêntricas da história.

Além de grandes filósofos, que nos ajudam a entender as mudanças de pensamento dos humanos em relação aos animais, a literatura mundial nos oferece histórias nas quais animais são capazes de filosofar sobre a própria condição submissa aos caprichos dos seres humanos. Existem muitos exemplos dessas narrati-

vas, das fábulas à moderna ficção, de Esopo⁹ e La Fontaine¹⁰ aos clássicos da literatura brasileira, como o burrinho pedrês, de Guimarães Rosa e o cão de Quincas Borba, de Machado de Assis (ROSA, 1970; ASSIS, 2010). Todos eles, com suas qualidades e defeitos, provam ser exemplos de retidão de caráter, muito mais que os humanos. Vários escritores abordaram o tema, mas, dentre eles, vamos destacar o também jornalista e ativista Jack London, menino que nasceu pobre, trabalhou nas mais diversas profissões, foi preso por vadiagem e participou, no fim do século 19, da corrida do ouro no Klondike, área situada em Yukon, no Canadá. Essas experiências serviram de inspiração para vários de seus textos, como os elogiados *Chamado Selvagem* (LONDON, 1972) e *Caninos Brancos* (LONDON, 2014).

Originalmente publicado em 1903, *Chamado Selvagem* narra a história do cão Buck, um mestiço de São Bernardo com Pastor Escocês, desde o momento em que é raptado de seu confortável lar, uma fazenda de Santa Fé, no estado da Califórnia, para ser vendido como cão de tração e transporte de trenó no Alasca. Nesse processo, Buck desaprende as lições de civilidade, servidão e medo no mundo inóspito e violento da época da corrida do ouro. Tudo é contado por um narrador em terceira pessoa que mostra como Buck, a partir do aprendizado pela lei do porrete e da dentada, subjulga o líder e se torna o chefe da matilha de cães. No decorrer da vida de cão de transporte, Buck se depara com o que a ganância e a miséria humana são capazes de fazer com animais e seres humanos. É uma vida dura e violenta, até que Buck encontra o humano John Thornton, que o salva de morrer de cansaço e surras. A partir desse acontecimento, Buck se sente dividido entre o amor incondicional por Thornton e o chamado da natureza. Quando seu amigo humano morre em uma emboscada, Buck vinga a morte do amigo, atende finalmente o chamado selvagem do título e se junta a uma matilha de lobos selvagens, sem nunca esquecer que os seres humanos podem dobrar a vontade dos animais tanto pela violência como pelo verdadeiro amor.

⁹ Esopo foi um escritor da Grécia Antiga a quem são atribuídas várias fábulas populares. Ele é considerado pioneiro e criador das fábulas como gênero literário.

¹⁰ O escritor francês Jean de La Fontaine marcou a literatura com suas fábulas, histórias que têm geralmente animais como personagens e uma lição de moral permeando a narrativa. Entre as mais famosas estão *La Cigale et la Fourmi* (A Cigarra e a Formiga) e *Le Lion et le Rat* (O Leão e o Rato).

Em *Caninos Brancos*, publicado em 1906, London conta a história de um lobo nascido no território de Yukon durante a corrida do ouro. Capturado na floresta antes de fazer um ano de idade, é usado como animal de tração e cão de ri-nha, lutando pela sobrevivência entre cães hostis e humanos cruéis. O livro ainda guarda uma bela surpresa no final. *Caninos Brancos* é descendente do cão Buck e mostra o caminho inverso do traçado em *Chamado Selvagem*. Jack London mos-tra a história de um animal que precisa suprimir seus instintos para viver na civili-zação e é protagonista de um ato heroico que sela seu destino no mundo dos hu-manos. A selvageria de *Caninos* é vencida pelo amor. O lobo termina sua história exatamente como a de Buck começou, em uma fazenda na Califórnia.

Outro clássico da literatura que apresenta uma visão da importância dos di-reitos dos animais é o livro *Beleza Negra*, escrito por Anna Sewell e publicado em 1877 (SEWELL, 1972). A obra relata a comovente trajetória de um cavalo de ra-ça, cujo nome dá título ao livro, na Inglaterra do século 19. O foco narrativo é em primeira pessoa; ou seja, é o cavalo que narra a própria história, humanizando-a, porque traduz seus sentimentos e pensamentos como os de um humano. *Beleza Negra* conta as desventuras de sua vida, que começa em uma rica fazenda, até que, depois de ficar doente após muitos espancamentos, encontra uma boa família que o acolhe e o trata com amor e respeito.

A Revolução dos Bichos, de George Orwell, é uma obra singular no que se refere à relação entre humanos e animais (ORWELL, 2003). Segundo o próprio autor, o livro faz referência a fatos que sucederam a Revolução Comunista (1917) e a era de Stalin na antiga União Soviética. O livro, publicado no Reino Unido em 1945, apresenta uma metáfora sobre a degeneração do igualitarismo¹¹ na humani-dade por meio da vida de animais em uma fazenda, mas vai além: mostra as monstruosidades do poder totalitário e, sendo assim, é uma história de luta contra a opressão. Na fazenda do livro de Orwell, os animais se rebelam contra os huma-nos, como diz a personagem Major, um dos porcos da fazenda:

¹¹ Doutrina de filosofia e política que prega a igualdade de direitos para todos os seres humanos; o oposto de uma filosofia totalitarista.

Pouco mais tenho a dizer. Repito apenas: lembrai-vos sempre do vosso dever de inimizade para com o homem e todos os seus desígnios. O que quer que ande sobre duas pernas é inimigo, o que quer que ande sobre quatro pernas ou tenha asas, é amigo. Lembrai-vos também que na luta contra o homem não devemos ser como ele. Mesmo que o tenhais derrotado, evitai-lhe os vícios. [...] Todos os hábitos do homem são maus. E, principalmente, jamais um animal deverá tyrannizar outros animais. Fortes ou fracos, espertos ou simplórios, somos todos irmãos. Todos os animais são iguais (ORWELL, 2003, p. 10).

A visão do Major desperta reflexões sobre a maneira como tratamos os animais e até nossos próprios irmãos humanos. A luta, iniciada pelo velho porco e assumida por outros animais da fazenda, causa a tomada da fazenda, a expulsão dos humanos e a criação dos sete princípios de um fictício sistema de pensamento chamado animalismo:

Qualquer coisa que ande sobre duas pernas é inimigo. O que ande sobre quatro patas, ou tenha asas, é amigo. Nenhum animal usará roupa. Nenhum animal dormirá em cama. Nenhum animal beberá álcool. Nenhum animal matará outro animal. Todos os animais são iguais (ORWELL, 2003, p. 19).

Só que a coisa muda de figura quando os porcos que assumem o posto após a morte de Major, o trio Bola de Neve, Garganta e Napoleão, começam a se comportar como os humanos, sendo corruptos e violentos, passando a cometer os mesmos desmandos do antigo dono da fazenda. A fazenda de Orwell é um deboche, uma análise sobre a grotesca sociedade humana.

O livro *Timbuktu*, publicado em 1999, é um dos sucessos do escritor e jornalista norte-americano Paul Auster, que apresenta um cão, chamado Mr. Bones, como testemunha da miséria humana (AUSTER, 1999). Mr. Bones é amigo e confidente de William G. Christmas, um poeta e morador de rua do Brooklyn, em Nova York. Já doente, aos 40 anos de idade, Christmas é o companheiro de jornada de Mr. Bones, enfrentando os obstáculos da vida. Os conselhos do mestre para o cão (como evitar os guardas, não acreditar em palavras doces, a sociedade humana é hipócrita) remetem a metáforas da animalização do homem na luta pela sobrevivência. Toda a narrativa é baseada no ponto de vista de Mr. Bones sobre os humanos que ele encontra pelo caminho. A história segue para o fim da saga do cão que, quando morre, vai para a Timbuktu do título, o oásis dos espíritos.

O cinema também já nos mostrou vários exemplos dessas histórias de amizade, cumplicidade e amor entre animais e humanos. *Strongheart* era o nome ar-

tístico de um Pastor-Alemão macho que se tornou uma das primeiras estrelas de cinema no gênero do que seria hoje uma “celebridade” canina. Ele apareceu em vários filmes, inclusive em uma adaptação do livro *Caninos Brancos* já mencionado neste capítulo. O cão praticamente preparou o caminho para outra celebridade, mais conhecida e lembrada: Rin-Tin-Tin. Aliás, a história do primeiro cão que interpretou Rin-Tin-Tin já é uma aventura incrível. Antes de ser astro e um dos ícones da mídia, ele fazia parte de uma ninhada de cinco filhotes de Pastor-Alemão que foi encontrada por soldados da Força Expedicionária dos EUA nas ruínas de um canil alemão bombardeado. O regimento os adotou e o cabo Lee Duncan ficou com dois filhotes: um macho, que se tornou a estrela Rin-Tin-Tin, e uma fêmea, que pouco tempo depois morreu de pneumonia. A mãe e os outros filhotes foram adotados por outros membros do regimento e ninguém sabe o destino deles. A personagem apareceu em filmes e séries de TV e rádio por muitos anos (ORLEAN, 2013).

Entre outros destaques, estão as histórias de Lassie, uma cadela Rough Collie, personagem principal da história criada pelo britânico Eric Knight, *Lassie Come Home*, publicada como conto no *Saturday Evening Post* em 1938. Essa obra foi transformada em filme pela MGM (estúdios Metro-Goldwyn-Mayer) com o mesmo título, traduzido no Brasil como *A Força do Coração*. Um cão chamado Pal fazia o papel de Lassie. Desde então, foram feitos vários filmes com a personagem. Lassie é um dos três animais homenageados na famosa Calçada da Fama em Hollywood, junto com Rin-Tin-Tin e *Strongheart*.

Não só os animais domésticos foram estrelas de cinema. Temos filmes e séries com as histórias do golfinho Flipper e a história da orca libertada do cativeiro por um garotinho no filme *Free Willy*, lançado nos cinemas em 1993. A estrela era uma orca chamada Keiko que, com o sucesso do filme, inspirou uma campanha pela sua libertação do cativeiro onde era usada como atração de um parque no México. De acordo com um texto publicado no jornal *The New York Times*¹² em setembro de 2013, Keiko foi transportada para vários aquários, em diversos paí-

¹² WINERIP, Michael. The Whale Who Would Not Be Freed. *The New York Times*. 16 set. 2013.. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2013/09/16/booming/the-whale-who-would-not-be-freed.html?src=recg>. Acesso em: 20 set. 2018.

ses, como Islândia e Noruega, com a esperança de que o animal se adaptasse à vida selvagem. Keiko morreu de pneumonia em dezembro de 2003.

Várias animações¹³ também destacam o amor pelos animais, como *Bambi*, *Os Aristogatas*, *Mogli – o Menino Lobo*, *Dumbo*, *101 Dálmatas*, *Pets – A Vida Secreta dos Bichos*, *A Fuga das Galinhas*, *Procurando Nemo* e tantas outras. Algumas dessas histórias já foram lançadas no cinema em versão *live-action*,¹⁴ como *Mogli* e *Dumbo*. Não podemos nos esquecer de *Babe – o Porquinho Atrapalhado* e o clássico sucesso *Marley e Eu*, lançado em 2008 e baseado no *best-seller* do jornalista John Crogan, que relata suas memórias com seu Labrador Marley.

Existem ainda produções¹⁵ que refletem a evolução cada vez maior das relações entre animais humanos e não humanos. Entre filmes e documentários pode-se destacar *The Ghosts in Our Machine*, documentário produzido em 2013 que desperta o seguinte questionamento: “Os animais pertencem e são usados pelos animais humanos ou são seres sencientes que merecem direitos?” O filme segue os registros da fotojornalista canadense Jo-Anne McArthur em uma jornada de um ano enquanto fotografa histórias de animais na América do Norte e na Europa. Cada história é uma visão do mundo das indústrias animais globais, incluindo os setores de alimentos, moda, entretenimento e pesquisa. Podemos citar também o documentário *Give me Shelter*, uma produção dos EUA lançada em 2015 que tem como proposta a conscientização sobre questões animais importantes em todo o mundo. Ele revela o trabalho de indivíduos e organizações na proteção e no abrigo dos animais. O filme ilustra o que acontece no comércio subterrâneo do mercado ilegal de animais selvagens e exóticos, fábricas de filhotes, caça furtiva, abuso e negligência de animais, conservação, alimentos que consumimos, indústria de peles e indústria de animais de estimação.

O filme *Okja*, lançado em 2017, é uma obra que incentiva o engajamento na defesa dos direitos dos animais por meio da história de uma jovem chamada Mi-

¹³ DIA dos Animais: 10 filmes e animações para celebrar os bichos. *Revista Quem*. 4 out. 2018. Disponível em: <https://revistaquem.globo.com/Series-e-filmes/noticia/2018/10/dia-dos-animais-10-filmes-e-animacoes-para-celebrar-os-bichos.html>. Acesso em: 16 dez. 2018.

¹⁴ Termo utilizado para definir os trabalhos realizados por atores reais, ou o oposto das animações.

¹⁵ FILMES para refletir sobre a relação dos humanos com os animais. *Anda*. Disponível em: <https://www.anda.jor.br/2016/09/filmes-para-refletir-sobre-relacao-dos-humanos-com-os-animais/>. Acesso em: 23 ago. 2019.

kha. Ela arrisca tudo para evitar que uma poderosa multinacional sequestre sua melhor amiga, uma porca gigante, geneticamente modificada. A poderosa empresa, Mirando Corporation, foi a responsável pela criação da super-porca Okhja, a qual faz parte de um grupo de 26 animais espalhados pelo mundo 10 anos antes a fim de que, após esse período, um deles fosse escolhido para o abate e o aproveitamento de sua carne para consumo humano. É isso que a jovem Mikha quer impedir. O filme também aborda, além dos direitos dos animais, os problemas das mutações genéticas, o consumo de carne e outros produtos derivados de animais e a manipulação de informações pela mídia e pelas corporações da indústria da carne.

Existem inúmeras obras que envolvem a temática dos animais. As citadas até aqui foram escolhidas por representarem, de maneira inteligente, talentosa e marcante, as fases do pensamento humano sobre os animais em diversas épocas. A partir dessas reflexões teóricas, podemos dizer que essas narrativas filosóficas, literárias e cinematográficas contribuem para a formação e a percepção dos diversos estágios de mudança de um sistema de pensamento antropocêntrico para o biocêntrico na sociedade contemporânea. E os animais têm grande papel nessas transformações; estão conseguindo despertar a mudança nos humanos com uma boa ajuda da mídia e da velocidade de compartilhamento de conteúdo nas redes sociais.

Contudo, o despertar da humanidade para o entendimento de que todos os animais são importantes foi gradual. Podemos dizer que tudo começou com os *pets*, os animais mais amados, porque são domesticados e controláveis. Já os animais selvagens ficaram por muito tempo sem o amor e a simpatia reservados aos *pets*. Afinal, eles não são domesticados e muito menos obedecem cegamente a nossas ordens. Todavia, com a força do engajamento pelos direitos dos animais e a disseminação de imagens e informações na mídia, esse cenário mudou, e os animais selvagens acabaram conquistando cada vez mais o coração dos humanos.

Uma das contribuições para essa mudança de cenário, sem dúvida, foi a série *Daktari* (cujo elenco principal está representado na Imagem 1), transmitida pela rede CBS de 1966 a 1969. No Brasil, foi transmitida pela Rede Globo. Defensor ferrenho da vida selvagem, o produtor Ivan Tors, que também lançou a

série *Flipper* (1964), sobre um golfinho, e *Salty* (1974), sobre uma foca, passara anos lutando para conscientizar o público americano sobre importância da preservação das espécies animais. Quando essas questões viraram moda em Hollywood, ele estava pronto para explorar o tema na TV. *Daktari* foi produzida com esse propósito.



Imagem 1 – Elenco principal da série *Daktari*, com destaque para o leão vesgo Clarence durante as gravações em 1966.
Fonte: [Infantv.com.br](http://infantv.com.br)¹⁶.

A série *Daktari* (palavra que significa “médico” em um dos dialetos do continente africano) foi baseada no filme de 1965 *Clarence, the Cross-Eyed Lion*, com o famoso leão vesgo Clarence. O leão também foi uma das estrelas da série, e a câmera sempre mostrava seus olhos, enfatizando seu problema de visão, que o impedia de ser devolvido para a natureza. Ele é um dos animais que moram na clínica do Dr. Tracy, veterinário que vive na África e cuida de animais domésticos e selvagens. A história do Dr. Tracy foi inspirada no trabalho do Dr. A.M. “Toni” Harthoon e de esposa, Sue, que eram responsáveis pela gestão de um orfanato para animais em Nairóbi. O casal ativista realizou várias campanhas pelos direitos dos animais e foi o responsável pelo desenvolvimento das armas com dardos tranquilizantes para sedar animais antes da captura, evitando machucá-los.

¹⁶ Disponível em: <http://infantv.com.br/infantv/?p=12058>. Acesso em: 8 set. 2019.

Sabemos que, bem antes do jornalismo de referência ceder cada vez mais seus espaços para as notícias sobre animais, esse terreno foi preparado pelos produtos da indústria cultural (HOHLFELDT; MARTINO; FRANÇA, 2007), como as séries e os filmes já mencionados neste capítulo. Contudo, um grande empurrão nas mudanças foi o surgimento da mídia especializada em narrativas jornalísticas sobre animais na TV por assinatura. Podemos citar, como um dos marcos principais, a criação do Animal Planet,¹⁷ em outubro de 1996, canal de televisão com sede nos Estados Unidos e transmitido também na América Latina.

A rede, que hoje pertence à Discovery Inc¹⁸, é dedicada a séries e documentários sobre animais domésticos e selvagens. O canal era uma *joint venture* com a BBC Worldwide¹⁹ e transmitia uma programação educacional, como documentários sobre a natureza. As mudanças na programação começaram em 2008, passando a enfatizar o engajamento e a chamar a atenção do público para ações violentas e predatórias contra animais, com o aumento de documentários e *reality shows* sobre o cotidiano dos animais e suas relações com os humanos. Os últimos dados divulgados para o público até 2016²⁰ registraram mais de 90 milhões de assinantes em todo o mundo.

E esse mercado continua a crescer. Em 2019, algumas operadoras de TV paga registraram a estreia, no Brasil, de vários canais dedicados a animais, natureza, bem-estar e estilo de vida, como: o Dog TV,²¹ um canal criado para atrair a atenção dos animais domésticos; o Love Nature,²² com programação sobre animais e natureza; e o Smithsonian Channel²³ que se dedica à história natural e às belezas naturais no mundo todo e tem mais de 30 milhões de assinantes²⁴ só nos Estados Unidos.

¹⁷ Disponível em: <https://www.animalplanet.com/>. Acesso em: 8 set. 2019.

¹⁸ Disponível em: <https://corporate.discovery.com/>. Acesso em: 8 set. 2019.

¹⁹ Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/mediacentre/worldwide/>. Acesso em: 8 set. 2019.

²⁰ Disponível em: <https://www.broadcastingcable.com/content/cable-network-coverage-area-household-universe-estimates-january-2016/153590>. Acesso em: 8 set. 2019.

²¹ Disponível em: <https://www.dogtv.com/>. Acesso em: 8 set. 2019.

²² Disponível em: <https://lovenature.com.br/>. Acesso em: 8 set. 2019.

²³ Disponível em: <https://www.smithsonianchannel.com/ways-to-watch>. Acesso em: 8 set. 2019.

²⁴ Disponível em: <https://www.broadcastingcable.com/content/cable-network-coverage-area-household-universe-estimates-january-2016/153590>. Acesso em: 8 set. 2019.

A comprovada atração das pessoas por produções culturais e jornalísticas sobre animais pode ser um sinal de que a relação do ser humano com o meio ambiente esteja melhorando. Assim, podemos dizer que a arte vem contribuindo para uma longa história de lutas pelos direitos dos animais, que será apresentada a seguir.

2.1.2. O perfil do engajamento na defesa dos animais e as principais manifestações legislativas

As reflexões teóricas deste capítulo começaram com as abordagens de diversas narrativas filosóficas, literárias, cinematográficas e do infotainment que podem ter contribuído para as mudanças na visão dos humanos sobre a importância da proteção dos animais para a manutenção da vida no planeta. A lenta mudança de paradigma também pode ser notada a partir dos perfis do engajamento, com a criação de diversas entidades públicas e organizações não governamentais, e das mudanças legislativas, com a criação de leis e decretos para a defesa dos animais.

Entre os primeiros registros dessas mudanças, ainda incipientes, Ferry (1994, p. 7-9), no prefácio de seu livro *A Nova Ordem Ecológica: A Árvore, O Animal, o Homem*, a partir de pesquisas das antigas atas, narra histórias curiosas de processos que ocorreram entre os séculos 15 a 18 em toda a Europa. Segundo o autor, em 1545, os habitantes da aldeia de Saint-Julien, na França, processaram uma colônia de insetos que invadiram vinhedos da região, causando consideráveis estragos e prejuízos aos produtores. Os camponeses solicitaram a redação de uma petição por meio da qual suplicavam por providências das autoridades. Um advogado foi designado para a defesa dos “carunchos”, e os insetos ganharam a causa. Ele argumentou que “os animais citados por Deus possuíam o mesmo direito que os homens a se alimentar de vegetais”. A sentença final prescrevia “preces públicas aos infelizes habitantes, intimados a arrepender-se sinceramente de seus pecados e a invocar a misericórdia divina”. Luc Ferry cita vários processos similares, destacando o que seriam as primeiras ocorrências de “um contrato natural, de um pacto com os seres da natureza”. Ou seja: mesmo ainda em um viés antropocêntri-

co, esses seriam os registros incipientes de uma sociedade que também levaria em conta os interesses dos animais.

Ryder (2000) afirma que a primeira legislação contra a crueldade contra os animais em língua contemporânea conhecida foi aprovada na Irlanda, em 1635. Ela proibia arrancar os pelos das ovelhas e amarrar arados nos rabos dos cavalos, referindo-se a essas práticas como “a crueldade usada contra as bestas”. Em 1641, ano em que as “meditações” de Descartes foram publicadas, ressalta Wise (2000, p. 43), foi aprovado na Colônia da Baía de Massachusetts o primeiro código legal que protegia os animais na América. A constituição da colônia era baseada no texto legal *The Body of Liberties*, compilado pelo clérigo puritano Nathaniel Ward. A seção 92 determinava que: “homem algum deve exercer qualquer tirania ou crueldade para com qualquer criatura bruta que seja em geral criada para uso do homem.” Existem discussões sobre *The Body of Liberties* constituir ou não uma força da lei, mas é certo que seu texto foi pioneiro no sentido de proteger os animais.

Mais adiante no tempo, segundo Keith Thomas, no século 18 foram registrados, por exemplo, protestos contra práticas de retalhar peixes vivos ou depenar aves vivas, como ele descreve nesta passagem:

Mesmo William Cobbett, de modo geral muito realista, sustentava que fazer os animais sofrerem para melhorar o paladar humano constituía um abuso de autoridade que Deus concedera ao homem. Na última fase do século, os métodos de abate também sofreram um escrutínio crítico. O tratamento do gado no mercado de Smithfield foi posto sob vigilância legal em 1781. Em 1786, os matadouros passaram a ter que funcionar sob licença e houve muita polêmica sobre o abate com métodos mais humanos. Enquanto isso, crescia o clamor por uma legislação contra toda sorte de crueldade para com os animais. Em fins do século XVIII, algumas escolas secundárias introduziram normas contra maus-tratos aos animais; e, mesmo antes do Parlamento começar a agir, houve processos por crueldade baseados em violação de propriedade (THOMAS, 1996, p. 213).

Outro exemplo de medidas legislativas para proteção dos animais é citado por Singer (2010). O primeiro projeto de lei com proposta de proibir a luta de touros com cães foi apresentado em 1800 e rejeitado por interferir na propriedade do ser humano, ou seja, o animal. O entendimento dos que eram contra o projeto era de que, se nenhum humano fosse atingido, o poder constituído não poderia se envolver na questão. Segundo Wise (2000), em 1809, a House of Lords, ou Câmara

dos Lordes, do Reino Unido, por intermédio de Thomas Erskine, um amante da natureza, elaborou um projeto de lei que visava à proteção dos animais contra a crueldade (*wanton cruelty*), o qual também foi rejeitado. Mesmo com o empenho de Lorde Erskine, o projeto parou na House of Commons, ou a Câmara dos Comuns, do Reino Unido. Ele, porém, não desistiu e, em 1821, juntou forças com um fazendeiro irlandês e membro do Parlamento, Richard Martin, para propor uma lei que considerava crime os maus-tratos cometidos contra cavalos e outros animais de tração por carroceiros e outros proprietários. A reação dos parlamentares foi de ironia e deboche. Contudo, em 1822, finalmente foi aprovada uma lei que considerava crime os maus-tratos injustificados contra os animais domésticos, chamada Martin's Act, em homenagem a Richard Martin. Além de cavalos, ovelhas, asnos, bois e qualquer tipo de gado, foram incluídos os burros. Cães e gatos, no entanto, foram excluídos da proteção da lei. É verdade que a lei condenava os maus-tratos “injustificados” e, nesse sentido, podemos entender que os maus-tratos justificados não seriam considerados crime, mas a proposta mostrou o avanço nas manifestações legislativas em defesa dos animais.

O mais interessante no desenrolar dessas histórias é que todas essas iniciativas de debates sobre os direitos dos animais no Parlamento foram cruciais para a criação, em 16 de junho de 1824, em um café londrino que, por ironia, era um antigo abatedouro, da primeira entidade destinada ao bem-estar animal, a qual receberia o nome de Sociedade para a Prevenção da Crueldade com os Animais²⁵ (SPCA). Isso pode ser considerado também o começo das polêmicas envolvendo as ações das entidades de defesa dos animais, que começaram a ser questionadas. Mesmo que, segundo registros da época, os primeiros membros efetivos da SPCA fossem da classe trabalhadora, autores como Singer (2010), Câmara (2014) e Lourenço (2008) ressaltam que muitos dos anseios para banir os maus-tratos seriam para atender os desejos da aristocracia de disciplinar as classes menos favorecidas dentro de padrões de comportamento considerados elevados, mais convenientes com as ideias de progresso das cidades na época. Por exemplo, o combate aos maus-tratos contra os animais de tração seria uma forma de promover o uso de automóveis nas ruas das grandes cidades. Situações similares foram sendo reproduzidas, representando os cada vez mais frequentes envolvimento das entidades

²⁵ Society for the Prevention of Cruelty to Animals (SPCA).

com quem elas deveriam combater, e autores passaram a questionar a idoneidade e respeitabilidade de cada uma.

A partir dessas discussões, Singer (2010, p. 316) avalia que “é bom confiar no trabalho das sociedades de bem-estar animal”, mas questiona por que as crueldades continuam. O autor cita entidades como a Sociedade Norte-Americana para a Prevenção da Crueldade com os Animais²⁶ (ASPCA), a Associação Humanitária Norte-Americana²⁷ e Sociedade Humanitária dos Estados Unidos²⁸, nos EUA. Na Grã-Bretanha, o autor cita a Real Sociedade para a Prevenção da Crueldade com os Animais²⁹ (RSPCA). Singer elenca vários motivos para o fracasso dessas entidades na implementação de ações para combater os piores tipos de crueldades, como as cometidas em abatedouros e laboratórios de estudos científicos.

À medida que os recursos dessas organizações aumentaram, o número de membros e a respeitabilidade, perderam seu caráter radical e se tornaram parte do *establishment*. Passaram a ter estreita ligação com membros do governo, empresários e cientistas. Tentaram utilizar esses contatos para melhorar as condições dos animais, e houve algumas pequenas melhorias. Mas, ao mesmo tempo, o relacionamento com aqueles que tinham interesses básicos no uso do animal como alimento ou para fins de pesquisa arrefeceu a crítica radical que inspirou os fundadores (SINGER, 2010, p. 317).

A questão apontada por Peter Singer representa a eterna dualidade na forma como os humanos tratam os animais e o meio ambiente, determinando que animais devem ser protegidos de acordo com sua utilidade como alimento ou objeto de pesquisa. Segundo ele, não são grandes mudanças, mas mostram o reconhecimento de que animais sofrem e merecem mais respeito e consideração. Autores como Griskevicius, Tybur e van Den Bergh demonstram uma face desse tipo de relação. Eles estudaram o comportamento social das pessoas que comprem produtos chamados por eles de “ecológicos” e “pró-ambientais”. São produtos também conhecidos como *eco-friendly*³⁰. Para responder aos questionamentos, os autores argumentam que a compra desses produtos pode ser interpretada como altruísta,

²⁶ American Society for the Prevention of Cruelty to Animals (ASPCA).

²⁷ American Humane Association.

²⁸ Humane Society of the United States.

²⁹ Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals (RSPCA).

³⁰ O termo, traduzido como “amigável ao meio ambiente”, refere-se a produtos, serviços, diretrizes políticas e atitudes que tenham o objetivo de causar o menor dano possível à natureza. Ao adotar essa alternativa, um consumidor incorpora o conceito do consumo responsável no dia a dia e se compromete a identificar produtos, serviços e comportamentos de consumo que sejam de fato *eco-friendly*, sustentáveis e verdes.

uma vez que tais produtos podem custar menos e ser de qualidade inferior aos demais. Afinal, é considerado bom e correto comprar produtos ecológicos porque beneficiam o meio ambiente para todos. Os autores dão como exemplo desse raciocínio a escolha de uma marca de carro:

Olhando mais de perto os aspectos de reputação social que pode ser obtida através da conservação ambiental, considere o que uma pessoa pode comunicar sobre si mesma “ficando verde”. Ao adquirir um Toyota Prius, por exemplo, uma pessoa pode sinalizar para os outros que ele ou ela é pró-social, e não um *proself*, individual. Ou seja, em vez de comprar um carro convencional e mais luxuoso que beneficiaria apenas ele ou ela, escolhe o Prius com objetivo de beneficiar o meio ambiente para todos – mesmo que esse ato signifique renunciar ao luxo de ter um carro com mais recursos, conforto ou desempenho (GRISKEVICIUS; TYBUR; VAN DEN BERGH, 2010, p. 393).

Durante a pesquisa, a partir de centenas de entrevistas com estudantes de universidades públicas nos Estados Unidos, os autores observaram que esse altruísmo também pode funcionar como um sinal associado ao bom *status* social. O indivíduo *eco-friendly* é mais bem-visto na sociedade. Por exemplo: uma atriz de Hollywood que usa maquiagem de empresas de cosméticos que não realizam testes em animais ganha pontos com o público. Os autores ainda apontam que a noção de altruísmo também incentiva a vontade e a capacidade de incorrer em custos para o benefício de outras pessoas. A busca por *status* aumenta o desejo por produtos ecológicos e sugere que a competição por *status* pode ser usada para promover um comportamento pró-ambiental.

Diante dos questionamentos sobre essas relações e o papel dos protetores dos animais, é necessário conhecer quais são os principais perfis de engajamento e compreender as principais ideias de cada um. As narrativas são um tipo particular de ativismo, que tem como principal premissa proteção animal. Embora tais narrativas juntem vozes políticas e engajadas, são muitas vezes consideradas marginais e minoritárias e apresentam opiniões divididas sobre o tema.

O cientista político e professor Mahalley D. Allen, do departamento de Ciências Políticas da Universidade Estadual da Califórnia, pesquisa sobre as táticas e estratégias políticas do movimento contemporâneo pelos direitos dos animais nos Estados Unidos e sobre seu impacto político, explorando a história do movimento, o perfil dos ativistas contemporâneos dos direitos dos animais e a atenção

da mídia que o movimento atraiu desde 1975. O pesquisador faz comparações entre os vários tipos predominantes de ativistas da causa animal em várias épocas, consultando antigos dados estatísticos. Segundo Allen (2005, p. 27-28), esse perfil pouco se alterou nos últimos 30 anos. Na investigação do autor, esse ativista é predominantemente do sexo feminino, branco, com alto nível de instrução, faixa etária média entre 27 e 38 anos, pertencente à classe média, politicamente liberal e, em geral, desvinculado de uma vida religiosa. Em 2004, o professor iniciou a própria pesquisa sobre esses perfis quando entrevistou participantes do 19º Annual International Compassionate Living Festival, promovido na Carolina do Norte, EUA. Os resultados da pesquisa de Allen confirmam a investigação dos dados antigos.

Aproximadamente 73% dos entrevistados eram do sexo feminino, e 71% com idade entre 30 e 59 anos, sendo a idade média 50 anos. Quase 95% dos entrevistados descreveram-se como caucasianos e outros 5% como americanos nativos, asiáticos ou outra raça e etnia. Nenhum entrevistado era afro-americano ou hispânico. Os entrevistados também eram altamente escolarizados, sendo que mais de 50% deles tinham formação acadêmica ou técnica. Como se poderia esperar de um grupo de pessoas altamente escolarizadas, os entrevistados pertenciam à classe média ou alta, com 74% deles tendo uma renda familiar anual de \$ 40.000 dólares ou mais. 40% dos entrevistados se descreveram como liberais e cerca de 60% disse que a religião não era muito importante para suas vidas (ALLEN, 2005, p. 28).

Esses dados são importantes no sentido de traçarem os vínculos formados pela causa animal ao longo dos anos. Sabemos que o perfil de Allen é baseado em pesquisas feitas nos Estados Unidos, mas reflete uma linha de pensamento que se expandiu cada vez mais, especialmente a partir da evolução das tecnologias de informação e comunicação, do crescimento das redes sociais e do maior investimento da mídia de referência nas notícias sobre animais e nas iniciativas de proteção. É um longo caminho de movimentos políticos desde, como já explicamos, as primeiras manifestações legislativas consideradas de sucesso na Inglaterra vitoriana do século 19, com as reformas no tratamento dedicado aos animais. Nesse sentido, a historiadora Hilda Kean realizou um amplo estudo sobre as mudanças políticas e sociais da causa animal de 1800 até os dias de hoje. Kean (1998, p. 24) observou e constatou que “cada vez mais o modo como as pessoas tratavam os animais tornou-se um traço distintivo do ser humano e de membros de uma nova classe média e de trabalhadores respeitáveis”. Isso nos remete novamente para o trabalho de Griskevicius, Tybur e van Den Bergh (2010) sobre o *status* adquirido

pelas pessoas que defendem causas consideradas altruístas. Kean ressalta que as diversas reivindicações sobre os direitos dos animais refletiam questões também relativas ao comportamento político, social e cultural dos ativistas.

Humanitários que resgatavam animais de rua, ou deploravam o tratamento dado ao gado transportado até o abatedouro, ou erigiam bebedouros para animais sedentos revelam mais sobre as questões políticas e culturais da sociedade naquela época do que sobre o sofrimento dos animais *per se* (KEAN, 1998, p. 11).

Nesse contexto, a causa animal, foi ganhando força com o tempo, a partir da forte atuação na Inglaterra. Allen (2005, p. 12) lembra que, “em 1828, o legislativo de Nova York sancionou uma lei criminalizando a crueldade contra animais, logo seguido de Massachussets, Connecticut e Wiscosin com leis similares”. Ele destaca que, por volta de 1900, surgiram várias entidades protetoras dos animais nos EUA. Contudo, esses movimentos perderam força durante a Primeira Guerra Mundial, voltando com mais força a partir dos anos 1960, com abordagens diferentes, como vamos explicar mais adiante. Allen (2005, p. 2) lembra-nos de que, por essa época, a chamada “retórica dos direitos” estimulou um cenário de disputas de narrativas políticas e intelectuais de desafio às instituições mais convencionais, como os protestos contra a Guerra do Vietnã, pelos direitos civis, das mulheres, de proteção do meio ambiente e, nessa premissa, dos animais. Tais mudanças contribuíram para o surgimento de diversos discursos de zelo pelos animais, que ganhavam novos contornos na sociedade.

Uma das contribuições é a do psicólogo britânico Richard D. Ryder, que criou o conceito *especismo*³¹, atualmente amplamente conhecido e difundido nos discursos sobre o tema. Ryder é um dos pioneiros em apresentar essas reflexões nos jornais. Em abril e maio de 1969, publicou no jornal *Daily Telegraph* suas primeiras cartas sobre a causa dos animais. O psicólogo participou da formação do chamado Grupo de Oxford, formado por vários pesquisadores e escritores do Reino Unido, grupo que lançou as bases para discussões e debates éticos e morais sobre a libertação animal. Ryder conta que um grande passo foi dado pela roman-

³¹ Na explicação de Peter Singer: “o especismo é logicamente paralelo ao racismo e ao sexismo, no sentido de que especistas, racistas e sexistas, todos dizem: ‘Os limites do meu próprio grupo é o limite da minha preocupação. Não importa como você seja, se você é um membro do grupo, então é superior a todos aqueles que não o são.’ Os especistas beneficiam um grupo maior do que os dos racistas, e têm, assim, um círculo maior de preocupação, mas todos esses preconceitos utilizam-se de um fato arbitrário e irrelevante moralmente – o pertencimento a uma raça, gênero ou espécie – como se isso fosse moralmente crucial.” (SINGER, 2004, p.79-80).

cista feminista e ativista pelos direitos dos animais e o veganismo Brigid Brophy. Ela publicou, em 10 de outubro de 1965, no *Sunday Times*, o artigo “The Right of Animals”. Ryder cita o seguinte trecho:

A relação do *Homo sapiens* com os outros animais é de contínua exploração. Nós utilizamos seu trabalho: nós os comemos e os vestimos. Exploramos-os para servir às nossas superstições, ainda que os sacrifiquemos à ciência, e fazemos experiências em suas entranhas na esperança – ou na pequeníssima chance – de que poderemos, com isso, enxergar o presente de forma mais clara (RYDER, 2000, p. 5).

O Grupo de Oxford, seis anos depois, em 1971, continuou o trabalho com várias publicações, entre elas o livro *Animals, Men and Morals*, escrito pelos filósofos Stanley e Rosalind Godlovitch e John Harris, com a colaboração de outros autores, entre eles Richard Ryder. Naquela época, como já mencionamos, jornais como o *Daily Telegraph* passaram a publicar textos sobre a causa animal. Na década de 1970, Peter Singer e outros autores se juntaram ao grupo, incrementando a produção intelectual com edições sobre a proteção dos animais em jornais acadêmicos, como *Ethics* (1978), *Inquiry* (1979) e *Etyka* (1980) (RYDER, 2000). Foram grandes mudanças, as quais já estavam sendo acompanhadas pela mídia de referência, mas os animais ainda tinham pouco espaço nas organizações jornalísticas como personagens das notícias.

Ainda em tempos de grandes mudanças, na cidade de Paris, em 1978, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) elaborou a Declaração Universal dos Direitos dos Animais³², um documento de caráter normativo para fins de orientar as nações sobre a necessidade de leis protetivas à fauna em sua ampla diversidade. Em seus dois primeiros artigos, a Declaração já apresenta uma incipiente admissão da senciência dos animais e busca o despertar da consciência humana sobre o nosso dever de cuidar e respeitar esses seres.

Artigo 1º. Todos os animais nascem iguais diante da vida, e têm o mesmo direito à existência.

Artigo 2º.

a) Cada animal tem direito ao respeito.

³² Disponível em: <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/direitoanimais.htm>. Acesso em: 10 out. 2018.

b) O homem, enquanto espécie animal, não pode atribuir-se o direito de exterminar os outros animais, ou explorá-los, violando esse direito. Ele tem o dever de colocar a sua consciência a serviço dos outros animais.

c) Cada animal tem direito à consideração, à cura e à proteção do homem (UNESCO, 1978).

A evolução do engajamento na causa também foi marcada pela criação de outra entidade, que está entre as mais influentes do mundo quando o assunto é a proteção dos animais. Segundo Allen, na década de 1980 foi criada a maior ONG de proteção animal do mundo, People for the Ethical Treatment of Animals³³ (PETA). “Embora tenha começado lentamente com 18 membros centrais, o PETA foi de oito mil membros em 1984 para mais de 350 mil em 1991” (ALLEN, 2005, p. 17). E o crescimento continuou. Até outubro de 2019, contava com mais de 6,5 milhões de membros e apoiadores. A entidade trabalha com educação pública, investigações de crueldade, pesquisa, resgate de animais, legislação, eventos especiais, envolvimento de celebridades e campanhas de protesto. Allen (2005, p. 19) destaca que o aumento do interesse pela causa animal levou à formação de facções do movimento, caracterizado por uma “vasta diversidade de táticas e crenças individuais” que continuam se formando até hoje.

A filósofa Elizabeth Anderson, em seu texto “Animal Rights and the Values of Nonhuman Life”, destaca que os ativistas expõem diferentes valores, os quais, muitas vezes, são encontrados em três abordagens teóricas que podem ser consideradas uma espinha dorsal da evolução do movimento: o bem-estar animal, o direito dos animais e a ética ambiental.

Segundo Anderson (2004, p. 277), os “bem-estaristas”, por exemplo, “sustentam que o critério fundamental para a consideração moral é a senciência ou a capacidade de sofrer”. Ou seja: podem-se incluir dos animais vertebrados em diante. O único princípio irrevogável desse grupo seria o que nos orienta a causar menor sofrimento possível para outras espécies. Os ativistas pelos direitos dos animais têm como fundamento a noção jurídica de personalidade que “requer não apenas senciência, mas a capacidade de ter atitudes proporcionais, emoção, vontade e orientação para si próprio e para seu futuro” (ANDERSON, 2004, p. 278). Nesse posicionamento, o número de animais contemplados seria bem menor em

³³ Disponível em: <https://www.peta.org/action/>. Acesso em: 10 out. 2018.

comparação com o bem-estarismo. Outra questão é que, quando se aborda a noção de personalidade jurídica, percebemos que esses direitos são referentes tanto à integridade física quanto à moral. Os animais contemplados teriam os mesmos direitos que os humanos. Na questão da ética ambiental, a discussão se volta para “um sistema de vida, especialmente aquele natural, em oposição à parte do meio ambiente criada pelo homem” (ANDERSON, 2004, p. 278). O foco desse grupo não está nos animais como indivíduos, mas na preservação da espécie, do ecossistema ou da biosfera. Como o objetivo é mais a preservação da natureza como um todo, elementos como plantas, rios, oceanos, montes e montanhas podem ser incluídos no movimento.

Tester (1991), professor de Sociologia da Universidade de Hull, no Reino Unido, promove uma categorização parecida. No livro, *Animals and Society: The Humanity of Animals Rights*, cada uma dessas correntes do ativismo pela causa animal é representada por pensadores contemporâneos que apresentam e incentivam o debate sobre o tema: Singer (2010), Regan (2004) e Clark (1997).

No âmbito do bem-estarismo, o livro de Singer, *Libertação Animal*, utiliza como base teórica o utilitarismo e, na visão de Tester, ele parte de argumentos “poderosamente simples”. Nesse contexto, “falando de uma forma geral, o utilitarismo vincula-se ao tema central de que prazer é bom e dor é ruim. Como colocou John Stuart Mill, o utilitarismo afirma que ‘ter prazer e ficar livre da dor’ são as únicas coisas desejáveis como fins” (TESTER, 1991, p. 3). O argumento lembra a citação de Jeremy Bentham, autor já citado neste trabalho, que é uma das máximas mais aplaudidas pelos movimentos de proteção dos animais: “a questão não é ‘Eles são capazes de raciocinar?’, nem ‘São capazes de falar?’, mas, sim: ‘Eles são capazes de sofrer’” (BENTHAM, 1984). A concepção de que os animais podem sofrer envolve reflexões tanto religiosas quanto científicas, inclusive a química de seus organismos. Sobre essa questão, Singer mostra uma visão similar à de Bentham:

Quase todos os sinais externos que nos levam a inferir a existência de dor em seres humanos podem ser observados em outras espécies, sobretudo naquelas mais intimamente relacionadas a nós: os mamíferos e as aves. Os sinais comportamentais incluem contorções, contrações do rosto, gemidos, ganidos ou outras formas de apelos, tentativas de evitar a fonte da dor, demonstrações de medo diante da perspectiva de repetição e assim por diante. Além disso, sabemos que esses animais

possuem sistemas nervosos muito semelhantes aos nossos, que respondem fisiologicamente como os nossos, quando se encontram em circunstâncias em que sentiríamos dor: elevação inicial da pressão sanguínea, pupilas dilatadas, transpiração, aceleração do pulso e, se o estímulo continuar, queda de pressão sanguínea. Embora os seres humanos possuam um córtex cerebral mais desenvolvido do que o de outros animais, essa parte do cérebro está mais relacionada às funções do pensamento do que propriamente aos impulsos básicos, às emoções e às sensações. Esses impulsos, emoções e sensações situam-se no diencéfalo, que é bem desenvolvido em muitas espécies, sobretudo em mamíferos e aves (SINGER, 2010, p. 18).

A partir de uma característica do utilitarismo, Singer propõe a consideração dos interesses dos animais, que também não gostam de sentir dor, como os humanos. De acordo com a corrente de pensamento utilitarista, uma ação moralmente aceitável é aquela que, antes de ser realizada, leva em conta as consequências para todos os envolvidos. Ou, como diz Bentham:

o termo utilidade designa aquela propriedade existente em qualquer coisa, propriedade em virtude da qual o objeto tende a produzir ou proporcionar benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade (tudo isso, no caso presente, se reduz à mesma coisa, ou (o que novamente equivale à mesma coisa) a impedir que aconteça o dano, a dor, o mal, ou a infelicidade para a parte cujo interesse está em pauta; se esta parte for a comunidade em geral, tratar-se-á da felicidade da comunidade, ao passo que, em se tratando de um indivíduo em particular, estará em jogo a felicidade do mencionado indivíduo (BENTHAM, 1984, p. 4).

É mais ou menos como o lema dos Três Mosqueteiros: um por todos e todos por um. E, no contexto da proteção dos animais, a constatação de que eles sofrem exige nosso posicionamento na defesa de seus interesses. Podemos perceber essas noções nas narrativas jornalísticas sobre animais, que serão mais detalhadas no terceiro capítulo desta tese. O jornalismo tem o poder de refletir a visão que os humanos devem ter em mente, de que proteger os direitos dos animais é entender que eles sofrem. Afinal, esse entendimento pode ser o caminho para que os humanos também sejam melhores com os da própria espécie.

A filosofia utilitarista foi inspiradora para o bem-estarismo, uma divisão no movimento pela causa animal que possui posturas mais moderadas, por lutar por avanços nos planos político, jurídico e cultural, a fim de abrandar o sofrimento dos animais. No entanto, a proteção animal é um movimento dividido e as facções recebem duras críticas umas das outras. Por exemplo: os ativistas que focam no engajamento pelo direito dos animais consideram o bem-estarismo uma política de concessões e que os principais beneficiados seriam os exploradores de animais. Ou seja: consideram que o bem-estarismo une o bem-estar animal com as possibili-

dades de lucro de empresas frigoríficas e laboratórios. Câmara (2014, p. 35) cita como exemplo desses casos a entidade internacional World Society for the Protection of Animals (WSPA),³⁴ cuja linha de ação inclui campanhas de abate humanitário, contra a exportação de gado vivo a longas distâncias, por maiores cuidados com animais de transporte e outras iniciativas, como a criação da Declaração Universal do Bem-Estar Animal (DUBEA), documento criado para uniformizar a proteção animal em todo o mundo. A pesquisadora, em sua tese, ressalta que a DUBEA promove campanhas com propostas de “vincular práticas de bem-estar animal à maior lucratividade dos gestores agropecuários”, por exemplo, e destaca, nesta passagem, as ações da entidade com a mídia:

Tanta mobilização foi possível, não apenas pela rede de instituições afiliadas à WSPA, mas principalmente por um forte apelo midiático dado à campanha. Em seu material de afiliada, um documento que visa dar orientações aos protetores em esferas que vão desde a assistência veterinária ao *lobby* político, encontra-se a preocupação com a visibilidade midiática e a consciência de uma *agenda-setting*: um planejamento futuro eficaz para assegurar que você use a mídia para os propósitos de sua missão, ao invés de ser usado pela mídia para se ajustar à agenda dela. Nesse caso, para promover a DUBEA, a WSPA se valeu principalmente do apoio de celebridades como Paul McCartney, Jackie Chan, Brooke Shields, dentre inúmeros famosos (CÂMARA, 2014, p. 35).

Já o ativismo focado nos direitos dos animais debate a questão da racionalidade a partir de dois argumentos. O primeiro é que se pode refutar a total racionalidade humana a partir do princípio de que nem todos são assim (vide os insanos, os dementes etc.). O segundo argumento é que alguns animais possuem as mesmas capacidades cognitivas que os seres humanos, ou parte delas (ANDERSON, 2004), como os primatas. A noção de que os animais são dotados de consciência evoluiu a partir do advento da teoria da evolução de Darwin e se consolidou com o advento da genética. Como declara Ryder:

os geneticistas nos dizem que o ser humano é fisicamente mais próximo de um chimpanzé do que um cavalo é de um macaco. Se os animais certamente estão relacionados por meio da evolução, não deveriam todos estarem moralmente ligados? (RYDER, 2000, p. 7).

O que já abordamos acerca das manifestações legislativas sobre direitos dos animais traz alguns avanços, mas são poucos. Diversas legislações, inclusive, co-

³⁴ Reconhecida como órgão consultivo pela ONU e pelo Conselho Europeu, a WSPA é a maior federação de organizações de bem-estar animal do mundo. Conta com mais de 950 organizações afiliadas em 155 países e faz um trabalho que abrange tanto o engajamento local quanto o envolvimento mundial.

mo mais adiante será citado, a Constituição Federal de 1988, consideram os animais como bens, como propriedade. Epstein mostra que os animais sempre foram considerados objetos no sistema legislativo. Ele explica que, desde as primeiras legislações, os animais na natureza eram nomeados *res nullius* e a propriedade era definida na captura. Esse conceito era comum nas leis britânicas e romanas, com uma diferença: sob “a lei romana, se A capturasse um animal selvagem na terra de B, poderia ficar com ele; sob a lei britânica, o animal se tornava propriedade do dono do *locus in quo*” (EPSTEIN, 2004, p. 144).

As colocações de Epstein (2004) estão entre os debates sobre a mudança na visão dos animais como propriedades e despertam outros questionamentos relativos à tendência de tentar determinar os direitos dos animais a partir de uma lógica humana, pois, entre nós e os animais, existem muitas características destoantes. Alguns animais nem sequer se relacionam com os humanos ou viram um humano em toda a sua vida, como as criaturas que vivem nas profundezas dos oceanos. Nesse contexto, como trilhar um caminho na defesa animal se sempre tentarmos, por analogia, utilizar uma linguagem de direitos fundamentada na questão humana? Epstein ressalta que a ideia de nivelar os direitos animais aos direitos humanos – citando como exemplo os sistemas legais da Antiguidade, que tratavam mulheres e escravos também como propriedades e objetos, tal qual ocorria na lei romana – e avaliar todos por um denominador comum seria problemática, pois existem muitas nuances em cada legislação.

Dadas as divisões entre seres humanos, a lei voltada para as pessoas era sempre mais complexa no sistema legal antigo do que nos modernos. As normas romanas para homens em poder dos pais, para mulheres e para os insanos diferiam todas elas entre si, com particularidades importantes (EPSTEIN, 2004, p. 149).

A visão dos defensores dos direitos dos animais é marcada por uma linha que se desenha nos animais considerados mais parecidos conosco em termos de cognição, como chimpanzés e golfinhos. De acordo com Sunstein (2004, p. 12-13), ao menos, a ênfase na capacidade de pensar e de fazer planos parece fornecer uma demarcação apropriada da linha por aqueles que acreditam nos direitos dos animais em um sentido estrito. Tester (1991), porém, lembra que, por mais que existam tantas explicações filosóficas válidas para essas restrições, devemos analisar que o privilégio dado aos mamíferos e a posição ambígua em relação às ou-

tras espécies de animais, como morcegos e cobras, por exemplo, é interessante para entender que se trata da escolha humana por seres que se parecem conosco e são mais dóceis, não apenas uma questão biológica. Existem inúmeros animais que merecem nossa proteção e essa escolha não deveria favorecer apenas algumas espécies. Mesmo assim, a maior parte dos ativistas que lutam pelo direito dos animais mantém a referência na identidade humana e a classificação dos animais, além de uma escala hierárquica na política de direitos dos animais. Ou seja: quanto mais o comportamento dos animais for parecido com o nosso, mais fácil admitir e absorver que possuam desejos, intenções e um senso de si semelhantes ao nosso.

Outro ponto é a cultura política dentro da noção dos direitos modernos, no caso dos direitos dos animais, que se mantém próxima de outros movimentos, como o feminismo e o racismo. A feminista Carol J. Adams, por exemplo, do grupo *Feminists for Animals Rights*, disse o seguinte: “Eu gostaria de ver justiça social e um mundo mais compassivo, e eu sei que, para que o consumo de carne exista, os pobres, os negros e as mulheres são contratados para trabalhar em abatedouros e fazer o trabalho sujo de matar e embalar os animais” (ADAMS *apud* KISTLER, 1967, p. 15). Sunstein, para criticar e condenar a prisão e a exploração dos animais, faz uma comparação com os métodos das sociedades escravocratas, citando uma cantiga do século 19:

Se nosso comércio de escravos acabar, é o fim de nossas vidas,/Pedintes todos seremos, nossas crianças e mulheres;/Nenhum barco de nossos portos espalharia eternamente sua orgulhosa excursão,/E em nossas ruas crescería grama, onde as vacas alimentar-se-iam./De mãos dadas com os lavradores das Antilhas, membros e testemunhas de Liverpool argumentaram no Parlamento que seus escravos eram homens – de características impecáveis,/que o comércio em si não era cruel. A “Passagem do Meio”, eles diziam, era um dos períodos mais felizes da vida de um Negro. Era loucura pensar que homens cujo lucro dependia da saúde de seus escravos poderiam machucá-los. Os escravocratas fizeram um favor aos africanos; se eles não pudessem ser vendidos como escravos, então seriam exterminados e executados em casa./[...] O Primeiro Ministro Pitt resumiu os argumentos escravistas: “O sangue desses pobres negros deve continuar a ser derramado; seria perigoso acabar com algo que há tanto tempo vem acontecendo; além disso, nós temos contrato com alguns cirurgiões para liberar suprimentos de corpos humanos todos os anos, para que eles façam experimentos, e isso fazemos por puro amor à ciência (SUNSTEIN, 2004, p. 21).

Quando lemos essa cantiga, é inevitável encontrar semelhanças na forma como os humanos tratam animais como bois e vacas, que são transportados de

forma cruel em navios. Contudo, é complicado fazer esse tipo de comparação. Segundo Epstein, “a analogia é uma forma traiçoeira de argumento”, porque estender os direitos dos animais não é o mesmo que estender os direitos de pessoas brancas a pessoas negras ou direitos de homens a mulheres: “os direitos legais foram designados para servir às necessidades e interesses dos seres humanos que têm capacidades humanas normais, fazendo-se então um ajuste pobre às necessidades e interesses dos animais” (2004, p. 57).

MacKinnon, sobre a relação entre a causa animal e o feminismo, no texto “Of Mice and Men, a Feminist Fragment on Animal Rights”, destaca o seguinte: “o amor às mulheres é um avanço em relação ao ódio, a generosidade com os animais é um avanço em relação à crueldade, mas nenhum deles libertou ou reconheceu suas existências em seus próprios termos” (2004, p. 256). Isso significa, na visão da autora feminista, que é necessário romper com estruturas sociais e culturais que corroborem a opressão, não igualar oprimidos e opressores. É o caso de vídeos nas redes sociais que mostram os animais com posturas típicas de seres humanos, o que, segundo as ideias da autora, pode ser comparado a uma das estratégias do feminismo, a qual busca dominar o universo masculino por meio de um mimetismo que poderia reforçar o valor hierárquico do homem na sociedade. Ou seja: os animais teriam direitos a partir de espécies com maior envolvimento e pertencimento com os humanos. A associação entre os movimentos de defesa do meio ambiente, nos quais os de proteção dos animais estão incluídos, e os movimentos feministas pode ser observada até hoje e continua sendo estudada.

Voltando à pesquisa de Allen (2005), quando ele destaca que a maioria dos ativistas é do sexo feminino, percebemos que, nos movimentos feminista e de proteção animal, existem grupos que servem às duas causas e, muitas vezes, são atingidos pelos oponentes. Podemos ver uma relação desse tipo, por exemplo, nos discursos de ódio contra a ativista sueca Greta Thunberg, de 16 anos de idade, após seu contundente discurso na ONU sobre a importância das mudanças nos pensamentos político e econômico para a defesa dos recursos naturais do planeta Terra. Desde que ganhou destaque na mídia, Greta, diagnosticada com Síndrome de Asperger, TDAH, transtorno obsessivo-compulsivo e mutismo seletivo, foi alvo de ataques misóginos e preconceituosos.

Para compreender a raiz desses ataques, podemos citar o trabalho de uma dupla de pesquisadores da Sweden's Chalmers University of Technology, Anselm e Hultman (2014). Eles publicaram um estudo que traça a relação entre esse tipo de ataque e a identidade de gênero. Intitulado “A green fatwā? Climate Change as a Threat to the Masculinity of Industrial Modernity”³⁵, a pesquisa mostra que a ascensão da discussão sobre o meio ambiente aterroriza um tipo específico de agente social: o homem poderoso do século 20. Segundo eles, os ataques guardam motivos mais profundos, porque, quando se destaca a necessidade de providências urgentes em relação às mudanças climáticas, aos problemas ambientais e à questão dos animais nesses contextos, a sociedade moderna industrial, construída e dominada por sua forma de masculinidade, sente-se ameaçada. Essa percepção é corroborada por dados relativos aos Estados Unidos, onde estudiosos constataram que o ativismo ambiental, embora criado por homens também nos anos 1970, é considerado “feminino”.

A terceira forma de engajamento e, podemos dizer, uma das mais conhecidas e divulgadas na mídia, é a ética ambiental. Um modelo ético de pensamento muito difundido no mundo, sendo um dos assuntos mais discutidos na contemporaneidade, é a proteção animal ligada ao movimento ecológico. Nesse movimento, o animal deve ser protegido, pois pertence a um universo ambiental mais abrangente. O movimento abraça a causa animal, mas não envolve reflexões e debates sobre as peculiaridades do comportamento dos animais. A ética ambiental pode ser considerada uma forma de engajamento mais biocêntrica, uma concepção segundo a qual todas as formas de vida são importantes e a humanidade não pode ser considerada centro da existência. Essa visão, no que tange a causa animal, pode nos ajudar na interação com várias espécies, não apenas aquelas com as quais nos identificamos. Clark reforça essa ideia, defendendo que existem outros modos de enxergar os animais e a natureza. Quando encontramos uma cobra perigosa, por exemplo, em vez de reagir negativamente, com medo ou repugnância, podemos nos surpreender com sua beleza e refletir sobre seu importante papel na natureza. “Isso também é um exercício moral – ver algo como outro e diferente de nós, e não como uma criatura a ser domada ou agredida” (CLARK, 1997, p. 3).

³⁵ “O Fator Verde: Mudanças Climáticas como Ameaça à Masculinidade na Modernidade Industrial”, em tradução livre.

Outra questão que é tema de debates na ética ambiental trata de o ser humano intervir ou não no equilíbrio do mundo natural, mesmo com o objetivo de defender e preservar. Existem filósofos ambientalistas, como Nussbaum, que defendem uma certa intervenção, porque “o respeito à natureza não deve e não pode significar apenas deixar a natureza como ela é; ele deve envolver cuidadosos argumentos normativos sobre quais objetivos seriam plausíveis” (2004, p. 3). A filósofa comenta que é necessário ter uma visão menos idealizada do mundo natural e mais ponderada do ser humano, a fim de trazer mais contribuições para o equilíbrio no mundo em que vivemos. Podemos citar como exemplo o papel dos humanos na organização de espaços como safáris e zoológicos, ambientes controlados para preservação e observação dos animais. Nesse caso, podemos dizer que nem sempre a busca de um “ordenamento” do mundo animal pode ser a melhor solução.

Esse ponto, que provoca interessantes reflexões, pode ser observado a partir do episódio ocorrido no Zoológico de Copenhague³⁶ em fevereiro de 2014, quando um filhote de girafa saudável foi sacrificado para evitar a consaguinidade entre exemplares da espécie e dado como alimento aos leões. O ponto mais chocante foi que a necropsia da girafa foi feita em público, inclusive na frente de crianças (Imagem 2). Alguns, contudo, reagiram às críticas feitas ao zoológico: “O mundo está louco. Vocês acham que os leões comem repolhos?”, perguntou o jornalista Kristian Madsen, do jornal *Politiken*.

³⁶ DINAMARQUESES rebatem críticas pelo sacrifício de girafa em zoológico. *G1*. 10 fev. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2014/02/dinamarqueses-rebatem-criticas-pelo-sacrificio-degirafa-em-zoologico.html>. Acesso em: 10 out. 2017.



Imagem 2 – Funcionário do zoológico prepara-se para fazer a autópsia na girafa Marius.

Fonte: G1/AFP.

Muitos ambientalistas, no entanto, suprimem essas reflexões e mantêm uma visão mais romântica da natureza, um universo intocado que simboliza a perfeição. Clark (1997) é enfático sobre essa visão. Ele acredita que a cultura social é fantasiosa no que se refere à natureza e que o ideal libertário deve se basear na percepção de que o mundo natural se organiza a partir de redes de lealdade e dependência mútua, inclusive entre animais de espécies diferentes. Os crocodilos, que ficam de boca aberta, esperando pacientemente que pássaros comam os restos da carne em seus dentes, o que ajuda na limpeza do tártaro que causa desconforto, podem ser um exemplo, entre milhares, dessa parceria. O humano, segundo o filósofo, exclui-se dessa dinâmica, pois a ética da solidariedade não pode ser pautada a partir de uma moral humanista com bases utilitaristas, especistas ou de noções sobre um direito igualitário para humanos e animais. O tipo de interação proposta por Clark vai mais além. Segundo ele, “nossa gradual descoberta da biosfera terrestre, nossa capacidade crescente de simpatizar [...] com a miríade de organismos que levam suas vidas sem pensar em nós, também nos habilita a conceder ‘direitos’ até mesmo às criaturas que não fizeram a maioria dos contratos teóricos conosco” (1997, p. 85-86).

O trabalho do Greenpeace³⁷, que se pauta na proposta de que, “se você acredita em um mundo saudável, pacífico, digno e justo para todos, então estamos ao seu lado para alcançá-lo, seja agindo nas ruas, na Internet, em pequenas comunidades, nas grandes salas do poder ou nos locais mais remotos do planeta”, é um exemplo desse posicionamento. A ONG se define como uma “organização global e independente, que atua para defender o ambiente e promover a paz, inspirando as pessoas a mudarem atitudes e comportamentos”. As iniciativas de proteção animal se pautam nessas diretrizes, como pode verificado no caso da mobilização da ONG, em outubro de 2019, para evitar o leilão de blocos para exploração de petróleo na 16ª Rodada de Licitações de Óleo e Gás.³⁸ A Rodada de Licitações foi organizada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), teve a participação de 17 empresas do setor petroleiro, como Petrobras, Enauta Energia S.A. e mais 15 multinacionais, e ocorreu no Rio de Janeiro. Os blocos leiloados ficavam na área do Parque Nacional Marinho de Abrolhos,³⁹ o qual abriga espécies como as baleias-jubarte, que dependem da região. Todos os anos, milhares delas vão até lá para se reproduzir. Segundo o Greenpeace, a falta de interesse das empresas nas áreas livrou-as da ameaça do petróleo – pelo menos por enquanto. Alguns dos blocos, se perfurados, podem ameaçar Abrolhos e o ecossistema local, e a ONG destaca a preocupação com o “lar de várias espécies que estão em perigo”.

Enfim, todas as formas de engajamento buscam proteger os animais por meio de estratégias específicas, que nasceram a partir dos pensamentos da filosofia greco-romana e europeia que abordamos neste capítulo. Tais pontos de vista influenciam a forma de pensar sobre os direitos dos animais, incluindo a idealização e a elaboração de leis que também fazem parte da história da causa animal, leis essas que, como já destacamos, iniciaram-se na Europa e foram adotadas no

³⁷ Disponível em:

https://www.greenpeace.org/global/?utm_expid=.7V5wXuJpSkatyKcZl5R0zw.0&utm_referrer=. Acesso em: 10 nov. 2018.

³⁸ LICITAÇÕES da ANP incluem áreas de elevado potencial e nova fronteira. *Agência Brasil*. 10 out. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-10/rodada-da-anp-inclui-areas-de-elevado-potencial-e-nova-fronteira>. Acesso em: 12 out. 2019.

³⁹ BOA notícia: petróleo não vai ameaçar Abrolhos. *Greenpeace*. 10 out. 2019. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/boa-noticia-petroleo-nao-vai-ameacar-abrolhos/>. Acesso em: 12 out. 2019.

mundo inteiro. No Brasil, Ostos pesquisou a perspectiva histórica da luta em defesa dos animais. Ela conta, neste trecho, que:

a entidade pioneira no ativismo foi a União Internacional Protetora dos Animais (Uipa), criada na cidade de São Paulo, em 1895, e que existe até os dias de hoje. Composta por membros da elite paulista (políticos, juristas, professores etc.), a sociedade teve como um dos seus fundadores Ignácio Wallace da Gama Cochrane (1836-1912), que também participou da criação, em 1903, do Instituto Pasteur, de São Paulo, referência no combate à raiva (OSTOS, 2017, p. 54-55).

Desde então, o ativismo pela causa dos animais se espalhou pelo Brasil. A Sociedade Brasileira Protetora dos Animais foi criada no Rio de Janeiro, em 1907, iniciando o trabalho de proteção e abrigo de animais abandonados. Segundo a historiadora, as entidades brasileiras eram bem-organizadas e estruturadas, mesmo em comparação com as ONG da atualidade. Ela cita como exemplo a Sociedade União Infantil Protetora dos Animais (Suipa), que se estabeleceu em 1930 na cidade de São Paulo e tinha como diferencial promover a causa animal por meio da educação infantil, o que se explica pela presença marcante de professoras como sócias e colaboradoras da organização. As principais iniciativas da entidade, de acordo com Ostos, eram:

diligências em socorro aos animais abandonados, denúncia às autoridades em caso de maus-tratos, recolhimento de instrumentos que pudessem ferir os animais etc. Assim como a Uipa, a sociedade contou com a participação e o apoio de integrantes da elite paulista, garantindo, assim, espaço na mídia impressa, fundamental para a divulgação de suas iniciativas (2017, p. 55).

Quanto às principais manifestações legislativas sobre o tema no Brasil, em nosso ordenamento jurídico, o primeiro registro de norma para proteger os animais de abusos e crueldade foi o Código de Posturas de 1886, do município de São Paulo (ANDRADE, 2018). O artigo 220 previa que os cocheiros e condutores de carroça estavam proibidos de maltratar animais com castigos “bárbaros e imoderados”, prevendo sanção a multa. Afinal, desde a época da colonização, os maus-tratos contra os animais eram visíveis, uma vez que, com a utilização de cavalos, vacas e bois para o transporte de tração, de pessoas e mantimentos, eram constantes os abusos realizados pelos cocheiros. Contudo, segundo Levai:

[...] somente duas décadas após a proclamação da República é que começaram a surgir, no cenário legislativo brasileiro, as normas de proteção aos animais. O primeiro deles, de âmbito nacional, foi o Decreto n. 16.590, de 10 de setembro de 1924 (regulamento das Casas de Diversões Públicas), cujo artigo 5º vedava a con-

cessão de licenças para “corridas de touros, garraios, novilhos, brigas de galo e canários e quaisquer outras diversões desse gênero que causem sofrimento aos animais (2004, p. 30).

As iniciativas buscavam ser válidas, mas ainda mantinham (como ainda mantêm, mesmo com alguns avanços, como veremos a seguir) a visão do animal como coisa ou apenas propriedade dos humanos. É o caso do antigo Código Civil brasileiro, de 1916,⁴⁰ que definia, no artigo 593, que os animais “eram coisas sujeitas à apropriação”. Portanto, segundo o Código de 1916, o qual moldou toda a legislação que o sucedeu, os animais são coisas e propriedades, tanto que são comercializados livremente no país desde que esse comércio esteja de acordo com a Lei do Meio Ambiente. Além disso, existem disposições expressas quanto à propriedade e à comercialização das crias de animais, inclusive os domésticos, estando expresso na Portaria n. 1.138/2014 que animais domésticos estão submetidos à prevenção e ao controle de zoonoses, inclusive com submissão à eutanásia, caso a medida se mostre relevante para a saúde pública. A Lei de Contravenções Penais (3.688/41)⁴¹, em seu artigo 64, tipificou a prática da crueldade contra animais como contravenção penal: “tratar animal com crueldade ou submetê-lo a trabalho excessivo: pena – prisão simples, de dez dias a um mês, ou multa, de cem a 500 mil réis.”

O Decreto Federal n. 24.645/34⁴², em seu artigo 2º, estabelecia medidas de proteção aos animais no seguinte trecho:

aquele que, em lugar público ou privado, aplicar ou fizer aplicar maus-tratos aos animais, incorrerá em multa de **20\$000 a 500\$000** [20 mil a 500 mil réis, **grifo nosso**] e na pena de prisão celular de 2 a 15 dias, quer o delinquente seja ou não o respectivo proprietário, sem prejuízo da ação civil que possa caber.

No entanto, apenas com o advento da Constituição de 1988 as normas de Direito Ambiental passaram a adquirir *status* constitucional; ou seja, tanto o poder público como a sociedade passaram a ter o dever de preservar o meio ambiente

⁴⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso em: 19 fev. 2018.

⁴¹ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11736038/artigo-64-do-decreto-lei-n-3688-de-03-de-outubro-de-1941>. Acesso em: 10 jun. 2018.

⁴² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24645.htm. Acesso em: 10 jun. 2018.

em sua fauna, vedando toda e qualquer prática que submeta animais à crueldade humana e científica, como está no artigo 255 da Constituição Federal de 1988:⁴³

Art. 255. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum de um povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Com a proposta de assegurar esse direito, o poder público deve garantir a proteção e a preservação da fauna e da flora, vedando práticas que coloquem em risco a integridade ecológica e provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade. Entretanto, no parágrafo 7º, afirma-se que “não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais”. Esse parágrafo toca em um dos pontos mais delicados para os movimentos de proteção dos animais, no sentido de que a lei determina a proteção, mas permite eventos como festivais de caça e pesca, rodeios, touradas e pesquisas em laboratórios de grandes empresas de cosméticos e medicamentos.

Os rodeios, por exemplo, adotam práticas reconhecidas como extremamente cruéis contra os animais, alegando que seriam festas para celebrar a cultura regional. E, apoiados pela lei, os rodeios, assim como outros eventos e pesquisas, continuam sendo realizados com a garantia de que esses animais sejam considerados e registrados “como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas [as manifestações culturais] por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos”.

Seguindo as determinações da Constituição, o artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais (9.605/98)⁴⁴ “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”. Segundo o texto do artigo:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

⁴³ Disponível em:

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_225_.asp. Acesso em: 10 jun. 2018.

⁴⁴ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11334574/artigo-32-da-lei-n-9605-de-12-de-fevereiro-de-1998>. Acesso em: 10 jun. 2018.

§ 1º. Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 2º. A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

A aplicação da punição prevista no trecho do artigo, imposta a quem praticar maus-tratos ou atos de abuso contra animais, segue a Constituição. Dessa maneira, ao inserir no texto uma proibição relacionada ao sofrimento animal, o legislador, no artigo 32, buscou garantir a vida, mas também a integridade física dos animais, ao criminalizar a conduta daqueles que abusam, maltratam, ferem ou mutilam animais. A partir dos recortes teóricos sobre as principais entidades e leis de proteção animal no Brasil, podemos avaliar que, mesmo com avanços que possam ser considerados significativos, as leis brasileiras não reconhecem os animais como seres dotados de senciência. A aplicação da Lei Penal não segue a diretriz imposta pela Constituição Federal, pois não privilegia de maneira adequada nem a integridade física, nem a vida do animal, uma vez que prevê penas baixas pela prática do delito. Além disso, proporciona diversas substituições para o que seria o principal objetivo do Direito Penal: a aplicação de punições mais efetivas, capazes de exercer os caracteres punitivo e educativo das leis. Isso porque, além de esse fato ser prejudicial à tutela animal, tais leis ainda podem ser apontadas como agravantes da visão antropocêntrica do Direito e da coisificação do animal pelo Direito Civil, visões essas que classificam os animais como bens.

Nesse sentido, um avanço já pode ser visto no Brasil. O Senado Federal aprovou, no dia 7 de agosto de 2019, um projeto de lei⁴⁵ que reconhece os animais como seres sencientes; ou seja, como já foi abordado neste trabalho, dotados de natureza biológica e emocional e passíveis de sofrimento. Atualmente, segundo Direito Civil, eles são considerados bens móveis, equivalentes a objetos. Até a conclusão desta pesquisa, a matéria seria enviada para a Câmara dos Deputados e, se aprovada, passaria ao presidente Jair Bolsonaro, para sanção ou veto. Artistas e ativistas da causa dos animais estiveram no Senado para acompanhar a votação. O projeto de lei começou a ser gestado pelo menos seis anos antes de sua aprovação na Câmara, com texto do deputado Ricardo Izar (PP-SP), e teve a participação de

⁴⁵ ANIMAL não é objeto: Senado aprova projeto que trata bichos como seres com sentimentos. *O Globo*. 8 ago. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/animal-nao-objeto-senado-aprova-projeto-que-trata-bichos-como-seres-com-sentimentos-23862390>. Acesso em: 6 set. 2019.

30 comissões regionais de Defesa dos Animais da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). O documento estabelece que os animais devem passar a ter natureza jurídica como sujeitos despersonalizados de direitos, o que teoricamente inclui seu reconhecimento como seres sencientes. O texto também acrescenta dispositivo à Lei dos Crimes Ambientais, a fim de determinar que os animais não sejam mais considerados bens móveis para fins do Código Civil. A legislação brasileira está no caminho de reconhecer que os animais sentem dor e emoções. Um animal deixa de ser tratado como uma caneta ou um copo e passa a ser tratado como ser sentiente. Essa lei determina que os animais passarão a ter personalidade jurídica e poderão, por exemplo, receber *habeas corpus* ou outros instrumentos legais úteis para sua proteção. É a busca de uma sociedade mais solidária com os animais. A nova lei não afetará hábitos de alimentação ou práticas culturais, mas pode contribuir para elevar a compreensão da legislação brasileira sobre o tratamento de outros seres.

Outros países já transformaram suas legislações para incluir a chamada perspectiva biocêntrica. Na Áustria, desde 1988, os animais não são coisas. Na Holanda, desde 2011; na França, desde 2015; e, em Portugal, 2017. É da vizinha Argentina o primeiro *habeas corpus* do mundo dado a um chimpanzé. A primata Cecília conseguiu, em abril de 2017, sua transferência de um zoológico argentino, onde nascera e vivera por 19 anos, para um santuário no Brasil, valendo-se do instrumento jurídico obtido na Justiça portenha. Esta já é uma discussão travada há muito tempo pelos ambientalistas e que vem ganhando mais espaço na sociedade, com os controversos testes em animais, os confinamentos, os parques temáticos. Tudo isso terá de ser reavaliado a partir da concepção de que os animais sentem e sofrem como nós humanos.

A mídia, tramitando entre todas essas formas de engajamento, inclui, nas pautas do jornalismo de referência, notícias sobre animais, que ganham cada vez mais destaque nas narrativas jornalísticas. Os animais se tornaram personagens da notícia, muitas vezes ganhando espaço de celebridades e sendo selecionados a partir de valores-notícia, o que cria critérios de noticiabilidade dentro dessa perspectiva. Nesse cenário, as estratégias do jornalismo de referência, unidas ao entretenimento, fazem com que as empresas jornalísticas selecionem narrativas sobre

animais com a proposta de atrair o público, refletindo a mudança para um sistema de pensamento que considera os sentimentos dos animais. Essa questão será abordada mais profundamente nos próximos capítulos.

As redes sociais (seguindo a noção de jornalismo em rede escolhida para analisar as versões *on-line* dos jornais escolhidos como objetos de estudo para este trabalho) são o cenário perfeito para que a mídia atraia a audiência. Por isso, muitas organizações em defesa da causa animal de todas as formas de engajamento dão importância ao trabalho da mídia na busca de visibilidade para as causas ambientais. O próprio Greenpeace, no texto de apresentação no site da organização, admite essa importância, destacando que “a mídia social pode salvar o planeta” e explicando, a seguir, que “aprendemos o poder que a mídia social tem em suas mãos, de uma base ativa e legitimada para criar mudança”. Nesse contexto, o jornalismo de referência já entendeu esse poder e o usa nas narrativas jornalísticas sobre animais. Allen já nos lembrava de que “os movimentos sociais que almejam mudanças políticas devem incluir nos seus objetivos, além dos temas particulares à causa, a difusão e a conscientização social desses mesmos temas, em geral, por meio da mídia” (2005, p. 2).

Por outro lado, Singer (2010) avalia que os meios de comunicação não cumprem sua função social de informar as pessoas sobre os animais. Ele lembra os documentários que mostram animais no meio selvagem ou, como o autor destaca, supostamente nesse meio, porque eles costumam ser capturados e soltos em ambientes mais restritos para facilitar as filmagens de programas produzidos constantemente. Os documentários sobre a indústria de carne e laticínios, mostrando a vida de vacas, bezerros, cabras e porcos, são insuficientes dentro do universo de produções sobre animais selvagens. Assim, no grande fluxo de informações, as referentes aos animais domésticos ficam perdidas entre as pautas sobre os animais selvagens, o que, segundo o filósofo, reduz a difusão do conhecimento sobre as espécies que servem de alimento para os humanos. As pessoas sabem mais sobre leões e leopardos do que sobre patos, gansos e galinhas.

Singer (2010) também faz críticas à mídia impressa, pois essa teria como enfoque curiosidades ou temas de interesse humano, como o nascimento de um animal em um zoológico ou os perigos sofridos pelas espécies em extinção. Isso,

nas pesquisas sobre a teoria do *newsmaking*, a partir da análise dos critérios de noticiabilidade, é chamado de acontecimento de interesse do público, ou notícia interessante, oposto do acontecimento de interesse público, ou notícia importante, de acordo com os estudos de pesquisadores das teorias do jornalismo, como Galtung e Rudge (1965), Gans (1979), Kovach e Rosenstiel (2003), Alsina (2009), Pena (2010), Schudson (2010), Mauro Wolf (2012) e Traquina (2012), os quais serão destaque nas discussões teóricas do segundo capítulo. Na visão de Singer (2010), o interesse da mídia por assuntos de interesse humano raramente é direcionado para tópicos de relevância para a causa animal. Sobre isso, o filósofo atribui o desconhecimento sobre muitos aspectos dos movimentos pela causa animal. Contudo, ele reconhece que, antes do crescente interesse do jornalismo pelos animais, o público não fazia ideia das experiências realizadas com animais nos laboratórios das indústrias de cosméticos, por exemplo. Esse interesse do jornalismo de selecionar os acontecimentos interessantes sobre animais pode ser uma alternativa para despertar o debate sobre os animais na contemporaneidade. A próxima seção deste capítulo vai abordar as mudanças nas formações discursivas sobre o meio ambiente, destacando os caminhos históricos do biocentrismo, que cada vez mais faz parte do discurso jornalístico, como veremos nos próximos capítulos.

2.2. As mudanças nas formações discursivas sobre o meio ambiente

As narrativas jornalísticas sobre os animais, podemos dizer, buscam acompanhar as mudanças nas relações entre humanos e animais e, como consequência, as diversas formas de engajamento na causa animal. Na seção anterior, foi feito um percurso teórico sobre a história da evolução na relação entre seres humanos e animais, as principais manifestações legislativas que formam a visão dos animais como sujeitos de direitos e as diversas formas de pensamento dos ativistas. A fim de ajudar no entendimento da análise dos textos jornalísticos desta pesquisa, prosseguimos com as reflexões teóricas acerca das mudanças nas formações discursivas sobre o meio ambiente, no qual os animais estão incluídos, além dos caminhos históricos do discurso biocêntrico.

A partir das leituras dos textos jornalísticos sobre animais no jornalismo de referência, objeto de estudo deste trabalho e cuja análise de conteúdo será apre-

sentada no terceiro capítulo, percebemos características do biocentrismo. Ou seja: o jornalismo, pela seleção dos valores-notícia nos acontecimentos sobre animais, acompanha e reflete mudanças nos sistemas de pensamento sobre a proteção e os direitos das criaturas de outras espécies que não a nossa. Sabemos que o interesse da mídia também está ligado ao que pode trazer mais retorno financeiro para as organizações jornalísticas, mas também acaba atraindo a atenção da audiência sobre os cuidados com os animais. Esse cuidado é a ponta do *iceberg* para uma visão mais biocêntrica, uma concepção que considera importantes todas as formas de vida do planeta, bem como o meio ambiente como um todo, não apenas a humanidade como centro da existência.

Além das narrativas jornalísticas, Aguiar (2010) traça a progressão das formações discursivas, desde os anos 1960 até a década de 1990, que formaram o que se fala e como se fala sobre o meio ambiente, incluída aí a causa animal até os dias de hoje. Segundo o autor, nos anos 1960, o discurso sobre as questões ambientais começou com as propostas de superação dos problemas ambientais, apresentando o perigo diante da devastação e a necessidade da mobilização política. Na década de 1970, iniciou-se a organização de eventos, comícios, palestras, atos públicos e conferências, nos Estados Unidos e em vários países da Europa. Um exemplo é a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo. Foi o início da reflexão sobre os limites da exploração e da utilização dos recursos naturais do planeta, incluindo os animais, para garantir a sobrevivência da humanidade. As questões ambientais alertam para as consequências dos atos de uma sociedade que traz como base os valores materialistas.

Aguiar (2011) destaca ainda as mudanças no discurso nos anos 1980, marcadas pela figura da crise cultural – ou seja, o momento de superação do pensamento racionalista e dos valores materialistas que sempre foram alicerces da Modernidade. Nessa fase, foi proposto o conceito de desenvolvimento sustentável, ideia muito difundida em vários textos do jornalismo ambiental na atualidade. Construído a partir da corrente ideológica do conservacionismo, ou do amor à natureza, aliado ao seu uso racional (um meio termo entre preservacionismo e desenvolvimentismo), o desenvolvimento sustentável permite um acordo ou equi-

líbrio entre o crescimento econômico e a preservação ambiental. O autor destaca que, naquele momento, a questão ambiental adquiriu visibilidade nos meios de comunicação de massa, o que contribuiu para a disseminação desse discurso e as discussões sobre ele.

Na década de 1990, iniciaram-se os debates sobre as questões ambientais, enfatizando o risco global, ou seja, que o planeta como um todo está ameaçado por um modelo de sociedade centrada no individualismo e no consumo sem limites em um mundo capitalista globalizado. Nessa fase, o movimento ecológico se separou dos movimentos sociais e políticos. Os problemas ambientais passaram a fazer parte de uma crise global. Essas transformações, envolvidas com as questões sociais, políticas e econômicas em todo o mundo, podem influenciar o discurso jornalístico sobre o meio ambiente.

Estudos e pesquisas sobre o jornalismo ambiental no Brasil apresentam uma concordância em relação às divisões do percurso histórico sobre a cobertura das pautas de meio ambiente. Em geral, são trabalhos de caráter preservacionista e conservacionista, vinculados às fases de direcionamento do discurso sobre as questões ambientais.

A visão biocêntrica, nesse contexto de transformação do discurso científico e jornalístico sobre as questões ambientais, apresenta a concepção oposta ao antropocentrismo, que mostra a humanidade como foco da existência. As concepções biocêntricas defendem que o ser humano tem deveres em relação à natureza, porque todas as formas de vida são importantes. O ser humano deixa de fazer o que quer da natureza e passa a ser responsável por ela. Toda a evolução do pensamento sobre as questões ambientais fez emergir uma ética da responsabilidade, a fim de incentivar a humanidade a buscar um consenso entre os atores sociais na proteção da natureza e assegurar nossa existência na Terra. Os reflexos dessa concepção no discurso jornalístico despertam a necessidade de reflexões e pesquisas, levando em conta os critérios de noticiabilidade na pauta sobre questões ambientais e a rotina produtiva nas redações em uma sociedade dominada pela técnica e a produção industrial de informações.

Nesse cenário, o jornalismo ambiental acompanha a evolução das correntes de pensamento e transformações no discurso em tempos de discussão sobre seu papel na produção da informação e nas mudanças sobre a visão do ser humano em relação ao meio ambiente. Girardi *et al.* inicia o debate sobre esse papel quando afirma que:

Não há uma definição consensual sobre jornalismo ambiental, o que afeta diretamente sua prática. Embora existam casos em que ele é tido como uma especialidade ou especialização jornalística, relacionada à cobertura de temas ambientais, entendemos que o Jornalismo Ambiental extrapola a ideia de ser e fazer um jornalismo tradicional centrado nos assuntos de meio ambiente. [...] Ele está norteado por uma série de características e/ou atributos que vão além de exercer uma cobertura factual ou programada (GIRARDI, 2010, p. 4).

A história do jornalismo ambiental segue nessa busca por um conceito e evoluiu das denúncias em relação à devastação do meio ambiente para uma fase de divulgação e disseminação de projetos com resultados positivos, que apresentem melhora da qualidade de vida dos seres humanos. Villar (1997) conta que, quando, em 1968, foi realizada, em Paris, a Conferência da Biosfera, a primeira entidade de jornalismo ambiental surgiu na França. Desde então, o discurso jornalístico sobre as questões ambientais ganhou espaço na mídia e provocou debates e polêmica.

No Brasil, no mesmo ano, o repórter Randau Marques foi preso por escrever reportagens para um jornal da cidade paulista de Franca sobre a contaminação de gráficos e sapateiros com chumbo, um ato considerado subversivo, ainda mais por ocorrer em uma cidade considerada berço dos curtumes. o repórter escreveu sobre intoxicação de agricultores e mortandade de peixes em águas poluídas. Acabou se especializando em temas ambientais e fez diversas reportagens de impacto nos anos 1970.

O papel do jornalista na defesa do meio ambiente é primordial. Segundo Neto, “a prática do jornalismo ambiental é uma corrente que busca sempre evitar se envolver com as ideologias do movimento ecológico, buscando uma prática mais objetiva da informação” (2008, p. 280-281). Todavia, Trigueiro (2005) acredita que essa seja uma atividade que não possa e não consiga evitar o ativismo. Afinal, os meios de comunicação participam diretamente de uma educação ambiental, incluindo os direitos dos animais. Por isso, o conhecimento sobre as questões filo-

sóficas, sociais, econômicas e culturais da causa animal é necessário para o jornalista que deve discutir esses saberes de forma clara e objetiva.

As reportagens sobre meio ambiente começaram um tanto escondidas em outras editorias, como Ciência, Tecnologia, Cultura, Cidades, Política e Economia. O tema quase nunca era tratado com o foco necessário, mas a partir das implicações das questões ambientais para leitores de outras especializações jornalísticas. Essa tendência, contudo, prossegue. De acordo com Girardi *et al.*, “o jornalismo ambiental está tendo mais espaço na mídia. A abordagem da questão ambiental no jornalismo diário, todavia, permanece sendo uma grande preocupação. É desafiante pensar meio ambiente para além de uma editoria especializada” (2010, p. 4).

Nesse contexto, entre a busca por uma conceituação e por um espaço mais definido na mídia, o jornalismo ambiental, como aponta Girardi *et al.* (2010), sofre críticas sobre a falta de abordagem sistemática, não apenas motivada por eventos ou catástrofes. A costumeira preferência do jornalismo ambiental por pautas sobre as catástrofes ecológicas pode mostrar que o discurso da mídia vincula a crise do meio ambiente a uma heurística do medo, um conceito polêmico da obra do filósofo alemão Hans Jonas.

Jonas, a partir do princípio da responsabilidade como um imperativo ético, propõe o diálogo crítico sobre as ações do ser humano na era tecnológica. Ou seja: “uma ética na qual o mundo animal, vegetal, mineral, biosfera e estratosfera fazem parte desta esfera de responsabilidade” (JONAS, 2006, p. 17). De acordo com esse princípio, completam Battestin e Ghiggi, a heurística do medo:

é a capacidade humana de solucionar problemas imprevistos, servindo como critério seguro para a avaliação dos perigos apresentados pela técnica. [...] A heurística do medo não é um medo paralisante e nem um medo patológico, mas sim um medo que desperta para o pensar e para o agir (2010, p. 75-76).

Nessa concepção, o medo desperta a necessidade do limite na evolução tecnológica para a preservação do planeta. A questão é que essa ideia propaga o pânico e inibe probabilidades mais otimistas e realistas na forma como a humanidade poderia alterar suas atitudes em relação à natureza.

Por outro lado, temos a chamada heurística do amor, proposta lançada por Serres, que fundou uma ética baseada no amor e “propõe ampliar o campo da ética para realizar plenamente o contrato natural, indo além dos interesses exclusivamente humanos das éticas antropocêntricas” (1991, p. 15). Michel Serres não ignora a responsabilidade, mas a apresenta com menos rigor para o restabelecimento do elo ser humano–natureza.

No caso do discurso jornalístico dos jornais de referência, tanto a heurística do amor quanto a heurística do medo estariam relacionadas à forma como jornalistas e empresas jornalísticas veem a questão dos animais. Portanto, pesquisar para saber se as pautas de cobertura sobre animais são influenciadas por rotinas produtivas e critérios de noticiabilidade do jornalismo de referência, sendo capazes de gerar notícias marcadas por uma heurística do amor em contraponto a uma heurística do medo, é importante para o avanço nos estudos sobre o tema deste trabalho, bem como para as mudanças nos paradigmas do discurso jornalístico.

Seguindo o percurso teórico da proposta de mudança desse paradigma, a próxima seção vai apresentar todos os pontos principais do processo de evolução do discurso biocêntrico, a visão ainda antropocêntrica da sociedade, as mudanças de pensamento científico, conceitos como o da Ecologia Profunda e a hipótese Gaia para o entendimento das categorias apresentadas para análise dos textos jornalísticos sobre os animais, analisados no terceiro capítulo.

2.2.1. Os caminhos históricos do discurso biocêntrico

Em um levantamento bibliográfico sobre a questão do biocentrismo em suas múltiplas formulações, autores clássicos marcam a construção dos caminhos históricos do discurso biocêntrico na formação discursiva sobre essa ética na contemporaneidade a partir de propostas e ações dos movimentos da causa animal. A imprensa reflete uma visão biocêntrica sobre os animais quando atribui sentimentos humanos a essas criaturas. Essa visão entende que a natureza possui um valor intrínseco e que todos os seres vivos devem ser respeitados, independentemente de sua utilidade para o ser humano, pois fazem parte de uma totalidade: a vida. Como todas as formas de vida cumprem uma determinada função para o equilí-

brio dos ecossistemas e para as estratégias de manutenção da vida, a perda da diversidade biológica traz consequências que ainda não podem ser avaliadas. Na luta para impedir ou minimizar essas consequências, temos as diversas formas de engajamento, já abordadas em seção anterior deste capítulo.

Ainda no contexto dos engajamentos, a radicalização do movimento ambientalista tem, entre suas expressões, a vertente da *Deep Ecology* (Ecologia Profunda), designação cunhada pela primeira vez pelo filósofo norueguês Naess (1973), durante uma conferência em Bucareste, em 1972. Abordando a questão ambiental para além do entendimento da ecologia como disciplina científica *stricto sensu*, a Ecologia Profunda pretende fazer um questionamento de ordem filosófica e espiritual da civilização ocidental. Essa crítica toma como ponto de partida a pretensa neutralidade científica dos estudos ecológicos. Segundo Naess,

a ecologia como ciência não pergunta que tipo de sociedade seria mais adequada para manter um ecossistema específico – esta é considerada uma pergunta para a ciência política, ou para a ética, ou a teoria dos valores. Enquanto a ecologia se mantiver estreitamente nos limites de sua ciência, não faz estas indagações (1982, p. 7).

A Ecologia Profunda não quer limitar sua atuação a uma abordagem científica dos problemas ambientais e pretende questionar, por meio do debate sobre a satisfação das necessidades básicas, os valores da sociedade moderna.

A gestão mais eficiente do meio ambiente, por meio de corretos procedimentos tecnocientíficos, que acaba resultando em benefício para as forças hegemônicas do atual sistema de poder, é uma perspectiva do *Shallow Environmentalism* (Ambientalismo Superficial). Para a *Deep Ecology*, a questão ecológica envolve transformações das estruturas sociais e culturais. Os teóricos Devall e Sessions, estudiosos do tema, ressaltam que “a Ecologia Profunda é um processo de questionamento da visão de mundo que é dominante em nossa cultura e do sentido de nossa realidade” (1985, p. 8). Ao agir em nome de valores não humanistas, considerando a natureza em si, essa vertente produz uma crítica da Modernidade como portadora de valores humanistas, tais quais liberdade e autonomia.

O princípio que rege a Ecologia Profunda interpreta a vida como uma unidade interdependente, na qual o universo é compreendido como, na visão de

Swimme (1995), um evento único de múltiplos níveis. Nessa interdependência, os seres humanos não são, segundo o autor, “sujeitos do conhecimento” separados de um real que é reduzido pela ótica científica à categoria de “objeto do conhecimento”, mas estão integrados no cosmos. De modo a mudar da posição de dominação para a de integração, a proposta é construir uma ética ecológica a partir de valores como a simplicidade, a dignidade, a não violência e a reverência pela vida. Para esse processo de “reencantamento do mundo”, de acordo com Devall e Sessions (1985, p. 70), essa vertente ambientalista aproxima-se de outros movimentos sociais – em especial, o feminista e o indígena – e faz a experiência da junção da sabedoria das tradições espirituais e místicas com as inovadoras teorizações da Física contemporânea, tendo como balizamento o pensamento filosófico.

Nessa linha de pensamento, na construção de uma ética do ecologismo radical, a principal referência filosófica é Heidegger, especialmente pela crítica ao humanismo e ao antropocentrismo do pensamento ocidental (ZIMMERMAN, 1983). No confronto entre as vertentes biocêntricas e antropocêntricas do movimento ecológico, estão as questões: “Quem ou o que é o ser humano?”; “Que lugar o ser humano ocupa no cosmos?” A produção dessa nova ética deixa claro que a crise ambiental é o sintoma de uma crise civilizacional, mais especificamente de um modelo de civilização: a civilização ocidental-europeia conforme configurada na Modernidade. Seguindo a direção da crítica heideggeriana, essa crise civilizacional manifesta a possibilidade de se trazer de volta para a cena do pensamento uma questão que ficou longamente “esquecida”: a questão do ser.

“O homem é manifestamente um ente. Como tal, faz parte da totalidade do ser como a pedra, a árvore e a água”, escreve Heidegger (1979, p. 182) sobre o ser. Pertencer, na perspectiva heideggeriana, significa estar inserido no ser, e a marca de distinção do ser humano consiste no fato de – na condição de ser pensante – estar em permanente relação com o ser. Aqui, afasta-se da representação do ser humano como “animal racional” que, na Modernidade, “tornou-se sujeito para seus objetos”, destaca Heidegger (1979, p. 183). Na atualidade, é no universo da técnica que o ser humano se projeta, representando uma totalidade em que se fundam a planificação calculadora, a energia atômica e a automatização. No âmbito contemporâneo, no qual ser humano e natureza são transformados pela técnica,

pode-se ter uma racionalidade capaz de imprimir cálculos na natureza e de explorá-la como fundo de reserva de recursos do qual o ser humano dispõe. É essa compreensão do ser como objetividade que vai possibilitar à racionalidade técnica consolidar-se como exercício de poder entre os seres humanos e modo de opressão da natureza.

Para a Ecologia Profunda, a preservação de uma espécie deve ser realizada como uma atitude de reverência pela sua existência. Produzindo um referencial de valores não humanísticos, essa linha de pensamento enfatiza que é a própria existência das espécies na natureza o que lhes garante o direito à vida para além das necessidades humanas. Ehrenfeld enfatiza que “as espécies devem ser conservadas porque existem e porque essa existência nada mais é, em si mesma, do que a atual expressão de um contínuo processo histórico de imensa antiguidade e majestade” (1992, p. 162). Essa é a perspectiva biocêntrica, a qual enfatiza que um ente – pelo fato de sua existência em si, uma presença que surge e perdura – traz consigo o direito inalienável de continuar a existir.

Uma perspectiva diferente é a antropocêntrica, que coloca o ser humano como centro do universo e referência para si mesmo, destacando o poder da razão humana e sua superioridade em relação à natureza. É possível buscar o ponto de cruzamento do humanismo com a “doutrina de causas finais” – conforme ela se apresenta nos séculos 16 e 17 – na emergência da concepção moderna de ciência. Na formulação dessa doutrina, a natureza existe para servir a uma única finalidade: o benefício da Humanidade. A responsabilidade humana se restringiria em, reconhecendo esse benefício, assumir a gestão dos recursos ambientais. Há um vínculo entre o utilitarismo, o controle sobre a natureza e a ideia da superioridade do ser humano.

Nesse jogo dual entre antropocentrismo e biocentrismo, é possível retroceder mais ainda em termos de datação histórica. Se a emergência do movimento ambientalista, como nova subjetividade, acontece concomitante com os novos movimentos sociais a partir da década de 1960, podem-se remontar diversas origens históricas para a eclosão das ideias ambientalistas. Se a ênfase nos anos 1960 é antropocêntrica, caso se busquem prováveis origens do ecologismo em obras e autores dos séculos 18 ou 19, o enfoque tende a ser biocêntrico. A Modernidade

traz, como uma de suas principais características, o dualismo entre sociedade e natureza, sendo o movimento ecológico uma resultante desse imperativo. Outra marca da Modernidade é a hegemonia de um sistema de pensamento científico, com seu ideal de conquista da natureza pela ciência e pela tecnologia, essenciais para o progresso da humanidade. Portanto, o ambientalismo emerge sob o signo da ciência moderna, mais especificamente pelo campo da então denominada História Natural: “a história natural não é nada mais que a nomeação do visível. Daí sua aparente simplicidade e esse modo de proceder que, de longe parece ingênuo, por ser tão simples e imposto pela evidência das coisas” (FOUCAULT, 1999, p. 181).

O interesse pelas “descobertas científicas” nesse campo desperta novas ideias sobre a importância de proteção da “vida selvagem” para pesquisas – pelas “Sociedades de História Natural” – e a preservação de “áreas naturais rurais” para o lazer em “clubes de campo”, afastados dos crescentes e cada vez mais altamente condensados núcleos urbanos (THOMAS, 1988, p. 232). Entre esses “naturalistas” e “primitivistas românticos”, impera uma visão arcadiana da natureza, que tem como proposta a busca da simplicidade no modo de vida para restaurar a harmonia entre o ser humano e o meio ambiente. Worster (1985, p. 179) enxerga uma “consciência biocêntrica” sendo construída gradualmente a partir de novas sensibilidades na relação ser humano–natureza, que leva à imposição de um dever moral relacionado à proteção da natureza. Em direção oposta, a teoria da evolução de Darwin reforça a visão antropocêntrica, pois, apesar de apontar as relações de interdependência do ser humano como elemento integrante entre outras espécies na natureza, privilegia a posição humana na escala evolutiva.

A contradição é que a formação de numerosas coleções científicas de botânica e zoologia, somada às práticas da caça campestre e safáris como atividades generalizadas entre as elites europeias do século 19 – até mesmo entre os naturalistas –, acabou acarretando uma matança indiscriminada de animais. Na Inglaterra, surgiu uma campanha contra a crueldade com os animais – inicialmente os domésticos e, logo a seguir, os selvagens – a partir da fundação da Sociedade para a Proteção dos Animais, em 1824. Cabe ressaltar que a visão predominante na Modernidade é a de atribuir valor negativo aos animais selvagens e às florestas

intactas. Thomas (1988, p. 232) cita que, no século 17, a crença inglesa no progresso da humanidade tinha como ponto de partida a “floresta selvagem” e seguia no “campo com agricultura” até atingir o ápice do patamar evolutivo: a cidade moderna. Esse valor positivo do modo de vida urbano em relação ao modo da tradição – campesino ou indígena – é uma expressão da continuidade do processo de expansão do capitalismo inglês pelo mundo na época.

A Modernidade tem como marca “o paradigma cartesiano que consolida a dominação do homem sobre a natureza ao instaurar o dualismo entre a alma humana e todas as demais formas de criação, vistas como matéria inerte, desprovidas de qualquer dimensão espiritual” (THOMAS, 1996, p. 289), como já abordado na primeira seção deste capítulo. Esse paradigma consagra o avanço ilimitado das forças produtivas da civilização europeia. Entretanto, é possível ver, no fim do século 18, a produção de novas ideias e novas sensibilidades a partir do campo da “História Natural”. Duas vertentes principais se estruturam – a de Gilbert White, com a visão arcadiana da natureza; e a de Carl von Linné (Linnaeus), com uma perspectiva racionalista e taxonômica – na continuidade do mecanicismo cartesiano predominante (MCCORMICK, 1992, p. 22).

Em uma linha que tenta estabelecer continuidades históricas, torna-se possível ver um paralelo com o campo filosófico, segundo Worster (1985, p. 45). A crítica à arrogância do humanismo e da civilização centrada na técnica está em White como em Rousseau, tendo como valores a humildade no estilo de vida e o bucolismo do campo. Nessa interpretação, White constitui os antecedentes do ecologismo radical e biocêntrico, que continuaria até a Ecologia Profunda contemporânea (LEIS, 1999, p. 60). Haveria uma correspondência entre a taxonomia de Linnaeus, com suas relações de subordinação entre as espécies e a imposição de uma ordem atomística à natureza, e o exercício do poder na proposta filosófica de Hobbes, que atribui a uma entidade externa à sociedade – o “ser supremo” – o papel de intervenção ordenadora na sociedade. Ressaltamos, entretanto, que nossa tese aponta que a emergência do movimento ambientalista aconteceu na década de 1960 do século 20. Não é possível ver nos autores do século 18 a constituição de uma ética ambientalista que produza a emergência de uma nova subjetividade.

Nash (1989, p. 22) aproxima as propostas democráticas dos movimentos políticos pelos “Direitos do Homem” (as revoluções na França e nos Estados Unidos no século 18) e a preocupação dos “naturalistas” com uma “estética ambientalista”, que se estende de uma atitude de contemplação diante da natureza até a fundação das primeiras entidades anti-caça (em meados do século 19) para lutar contra a crueldade e a matança de animais. A oposição à matança dos pássaros por causa de sua plumagem para uso em chapéus foi liderada pelas próprias mulheres que, na década de 1880, eram a maioria entre os membros das primeiras entidades de proteção de aves na Inglaterra (MCCORMICK, 1992, p. 24).

Também nesse período é difundido o ideal do preservacionismo, pela noção de “vida natural”, valorizada por uma “estética da vida natural selvagem” (NASH, 1973). Henry David Thoreau e George Marsh são dois teóricos frequentemente citados na literatura do ecologismo que, em meados do século 19, produziram rupturas no padrão anti-ecológico da mentalidade hegemônica no decorrer do longo período da colonização europeia na América do Norte. A criação de “reservas naturais” como modo de preservar a fauna e a flora em seu espaço original sem qualquer intervenção humana foi proposta por Thoreau (1972) em 1853. Também considerado precursor da corrente biocêntrica no ecologismo e da proposta de “desobediência civil” (THOREAU, 1986a) às imposições do Estado, Thoreau defendia uma vida ascética, em harmonia simbiótica com a natureza e distante da civilização. Acreditava, sob a influência do transcendentalismo – movimento filosófico surgido em Nova Inglaterra, em meados do século 19, o qual apontava a existência de uma força divina no ser humano que possibilitaria a produção do conhecimento por meio da intuição –, ser possível desenvolver o processo de aprendizagem na convivência com a natureza (THOREAU, 1986b).

Logo a seguir, em 1864, outra proposta em relação às áreas naturais apresentou não só “justificativas poéticas”, mas também “justificativas econômicas”. Para Marsh (1975), as reservas naturais deviam ter uma administração de seus recursos que garantisse benefícios para a sociedade. Assim, a “invenção norte-americana dos parques nacionais”, na análise de Nash (1973, p. 102), tornou-se possível, não só pela existência de áreas virgens no período em que a demanda por preservação se desenvolveu, mas também pela existência de terras sob domí-

nio público. Em 1872, o governo norte-americano criou, em uma área de 800 mil hectares, o Parque Nacional de Yellowstone, o primeiro do mundo. Esse modelo foi imitado por outros países, que criaram seus parques nacionais: Austrália (1879), Canadá (1885) e Nova Zelândia (1894).

Essa proposta dos preservacionistas norte-americanos de “parque nacional”, com “vida selvagem” e área desabitada, omite o fato de que esses territórios eram ocupados por índios nativos. O Parque de Yellowstone foi criado em uma região onde viviam três diferentes sociedades indígenas (Shoshone-Bannock, Crow e Blackfeet) que não saíram do local espontaneamente, relata Diegues (1994, p. 20-22). Também é em torno do conceito de “parque nacional” que surge a divisão entre os preservacionistas e os conservacionistas. O preservacionismo busca a proteção de áreas virgens e intocadas, restringindo seu uso exclusivamente para atividades recreativas e educacionais. Já o conservacionismo – influenciado pelos estudos de “ciência florestal” de pesquisadores alemães – é favorável à exploração racional dos recursos naturais da área de modo a impedir a degradação ambiental, como explica McCormick (1992, p. 30).

Essa polêmica prosseguiu entre o preservacionismo de perspectiva biocêntrica de John Muir e o conservacionismo de visão antropocêntrica de Gifford Pinchot. Por um lado, por não reconhecerem no ser humano qualquer direito especial sobre as demais espécies vivas, os preservacionistas acreditavam que a preservação das áreas virgens não poderia permitir nenhuma atividade produtiva ou comercial. Por outro, os conservacionistas apareceram com propostas precursoras do desenvolvimento sustentável para garantir o uso e a proteção da natureza: garantir à geração presente o direito ao uso dos recursos existentes para o desenvolvimento; prevenir o desperdício; e promover o desenvolvimento dos recursos naturais para a maioria da população.

Para Muir, a defesa do meio ambiente deve ser uma iniciativa das instituições da sociedade. Entre suas lutas, estão a criação do Parque Nacional de Yosemite, em 1890, o segundo dos Estados Unidos, e a fundação do Sierra Club, em 1892, uma das mais antigas organizações não governamentais e precursora do preservacionismo biocêntrico. Por sua vez, partindo de uma filosofia utilitarista, Pinchot entendia ser possível compatibilizar o desenvolvimento econômico com a

utilização sustentável dos recursos naturais a partir de um controle eficiente por parte do Estado. Assim, nos governos Roosevelt, entre 1901 e 1910, ele administrou atividades públicas voltadas para o manejo florestal e a conservação dos recursos hídricos.

McCormick (1992) vê o conservacionismo norte-americano perder sua vinculação com o liberalismo político e associar-se aos interesses empresariais nas décadas de 1920 e 1930. A administração dos recursos naturais com base na eficiência e no rumo desenvolvimentista servia aos ideais do plano de recuperação econômica intitulado *New Deal*. Essa “administração racional” promovia o extermínio de animais selvagens – como lobos, coiotes, marmotas – que interferiam na produtividade dos recursos e não tinham interesse econômico, chegando inclusive a haver financiamento federal para a caça aos animais predadores no governo Roosevelt. É nesse contexto, construindo uma oposição ao manejo florestal com extermínio dos animais selvagens, que Ferry (1994, p. 95) vê o aparecimento de uma das figuras mais marcantes da ecologia radical norte-americana, Aldo Leopold, autor de um ensaio sobre ética ambientalista de grande influência para a corrente da *Deep Ecology*.

A criação de uma “ética da terra”, segundo Leopold (1989), pretende mudar os paradigmas que regem a civilização ocidental e deve estar baseada no princípio de que o ser humano é um cidadão da “terra-comunidade”, não um conquistador. Sua crítica vai de encontro à vertente conservacionista, que baseia suas propostas em noções exclusivamente econômicas, sem levar em consideração demais elementos naturais que não tenham valor comercial. Leopold destaca que “abusamos da Terra porque a vemos como uma mercadoria que nos pertence. Quando a olharmos como um meio ao qual pertencemos, poderemos começar a utilizá-la com amor e respeito” (1989, p. 214). Assim, é preciso construir uma relação com a Terra que não compreenda apenas privilégios favoráveis aos humanos, mas também deveres. Ou seja, devemos considerar a natureza como dotada de um valor intrínseco que nos obriga a uma atitude de reverência e respeito.

Já o autor da hipótese Gaia, James Lovelock, acha pouco provável a intervenção humana nos ecossistemas colocar o planeta em risco e ressalta que essa teoria não dá respaldo científico para permitir a devastação ambiental. Apesar de

manifestar preocupação com o rápido aumento da população humana e o avanço sistemático da área da biosfera ocupada por atividades econômicas como a agricultura e a pecuária – além dos assentamentos humanos, em sua velocidade cada vez maior de urbanização –, Lovelock garante que Gaia não é um sistema frágil.

Parece bastante improvável que qualquer coisa que façamos possa ameaçar Gaia. Mas, se conseguirmos alterar o ambiente de forma sensível, como pode acontecer no caso da concentração de dióxido de carbono na atmosfera, então uma nova adaptação pode se processar. E, provavelmente, não será em nosso benefício (LOVELOCK, 1990, p. 77).

Para entendermos melhor como se configura a estabilidade dinâmica dos sistemas complexos existentes na Terra, é preciso retomar a formulação da hipótese Gaia. Em meados da década de 1960, Lovelock atuava como consultor da Nasa (Agência Espacial Norte-americana), pesquisando a possibilidade de haver ou não vida em outros planetas, especialmente em Marte. Seu pressuposto inicial era de que se deveria procurar por sinais de manifestação da vida em formas idênticas às da Terra. Ao observar a atmosfera de Marte, Lovelock (1991, p. 33) produziu um “experimento mental” sobre um planeta onde existisse vida, pois “o conceito de Gaia é indissociável do conceito de vida”. Desse modo, deve-se, então, conceituar o que é a vida.

A partir da definição de entropia, dada pela Física, vida pode ser conceituada, como diz Lovelock (1987, p. 20), como “um membro da classe de fenômenos que são sistemas abertos e contínuos capazes de diminuir a sua entropia interna à custa de substâncias ou de energia natural retiradas do meio envolvente e posteriormente rejeitadas numa forma decomposta”.

A crítica que pode ser feita em relação a esse conceito de vida a partir da entropia é que tal definição se torna muito abrangente, pois – como mostra um comentário irônico – até “mesmo a chama de uma vela acesa nela se encaixaria”, discorre Layrargues (1998, p. 116). Ainda assim, em consequência do uso da noção de entropia como pressuposto para a definição do conceito de vida, só se pode chegar à conclusão de que, sendo a atmosfera de Marte totalmente estável, não pode haver vida naquele planeta. O paradoxo é que essa inovadora hipótese, que permite uma nova compreensão sobre a vida na Terra, acabou sendo formulada a partir da investigação sobre a vida em outros planetas. Único planeta onde a ciên-

cia já conseguiu formular e acumular conhecimento sobre a vida, a Terra serve como um “experimento mental” para pensar a relação da atmosfera com os seres vivos.

A primeira hipótese de Lovelock era de que a atmosfera constitui um prolongamento da biosfera. A seguir, já em contato com a bióloga Lynn Margulis, ele passou a considerar o planeta como um sistema complexo que mantém autonomamente seu equilíbrio dinâmico e abrange não só a biosfera e a atmosfera, mas inclui também a hidrosfera e a litosfera. Mesmo o conceito de ecosfera, que surgiu da junção desses termos como percepção do processo interativo dos ecossistemas entre si e com o planeta, ainda não dá conta da abrangência do equilíbrio dinâmico existente na Terra. Surge a hipótese de o planeta ser mantido e regulado de forma ativa devido à vida que mantém à superfície: a Terra é um organismo vivo, que tem capacidade para regular o seu clima e a sua composição química. Essa hipótese é uma inversão da visão cartesiana-positivista da ciência moderna, que considera a Terra um planeta adequado à vida, podendo ser descrito com precisão pelas leis da Física e da Química.

A nova teoria parte do pressuposto de que as condições para a vida na Terra se tornaram adequadas por uma ação de interdependência de todas as formas vivas, que assim se mantiveram através de processos co-evolutivos decisivos. A ideia de que a vida moldou a face do planeta para adaptá-la às suas próprias necessidades de permanência já estava presente em alguns cientistas no século 19, mas tais teorizações nunca haviam sido levadas em consideração com seriedade pela comunidade científica (LOVELOCK, 1990). A referência científica mais antiga sobre a hipótese de que a Terra está viva encontra-se em James Hutton, cientista escocês que viria a fundar a Geologia: em 1785, em reunião na Royal Society of Edinburgh, apresentou pela primeira vez a conceituação de que a Terra deve ser pesquisada como um organismo, apontando a Fisiologia como a ciência adequada ao seu estudo. Entretanto, foi Eduard Suess, ao descrever a estrutura geológica dos Alpes, quem pela primeira vez empregou o termo “biosfera”, publicado em artigo na revista *Scientific American*, em 1875. Por outro lado, o conceito de biosfera, com seu significado atual, foi criado por Vladimir Vernadsky, em 1911: “a biosfera é o invólucro da vida, ou seja, a área onde esta ocorre” (LOVE-

LOCK, 1991, p. 29). Sabendo da dificuldade de comprovar, segundo as regras científicas, a veracidade de sua hipótese, Lovelock optou por buscar na mitologia grega um nome para designar esse novo macro-organismo vivo: Gaia, nome da Deusa-Mãe de onde provém a vida e todas as suas formas.

A hipótese Gaia parte da descrição da importância da vegetação para a vida na Terra e o papel da fotossíntese. A interação dinâmica entre o processo de fotossíntese, a respiração animal e a composição da atmosfera produzem uma unidade funcional de interdependência e complementaridade, integrando um processo vital em escala macro. Nesse contexto, se tenta demonstrar como aconteceu o processo de surgimento da vida na Terra a partir da análise da composição dos gases atmosféricos, que se encontram em estado de permanente desequilíbrio, e aponta que as evidências da hipótese Gaia podem ser classificadas tanto pela termodinâmica quanto pelo modelo cibernético.

Pela termodinâmica, a questão é a coexistência do oxigênio e do metano – dois gases reativos – em um nível de equilíbrio na atmosfera terrestre. Pela cibernética, é possível descrever a biosfera como um sistema dinâmico, protegido contra perturbações por mecanismos de realimentação que são extremamente eficazes. Desse modo, a atmosfera da Terra consegue manter, em um equilíbrio dinâmico entre o risco e o benefício, o percentual de 21% de oxigênio. A Terra só consegue manter constante sua composição atmosférica, mesmo com a presença de gases altamente reativos, porque possui a capacidade de autorregulação, por ser um organismo vivo.

Lovelock (1991, p. 17) entende que as espécies vivas e o meio físico em que se encontram são indissociáveis, evoluindo como um sistema único, no qual cada estágio evolutivo de um componente da biosfera tem a capacidade de alterar o ambiente. Apesar da referência à mitologia grega, nesse ponto a hipótese Gaia está no campo científico da teoria da evolução. Contudo, sem dúvida, a hipótese Gaia é mais uma crítica radical em relação ao antropocentrismo: “o que interessa é a saúde do planeta e não apenas a de algumas espécies individuais de organismos” (LOVELOCK, 1991, p.17). Daí a crítica que faz às vertentes do movimento ambientalista que se preocupam em primeiro lugar com a saúde do ser humano. Do mesmo modo, essa hipótese critica a visão trágica dos ambientalistas que enten-

dem que a vida é um sistema frágil, em perigo diante dos riscos tecnológicos: os acidentes nucleares, apesar de perigosos para os humanos, afetam menos a saúde do planeta do que as mudanças nos ecossistemas naturais ocasionadas por agricultura, silvicultura e pesca.

A saúde da Gaia está mais afetada no hemisfério Norte e as catástrofes ecológicas que ali ocorrem “não foram originadas pelo uso excessivamente entusiástico da tecnologia avançada; muito pelo contrário, está provado serem os frutos de uma lavoura pobre e deficiente, apoiada por uma tecnologia primitiva” (LOVELOCK, 1987, p. 123). As regiões mais frágeis para a manutenção da vida situam-se, entretanto, na zona tropical, e suas florestas devem ser protegidas. O problema demográfico entra de novo na cena ético-política, já que a produção de alimentos para uma população mundial futura de oito bilhões de habitantes – quando se atingir esse patamar numérico da explosão demográfica – afetaria a saúde de Gaia. Segundo Lovelock (1991, p. 209), “a presente loucura no que respeita à agricultura e à floresta pode ser considerada um ecocídio global”. Para Lovelock, a explosão demográfica é um fator mais preponderante na crise ambiental do que a poluição industrial. Ou seja, o crescimento descontrolado das populações do hemisfério Sul afeta mais Gaia – por causa das atividades agrícolas e das derrubadas das florestas tropicais para transformação em pastagem – que os processos ilimitados de industrialização. Todavia, levantar a proposta de conservar a integridade de amplas regiões florestais do Sul não é atribuir maior responsabilidade aos países menos desenvolvidos industrialmente pela saída da crise ambiental? Não há, nesse caso, também um esquecimento dos problemas ambientais decorrentes do consumismo dos países altamente industrializados? (LOVELOCK, 1990, p. 142).

A hipótese Gaia teve melhor receptividade entre os cientistas e teólogos vinculados aos Lindisfarne Fellows –grupo não institucionalizado que abrangia diversas áreas do conhecimento para criar “uma ecologia de diferenças coligadas”, como explica Thompson (1990, p. 31) –, que apontaram para a perspectiva de uma nova teoria do conhecimento. Apesar de quase não fazer referências a temas religiosos ou espirituais, essa teoria foi acusada pelo “centro hegemônico” da ciência e do movimento ambientalista de atribuir, erroneamente, uma intencionalidade mitológica à biosfera e ter uma influência do misticismo. Essa, porém, foi

exatamente a principal mudança na formulação de Lovelock: a relação entre ciência e espiritualidade. Se a Modernidade se constitui realizando a dessacralização do mundo, na Atualidade é preciso tomar a defesa do valor sagrado da natureza. Ao contrário do processo empreendido pela ciência moderna, agora não é mais possível separar o sagrado e o profano, “Deus e Gaia”⁴⁶.

Uma interpretação antropológica vai buscar, na cultura popular, um discurso típico que possibilite analisar a noção de Mãe-Terra como entidade dadivosa e generosa, expressão de um modo de representação da natureza presente na sociedade brasileira. A representação de uma natureza doadora e protetora nas regiões tropicais implica um determinismo geográfico e uma naturalização das relações sociais que acabam encobrindo, não só aspectos históricos da colonização europeia e do colonialismo, como também questões políticas contemporâneas nas relações entre os países desenvolvidos do hemisfério Norte e o Terceiro Mundo tropical. Ao contrário da lógica impressa nessa representação social da natureza, não existe um vínculo determinante e direto entre desenvolvimento econômico e meio ambiente. Se, na gênese bíblica, o ser humano ocupa o lugar supremo e privilegiado na criação divina, sendo o sujeito nessa relação de hierarquia, no discurso em análise esse papel não será cumprido: a equação implica representar, pelo lado dos trópicos, uma “natureza generosa”, produzindo um “homem indolente”, sem necessidade ou vontade de exercer seu papel de domínio sobre os demais seres da natureza. Já o europeu – e, por continuidade, o norte-americano – precisou superar as adversidades do meio ambiente local e acabou produzindo forças sociais capazes de dominar e subjugar a natureza, cumprindo, assim, o seu papel bíblico de sujeito em relação aos objetos naturais. Entretanto, não é possível inferir que, quanto menos propenso a alterações ambientais e catástrofes climáticas for um meio ambiente, menor será a capacidade de domínio e a vontade de poder do ser humano sobre a natureza (DAMATTA, 1993, p. 97).

Todas as reflexões filosóficas apresentadas e debatidas neste capítulo, mesmo de uma forma mais simples, são divulgadas pela mídia de referência, segundo os valores-notícia para a seleção dos acontecimentos envolvendo animais. A imprensa de referência usa, muitas vezes, as estratégias do entretenimento, com ví-

⁴⁶ “Deus e Gaia” é o título de um dos capítulos de *As Eras de Gaia* (LOVELOCK, 1991).

deos, fotos e *gifs*, aliadas à informação para divulgar os textos jornalísticos sobre o tema. Os dois próximos capítulos caminham pela revisão teórica sobre a relação entre jornalismo e entretenimento, com as narrativas jornalísticas de interesse público ou de interesse do público, envolvendo as notícias sobre animais, que serão analisadas a partir de várias categorias.

3. Infotainment e jornalismo

O professor polonês Jerzy Targalski falava “ao vivo” sobre as tensões políticas em seu país para um repórter da televisão holandesa NTR. Podemos construir um jogo teórico e perguntar o que mereceu destaque nessa notícia, transmitida pelo telejornal. A influência do professor como ativista? Os problemas políticos e econômicos da Polônia? Surpreendentemente, a resposta é não. A “estrela” dessa notícia foi Lisio, o gato de Targalski, que resolveu subir nas costas do dono e cobrir seu rosto com o rabo durante a gravação da entrevista. Mesmo com a intervenção do gato, o professor não se abalou e continuou falando. O vídeo dessa notícia⁴⁷ foi compartilhado pelo portal de notícias G1 no dia 7 de julho de 2018 e, dez dias depois, já registrava mais de 4,5 mil reações e 448 compartilhamentos.

A partir daí, podemos iniciar algumas reflexões com os seguintes questionamentos: esse fato deve ser compreendido como uma notícia ou como entretenimento? Ou será que pode ser ambos? Qual é a proposta da TV holandesa ou do portal G1? Atrair a audiência. Atrair os espectadores. Certo, mas sobre o quê? Qual é o foco da notícia? Nesse caso, o destaque foi a presença do gato durante a entrevista com o professor. Tudo depende, logicamente, dos critérios de noticiabilidade levados em conta pelas organizações jornalísticas para atrair a atenção dos espectadores para o acontecimento. E os interesses dos espectadores são infinitos. Pode-se dizer que a proposta inicial foi mostrar o carinho de Lisio pelo dono, mas, ao analisar a matéria mais profundamente, nascem alguns questionamentos sobre como esse fato ganha espaço na mídia. A notícia pretende apenas atrair a audiência ou também mostrar como os animais são importantes na vida dos humanos? Podemos, nesse ponto, pensar que a dupla informação/entretenimento tem papel crucial nisso, já que pode despertar também o debate sobre as iniciativas de proteção aos animais, além de buscar apenas o lucro para as organizações jornalísticas.

Tendo como ponto de partida a narrativa da história sobre os poucos segundos de fama do gato Lisio em um *site* de notícias, será desenvolvido o conteúdo deste capítulo, que é uma revisão teórica necessária para o entendimento de como os animais estão conquistando espaços cada vez maiores no jornalismo de

⁴⁷ GATO rouba a cena durante entrevista ao vivo em TV holandesa. *G1*. 7 jul. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/planeta-bizarro/noticia/gato-rouba-a-cena-durante-entrevista-ao-vivo-em-tv-holandesa.ghtml>. Acesso em: 7 jul. 2018.

referência. Para isso, a proposta aqui é iniciar, a partir de uma resenha sobre a teoria do *newsmaking* e os critérios de noticiabilidade, uma discussão sobre como os acontecimentos envolvendo animais podem ser considerados notícias de destaque.

Diante dessa perspectiva, as pesquisas sobre o jornalismo vão ajudar a lançar as bases para as análises dos objetos de estudo deste trabalho, porque abordam dois aspectos: a cultura profissional dos jornalistas e as restrições da organização do trabalho jornalístico na empresa de comunicação. A partir deles, são estabelecidos os conjuntos de critérios que definem a noticiabilidade do acontecimento ou sua capacidade de virar notícia. Por isso, para o procedimento reflexivo sobre o jornalismo e o entretenimento, proposto neste capítulo, os estudos de *newsmaking* serão importantes na compreensão das relações sobre o que pode se considerar notícia de interesse do público e de interesse público sobre animais.

Nesse contexto, a primeira seção deste capítulo tem como título uma afirmativa unida a um questionamento: “As notícias são importantes e interessantes. Podem ser os dois?” Para refletir sobre a afirmação e a pergunta, serão abordados conceitos e discussões sobre a hipótese do *newsmaking* e os critérios de noticiabilidade para avaliação e pesquisa empírica dos valores-notícia ligados às pautas sobre animais no jornalismo de referência. Será discutida a contradição entre os dois critérios substantivos da noticiabilidade, a importância e o interesse da notícia, na análise de autores como Aguiar (2009a, 2009b, 2014a, 2016), Mauro Wolf (2012), Traquina (2013). Afinal, o discurso focado no jornalismo de sensações, emoções e sensorial, no caso das notícias sobre animais, pode mobilizar a audiência tanto para as questões de interesse público (dentro dos ideais da concepção racionalista-positivista do jornalismo) quanto para o interesse do público (os acontecimentos insólitos, o entretenimento).

A segunda seção, com o título “Jornalismo e entretenimento: um vínculo histórico”, abrange a história do jornalismo, sendo consolidado como meio de informação dentro de um ideal positivista no século 19, e como o sensacionalismo e o entretenimento fazem parte da evolução do jornalismo, sendo estratégias para atrair cada vez mais leitores. Essa seção conta a perspectiva histórica da origem do sensacionalismo, que já era notado nas publicações europeias que antecederam

o jornal no século 17, e mesmo na Idade Média – as chamadas “folhas volantes”, versões “pré-industriais dos jornais” ainda manuscritas, que contavam relatos de fatos bizarros e estranhos, segundo Traquina (2012, p. 55). Apresentam-se aqui os conceitos de sensacionalismo, *fait divers*, entretenimento (ou *entertainment*). Nesse percurso histórico e teórico, o capítulo também aborda a criação do termo “infotainment” (ou *infotainment*), composto da fusão do próprio entretenimento com a palavra informação, a partir da visão de autores como Trigo (2003), Gabler (1999), Debord (1997), Barthes (1964), Theodor Adorno e Max Horkheimer (2000).

A seção vai mostrar ainda o ideal moderno de jornalismo como dispositivo de conscientização política, unido à capacidade de distrair, divertir e entreter, o qual ganhou apelidos como “transgênico” (MARSHALL, 2003) e “cor-de-rosa” (KURTZ, 1993). Destaca ainda a divisão de opiniões de diversos autores das teorias do jornalismo que avaliam o infotainment a partir de duas vertentes: educativa e sensacionalista. O primeiro grupo de autores, de uma vertente mais educativa e informativa, apresenta reações contra o entretenimento como estratégia de comunicação e defendem a função social do jornalismo, que deve vigiar e denunciar os abusos dos poderosos. O segundo defende que o produto informativo oferecido pelo jornalismo chamado sensacionalista possui função socializadora perante seu público e pode usar entretenimento, baseado na lógica das sensações, como atrativo para as notícias e forma de ativismo e mobilização.

3.1. As notícias são importantes ou interessantes. Podem ser os dois?

Pode-se dizer que a afirmação e o questionamento do título desta seção fazem parte da história do jornalismo, dentro do eterno paradoxo do campo jornalístico, entre o polo comercial e o ideológico. Empresas e jornalistas estão sempre na corda bamba entre o objetivo de impactar e conquistar a audiência para aumentar os lucros da empresa e a função social de informar de maneira isenta e objetiva essa mesma audiência. Na busca de entender e refletir sobre a relação do jornalismo entre esses dois polos, em especial na pauta sobre animais no jornalismo de referência –objeto de estudo deste trabalho –, a abordagem do *newsmaking* foi a

escolha para a revisão teórica. Essa abordagem, de acordo com Mauro Wolf (2012), desdobra-se em dois aspectos nas pesquisas sobre o jornalismo: a cultura profissional dos jornalistas, a organização do trabalho e dos processos de produção. Tuchman define o principal foco desses estudos.

O objetivo declarado de cada aparato de informação é o de fornecer relatórios dos acontecimentos significativos e interessantes. Mesmo em se tratando evidentemente de um propósito claro, como muitos outros fenômenos simples em aparência, esse objetivo é inextricavelmente complexo. O mundo da vida cotidiana – a fonte das notícias – é formado por uma “superabundância de acontecimentos” [...]. O aparato de informação deve selecionar esses eventos. Pelo menos, a seleção implica o reconhecimento de que um acontecimento é um evento, e não uma sucessão casual de coisas, cuja forma e cujo tipo subtraem-se à gravação. O objetivo de selecionar é dificultado por uma característica ulterior dos acontecimentos. Cada um deles pode reivindicar ser o único, ou seja, o fruto de uma conjunção específica de forças sociais, econômicas, políticas e psicológicas, que transformam o evento “nesse evento particular” [...]. Do ponto de vista do aparato informativo, é impossível aceitar essa exigência para todos os acontecimentos. Como qualquer outra organização complexa, um meio de informação não pode trabalhar com base em fenômenos idiossincráticos. Deve reduzir todos os fenômenos a classificações construídas para esse fim, do mesmo modo como os hospitais “reduzem” cada paciente a um conjunto de sintomas e doenças [...]. Essas exigências ligadas à superabundância de acontecimentos indicam que os aparatos de informação, com o objetivo de produzir notícias devem satisfazer (entre outras coisas) três tarefas:

1. devem tornar possível o reconhecimento de um evento (inclusive dos excepcionais) como evento noticiável;
2. devem elaborar modos de relatar os eventos, que não levem em conta a pretensão de cada acontecimento de ser uma exposição idiossincrática;
3. devem organizar o trabalho temporal e espacialmente de maneira tal que os eventos noticiáveis possam fluir e ser trabalhados de modo planejado. Essas tarefas estão inter-relacionadas (TUCHMAN, 1977, p. 45).

Então, retornando aos aspectos das pesquisas do *newsmaking* sobre a informação produzida pelos meios de comunicação de massa, a cultura profissional dos jornalistas, a organização do trabalho e processos de produção refletem a noção de profissionalismo dos jornalistas que convivem com uma série de regras, códigos de conduta, estilos, estereótipos e formas de produção das notícias, práticas profissionais que definem a tribo jornalística, como diz Traquina (2012). Além da cultura profissional, existem ainda as regras, normas e restrições relacionadas às organizações jornalísticas, que acabam definindo o que será notícia e moldando os processos de produção pela escolha e o uso das fontes, a seleção dos eventos e como será sua cobertura dentro da linha editorial. Esses elementos determinam o que conhecemos como noticiabilidade (*newsworthiness*), ou a aptidão para um

evento se tornar noticiável. Dentro desse universo, os jornalistas seguem essas normas para cumprir as três tarefas destacadas na citação anteriormente transcrita. Ou seja, como escreveu Mauro Wolf, a noticiabilidade:

está estreitamente ligada aos processos que padronizam e tornam rotineiras as práticas de produção: ela equivale a introduzir práticas de produção estáveis numa “matéria-prima” (os acontecimentos do mundo), por sua natureza extremamente variável e imprevisível (WOLF, MAURO, 2012, p. 196).

Desse modo, Mauro Wolf (2012) e Traquina (2013) destacam a noticiabilidade como o conjunto de elementos utilizados como base para que as organizações jornalísticas administrem a quantidade e os tipos de acontecimentos de modo a selecionar as notícias. A noção de noticiabilidade é uma tentativa dos jornalistas de colocarem ordem no tempo e no espaço na busca por organizar as práticas de produção das notícias, como analisa Tuchman (1978) – uma forma de buscar o controle na seleção e na apuração do grande fluxo de acontecimentos que surgem em um ambiente marcado pelas tecnologias de informação e comunicação e pela convergência midiática (JENKINS, 2009).

A aplicação desses critérios é baseada nos valores-notícia, que são os componentes da noticiabilidade. Eles fazem parte de todo o processo de produção jornalística, desde a seleção dos acontecimentos, até a apuração, a edição e a publicação. A constituição e a definição dos chamados *new values* (TUCHMAN, 1978) são primordiais na avaliação e na escolha de um acontecimento que possa ser considerado noticiável e fazem parte da história do jornalismo. “Eles representam a resposta à seguinte pergunta: quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes, para serem transformados em notícias?” (WOLF; MAURO, 2012, p. 202).

Os valores-notícia, como fazem parte de todas as etapas de produção do trabalho jornalístico, são usados de duas maneiras, como destacam Golding e Elliot (1979): são essenciais na escolha do material apurado ou enviado para as redações e ainda servem como guia para o que deve ser publicado, recusado ou arquivado para outra ocasião, de acordo com as prioridades e o ritmo de trabalho nas organizações jornalísticas. A aptidão para o uso desses “guias” na produção das notícias exige o *corpus* do conhecimento teórico e técnico do jornalista, aliado à noção de profissionalismo que envolve, além do conhecimento, questões éticas e morais

relativas à profissão. Mosco (1981, p. 89) ressalta a importância desse *corpus* de conhecimento dos jornalistas em sua análise sobre o livro de Golding e Elliot. Segundo o autor, os jornalistas têm o chamado “faro para notícias”⁴⁸ e o poder de seleção. Afinal, “as notícias podem não existir, mas os fatos sim”⁴⁹, e os jornalistas fazem parte de um singular e particular grupo de pessoas que, mesmo “constrangidas” pelas forças econômicas, políticas, sociais e organizacionais, selecionam um fato ou acontecimento, filtram e publicam.

Essa perspectiva do trabalho jornalístico também implica possíveis “distorções involuntárias”, segundo Golding e Elliot. Isso porque os jornalistas, exatamente por estarem diante das pressões do trabalho diário, não têm um controle total da seleção dos fatos que podem ser noticiáveis. “Na realidade, os valores-notícia estão continuamente presentes nas interações cotidianas dos jornalistas em sua cooperação profissional” (GOLDING; ELLIOT, 1979, p. 114). Eles trazem referências importantes sobre a natureza dos acontecimentos e os objetivos das notícias. Essas referências, no caso, ajudam os jornalistas na elaboração dos noticiários. Quanto mais valores-notícia tem um acontecimento, mais chances de ser selecionado e publicado.

Nos estudos sobre o jornalismo, os autores Galtung e Ruge (1965) foram os primeiros a listar os critérios de noticiabilidade, no texto “The Structure of Foreign News”, publicado na revista científica *Journal of Peace Research*, do Instituto de Pesquisa da Paz, de Oslo, na Noruega. Os autores apontam os critérios que o jornalista, como *gatekeeper*, implícita ou explicitamente, aplica para selecionar os fatos que podem ser considerados notícia. Ou seja: como um evento se torna notícia e, portanto, tem valor-notícia. Durante a pesquisa, eles investigaram a cobertura jornalística de três crises políticas internacionais, no Congo, em Chipre e em Cuba, realizadas por quatro jornais noruegueses. A partir dos dados coletados e da análise dos textos jornalísticos, Galtung e Ruge (1965), apresentaram 12 fatores, ou hipóteses, como eles definiram, os quais condicionaram a seleção das notícias ou os valores-notícia dos eventos, que acabam determinando a frequência de publicação de determinados temas. Eles estão no quadro apresentado mais adian-

⁴⁸ “Nose for news”, no texto original.

⁴⁹ “The news does not exist, but events do”, no texto original.

te, que mostra a sistematização de valores-notícia de vários pesquisadores do jornalismo. O quadro foi reproduzido a partir do trabalho de Silva, G. (2014).

Bem antes, porém, do surgimento das pesquisas sobre o jornalismo, buscando responder à pergunta “por que as notícias são como são?” (TRAQUINA, 2012), o alemão Tobias Peucer, pesquisador de teologia e medicina, em sua tese de doutorado *Os Relatos Jornalísticos*⁵⁰, apresentada em 1690, na Universidade de Leipzig, Alemanha, chamava a atenção para diversos pontos que no futuro se tornam conceitos para entender o jornalismo. Sousa destaca a importância do trabalho de Peucer como precursor na construção das teorias do jornalismo. Afinal,

em vários excertos da tese de Peucer notam-se as preocupações do autor com algumas das questões centrais em torno das quais se tenta construir atualmente uma teoria da notícia e do jornalismo: os conceitos de notícia e de jornais; as relações entre “jornalismo” e história; o contributo da retórica e da evolução histórica para a estrutura das notícias; os critérios de noticiabilidade; os constrangimentos à produção de informação etc. (SOUSA, 2004, p. 36).

Assim, pode-se afirmar, a partir da leitura do trabalho, composto de 29 capítulos com até três parágrafos cada um, que Peucer, cuja tese de doutorado teve seu texto traduzido e publicado em revistas de estudos sobre mídia e jornalismo, aponta caminhos que só mais tarde foram tomados por vários pesquisadores das teorias do jornalismo. Peucer (2004) cita filósofos e retóricos gregos e romanos, como Cícero e Fábio Quintiliano, que havia mais de dois mil anos já lançavam as bases de pontos importantes do que hoje é considerada uma eficaz narrativa jornalística. Sobre essa influência da filosofia no jornalismo, discutida por Peucer, Sousa (2004) lembra que foram fixados “para a posteridade a fórmula dos *elementa narrationis* para contar novidades (circunstâncias de sujeito, objeto, lugar, tempo, causa e maneira, ou seja, ‘quem?’, ‘o quê?’, ‘onde?’, ‘quando?’, ‘por quê?’ e ‘como?’), tantas vezes atribuída erroneamente aos americanos do século XIX”. Ou seja: já existiam as bases do lide jornalístico e a noção da pirâmide invertida, quando o fato é contado em ordem decrescente de importância, bem antes da noção do discurso norte-americano sobre o que seria a técnica de elaboração do texto jornalístico.

⁵⁰ O título original, em latim, da tese de Peucer é *De Relationibus Novellis*. Segundo Sousa, “podendo a terminologia referir-se quer aos periódicos da época no seu conjunto quer às notícias em si, os relatos (“*relationes*”) de “novas comunicações” (“*novellae*”), ou seja, de novidades ou notícias” (2004, p. 32).

O texto de Peucer (2004) mostra a importância de discussões como o conceito de notícia, as condições e os constrangimentos da produção de informação, a ética jornalística e das qualidades do jornalista e até a noticiabilidade. Sobre notícia, ele destaca que “são relatos periodísticos (*relationes novellae*) que contêm a notificação de coisas diversas acontecidas recentemente em qualquer lugar que seja” (capítulo IV). Ou também são relatos “precipitados” para “satisfazer a curiosidade do povo, ávido por coisas novas” (capítulo XIX), “acompanhadas de uma certa utilidade e atualidade” (capítulo XXIV). Alguns teóricos do jornalismo, como Breed (1999), Soloski (1999) e Kunczik (2002) pesquisaram e escreveram artigos sobre os constrangimentos organizacionais nas empresas jornalísticas. Peucer apresentou um embrião dessas discussões sobre os campos de forças, destacados por autores como Bourdieu (1997), nas etapas no processo de seleção e produção das notícias. Sobre a cumplicidade e a dependência dos jornalistas em relação às fontes, por exemplo, o autor aponta: “que não se expliquem indiscriminadamente aquelas coisas dos príncipes que não querem que sejam divulgadas” e que “as pessoas prudentes aconselham que cabe esperar até que aqueles tenham desaparecido dentre os vivos ou que já não lhe possa causar danos”, já que “raramente foram ditas coisas verdadeiras sobre os príncipes que ainda vivem dado que os escritores esperam por uma adulação crescente” (capítulo XVII). Quando ocorrem os constrangimentos sobre o que o jornalista pode ou não escrever, ou as chamadas sanções, diz Peucer: “porque é coisa perigosa escrever sobre aquilo que pode lhe mandar ao degredo” (capítulo XVII).

Quanto a ética e qualidades do jornalista, Peucer (2004) faz sérias críticas ao que seria considerado jornalismo no século 17, que apresenta características similares às produções mais atuais. Segundo ele, a invenção do correio contribuiu para agilizar a disseminação das informações entre lugares distantes e os jornalistas, para “anunciar fábulas falsas junto com histórias verdadeiras, conseguiram a graça da curiosa novidade encontrar credibilidade aos olhos de muitos de maneira indiscriminada” e que “toda esta raça tem em comum o defeito de crer que a sua obra não se fará aceitar nem se tornará popular se não for misturada com fábulas” (capítulo VII).

Na tese de Peucer, logicamente, a discussão sobre a noticiabilidade, um dos focos da reflexão teórica deste trabalho, não aborda conceitos como valor-notícia, porém mostra uma capacidade intuitiva do autor para refletir sobre o assunto, pois ressalta como um fato pode ser destacado no texto jornalístico para atrair o público, o que é apresentado no capítulo IV.

Estes relatos, com efeito, têm mais em conta a sucessão exata dos fatos que estão interrelacionados e suas causas, limitando-se somente a uma simples exposição, unicamente a bem do reconhecimento dos fatos históricos mais importantes, ou até mesmo misturam coisas de temas diferentes, como acontece na vida diária ou como são propagadas pela voz pública, para que o leitor curioso se sinta atraído pela variedade de caráter ameno e preste atenção (PEUCER, 2004, p. 16).

Nesse contexto, quando Peucer escreve sobre os “fatos históricos mais importantes”, ressalta o critério da importância. Ainda no capítulo IV, ele comenta a existência das “coisas diversas acontecidas recentemente”, que seria o critério da atualidade. O caráter do insólito ou apelativo aparece nos trechos “a história quer o que é vero, seja antigo ou novo; e o que é insólito, ou não se narra ou o faz muito raramente” (capítulo XIII) e :

são desta natureza, em primeiro lugar, os prodígios, as monstruosidades, as obras ou os feitos maravilhosos e insólitos da natureza ou da arte, as inundações ou as tempestades horrendas, os terremotos, os fenômenos descobertos ou detectados ultimamente, fatos que têm sido mais abundantes que nunca neste século (PEUCER, 2004, capítulo XV).

Já sobre o valor-notícia notoriedade, ou a noticiabilidade dos fatos que envolvem personagens importantes, diz o autor: “são as coisas singulares, fatos realizados ou por Deus através da natureza, ou pelos anjos, ou pelos homens na sociedade civil ou na Igreja” (capítulo XIII). A partir da apresentação desses diversos trechos, pode-se perceber que a leitura do texto de Tobias Peucer traz importantes contribuições para as teorias do jornalismo e apresenta as bases para os conceitos dos critérios de noticiabilidade que foram listados pela primeira vez por Galtung e Ruge (1965), como já foi mostrado nesta seção. Afinal, a tese do pesquisador alemão é importante para entender várias questões relativas aos critérios de noticiabilidade, que podem ajudar na construção das reflexões teóricas deste trabalho.

Pode-se dizer que os critérios de noticiabilidade são universais. Em qualquer organização jornalística do mundo, assim como na mente de todos os jornalistas, os valores-notícia determinam as escolhas no enorme fluxo de acontecimentos

diários. As empresas, além da seleção do fato por si só, avaliam ainda as possibilidades e as condições estruturais ou técnicas para a cobertura de tal fato. O jornalista leva em conta detalhes que podem tornar o fato mais importante e interessante para o público, bem como a avaliação da empresa, que envolve contextos ligados a interesses financeiros e à linha editorial do veículo. A forma como essas escolhas são feitas determina que notícias serão divulgadas no mesmo dia, nos dias seguintes ou descartadas. Nessa linha de pensamento, quanto à categorização dos critérios de noticiabilidade e valores-notícia, autores como Traquina (2013), Mauro Wolf (2012) e Aguiar (2009b) discorrem sobre como os valores-notícia têm o poder, por diversas relações e combinações, de determinar a relevância da seleção de eventos nos processos de produção da notícia.

Traquina (2013) busca debater sobre o que é e o que não é notícia, discorrendo sobre os critérios de noticiabilidade em diferentes épocas históricas e a visão de vários pesquisadores do jornalismo. Ele inicia a discussão sobre o assunto relembrando um trecho do texto de Trotta (1992, p. 11) sobre o que disse o general William Tecumseh Sherman em um dia de outono de 1864, quando soube da morte de três jornalistas capturados e executados na frente de batalha pelas forças rebeldes: “‘Ótimo’, ironizou o general. ‘Agora vamos ter notícias do inferno antes do café da manhã!’”.⁵¹ Segundo Nelson Traquina, a tendência dos jornalistas de enfatizarem o lado negativo das notícias tem raízes exatamente nos valores-notícia usados na seleção dos acontecimentos, valores esses que são elementos essenciais na narrativa jornalística. O autor destaca relatos interessantes para entender como os valores-notícia mudaram bem pouco com o passar do tempo. Afinal, como nos lembra Kunczik (2002), a preocupação com a necessidade de escolher, entre muitos acontecimentos, aqueles que mereçam ser divulgados é antiga e vem desde antes do nascimento dos jornais no século 17.

Traquina (2013, p. 62) cita as chamadas “folhas volantes”, que também foram lembradas por Eco (1979, p. 12) como “os primeiros impressos populares do século 16”, “editados por tipografias menores a pedido de livreiros ambulantes e saltimbancos para serem vendidos ao povo miúdo, nas feiras e praças”. Ofereciam ao seu público histórias de paixão, amor, morte, aventuras. Traquina (2013, p. 62)

⁵¹ “‘Good’, he snipped. ‘Now we’ll have news from hell before breakfast!’”, no texto original.

conta que, antes do aparecimento dos primeiros jornais, no século 17, eram notícias nessas publicações os assuntos internacionais sobre guerras e tratados comerciais. Os outros eventos de destaque eram “os acontecimentos bizarros”, como milagres, abominações e catástrofes. Bebês nascidos com deficiências, o aparecimento de monstros e histórias de feitiçarias também faziam sucesso. “Em 1609, uma folha volante relatou que dois dragões foram vistos por cima da cidade de Ghent”, Alemanha, e outra notícia falava sobre “um homem chamado Stubbe Peter, que morava perto de Colônia e que tinha recebido um cinto mágico do diabo, que lhe permitia transformar-se em um lobo”. Ou seja: os valores-notícia mais comuns envolviam a notoriedade das personagens das histórias e o insólito ou o que produzia espanto, euforia e surpresa. Não muito diferentes dos tabloides sensacionalistas de hoje em dia.

O processo de seleção de acontecimentos que podem ser notícia é tema de discussões em textos de vários pesquisadores sobre o jornalismo. Diversos autores buscam organizar e sistematizar os valores-notícia. A proposta aqui não é conceituar todos eles, pois esta seção visa lançar bases teóricas para as análises das notícias sobre os animais, objeto de estudo desta tese. Para os estudiosos interessados em aprofundar as pesquisas, trazemos a seguir a reprodução do quadro elaborado pela pesquisadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Gislene Silva, autora no livro *Critérios de Noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações*, referenciado no fim deste trabalho. Ela fez um levantamento de vários valores-notícia sistematizados por diversos autores e organizou um elenco simplificado (Quadro 1) “com o objetivo de operacionalizar análises de notícias” (Silva, G., 2014, p. 51).

Quadro 1 – Autores-elenco de valores-notícia.

Stieler: novidade, proximidade geográfica, proeminência e negativismo.
Lippmann: clareza, surpresa, proximidade geográfica, impacto e conflito pessoal.
Bond: referente à pessoa de destaque ou personagem público (proeminência); incomum (raridade); referente ao governo (interesse nacional); que afeta o bolso (interesse pessoal/econômico); injustiça que provoca indignação (injustiça); grandes perdas de vida ou bens (catástrofe); consequências universais (interesse universal); que provoca emoção (drama); de interesse de grande número de pessoas (número de pessoas afetadas); grandes somas (grande quantia de dinheiro); descoberta de qualquer setor (descobertas/invenções); assassinato (crime/violência).
Galtung/Ruge: frequência, amplitude, clareza ou falta de ambiguidade, relevância, conformidade, imprevisão, continuidade, referência a pessoas e nações de elite, composição, personificação e negativismo.
Golding/Elliott: drama, visual atrativo, entretenimento, importância, proximidade, brevidade, negativismo, atualidade, elites, famosos.
Gans: importância, interesse, novidade, qualidade, equilíbrio.
Warren: atualidade, proximidade, proeminência, curiosidade, conflito, suspense, emoção e consequências.
Hetherington: importância, drama, surpresa, famosos, escândalo sexual/crime, número de pessoas envolvidas, proximidade, visual bonito/atrativo.
Shoemaker et al.: oportunidade, proximidade, importância/impacto, consequência, interesse, conflito/polêmica, controvérsia, sensacionalismo, proeminência, novidade/curiosidade, raro.
Wolf: importância do indivíduo (nível hierárquico), influência sobre o interesse nacional, número de pessoas envolvidas, relevância quanto à evolução futura.
Erbolato: proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência, aventura/conflito, consequências, humor, raridade, progresso, sexo e idade, interesse pessoal, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, política editorial, oportunidade, dinheiro, expectativa/suspense, originalidade, culto de heróis, descobertas/invenções, repercussão, confidências.
Chaparro: atualidade, proximidade, notoriedade, conflito, conhecimento, consequências, curiosidade, dramaticidade, surpresa.
Lage: proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo, identificação humana.

Fonte: SILVA, 2014, p. 62.

Como se pode observar, alguns valores-notícia são similares e até ganham o mesmo nome entre os autores citados. Contudo, pode-se ver que todos os autores, de um jeito ou de outro, levam em conta determinadas características marcantes que todo acontecimento deve apresentar para se tornar notícia. A definição de Gislene Silva sobre o conceito de noticiabilidade apresenta as várias questões geradoras de debates nesses estudos.

É no percurso dessa longa cadeia produtiva da notícia que devemos investigar a rede de critérios de noticiabilidade, compreendendo noticiabilidade (*newsworthiness*) como todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo de produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais (SILVA, 2014, p. 52).

Essas questões despertam debates e geram diversas problematizações sobre os critérios de noticiabilidade. Marcos Paulo da Silva (2014) discute os grupos de teorias que buscam entender as bases dos valores-notícia na elaboração das notí-

cias, apontados por autores como Gans (1979). O primeiro grupo é centrado nos jornalistas e considera que a seleção dos acontecimentos é baseada no pensamento dos profissionais. Estudos como o de David Manning White, realizado em 1950, sobre a dinâmica da seleção das notícias pelos jornalistas, o clássico *gatekeeping*, enquadram-se neste grupo. O segundo grupo parte do princípio de que a seleção é influenciada por requisitos determinados pelas organizações jornalísticas, influenciando as narrativas jornalísticas. Pesquisas sobre a Teoria Organizacional de autores como Breed (1999) e Soloski (1999) são um exemplo dessa abordagem.

O terceiro grupo de teorias relaciona a seleção dos acontecimentos que podem ser notícia com a própria natureza dos eventos. Ou seja: é um grupo que defende o paradigma, ou um ideal de objetividade jornalística, dentro das perspectivas da teoria do espelho, que, como destaca Traquina (2012, p. 148), defende que “as notícias são como são porque a realidade assim as determina”. Esse grupo é alvo de muitas críticas, porque, observando as notícias apresentadas por várias organizações, pode-se perceber que elas recebem enfoques e tratamentos diferentes, sem contar com os debates infinitos sobre a objetividade jornalística, os quais envolvem questões profissionais organizacionais e dos jornalistas.

“O quarto grupo de teorias, o mais amplo deles, explicita o processo de seleção noticiosa a partir de forças oriundas de exterior das organizações jornalísticas” (SILVA, 2014, p. 28). Ou seja: a seleção dos acontecimentos e o conteúdo das notícias são determinados por pressões de grupos de interesse em modelos de jornalismo dentro de uma visão capitalista. As teorias da ação política podem se enquadrar neste grupo, porque avaliam a mídia como reprodutora de interesses econômicos e políticos (TRAQUINA, 2012).

Guerra (2014, p. 39) também problematiza o conceito e busca fundamentar a discussão a partir da diferença entre valor-notícia e critério organizacional. O primeiro seria a base para um “ideal” de notícia a partir das características dos acontecimentos e o segundo seria a indicação de uma notícia “possível” dentro dos parâmetros e rotinas de produção em cada empresa jornalística. O autor também sustenta uma distinção entre valores-notícia de “referência” – “aqueles efetivamente em vigor”, que são implementados pelos critérios organizacionais – e valores-notícia “potenciais” – “aqueles para os quais pode haver uma demanda,

mas que ainda não foram efetivamente incorporados às políticas editoriais”. As buscas por respostas sobre como os acontecimentos se tornam notícias incentivam o surgimento de várias pesquisas que contribuem para a evolução das pesquisas sobre as teorias do jornalismo.

Para a reflexão teórica deste trabalho, um dos autores que merecem destaque nessa sistematização é Mauro Wolf. Segundo ele, a noticiabilidade:

corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os aparatos de informação enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias (WOLF, 2012, p. 196).

Segundo as pesquisas de Aguiar (2009b), Mauro Wolf é um dos estudiosos das teorias do jornalismo que buscam nos ajudar a entender a dinâmica dos valores-notícia na escolha dos eventos diários pelas empresas jornalísticas que controlam quantidade e tipo de acontecimentos que poderão se tornar notícia, dentro de um ritmo intenso de trabalho que pressiona os jornalistas a escolhas tensas e constantes. Conforme Mauro Wolf (2012, p. 207), os valores-notícia “derivam de admissões implícitas”, relativas a cinco critérios. Em primeiro lugar, aparecem os critérios substantivos, que são relacionados com os conteúdos da notícia ou com o modo como os eventos se tornam notícia. Eles são baseados em dois fatores, sobre os quais, durante este trabalho, vamos aprofundar as reflexões: a importância e o interesse da notícia.

A importância pode ser determinada por quatro variáveis, de acordo com Mauro Wolf (2012). A primeira é o grau e o nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável – a notoriedade –; ou seja, quanto mais o acontecimento destacar pessoas e locais notáveis, maior será a chance de se tornar notícia. Na análise das notícias sobre animais, que estão mais detalhadas no terceiro capítulo deste trabalho, foi criada a categoria “celebridades”, a qual inclui narrativas jornalísticas mostrando animais que se tornam mais notórios do que os humanos envolvidos no acontecimento. Um exemplo é a notícia postada, em ja-

neiro de 2018, na versão *on-line* do jornal *The Washington Post*: “Conheça Challenger, uma águia americana cujas habilidades estão em alta.”⁵²

Challenger é a estrela da notícia, e o *Post* percebeu o potencial da história. O pássaro, de 28 anos idade (a expectativa de vida desses animais é, em média, 20 anos na natureza e pode aumentar em cativeiro), é treinado para voar livremente durante a execução do hino nacional norte-americano, um feito que ele realizou em mais de 350 eventos públicos nas últimas duas décadas. Entre eles: mais de 80 jogos da temporada regular da NFL; três jogos da NFL Pro-Bowl AllStar; NCAA National College Football Championship; 11 jogos da World Series; dezenas de jogos da temporada regular da Major League Baseball; e o Indianapolis 500. Quando as águias foram removidas da lista de espécies ameaçadas de extinção em 2007, Challenger estava lá. “Não escolhemos democratas e republicanos”, disse seu treinador, Al Cecere, presidente e diretor executivo da American Eagle Foundation. “Challenger representa todos os americanos.” Esse é um caso clássico em que os animais se tornam as personagens notáveis da notícia no lugar dos humanos.

Em seguida, segundo Mauro Wolf (2012), vem o impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional – a variável proximidade –, o potencial de um acontecimento ser notícia em relação com a proximidade geográfica, econômica, cultural e política, destacando sua capacidade de influir ou incidir sobre os interesses do país. A terceira variável é a quantidade de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve, ou a relevância. Quanto maior o número de pessoas envolvidas em um desastre ou concerto de rock, por exemplo, mais importante é a notícia. A quarta variável é a significatividade do acontecimento em relação aos desenvolvimentos futuros de uma determinada situação. Refere-se à cobertura reservada aos primeiros episódios de eventos com duração prolongada, os quais ganham maior destaque que os acontecimentos intermediários.

Como já foi destacado, os critérios substantivos são divididos em duas vertentes: a importância e o interesse da notícia. As notícias consideradas importantes

⁵² MEET Challenger, a bald eagle whose soaring skills are in high demand. *The Washington Post*. 12 jan. 2018. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/animalia/wp/2018/01/12/meet-challenger-a-bald-eagle-whose-soaring-skills-are-in-high-demand/>. Acesso em: jun. 2018.

são selecionadas praticamente de forma obrigatória; ou seja, a escolha desses acontecimentos é determinada porque eles fazem parte do grupo de notícias de interesse público (como as mudanças na política econômica de um país). No caso das notícias sobre animais, pode-se ressaltar a notícia postada na versão *on-line* do jornal *O Globo*, em março de 2018, com o título “Baleia encontrada morta tinha 40 quilos de plástico no estômago”⁵³. Neste trabalho, a narrativa se encaixou nas categorizações “engajamento” e “mobilização”, as quais mostram iniciativas humanas que buscam proteger os animais, e “direitos”, a qual discorre sobre a importância dos animais como sujeitos de direitos.

Na notícia, a baleia foi encontrada nas Filipinas e os pesquisadores disseram estar horrorizados com a quantidade de plástico encontrada no estômago do animal. O texto claramente mostra a importância de proteger os animais e deter a poluição dos oceanos. Ou seja: um assunto de interesse público. A opção d’*O Globo* por esse tipo de notícia mostra manifestamente que o veículo está atento sobre a importância da temática entre os leitores.

Já as notícias interessantes, ou as de interesse do público, dão lugar às avaliações mais heterogêneas e mais abertas às opiniões subjetivas. Elas são muito atraentes para os leitores ou espectadores e, como possuem altas posições nos valores-notícia, costumam ganhar destaque na hora da seleção feita pelos jornalistas e pelas organizações jornalísticas na escolha dos acontecimentos. São as notícias com potencial de entretenimento ou as que buscam dar ao acontecimento o tom de “interesse humano”, enfatizando o insólito, o diferente. Ou seja: a capacidade de entreter é um dos fatores que garantem que um acontecimento ganhe *status* de notícia. São as histórias de pessoas que realizam feitos especiais ou heróicos; pessoas comuns que fazem coisas insólitas; histórias de inversão de papéis; celebridades ou autoridades observadas em momentos de sua vida privada.

Várias narrativas jornalísticas sobre animais, no *corpus* analisado para este trabalho, também mostram essas características. Os animais, porém, tornam-se os protagonistas dessas notícias, na linha dos *faits divers*, muitas vezes insólitas e

⁵³ BALEIA encontrada morta tinha 40 quilos de plástico no estômago. *O Globo*. 18 mar. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/baleia-encontrada-morta-tinha-40-quilos-de-plastico-no-estomago-23530755>. Acesso em: 10 dez. 2018.

fantásticas. É o caso da história de Zero, um cachorro da raça Cão Montanha dos Pirineus, contada na notícia “Uma família salva um cão da morte certa. Anos depois, ele morre, salvando suas vidas em um tiroteio”⁵⁴, postada na versão *on-line* do jornal *The Washington Post*. Zero foi baleado e morto enquanto defendia sua família humana de um atirador que abriu fogo durante uma festa de aniversário. A narrativa do *Post* destaca o insólito e o diferente sobre o cão herói, que entrou na vida de sua família humana quando foi encontrado três anos antes, em uma rodovia do Texas (EUA). Ele tinha um mês de idade e estava sozinho com uma pata quebrada. A família salvou Zero da morte e ele retribuiu anos depois. Levou três tiros e continuou atacando o atirador até morrer, salvando a todos. A matéria termina com a declaração de Laura Martinez, um dos membros da família humana de Zero. “Nós fomos feitos para encontrá-lo”, disse ela em uma entrevista. “E o que ele fez foi o que ele deveria fazer. Esse é o único pensamento que me faz sentir melhor.” Na época da postagem a notícia ficou entre os destaques da semana. Dessa forma, pode-se perceber que as histórias envolvendo animais já ganham destaque entre as notícias de interesse do público, algo mais incomum de encontrar e observar alguns anos atrás.

Em segundo lugar, após os critérios substantivos, ficam os “critérios relativos ao produto”. Eles abrangem as classes de valores-notícia que levam em conta as possibilidades técnicas organizacionais. Trata-se de saber se o evento é acessível para os jornalistas, se ele pode ser facilmente coberto ou se requer muitos recursos técnicos e financeiros da organização jornalística. Nesse critério, está incluída a brevidade. As notícias devem apresentar todas as informações disponíveis, mas ser curtas, para chamar a atenção. Esse limite dado às notícias é essencial, a fim de deixar espaço para a seleção de eventos do dia. Entre os critérios de relevância relativos ao produto, inclui-se o que se refere à notícia como resultado da ideologia da informação. Esse critério parte da ideia de que os eventos noticiáveis são aqueles que representam uma infração, um desvio, uma ruptura no que é considerado a ordem natural das coisas. “Quanto mais um acontecimento for negativo nas suas consequências, maior será a probabilidade de se tornar notícia”

⁵⁴ A FAMILY rescued a dog from certain death. Years later, he died saving their lives in a shooting. *The Washington Post*. 26 mar. 2019. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/science/2019/03/26/dog-dies-saving-his-family-during-birthday-party-shooting/>. Acesso em: mar. 2019.

(GALTUNG; RUGE, 1965, p. 70). O interesse dos jornalistas por esse tipo de acontecimento é um reflexo da reação dos leitores e espectadores, que se interessam mais por fatos pontuais e diferentes do que pelos eventos rotineiros. A “ideologia da notícia” está ligada à natureza fragmentária da cobertura jornalística.

O valor-notícia novidade também faz parte dos critérios ligados ao produto informativo. Ele é baseado na premissa de que as notícias devem destacar eventos divulgados no momento da transmissão do noticiário. Quanto mais recente a informação, mais chances de ganhar espaço nos jornais. A novidade está ligada à periodicidade da produção da informação, que constitui um quadro de referência na percepção dos acontecimentos diários. As rotinas de produção nas empresas jornalísticas estabelecem a seguinte delimitação: os eventos noticiáveis devem ter ocorrido no período de 24 horas entre um noticiário e outro para ter mais possibilidades de ganhar espaço nos noticiários. Segundo Gans (1979, p. 167), “os jornalistas avaliam a novidade em relação ao fato de uma notícia ser nova para eles mesmos, presumindo que, se for assim, será nova também para o público”. Algumas vezes, essas notícias nem são consideradas algo novo pelas próprias fontes, mas os jornalistas, por meio de suas técnicas do discurso, destacam a novidade. No critério “atualidade interna”, os jornalistas avaliam se uma notícia é atual para eles próprios e, caso seja, também o será para os leitores.

Outro critério ligado à novidade é o “tabu da repetição”. Se uma notícia é considerada parecida com outras ou considerada repetitiva, ela pode deixar de ser considerada noticiável. Contudo, isso nem sempre é regra, pois o valor-notícia importância é a prioridade no noticiário. Sendo assim, muitas notícias consideradas importantes exigem coberturas constantes e repetidas, como tragédias, acidentes naturais e casos de corrupção.

O último valor-notícia relativo ao produto é a composição equilibrada em seu conjunto. A noticiabilidade de um fato está ligada ao quanto uma determinada categoria de acontecimentos já está sendo divulgada nos noticiários. Se for nova, mesmo não sendo muito importante, maior é a probabilidade de a notícia ser publicada ou exibida pelos meios de comunicação. Isso porque a proposta é equilibrar a composição dos noticiários.

Em terceiro lugar, Mauro Wolf (2012) discorre sobre os critérios relativos ao meio, que estão associados à relevância do produto jornalístico em relação ao público. Eles são mais complexos do que parecem, porque abrangem as técnicas utilizadas para tornar a notícia mais atraente e entreter, fornecendo um produto interessante para o público sem cair no sensacionalismo e sem passar dos limites, mantendo o bom gosto e a decência em relação ao acontecimento. Outro critério é a frequência, o lapso de tempo necessário para que o evento assuma forma e adquira significado. Quanto mais a frequência do acontecimento for semelhante à frequência do meio de informação, maior a chance de ser noticiável.

O valor-notícia formato, também relativo ao meio refere-se aos limites de espaço e de tempo que caracterizam o produto informativo. Esse critério facilita a escolha dos eventos, porque determina uma pré-seleção. As notícias, de acordo com o meio de comunicação, devem apresentar uma estrutura narrativa adequada para atrair e informar o público. Qualquer mudança nessas estruturas também implica avaliações e composições de diversos conjuntos de valores-notícia na seleção dos acontecimentos noticiáveis.

Em quarto lugar, estão os critérios relativos ao público. É um aspecto de complicada definição, porque envolve a imagem do público, compartilhada pelos jornalistas. Na verdade, os jornalistas conhecem pouco seu público, mesmo com todas as pesquisas de audiência sobre hábitos e preferências. Alegando profissionalismo, experiência, empenho e ritmo intenso de trabalho, os jornalistas acreditam que sabem o que é interessante para o público. Essas questões são destacadas por Mauro Wolf (2012, p. 223) exatamente porque “o termo de referência constituído pelo público (ou melhor, pelas crenças que os jornalistas possuem a respeito do público) e os limites dessa referência são um dos pontos mais interessantes e menos aprofundados na temática do *newsmaking*”.

Na quinta posição, estão os critérios relativos à concorrência. A situação de competição determina três tendências que, por sua vez, refletem-se em alguns dos valores-notícia precedentes, reforçando-os. Na primeira tendência, os meios de comunicação concorrentes competem pela exclusividade da notícia, porém as novas tecnologias de informação e comunicação dificultam, cada vez mais, a conquista do furo jornalístico. Isso contribui para que as empresas jornalísticas con-

centrem seus esforços na cobertura de fontes oficiais e celebridades, o que acaba tornando os noticiários similares uns aos outros. A segunda tendência é baseada nas expectativas dos meios de comunicação de que uma notícia é selecionada a partir do interesse dos concorrentes por determinados fatos. Por fim, em terceiro, essas expectativas contribuem para a falta de inovação na forma de selecionar as notícias, porque os jornalistas não querem ser repreendidos por seus superiores. Uma nova forma de seleção poderia contribuir para maior diversificação do produto jornalístico. Essa competição contribui para a formação de modelos de rotinas de produção das notícias.

Os valores-notícia são as qualidades da construção jornalística dos acontecimentos e eles se materializam na narrativa jornalística a partir da visão do jornalista. Já destacamos que a seleção dos acontecimentos também depende de outros fatores, como a linha editorial e as rotinas de produção das organizações jornalísticas. Contudo, é inegável que a primeira etapa na seleção de um fato depende da forma como o jornalista o vê. Bourdieu (1997, p. 25) afirma que os jornalistas possuem “óculos especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado”. Esses “óculos”, que, para cada jornalista, podem ter várias cores e matizes, são os valores-notícia e fazem parte dos saberes adquiridos desde a faculdade até o cotidiano nas empresas jornalísticas. Através dos “óculos” de Bourdieu, os jornalistas selecionam os acontecimentos e constroem o discurso jornalístico. Nesse caso, a partir das ideias de Mauro Wolf (2012), um dos pontos centrais na discussão sobre a noticiabilidade dos acontecimentos seria a contradição entre os dois critérios substantivos da noticiabilidade: a importância e o interesse da notícia. Essa contradição faz parte da história do jornalismo e permanece nas rotinas de produção desde os impressos até os *sites* de notícias.

A importância e o interesse da notícia são como dois pratos de uma balança pela qual o jornalismo busca o equilíbrio em questões opostas. Esse, inclusive, é um dos debates dentro das discussões da teoria democrática dos jornalistas. Kovach e Rosenstiel (2003, p. 43), quando questionam para que serve o jornalismo, buscam despertar a reflexão sobre o papel dos jornalistas em fornecer as informações necessárias para que a sociedade “se autogoverne”. No entanto, segundo eles,

isso acaba sendo uma ilusão, porque o público não se importa. “O governo opera e nós não passamos de observadores periféricos.” Nesse contexto, como fica o jornalismo entre a importância e o interesse da notícia? O que importa é a função social do jornalismo de informar a população ou o poder econômico das empresas jornalísticas, que detêm experiência e conhecimento para transformar o acontecimento em notícia, atraindo a audiência? Como funcionam os “óculos” dos jornalistas nessas questões?

O jornalista Walter Lippmann, já citado neste texto, e o filósofo John Dewey entraram em um dos debates mais conhecidos sobre a questão da opinião pública e da democracia no século 20. As reflexões dos dois autores se encaixam, na visão de Kovach e Rosenstiel (2003), nas discussões da teoria democrática, que define um papel adversarial entre o poder político e o jornalismo ou, como se pode dizer, define o jornalismo como o Quarto Poder.

Lippmann (2010, p. 37) expôs a ideia de que a democracia é um sistema falho. Segundo ele, “o que cada homem faz está baseado não em conhecimento direto e determinado, mas em imagens feitas por ele mesmo ou transmitidas a ele”. Essas imagens mentais são recebidas em grande parte da imprensa, que possui suas falhas, argumenta o autor, questionando a função social e o interesse econômico da imprensa. Além disso, o público não teria condições de entender uma verdade, mesmo se ela viesse à tona, porque todos estão presos a seus preconceitos, estereótipos, falta de atenção e ignorância.

A velocidade, a precisão e a qualidade intelectual são perturbadas pelo que nos acostumamos a chamar de conflito emocional [...] Obviamente nossa opinião pública está em intermitente contato com complexidades de toda espécie; com interesse econômico e ambição, animosidade pessoal, preconceito racial, sentimento de classe e tudo o mais. Eles distorcem nossa leitura, nosso pensamento, nossa conversação e nosso comportamento numa variedade de formas (LIPPMANN, 2010, p. 77).

Já Dewey (2012) acredita que o objetivo da democracia não é administrar assuntos públicos, mas permitir que o povo desenvolva seu potencial. Segundo ele, o indivíduo faz críticas no calor dos sentimentos e, na maioria das vezes, sem pensar. A sociedade deve ter o controle da opinião, mas isso só acontece pela comunicação e pelo conhecimento. Quando faz análises sobre a democracia, a organização do Estado e a relação do público sobre os aspectos políticos da vida soci-

al, o autor acredita que, em uma sociedade democrática, é essencial integrar o indivíduo como sujeito atuante no âmbito político.

A democracia política, tal como existe hoje, exige críticas adversas em abundância. [...]. Toda crítica política inteligente é comparativa. Não lida com situações de tudo ou nada, mas com alternativas práticas; uma atitude indiscriminada absolutista, seja em louvor ou culpa, atesta o calor do sentimento e não a luz do pensamento (DEWEY, 2012, p. 101).⁵⁵

O debate entre Lippmann e Dewey passou, mas as discussões sobre o papel dos jornalistas na posse dos “óculos” de Bourdieu continuam. Quando avaliam um acontecimento e seus valores-notícia, os jornalistas imaginam o que o público quer saber. Ou, como diziam Kovach e Rosenstiel, “ainda que de forma inconsciente, todo jornalista funciona com base na mesma teoria da democracia” (2003, p. 45). Mais uma vez, entra em debate o dilema entre função social e interesses econômicos do jornalismo.

Habermas, em suas reflexões sobre a opinião pública, que incluem questões relativas à teoria democrática do jornalismo, faz algumas críticas, porque, argumenta ele, “o mundo criado pelos meios de comunicação de massa é esfera pública apenas na aparência” (2014, p. 377). Ele afirma que, em comparação com as comunicações impressas, os programas que as novas mídias difundem acabam cerceando de maneira peculiar as reações do receptor. Cativam o público ouvinte e espectador, mas, ao mesmo tempo, privam-no da distância da “maioridade”; ou seja, da oportunidade de poder falar e contradizer.

O que Mauro Wolf (2012) chama de importância da notícia como critério de noticiabilidade, Habermas (1977, 2014) destaca como notícias de interesse público, as quais envolvem questões que propõem análises e reflexões sobre a sociedade por meio de uma narrativa jornalística marcada por objetividade e isenção; ou seja, uma narrativa que tem como critério de noticiabilidade a questão da importância. É a chamada imprensa de referência, ou jornalismo de referência. As notícias interessantes são as que envolvem a questão do entretenimento no jornalismo – conceito estudado por autores como Aguiar (2008a, 2008b, 2009a, 2009b,

⁵⁵ “Political democracy as it exists today calls for adverse criticism in abundance. [...]. All intelligent political criticism is comparative. It deals not with all-or-none situations, but with practical alternatives; an absolutistic indiscriminate attitude, whether in praise or blame, testifies to the heat of feeling rather than the light of thought (DEWEY, 2012, p. 101).

2012), Aguiar e Barsotti (2016), Aguiar e Schaun (2016), Dejavite (2006), Gabler (1999), Kunczik (2002), Neveu (2005) e Schudson (2010) – e da chamada sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997). Elas são chamadas de notícias de interesse do público porque têm a capacidade de atrair a atenção. Basicamente, são notícias com pouca importância social, porém mais atrativas para o público: notícias sensacionalistas e *faits divers* (BARTHES, 1964) ou o jornalismo sobre o insólito, o inusitado.

Bourdieu destaca essa dicotomia no que ele chama de propriedades do campo jornalístico, e fala sobre como esse campo contribui para reforçar o “comercial” em detrimento do “puro”. Ambos os campos (notícias importantes e notícias interessantes) fazem parte da notícia colocada à venda. Segundo ele, o campo jornalístico se consolidou no século 19:

em torno da oposição entre os jornais que ofereciam antes de tudo “notícias”, de preferência “sensacionais” ou, melhor, “sensacionalistas”, e os jornais que propunham análises e “comentários”, aplicados em marcar sua distinção com relação aos primeiros, afirmando abertamente valores de “objetividade”; ele é o lugar de uma oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação: o reconhecimento pelos pares concedido aos que reconhecem mais completamente os “valores” ou os princípios internos, e o reconhecimento pela maioria, materializado no número de receitas, de leitores, de ouvintes ou de espectadores, portanto na cifra da venda (*best-sellers*) e no lucro em dinheiro, sendo a sanção do plebiscito, nesse caso, inseparavelmente em veredito do mercado (BOURDIEU, 1997, p. 104).

As discussões teóricas sobre os critérios de noticiabilidade e os dois lados da mesma moeda (que são os critérios de importância e interesse da notícia) feitas até aqui objetivam dar o pontapé inicial para o aprofundamento e a complementação da revisão teórica sobre o entretenimento, o infotainment e o jornalismo em rede; tais discussões também se encontrarão no capítulo 3, sobre as análises e sistematizações dos valores-notícia presentes nos acontecimentos sobre os animais na mídia. A partir da resenha sobre os critérios de noticiabilidade e parafraseando a pergunta de Mauro Wolf (2012) já citada, os valores-notícia nos fatos sobre animais seriam a resposta para a seguinte questão: como os animais se tornam suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias? Voltando aos “óculos” de Bourdieu (1997, p. 25) podemos dizer que o jornalista percebe a emergência do biocentrismo, ou a mudança no pensamento para uma nova ética nas relações entre humanos e animais. Podemos refletir sobre essa questão a partir de Kunczik (2002, p. 242), que comenta sobre os

chamados “valores informativos” de Lippmann (2010), abordados no primeiro capítulo do livro *Opinião Pública*, intitulado “O mundo exterior e as imagens em nossas mentes”. Segundo o pesquisador alemão, “em última análise, os valores informativos nada mais são que as suposições intuitivas dos jornalistas com referência aquilo que interessa a um público determinado, àquilo que chama sua atenção”.

Antes de prosseguir, vamos destacar que a intenção não é atribuir apenas à “intuição” a capacidade dos jornalistas de selecionarem os fatos sobre animais como notícias potenciais. Afinal, a reflexão teórica feita sobre a noticiabilidade até aqui mostra que as escolhas dos jornalistas envolvem também questões profissionais e os interesses das empresas jornalísticas. Na verdade, esse é um ponto de partida para as análises das notícias que são objeto de estudo neste trabalho. É a relação entre as mudanças de uma sociedade antropocêntrica para uma sociedade biocêntrica, discussão realizada no primeiro capítulo desta tese, refletida pelas mudanças nas relações entre humanos e animais, sendo vistas e captadas pelos jornalistas e divulgadas nas narrativas do jornalismo em rede.

Outro ponto importante destacado por Wolf e confirmado até agora a partir das reflexões teóricas é que os valores-notícia “alteram-se no tempo e, mesmo apresentando uma forte homogeneidade dentro da cultura profissional (além das divisões ideológicas, de geração, de meio de expressão etc.), não permanecem sempre os mesmos” (2012, p. 205). As temáticas abordadas pelos meios de comunicação de massa mudam com o tempo. Argumentos, questões e debates, que antes eram considerados mais importantes ou corretos, mudam em diversos momentos da história. O tema animais pode ser um exemplo. Se formos comparar notícias sobre proteção dos animais publicadas em épocas diferentes, podemos observar que as narrativas jornalísticas sempre alertaram sobre o perigo de extinção de algumas espécies, como de baleias, sobre a importância da vacinação de animais domésticos contra a raiva ou sobre animais envolvidos em problemas de saúde pública. Atualmente, porém, podem-se perceber grandes mudanças no discurso jornalístico. As matérias mais recentes destacam esses fatores, mas vão além. Mostram a importância dos animais nas nossas vidas e que eles também merecem ser cuidados e respeitados, porque fazem parte do ambiente em que vivemos. Os

animais deixam de existir apenas para nos servir e atender a nossos interesses. Eles ganham *status* de seres sencientes. Dizer que um ser é senciente é reconhecer que ele é capaz de sentimentos como dor, angústia, solidão, amor, alegria, raiva etc. Tal característica começa a ser reconhecida nos animais e deixa de ser um privilégio do ser humano. Os movimentos de defesa dos animais começam a fazer notícia, tornando-se significativos e interessantes para o público.

Não se pode negar que os animais, ressaltando nesse caso o valor-notícia notoriedade, conquistaram a mesma posição de celebridades e autoridades como personagens de destaque na notícia. Um exemplo é a repercussão da morte do cãozinho Boo, um Lulu da Pomerânia que morreu em janeiro de 2019, aos 12 anos, em virtude de problemas cardíacos. Conhecido “o cão mais fofo do mundo”, tinha mais de 16 milhões de seguidores no Facebook e 621 mil seguidores em seu perfil na rede social Instagram. A notícia da morte de Boo foi destacada por vários veículos jornalísticos e nas redes sociais (*O Globo*, 2019).

A partir de histórias como a comoção pela morte de Boo, repercutida por vários órgãos de informação, pode-se dizer que os acontecimentos sobre os animais guardam uma série de valores-notícia possíveis, que trazem várias expectativas ainda não exploradas pelas empresas. Ou seja: as notícias sobre animais são importantes ou interessantes? Sim, podem ser os dois. Essa questão será aprofundada no terceiro capítulo desta tese, o qual trará as categorias para caracterizar as notícias sobre os animais.

3.2. Jornalismo e entretenimento: um vínculo histórico

Uma panda fêmea, chamada Yang Yang, faz sucesso no zoológico de Viena, na Áustria. Uma matéria⁵⁶ escrita pelo jornalista Heinz-Peter Bader e postada no dia 27 de agosto de 2018 no *site* de entretenimento F5, que está no menu de opções de acesso da versão *on-line* do jornal *Folha de S. Paulo*, destaca o que é notícia na vida do animal. Yang Yang aprendeu a usar pincéis e pinta pequenos

⁵⁶ PANDA pintora tem obras vendidas por R\$ 42.300 no zoológico de Viena. *Folha de S. Paulo*. 27 ago. 2018. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/bichos/2018/08/panda-pintora-tem-obras-vendidas-por-r-2300-no-zoologico-de-viena.shtml>. Acesso em: 27 ago. 2018.

quadros, que são vendidos pela Internet por 490 € (cerca de R\$ 2.300,00) cada uma. Os fundos serão usados para a publicação de um livro sobre pandas do zoológico austríaco.

Uma onça parda com deformidade ocular, um beija-flor que caiu em uma panela com óleo frio, um lagarto teiú que foi atropelado. Esses são alguns dos pacientes do veterinário especialista em animais silvestres e exóticos Fábio Franco. Ele desenvolve esse trabalho há oito anos em sua clínica em São José do Rio Preto (SP) e já atendeu mais de 200 animais em situação de risco. Com o título “Especialista em animais silvestres já cuidou de beija-flor coberto de óleo a onça ‘cega’⁵⁷: ‘Nenhuma vida é pequena’”, a notícia sobre ele foi postada no portal de notícias G1 em 6 de setembro de 2018, sendo um dos destaques do dia e aparecendo um primeiro lugar nas pesquisas sobre animais no *site*.

As duas notícias apresentadas foram destaque em dois *sites* ligados a organizações jornalísticas de referência. Qual é o interesse público nesses fatos para serem considerados notícias? Qual é a ideia de notícia das empresas jornalísticas quando divulgam e incentivam o compartilhamento desses fatos? Repetimos a mesma pergunta relativa à matéria sobre o gato Lisio no começo deste capítulo: é informação ou entretenimento? Por que esses fatos podem ser considerados notícias importantes e interessantes? A partir desses questionamentos, começamos a segunda seção deste capítulo da tese. Na busca de analisar e entender esses processos nas rotinas produtivas das redações para elaboração e divulgação de notícias sobre animais, este item do trabalho apresenta um percurso, uma reflexão teórica sobre as noções de diversão, jogo e entretenimento e suas relações com a história do jornalismo na visão de vários filósofos e autores, como Aristóteles (2000) Debord (1997), De Masi (2001), Dumazédier (1973), Gabler (1999), Hui-zinga (1971), Platão (2005) Trigo (2003).

Outra questão que será destacada é a importância do entretenimento no jornalismo como difusor de informação pelas notícias, mesmo diante de tantas opiniões e visões sobre a credibilidade ou a desconfiança da imprensa que trabalha a

⁵⁷ ESPECIALISTA em animais silvestres já cuidou de beija-flor coberto de óleo a onça “cega”. *G1*. 9 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/mundo-pet/noticia/2018/09/06/nenhuma-vida-e-pequena-diz-veterinario-que-salvou-de-beija-flor-caido-no-oleo-a-onca-com-problema-de-visao.ghtml>. Acesso em: 6 set. 2018.

partir da lógica das sensações, segundo a ideia de Deleuze e Gattari (1997). Destacam-se as discussões e reflexões sobre a história e os efeitos da parceria entre o entretenimento e o jornalismo, o que serviu como base para este trabalho, que analisa notícias sobre animais nos jornais de referência, apresentando duas perspectivas. A primeira é a ideia de que o entretenimento é um meio ou fim empregado pelo jornalismo para cumprir seu compromisso com a mediação, a compreensibilidade, a divulgação do conhecimento e a ação pelos direitos dos animais. A segunda é que os jornais de referência, usando a estratégia comunicacional de investir nas notícias de interesse do público, ou notícias interessantes, sobre animais, busca aumentar o número de leitores e espectadores e, assim, atender aos interesses econômicos da organização jornalística.

3.2.1. Lazer, diversão, entretenimento: conceitos e reflexões

A visão mais comum de entretenimento envolve atividades que permitam realizar algo que cause satisfação, relaxamento, bem-estar. Pode ser ir ao cinema, beber café com amigos, conversar sobre trivialidades, assistir televisão, ler um bom livro, ir ao cabelereiro; ou seja, ocupar o tempo livre com atividades que nos agradem. Além da recreação, o conceito de entretenimento também está ligado a espetáculos, *performances*, experiências artísticas que atraiam nossa atenção, que agradem a um indivíduo ou grupo de pessoas. Algo interessante, diferente. Muitas vezes, o entretenimento é relacionado ao politicamente incorreto em relação à moral e à ética; ou seja, apenas um divertimento corriqueiro, sem ser considerado arte séria.

Exemplos dessa ideia de entretenimento podem ser observados no filme *The Greatest Showman*, que no Brasil foi exibido com o título *O Rei do Show*. O filme conta a história real de Phineas Taylor Barnum (1810-1891), interpretado pelo ator Hugh Jackman. Barnum é lembrado por promover as famosas *hoaxes* (fraudes, embustes, “contos do vigário”). É também conhecido por fundar o circo que se tornaria o famoso Ringling Bros. and Barnum & Bailey Circus. Foi considerado um dos primeiros milionários do *show business*, exibindo criaturas, também

chamadas de *freaks*, que ele dizia serem reais, como a “Sereia de Fiji”, uma montagem do corpo de um peixe com a cabeça de um macaco.

Nesse contexto, o entretenimento pode ser avaliado como algo que serve para manipular ou distorcer a realidade. Trigo (2003) destaca que a figura do *showman* contribuiu para a evolução na venda do inusitado, insólito, estranho. A partir dessa ideia, pode-se dizer que Barnum é um exemplo de publicidade, comercialização e consumo do fantástico – características que marcam até hoje vários negócios da área do entretenimento, como parques temáticos, museus, feiras, produções do cinema, séries, eventos como a Comic Com e outras atrações.

Debord, em *A Sociedade do Espetáculo*, por exemplo, apresenta essa visão mais negativa do entretenimento. Segundo ele, o espetáculo funciona como o ópio que faz com o público aceite consumir bens e mercadorias de forma passiva. O espetáculo seria o “momento em que mercadoria ocupa toda a vida social” (1997, p. 30). Para o autor, seria a forma como a visão econômica do capitalismo se reproduz e espalha sua “ditadura”.

Gabler, um estudioso do tema, lembra que a etimologia da palavra “entretenimento” é latina “e com toda a certeza vem de inter (entre) e tenere (ter)”. Segundo ele,

em inglês, a evolução da palavra *entertainment* levou-a a significar tanto uma forma de servidão quanto o fornecimento de apoio ou sustento, a maneira de tratar alguém, uma forma de ocupar o tempo, receber ou aceitar algo, dar hospitalidade a uma pessoa, bem como a definição mais familiar: aquilo que diverte com distração e recreação e um espetáculo público ou mostra destinada a interessar ou divertir (GABLER, 1999, p. 25).

Outra definição comum, segundo Gabler, que associa a palavra aos meios de comunicação de massa é que:

o entretenimento – filmes, rock, romances sanguinários, histórias em quadrinhos, televisão, jogos eletrônicos – enterra suas esporas em nós e nos puxa, mantendo-nos cativos, levando-nos cada vez mais para dentro dele e de nós mesmos ou pelo menos de nossas emoções e sentidos, antes de nos libertar (GABLER, 1999, p. 25).

Já para Winch (1997) existe outro conceito, que mostra o entretenimento como uma série de estratégias de negócios com a proposta de aumentar os lucros, como retrata o filme *The Greatest Showman* já mencionado. O autor destaca que

essa é uma ideia muito propagada e preconceituosa, pois o entretenimento também ajuda no desenvolvimento psicológico e intelectual do indivíduo. No livro *Homo Ludens*, Huizinga (1971, p. 5) apresenta a importância do lúdico e da diversão nesse contexto. Ele, que estudou o jogo como fenômeno cultural, propõe “determinar até que ponto a própria cultura possui um caráter lúdico”. O jogo é um dos elementos mais importantes na evolução da humanidade e é mais antigo que a própria cultura. Ao usar como exemplo a brincadeira entre cães e fazer comparações com as reações humanas, o autor destaca a importância do jogo no processo de preparação para a vida, como quando os filhotes brincam entre si, simulando caçadas, ou crianças e adolescentes simulam atividades de adultos. Dentro desse processo de “preparação para as exigências da vida”, é “nessa capacidade de excitar que reside a própria essência e a característica primordial do jogo”, o qual tem um potencial para descarga de energias excessivas, despertando a alegria e a descontração. O jogo proporciona uma evasão da vida real, sendo que também nos contextualiza nessa vida, por meio das regras, que determinam limites, direitos e deveres de cada jogador, da tensão diante da incerteza e do acaso que ele proporciona.

Trigo (2003, p. 32), assim como Gabler (1999), é outro autor que acredita que o entretenimento não é apenas uma fuga da realidade, mas outra forma de percepção e entendimento dessa mesma realidade. Segundo ele, o “entretenimento é mesmo divertido, fácil, sensacional, irracional, previsível e subversivo”. O próprio Debord (1997) admitiu que, exatamente por esses motivos, as pessoas adoram o entretenimento. Trigo destaca ainda que os preconceitos relativos ao entretenimento, ao longo da história, são baseados na visão da intelectualidade religiosa e política que sempre viu a diversão e o prazer como preferências de um povo preguiçoso, ignorante e fútil. Sendo assim, os “aristocratas da arte” formam a ideia de que o entretenimento é inútil, um lixo cultural, e de que ainda existem muitas dificuldades para manter o alto nível intelectual. Gabler apresenta esse problema e destaca um padrão de comportamento das elites culturais que perdura até hoje.

Mas talvez o motivo principal das críticas dos intelectuais fosse o fato de compreenderem a própria precariedade num mundo dominado pelo entretenimento [...] que disseminou um tema inequívoco [...] o triunfo dos sentidos sobre a mente, da emoção sobre a razão, do caos sobre a ordem, do id sobre o superego, do abandono

dionisiaco sobre a harmonia apolínea. O entretenimento era o pior pesadelo de Platão. Depunha o racional e entronizava o sensacional e, ao fazê-lo, depunha a minoria intelectual e entronizava a maioria sem requinte. Os intelectuais sabiam que aí residia o maior perigo, o poder de substituir a velha ordem cultural por uma nova ordem, o poder de substituir o sublime pelo divertido (GABLER, 1999, p. 28).

A presença de debates sobre as noções de diversão, jogo e entretenimento não é nova. Os primeiros aparecem na área filosófica, na Grécia antiga. Platão (2005), no texto *A República*, lança a polêmica sobre os lados positivo e negativo do divertimento. Ele adverte que o tema deve ser analisado a partir de questões morais, pois as pessoas poderiam ser mais facilmente manipuladas quando se divertiam. Outro ponto destacado pelo filósofo nesse sentido envolve ainda o cuidado na educação das crianças, futuros cidadãos de uma república considerada ideal. As fábulas e lendas produzidas na época deveriam ser analisadas antes de ser apresentadas para a população em geral, para que as crianças fossem poupadas de textos que poderiam manipulá-las.

Já Aristóteles (2000), no texto *A política*, tem uma visão mais positiva do divertimento. A partir do termo *scholé*⁵⁸, sugere que o ser humano trabalhe pouco e use o tempo livre para distrações nobres com o objetivo de desenvolver corpo e espírito. No livro VIII, parte III, escreveu: “O primeiro princípio de toda ação é o ócio. Ambos (ação e ócio) são necessários, mas o ócio é melhor do que a ocupação e é o fim em razão do qual esta existe.”

Por outro lado, na Idade Média, o ócio não era visto como positivo, pois o trabalho dignifica o homem e o divertimento incentiva os vícios. Um dos exemplos dessa visão sobre o divertimento na época é contada por Eco (1989), na obra *O nome da rosa*. A obra explora a questão referente ao riso, reproduzindo uma velha discussão histórica e filosófica que remonta ao segundo livro da *Poética* de Aristóteles, considerado perdido. Nele, o filósofo, ao tratar da comédia, faz uma apologia do riso e suas virtudes. Duas tendências são confrontadas: uma, que tem como representante o velho monge e bibliotecário Jorge de Burgos, define o riso como fonte de dúvida e defende que ele não deve ser livremente permitido como meio para afrontar a adversidade do dia a dia; a outra é representada por Guilher-

⁵⁸ Palavra grega que significa “lugar do ócio”.

me de Baskerville e fundamentada em Aristóteles e seus seguidores, que consideravam o riso como “próprio do homem”, sinal da racionalidade humana.

Em uma parte do livro, Baskerville pergunta a Burgos, diante do desejo do velho monge de destruir a obra de Aristóteles: “Mas o que te assustou nesse discurso sobre o riso?” (ECO, 1989, p. 487). Burgos destaca que, por ser uma obra filosófica, teria o poder de destruir a sabedoria da cristandade. Teria o poder de libertar o indivíduo do medo do demônio, tornando-o vulnerável às tentações. Em resposta a Burgos, Guilherme afirma que ele não vai eliminar o riso destruindo o livro. Burgos responde “Claro que não” e destaca:

O riso é a fraqueza, a corrupção, a insipidez de nossa carne. É o folguedo para o camponês, a licença para o embriagado, mesmo a igreja em sua sabedoria concedeu o momento da festa, do carnaval, da feira, essa ejaculação diurna que descarrega os humores e retém de outros desejos e de outras ambições... (ECO, 1989, p. 487).

Bem mais adiante no tempo, a partir do século 19, com a Revolução Industrial em curso, como o trabalho era ligado ao divertimento nesse contexto? Quando refletimos sobre essa vinculação, Paul Lafargue, militante socialista e genro de Karl Marx, foi um dos primeiros autores a identificarem a relação dos divertimentos com a economia. Em uma época de surgimento de dois sistemas políticos e econômicos opostos, o capitalismo e o comunismo – que tinham em comum apenas a ideia de que o trabalho é a mais importante e básica necessidade do ser humano –, Lafargue discorre sobre a importância do divertimento em um texto escrito em 1880, em uma prisão de Paris, quando escreveu o manifesto “O direito à preguiça”.

O manuscrito de Lafargue foi reproduzido no livro *A economia do ócio*, de Domenico De mais, que já apresentou suas reflexões sobre o nascimento da chamada sociedade pós-industrial em obras como *O ócio criativo* e *O futuro do trabalho*. Segundo De Masi,

pela ação conjunta do progresso tecnológico, do desenvolvimento organizacional, da globalização, dos meios de comunicação e da escolarização provocou, em muitas áreas do mundo, uma duplicação da longevidade, assim como uma drástica redução do tempo humano necessário para a produção de bens e serviços. O resultado é que para um número crescente de pessoas o tempo livre prevalece nitidamente sobre o tempo absorvido pelo trabalho (DE MASI, 2001, p. 11).

O autor apresenta a tese de que, com essas mudanças sociais, o trabalho deixa de representar totalmente o papel do indivíduo na sociedade. Segundo ele, o ócio também pode ser visto sob uma perspectiva de um papel importante, sendo “usado e maximizado com uma atenta perícia econômica” (DE MASI, 2001, p. 13). A capacidade de valorizar nosso tempo livre e a busca do conhecimento “determinam nosso destino não só cultural como econômico”. A partir da reflexão sobre essa tese, De Masi apresenta a obra de Lafargue, que considera o trabalho um contraponto para o ócio, porém esse mesmo trabalho funciona como propaganda eficaz para o ócio. Ou seja: o ócio como um direito a ser vivido por todos. Segundo ele, o trabalho assalariado corrompe e escraviza o ser humano. A máquina, uma analogia ao desenvolvimento tecnológico, seria a salvação de todos. “Ainda não entendem que a máquina é a redentora da humanidade, o Deus que resgatará o homem das sórdidas artes e o trabalho assalariado, o Deus que trará o lazer e a liberdade” (LAFARGUE, 1880, *apud* DE MASI, 2001, p. 183).

A analogia de Lafargue (*apud* DE MASI, 2001) pode ser utilizada nas questões do uso das redes sociais pelos seres humanos em busca do ócio, do divertimento e do entretenimento. Como destaca De Masi, está dentro da premissa do ócio sendo utilizado como força econômica. As notícias sobre animais ganhando cada vez mais espaço nas mídias reforçam o potencial do uso das características do jornalismo em rede nos jornais de referência para atrair mais público.

Bertrand Russel é outro autor cuja obra foi reproduzida e analisada por De Masi (2001). Entre as publicações do texto de Lafargue e do texto de Russell existe um intervalo de mais de 50 anos. Assim como Lafargue, Russell também acredita no poder do desenvolvimento tecnológico, mas adicionado ao desenvolvimento organizacional como aliados da humanidade. Segundo o autor, a organização da técnica, por meio das tecnologias e da ciência, seria o caminho para reduzir as horas de trabalho das pessoas. Ele ressalta que quatro horas de trabalho por dia seriam suficientes para o ser humano “satisfazer as necessidades básicas e os confortos elementares da vida, e que o resto do tempo deveria ser usado de maneira que lhes parecesse mais adequada” (RUSSELL, 1935, p. 59). Contudo, ele mesmo admite que o tempo provou a impossibilidade desse sonho. A tecnologia não reduziu o trabalho, mas aumentou a jornada e a ansiedade do ser humano na loucura

do mundo globalizado. A possibilidade de redução da jornada de trabalho, segundo Russel (1935, p. 69), aumentaria o tempo para o ser humano buscar mais conhecimento e recorrer ao lazer. Para o autor, as pessoas de todas as idades precisam do lazer nas suas vidas, mas esses momentos serão prazerosos apenas por meio de “assuntos não relacionados ao trabalho”.

Assim como o italiano De Masi (2001), que dá o nome de ócio criativo aos momentos em que estamos fora do trabalho e os considera necessários para despertar a criatividade e a organização, Dumazédier, um dos autores que estudam a área diversional, defende a qualidade de vida no tempo e que o lazer é, muitas vezes, subestimado. Segundo ele, o lazer:

apresenta-se como um elemento central da cultura vivida por milhões de trabalhadores, possui relações sutis e profundas com grandes problemas oriundos do trabalho, da família e da política que, sob sua influência, passam a ser tratados em novos termos (DUMAZÉDIER, 1973, p. 20).

O autor ressalta que as mudanças progressivas no tempo dedicado ao trabalho, efeito das crescentes urbanização e industrialização e da introdução de novas tecnologias, incluindo a multiplicação de novas técnicas de comunicação de massa, fizeram com que o lazer fosse cada vez mais considerado um valor. Além do repouso, o lazer traz inúmeras opções de atividades. Dumazédier avalia que essas mudanças fizeram com que o lazer fosse atualmente definido como “uma oposição ao conjunto de necessidades e obrigações da vida cotidiana” (1973, p. 31). E essa diversão é estimulada, em especial, pelos meios de comunicação.

Em sua definição, o lazer possui três funções que podem ser identificadas, ao mesmo tempo, em várias atividades: descanso e divertimento; recreação e entretenimento; e desenvolvimento. A função de descanso serve como reparadora do cansaço físico e mental, reduzindo as tensões do trabalho e das obrigações cotidianas. A função de recreação liga-se ao tédio, à necessidade de alienação e evasão para um mundo diferente. É quando recorremos a jogos, viagens, esportes ou a atividades que estimulem identificação e projeção, como cinema, teatro, romance ou o recurso da vida imaginária. A terceira função contribui para o desenvolvimento da personalidade, estimulando a participação em grupos recreativos, culturais e sociais. Ou seja: o lazer também é estimulado pelos meios de comunicação de massa através de imprensa, cinema, rádio e TV.

Essa premissa é tão importante que é destacada pelas teorias da comunicação que questionam e analisam a função do lazer e do entretenimento nos meios de comunicação de massa. A corrente de usos e gratificações, proposta por Elihu Katz e J. G. Blumner, em 1974, no artigo “The uses of mass communication”, é uma delas. Busca explicar que os graus de consumo surgem a partir das necessidades prévias do receptor das mensagens dos meios de comunicação de massa. Entre as necessidades a serem satisfeitas, está a do entretenimento “como escape psicológico às agruras do cotidiano; despressurização emocional” (POLISTCHUK; TRINTA, 2003, p. 97). O receptor recorre aos meios para fugir da rotina, dos problemas e das frustrações da vida real.

Lazarsfeld e Merton, pesquisadores de destaque, têm uma visão mais negativa sobre o entretenimento. Eles destacam o papel social dos meios de comunicação de massa no lazer que, por meio da propaganda, tornam-se “canais de suprimento para gostos vulgarizados e estéticas deterioradas e de mau gosto” (1977, p. 233). Os autores também falaram sobre a diminuição da jornada de trabalho e o aumento de tempo para o lazer na história da humanidade. Para eles, o tempo de lazer, que poderia ser utilizado na busca de conhecimento, é utilizado para o consumo dos produtos dos meios de comunicação de massa (MCM). Afinal, “homens lutaram durante gerações para dar aos outros mais tempo para o lazer que hoje é gasto com a Rede Difusora Columbia e não com a Universidade de Columbia” (LAZARFELD; MERTON, 1977, p. 235).

O conceito da disfunção narcotizante é um dos principais entre as teorias de influência funcionalista. Destaca que o grande fluxo de informações canaliza as energias dos seres humanos para um conhecimento passivo, em lugar de uma participação ativa na sociedade. A partir dessa premissa, Lazarsfeld e Merton acreditam que os meios “devem ser incluídos entre os narcotizantes sociais mais respeitáveis e eficientes. Chegam a ser tão eficazes a ponto de impedir os viciados de reconhecerem a própria doença” (1977, p. 241).

Outros teóricos da comunicação que observam o lazer e o entretenimento com ressalvas são Habermas (1977) e Adorno (1977, p. 288). Os dois estão entre os representantes da Escola de Frankfurt. Theodor Adorno e Max Horkheimer

criaram o conceito de indústria cultural,⁵⁹ que substituiu o de cultura de massa, porque buscaram excluir a interpretação de que essa cultura surge de forma espontânea, como uma forma contemporânea de arte popular. Segundo eles, a indústria cultural, na verdade, força a união do que chamam de arte superior com a arte inferior. Transformando a cultura em mercadoria, a indústria cultural padroniza os produtos culturais a partir da visão capitalista de mercado. É a dominação, o engodo das massas, impedindo a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir de forma consciente. Dessa forma, o consumidor dos produtos do entretenimento não seria o rei. Segundo Adorno (1977, p. 288), “ele não é o sujeito desta indústria, mas o objeto.” Habermas segue a mesma linha de pensamento e completa que a indústria cultural, em seu papel nos momentos de lazer, direciona os conteúdos de opinião que tematizam a área de relações interpessoais, influenciando a opinião pública no caminho da alienação.

A teoria culturológica é outra abordagem que explora as necessidades de evasão da audiência. Tem consciência do poder da indústria cultural, mas não compartilha da visão tão negativa da Escola de Frankfurt. Essa teoria surgiu na década de 1960 e seu marco inicial foi o lançamento do livro *Cultura de massa no século XX: o espírito do tempo*, do antropólogo, sociólogo e filósofo francês Edgar Morin. Ele enxerga na cultura massiva uma intensa circulação de mensagens, símbolos, ideologias e mitos, que dizem respeito tanto à vida prática quanto à vida imaginária. Morin (1997) se detém no estudo de aspectos da cultura difundida pelos meios de comunicação. Utilizando vários exemplos, busca provar, que nessa forma de cultura, delinea-se uma mitologia em contraste às exigências do realismo e à rapidez com que os acontecimentos se sucedem. O filósofo é fascinado pelos sonhos de evasão que se apresentam na vasta produção cultural. Ou seja: a vida imaginária é mais intensa e significativa do que a vida de todo dia. É a imaginação da vida, encontrada em filmes, novelas, romances populares e notícias de variedades (*faits divers*)⁶⁰. Nessas produções, a lei e a norma social, que a tantos abatem, enfraquecem e desanimam, são enfrentadas, vencidas ou ignoradas. O desejo se faz amor vitorioso, as ansiedades somem e as angústias se diluem. A

⁵⁹ Membros da Escola de Frankfurt, os dois filósofos alemães empregaram o termo pela primeira vez no capítulo: “O iluminismo como mistificação das massas”, no ensaio *Dialética do Esclarecimento*, escrito em 1942, mas publicado somente em 1947.

⁶⁰ O termo, segundo Barthes (1964), é uma expressão que designa os fatos que despertam o interesse jornalístico porque são inusitados, pitorescos, inexplicáveis e excepcionais.

vida conhece a liberdade porque é vivida por “heróis” e “semideuses” como nas mitologias antigas, nos contos populares de todos os tempos, nas histórias em quadrinhos modernas, nos seriados de televisão e na publicidade cotidiana.

A cultura de massa, em seu realismo próprio, oferece uma visão da liberdade que pouco ou nada tem em comum com a lei social vigente. A vida que falta a tantas vidas é mostrada em distantes horizontes geográficos (exotismo) ou históricos (passado aventuroso ou futuro descortinado pela ficção científica). A vida surge épica ou lírica, seja no alto da pirâmide ou nos degraus mais baixos. Essa vida tem seus heróis, os quais Morin (1997, p. 105) chama de “olimpianos”: as celebridades das redes sociais e dos *reality shows*.

3.2.2. Jornalismo, notícia e entretenimento: uma relação complexa

E o jornalismo dentro da perspectiva do entretenimento? A separação entre informação e entretenimento apresenta pontos de vista teóricos, muitas vezes contraditórios, baseados em especial na visão de que o jornalismo, para ter credibilidade, deve investir nas notícias sérias ou de interesse público. As organizações jornalísticas que, por outro lado, trabalham com um conteúdo mais leve acabam sendo avaliadas como difusoras de um jornalismo sem compromisso com a objetividade e a imparcialidade, ideais difundidos pela teoria do espelho com a proposta de refletir a realidade por meio das notícias, os quais podem ser considerados ultrapassados, mas ainda influenciam a visão de vários jornalistas.

Para entender essa relação, vamos retornar brevemente às discussões sobre os valores-notícia, já abordados neste capítulo. Autores e pesquisadores das teorias do jornalismo têm diversas visões em relação à dicotomia entre notícias importantes e notícias interessantes. Como ponto de partida para essas reflexões, as impressões de Aguiar e Schaun destacam que:

de uma maneira geral, podemos afirmar que os estudos do *newsmaking* concluem que os acontecimentos avaliados como importantes são obrigatoriamente selecionados para serem transformados em notícia. Por outro lado, o valor-notícia “interesse da história” está ligado à representação que os jornalistas fazem de seu público e complementa-se com o valor-notícia definido como capacidade de entretenimento do acontecimento (AGUIAR; SCHAUN, 2016, p. 228).

Chalaby (2003) aponta que a autonomia do jornalismo como atividade social ocorreu com o nascimento da notícia, um estilo específico de discurso. As teorias construcionistas mostram que a produção de notícias é possível a partir da interação de diversos agentes sociais, jornalistas, definidores primários (as fontes de informação) e consumidores. Todos exercem um papel ativo nas rotinas produtivas do jornalismo. O processo de construção social da realidade funcionaria como uma rede com inúmeros nós, uma teia de informações que se formam e crescem a partir da seleção dos acontecimentos. Vários autores do campo das teorias do jornalismo debatem sobre a dicotomia que impera nesse processo constante de escolhas nas rotinas de produção das redações: a marcação das diferenças entre notícias “importantes” e notícias “interessantes”. É ponto comum entre todos que existem esses dois tipos de notícias, chamadas *hard* (importantes) em oposição a *soft* (interessantes) (GANS, 1979), ou notícias importantes em oposição as notícias de interesse humano (HUGHES, 1940).

Schudson (2010, p. 107) optou pelas palavras “*information*” em oposição a “*stories*”. O autor, no livro *Descobrindo a Notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*, discorre sobre esse assunto no capítulo 3, intitulado “A narrativa e a informação: dois jornalisismos na década de 1890”. O capítulo se divide em duas partes. Na primeira, o autor escreve sobre o jornalismo como entretenimento por meio da história de Joseph Pulitzer e seu jornal *The New York World*. A ascensão do *New York Times* e o jornalismo como informação é a segunda análise. Schudson conta a história de cada um dos grandes empresários da mídia da época com o surgimento e o crescimento de seus dois jornais, cada qual com suas propostas de discurso jornalístico e linha editorial. Segundo Schudson, as discussões sobre essas diferenças muitas vezes não levam em conta que o entretenimento e o sensacionalismo (eles ficam separados porque nem sempre o entretenimento trabalha a visão sensacionalista e vice-versa) têm grande peso na história da consolidação e da difusão do jornalismo pelo mundo. Na verdade, as reportagens objetivas não eram regra no jornalismo no final do século 19. Na virada para o século 20, “os principais jornais empregavam tanta ênfase na narração de uma boa história quanto na apuração dos fatos. O conteúdo dos jornais explorava, principalmente, o sensacionalismo, em suas diversas formas” (SCHUDSON, 2010, p. 15).

Sobre essas discussões, Mauro Wolf (2012), lembrando o que já foi abordado no início deste capítulo, ressalta que as notícias importantes são praticamente obrigatórias no noticiário, pois estão vinculadas às opiniões dos jornalistas e como eles são vistos pelo público. A partir dessa visão, as notícias interessantes narram os acontecimentos com base no insólito, no desvio e nas curiosidades com o objetivo de atrair a atenção do público. Para Golding e Elliot (1979), as notícias interessantes estão ligadas ao valor-notícia capacidade de entretenimento.

Autores como Bird e Dardene (1999, p. 265) têm outra avaliação do tema. Eles colocam a notícia como narrativa “mitológica” que, com suas qualidades míticas, pode dissolver essa distinção entre entretenimento e informação. Ao colocar de lado a dicotomia importante/interessante, eles ressaltam que essa percepção faz com que fiquemos cegos diante dos mecanismos narrativos utilizados na produção das notícias, incentivando uma ilusão de que a estrutura narrativa das notícias importantes é sempre técnica e neutra. As notícias funcionam como sistemas simbólicos que “ensinam” ao público mais do que qualquer das partes componentes, mesmo que essas partes tenham a finalidade de informar, irritar ou entreter. De acordo com Bird e Dardene,

as notícias, como os mitos, não contam as coisas como são, mas contam as coisas segundo o seu significado. Assim, as notícias são um tipo particular de narrativa mitológica com os seus próprios códigos simbólicos que são reconhecidos pelo seu público. Sabemos, quando lemos ou ouvimos uma notícia, que estamos numa situação narrativa particular que exige um tipo específico de posição para ser compreendido (1999, p. 267).

Golding e Elliot (1979, p. 117) são autores que compartilham uma visão similar. Eles apontam que não há contradição entre os dois tipos de notícias, porque a capacidade de atrair e entreter o público é um caminho para conquistar os ideais jornalísticos que buscam publicar matérias jornalísticas relevantes para a sociedade.

O problema se resolve com a associação de um dos ideais por parte do outro, no sentido de que, para informar um público, é necessário ter atraído sua atenção, pois não há muita utilidade em fazer um tipo de jornalismo aprofundado e cuidadoso se a audiência manifesta o seu aborrecimento mudando de canal. Desse modo, a capacidade de entreter situa-se em uma posição elevada na lista dos valores-notícia, seja como um fim em si mesma, seja como instrumento para concretizar outros ideais jornalísticos (GOLDING; ELLIOT, 1979, p. 117).

Mesmo assim, a partir dessa discussão teórica, pode-se perceber que as notícias importantes, que visam ao interesse público, e as notícias interessantes, que atraem o interesse do público, sempre parecem estar em contradição. Por isso, alertam Aguiar e Schaun, “discutir, portanto, os critérios ‘importância da notícia’ e ‘notícia interessante’ parece ser uma questão teórica fundamental para os estudos do jornalismo, além de central para a própria prática jornalística” (2016, p. 229).

Como destaca Traquina (2012, p. 33), “a trajetória histórica do jornalismo na democracia” ou o embrião de um jornalismo como hoje conhecemos – a gênese do jornalismo de informação – se inicia no século 19, quando a sociedade urbano-industrial moderna acompanha o advento das empresas jornalísticas que investem na publicidade para se manterem no sistema capitalista de produção, contribuindo para o surgimento da figura do repórter como um profissional valorizado. Com a expansão do jornalismo, Traquina relata que surgem “valores que ainda hoje são identificados com o jornalismo: a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade e uma noção de serviço ao público” (2012, p. 34). Os jornais que, no século 17, eram mais concentrados na defesa das causas políticas e religiosas, começam a separar informação de opinião. No século 19, os jornais passam a ser considerados negócios que podem ser rentáveis. A notícia é um produto à venda pelas organizações jornalísticas.

O jornalismo informativo como conhecemos atualmente deve muito ao entretenimento no caminho de sua consolidação como o Quarto Poder. Pode-se dizer que o entretenimento foi o impulso usado pelo jornalismo para atrair o público e cumprir a função social de ser os olhos e ouvidos da sociedade na fiscalização dos outros três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, segundo a história contada por Traquina (2012) sobre o deputado do Parlamento inglês, Macaulay, que seria o inventor do apelido Quarto Poder durante uma sessão acompanhada por jornalistas no século 19.

Sobre a dicotomia entre o importante e o interessante diante da função social do jornalismo, vale ressaltar a observação de Barsotti (2017, p. 65) sobre o que ela considera o “mito do Quarto Poder”. Segundo a autora, o processo de profissi-

onalização no jornalismo sempre foi atrelado à noção dos jornalistas como prestadores do serviço público. Quase heróis destemidos em busca da verdade.

No Brasil, todavia, o jornalismo não se desenvolveu num contexto de liberdade de imprensa, fortalecimento da democracia ou cidadania. Pelo contrário, a atividade estava atrelada à sociedade política da época, com os jornais servindo a interesses políticos, em um país recém-saído da monarquia. Entretanto, o mito do Quarto Poder também faz parte do imaginário do jornalismo brasileiro (BARSOTTI, 2017, p. 65).

Sendo assim, mesmo diante das diferenças entre os processos históricos do jornalismo nos países europeus, nos Estados Unidos e no Brasil, é importante destacar que o Brasil acabou sendo muito influenciado pela forma como os outros países construíram os princípios que regem o jornalismo informativo. A definição de dois polos dominantes no jornalismo ocorreu no século 19, como já abordado neste trabalho, segundo Traquina, e continua até hoje considerando o chamado polo “econômico” ou “comercial”, com as notícias sendo transformadas em “mercadoria de um negócio cada vez mais lucrativo”, e o polo “ideológico” ou “intelectual”, que identifica a imprensa “como um serviço público em que as notícias são o alimento de que os cidadãos precisam para exercer seus direitos democráticos” (2012, p. 125).

Essa reflexão sobre a história do jornalismo nos permite compreender que o processo de profissionalização dos jornalistas é vinculado ao processo de construção das sociedades democráticas. Nesse contexto, a produção das notícias é um espaço de união e conflitos entre os atores sociais diante de questões políticas, econômicas e culturais que interagem e disputam por meio das narrativas jornalísticas, buscando produzir o sentido no processo de construção da realidade. Esse cenário desperta a necessidade de discussões profundas sobre a definição de jornalismo. Em uma sociedade na qual, mais do que nunca, o domínio das tecnologias de informação e comunicação é poder, tecnologias essas que podem facilitar a disseminação da desinformação e permitir a qualquer pessoa proclamar que “faz jornalismo”, a pergunta “o que é jornalismo?” se torna simplista. Nesse sentido, a pergunta feita por Kovach e Rosenstiel (2003, p. 25) – “para que serve o jornalismo?” – é mais relevante que nunca, diante de diversos impasses éticos e políticos. Segundo eles, “a principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para se autogovernar” (KOVACH; ROSENSTI-

EL, 2003, p. 31). Afinal, a partir desse princípio até os empresários pioneiros da chamada “imprensa sensacionalista”, no final do século 19, ou dos jornais tabloides da década de 1920 já enxergavam a promoção da democracia e a construção de um sentido de comunidade como valores fundamentais do jornalismo.

Pulitzer, Scripps e outros barões da imprensa popular fizeram dos imigrantes seu público básico. O estilo de escrever era muito simples, de forma que os imigrantes pudessem entender tudo. As páginas editoriais os ensinavam a serem cidadãos. Os novos americanos se reuniam todas as noites, depois do trabalho, para conversar sobre o que haviam lido nos jornais, ou ler para outros amigos e discutir os fatos relevantes do dia (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 252).

A criação de um “novo jornalismo” no século 19 – o jornalismo de informação –, como conta Traquina (2012, p. 50), veio na forma da chamada *penny press*, que teve seu destaque nos anos 1830–1840. Esse nome era relacionado ao preço mais acessível do que o estabelecido, de seis centavos, que foi reduzido para um centavo, com a proposta de aumentar a circulação entre as pessoas que não compravam jornais por motivos econômicos. Eram essas as publicações direcionadas a um público mais generalizado e politicamente menos homogêneo. Como exemplo temos os imigrantes citados por Bill Kovach e Tom Rosenstiel. São publicações como *The Sun*, nos Estados Unidos, em 1831; *Presse*, na França, em 1836; e o *Diário de Notícias*, em Portugal, em 1864. São jornais que deixam para trás os tempos do jornalismo publicista. Eles surgem com a proposta de dividir informação de opinião, determinando um novo conceito de notícia. É o novo jornalismo, que vive o culto dos fatos. São notícias sobre os locais do cotidiano, processos na justiça, crimes, catástrofes, sem artigos opinativos com referências políticas. Além do culto dos fatos, o “novo jornalismo” busca oferecer aos leitores grande variedade de informações contadas de uma forma mais sensacionalista.

O sensacionalismo já predominava em publicações europeias no século 18 que precederam os jornais. Os temas mais comuns eram “pecados secretos”, “assuntos carnavais”, divórcios, adultérios. Durante a Idade Média, as “folhas volantes”, já mencionadas na primeira seção deste capítulo, eram os veículos para as grandes fofocas do momento.

No ano da morte de William Shakespeare, em 1616, dos 25 “livros noticiosos”, publicados na Inglaterra, neste ano, quase um terço é dedicado às “pessoas importantes”, como a rainha Isabel; um outro terço dedicado aos assassinios, e o último terço, a uma variedade de assuntos (TRAQUINA, 2012, p. 55).

Ou seja: o “novo jornalismo” pretendia conquistar o leitor com velhas receitas de narrativas jornalísticas. E essa fórmula continua a valer em várias organizações jornalísticas, o que contribuiu para gerar e consolidar essa dicotomia entre notícias importantes e notícias interessantes. Uma visão negativa do sensacionalismo acabou por contribuir para que a ligação entre jornalismo e entretenimento fosse vista com ressalvas por jornalistas, pesquisadores do jornalismo e pelo público. Mesmo produzindo ou consumindo as notícias interessantes, existe a tendência de que os fatos de interesse público sejam o destaque. Schudson conta uma história do jornalismo no século 19 que confirma essa tendência, a qual, pode-se dizer, continua atual:

Em um artigo intitulado, “O Jornal Moderno”, do dia 12 de fevereiro de 1897, o *Times* cobria um discurso no Clube da Imprensa da Universidade de Colgate, feito pelo editor de cidades do *Utica Observer*, em que o editor W. W. Canfield atacava os jornais que inflavam as notícias, publicavam assuntos privados, divulgavam literatura obscena e se mostravam pouco confiáveis. Implorava por mais jornais como o *Times*. “Um jornal”, ele dizia, “é publicado para ser um companheiro e, certamente, os inteligentes não aceitariam como companheiro o imoral e o pervertido (SCHUDSON, 2010, p. 134).

Schudson (2010, p. 139) também mostra que os jornais considerados mais sérios, voltados para as informações de interesse público, conquistavam mais leitores com menor grau de instrução ou poder aquisitivo, uma vez que, na verdade, eles queriam ler essas publicações porque a elite o fazia. E, por outro lado, as chamadas pessoas mais instruídas e prósperas liam não somente jornais considerados mais sérios, como o *Times*, mas também jornais e revistas de fofocas, e o faziam com sentimento de vergonha. O autor chama isso de “uma dimensão moral na leitura de diversos tipos de jornal; existe orgulho e vergonha na leitura”. Ou seja: existe “a plausibilidade da hipótese de que o leitor do *Times* não foi conquistado simplesmente pela utilidade dos artigos”, mas porque o *Times* era “socialmente aprovado”. O jornal era um “emblema de respeitabilidade”.

A história da imprensa demonstra que todos os avanços tecnológicos, como a invenção da prensa, da fotografia e do telégrafo, e as mudanças na estrutura da sociedade, com o crescimento da urbanização das cidades e dos processos de alfabetização, atingiram a produção dos jornais, possibilitando o aumento nas tiragens e a redução de preços dos exemplares. Esse mercado estimulou o avanço da publicidade como vetor econômico para sustentar as organizações jornalísticas. Na

briga pelo maior número de leitores, os jornais precisavam fascinar o público, utilizando diversas estratégias, entre as quais a produção das *stories*, as notícias de interesse humano, ou notícias interessantes. Contudo, é necessário destacar que, nem sempre o jornalismo voltado para o entretenimento está baseado em narrativas sensacionalistas.

Mesmo investindo em notícias interessantes para atrair o público, os jornalistas costumam insistir em um ideal de objetividade. Uma das pesquisadoras mais influentes das teorias do jornalismo, Gaye Tuchman (1999, p. 75), destaca que três fatores ajudam o jornalista a definir um fato objetivo: a forma, o conteúdo e as relações interorganizacionais. Na forma, ela ressalta os atributos das notícias e costume do uso das aspas, sempre buscando se apoiar nas declarações dos definidores primários, as fontes de informação. Quanto ao conteúdo, o jornalismo trabalha com questões e noções de realidade social por meio da narrativa jornalística. As relações interorganizacionais são relativas às experiências profissionais dos jornalistas. Suas relações com o público, os chefes e os colegas de profissão. Segundo autora, os jornalistas “invocam os procedimentos rituais para neutralizar potenciais críticas e para seguirem rotinas confinadas pelos limites cognitivos da racionalidade”.

Só que o entretenimento pode ser tudo e nem sempre é racional. Mesmo na busca da objetividade, as publicações, com a proposta de atrair o público leitor, produzem material jornalístico para interesse do público, ou as notícias interessantes. São os relatos da anomalia, da aberração, do passional ou, como Barthes (1964, p. 58) denomina essas narrativas, os *faits divers*. O que seria então um *fait divers*? “Uma empregada sequestra o filho dos patrões”; “Um inglês se alista no exército: não queria passar o Natal com a sogra”; “Um violinista estrangula a esposa com a corda do violino”; “A joalheria Tal foi assaltada três vezes em uma semana”. Esses são exemplos desse tipo de narrativa, ou seja, de histórias contadas por meio de notícias e que atraem o público diante de características que abrangem o clímax, a fatalidade, o impacto das coincidências nas tragédias da vida. Como o próprio Barthes define:

O *fait divers* é uma informação total, o mais exatamente imanente; ele contém em si todo seu saber: não é preciso conhecer nada do mundo para consumir um *fait di-*

vers; ele não remete a nada além dele próprio; evidentemente, seu conteúdo não é estranho ao mundo: desastres, assassinatos, raptos, agressões, acidentes, roubos, esquisitices, tudo isso remete ao homem, a sua história, a sua alienação, a seus fantasmas, a seus sonhos, a seus medos: uma ideologia, uma psicanálise do *fait divers* são possíveis: mas trata-se aí de um mundo cujo conhecimento é apenas intelectual, analítico, elaborado em segundo grau por aquele que fala do *fait divers*, não por aquele que o consome; no nível da leitura, tudo é dado num *fait divers*; suas circunstâncias, suas causas, seu passado, seu desenlace; sem duração e sem contexto, ele constitui um ser imediato, total, que não remete, pelo menos formalmente, a nada de implícito: é nisso que ele se aparenta com a novela e o conto, e não mais com o romance. É sua imanência que define o *fait divers* (BARTHES, 1964, p. 58-59).

A partir desse conceito, Aguiar (2008b) destaca a ideia de Barthes (1964) de que um acontecimento se torna notável diante da relação entre o ordinário e o extraordinário. Essa espécie de simbiose está ligada à própria imanência do *fait divers*. São fatos fechados em si mesmos. São acontecimentos que se explicam, que se completam em sua estrutura. São narrativas comparadas às novelas. Muniz Sodré prefere chamar de folhetim, ou a narrativa romanesca que ajudou a impulsionar, no século 19, o jornal como mercadoria.

O folhetim tem a mesma atmosfera fabulatória desse tipo de notícia. Uma notícia “professor de violino mata aluna com bala de prata” goza de intemporalidade análoga à de uma narrativa romanesca. Na notícia “médico estrangula a cliente com estetoscópio”, a anomalia está no absurdo da causa, violentamente desviada de seu compromisso com a cura; já em “comerciante assaltado quarenta vezes”, a extraordinária repetição do acontecimento sugere um certo ordenamento para o acaso (SODRÉ, 1996, p. 134).

Essa última frase de Muniz Sodré, assim como as próprias definições de Roland Barthes, mostra uma espécie de paradoxo que o *fait divers* nos apresenta. Como poderia existir um ordenamento para o acaso? Esse seria o sonho de todo mundo que busca controlar o incontrolável. Todavia, é exatamente o inusitado e o incontrolável que fascinam o público, mesmo que o jornalismo de referência seja considerado, como disse Schudson (2010), socialmente aprovado e respeitável pelo público. O *fait divers* dá uma estrutura ao acontecimento, apresentando suas esquisitices, suas coincidências, suas relações com outros acontecimentos similares. O relato estruturado do “inclassificável”, como diz Barthes e lembra Aguiar, “não é só o primeiro modelo da dramatização do acontecimento pelos jornais sensacionalistas como também o *fait divers* sempre esteve vinculado à informação jornalística” (2008b, p. 22). A *penny press* do século 19 mostra como é possível

detectar a aproximação entre os *faits divers* de Barthes (1964) e o termo *story* de Schudson (2010) nas narrativas sensacionalistas que buscam atrair o público.

Seguindo essa ideia, Barbosa avalia que o jornalismo sensacionalista “apela às sensações, que provoca emoção, que indica uma relação de proximidade com o fato, reconstruído exatamente a partir dessa memória de sensações” (2007, p. 214). Autores como Marshall destacam que a própria concepção de notícia é marcada por uma lógica da sensação. Segundo ele, o sensacionalismo é “um estilo que, de certo modo, está radicado na própria essência ontológica da notícia” (2003, p. 76). Já Ciro Marcondes Filho ressalta que a principal diferença entre a imprensa de referência, considerada “séria”, “liberal”, e a imprensa sensacionalista é o grau de utilização das estratégias comunicacionais da lógica das sensações. “Sensacionalismo é apenas o grau mais radical de mercantilização da informação” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 66). Sobre o sensacionalismo, Martín-Barbero argumenta que a reflexão baseada no conceito emerge junto com os ideais jornalísticos marcados pela hegemonia do racionalismo e do Iluminismo com seus princípios de objetividade e discursos imparciais. O sensacionalismo na imprensa é a marca do que o autor chama de matriz simbólico-dramática, que não opera por conceitos e generalizações, mas por imagens e situações, como acontece nas narrativas do folhetim, do melodrama e do *fait divers*. O autor nos faz refletir sobre a relação complicada entre sensacionalismo e jornalismo de referência da seguinte forma:

Somente correndo riscos se pode descobrir a conexão natural entre a estética melodramática e os dispositivos de sobrevivência e de revanche da matriz que irriga as culturas populares. Uma estética melodramática que se atreve a violar a separação racionalista entre os assuntos sérios e os temas destituídos de valor, a tratar os fatos políticos como fatos dramáticos e a romper com a “objetividade”, observando as situações a partir daquele outro ponto de vista que interpela a subjetividade dos leitores (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 250).

Essas discussões sobre a questão do sensacionalismo podem ser aprofundadas quando se utiliza a perspectiva filosófica de Deleuze (2007), denominada lógica da sensação. O filósofo aborda o tema ao analisar a obra de um artista no livro *Francis Bacon: lógica da sensação*. No texto, ele discorre sobre o trabalho de Bacon e sobre como o artista desperta sensações por meio de diversas experiências na contemplação das pinturas. Para ele, “a sensação é o oposto do lugar-

comum, do fácil, do clichê, mas também do espontâneo, do sensacional” (DELEUZE, 2007, p. 42).

As reflexões de Deleuze (2007) sobre a pintura e o que ela provoca quando liga o sujeito ao objeto contemplado pode nos ajudar a entender os efeitos das notícias chamadas interessantes sobre a audiência. Sujeito e objeto se envolvem no ato da contemplação. O sujeito, a partir da sensação produzida através do sistema nervoso unido ao instinto, ao temperamento, ao movimento; e o objeto, ligado ao lugar, ao fato, ao acontecimento. Ou seja: a mesma impressão que os *faits divers* causam no público, por exemplo. Amaral (2011) demonstra essa ideia quando declara que todo o processo de comunicação é sensacionalista porque mexe com sensações físicas e psíquicas e apela para as emoções primitivas.

Nesse contexto, as notícias sobre animais, objeto de estudo deste trabalho, podem provocar inúmeras sensações no público. Por exemplo, a notícia “Gato foge de casa para acompanhar velório”⁶¹, postada em junho de 2019 no portal de notícias G1, do grupo Globo, apresenta uma história bem ao estilo *fait divers* (Imagem 3). Durante o velório de uma mulher de 32 anos e de sua filha de três, vítimas de um acidente de ônibus, um gato chamado Ópera chama a atenção de várias pessoas. Segundo informações de amigos das vítimas do acidente narrado na notícia, o felino era de estimação da menina. O animal aproveitou que o portão de casa estava aberto, escondeu-se embaixo do banco do carro e seguiu escondido para o velório. No local, ele permaneceu em volta dos caixões, em especial ao lado do que estava a criança. Em alguns momentos, ficou sentado em uma cadeira com os familiares.

⁶¹ GATO foge de casa para acompanhar velório. *G1*. 11 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2019/06/11/gato-foge-de-casa-para-acompanhar-velorio-de-dona-morta-em-acidente.ghtml>. Acesso em: 11 jun. 2019.



Imagem 3 – Notícia sobre o gato Ópera.
Fonte: *G1*.

Voltando a Barthes (1964, p. 60), as relações imanentes ao *fait divers* podem ser divididas em dois tipos: relação de causalidade e relação de coincidência. No primeiro tipo, é a relação entre um delito e o criminoso, um acidente e sua circunstância. Existe ainda a valorização de estereótipos de dramas passionais, tragédias familiares, crimes por dinheiro. A causalidade é sempre esperada no *fait divers*. A estrutura da narrativa se desloca para o que o autor chama de “*dramatis personae* (criança, velho, mãe etc.)”. São as personagens que ajudam a tornar a história mais atraente para impactar o público. O segundo tipo se destaca pela repetição de um acontecimento, por mais estranho que isso seja, ou quando aproximamos termos, personagens, conteúdos qualitativamente distantes. A antítese seria uma das bases do sucesso dessas narrativas. Quanto mais estranho e absurdo, mas atraente é um *fait divers*.

Nesse contexto, a notícia sobre o gato no velório apresenta os dois tipos de relações imanentes dos *faits divers*, com um detalhe importante: a notícia sobre o acidente de ônibus que matou mais oito pessoas, além da mãe e da filha, e deixou 51 feridos na serra de Pindamonhangaba (SP) também foi destaque em vários *sites*

de notícias. Todavia, na narrativa citada neste trabalho, o *dramatis personae* de Barthes é o gato Ópera.

Retomamos aqui o desenvolvimento da argumentação de Martín-Barbero (2006) sobre o racionalismo *versus* sensacionalismo. Aguiar (2008a) e Aguiar e Schaun (2016) utilizam a lógica da sensação de Deleuze (2007) para lançar as bases para o debate entre notícias interessantes e importantes. Muitos podem pensar que a notícia sobre o gato Ópera seja apenas uma futilidade para atrair audiência. No entanto, Aguiar (2008a, p. 13) busca ir além da dicotomia de Barbero. Destaca um terceiro modo de fazer jornalismo, segundo o qual o sensacionalismo também pode ser eficaz em disseminar conteúdos de interesse do público a partir de matérias como a do gato. O autor prefere, inclusive, o termo “sensacional” no lugar de “sensacionalista”. Afinal, a notícia, cuja personagem principal é o gato Ópera, também pode mostrar o grau de importância dado pela empresa jornalística à presença do animal no velório, por ser um fato inusitado e pelo papel do felino e de outros animais na vida das pessoas. A mídia também acaba por destacar a questão da senciência dos animais ou a capacidade desses seres de ter sensações e sentimentos de forma consciente. Essa questão, iniciada nas reflexões teóricas do primeiro capítulo, sobre a evolução das relações entre os humanos e os animais, será aprofundada com as análises do conteúdo das notícias no terceiro capítulo deste trabalho.

A próxima seção vai aprofundar a discussão sobre o fator entretenimento na produção da notícia, apresentando visões diferentes de vários autores sobre essa questão. Vai ainda problematizar o termo “infotainment”, composto da fusão de “informação” e “entretenimento”, para designar a hibridização do ideal moderno do jornalismo informativo – um dispositivo de conscientização política – com uma das características da cultura de massa: a capacidade de entreter, divertir e distrair. O sensacionalismo, ou a lógica da sensação, pode ser uma estratégia comunicacional para a produção de uma narrativa jornalística interessante e pode atrair o leitor também para as notícias importantes.

3.2.3. Infotainment: conceitos e ideias no campo jornalístico

Para o percurso teórico relativo ao conceito de infotainment, será destacada a importância do entretenimento no jornalismo como difusor de informação por meio das notícias, mesmo diante de tantas opiniões e visões sobre a credibilidade ou desconfiança da imprensa que trabalha a partir da lógica das sensações, segundo a ideia de Deleuze e Gattari (1997). As discussões e reflexões sobre a história e os efeitos da parceria entre o entretenimento e o jornalismo são uma das bases para a análise das notícias sobre animais nos jornais de referência, objeto de estudo deste trabalho, apresentando duas perspectivas. A primeira é a ideia de que o entretenimento é um meio ou fim empregado pelo jornalismo para cumprir seu compromisso com a mediação, a compreensibilidade, a divulgação do conhecimento e a ação pelos direitos dos animais. A segunda é que os jornais de referência, usando a estratégia comunicacional de investir nas notícias de interesse do público, ou as notícias interessantes sobre animais, buscam aumentar o número de leitores e espectadores e, assim, atender aos interesses econômicos da organização jornalística.

O “neologismo ‘infotainment’ (*infotainment*) surgiu na década de 1980 nos Estados Unidos, mas passou a fazer parte do vocabulário das pesquisas acadêmicas sobre jornalismo e dos profissionais da área nos anos 1990”, segundo Falcão (2017, p. 48). Neveu fala da “palavra composta e construída a partir de informação e *entertainment* – tendência a veicular, nos programas, informações atraentes a qualquer preço” (2005, p. 19). O alemão Udo Michael Krüger (1988) é considerado o criador do termo. O intercâmbio entre informação e entretenimento, como já abordamos neste capítulo, tem sua representação inicial no jornalismo a partir dos impressos. Park (1927), jornalista e pesquisador dos Estados Unidos, mostra em seus ensaios vários veículos que seguiam essa tendência, como o jornal novaiorquino *Hawk & Buzzard*. Entre 1826 e 1883, o veículo se destacou pelo seu interesse por notícias de fofocas. Afinal segundo o autor,

os jornais que temos hoje em dia, no sentido moderno do termo, surgiram porque uns cem anos atrás, ou, para ser mais exato, em 1835, alguns editores de Nova York e Londres descobriram que: 1) a maioria dos seres humanos, desde que saibam ler alguma coisa, acham mais fácil ler notícias que opiniões em editoriais; 2) que o homem comum prefere ser entretido a ser edificado (PARK, 1927 *apud* GABLER, 1999, p. 61).

Thussu (2007) apresenta os famosos *penny press* (Imagem 4), já abordados neste capítulo, como o início do infotimento. Os jornais eram vendidos, em geral, por alguns centavos o exemplar e surgiram como uma nova lógica de produção jornalística, rompendo com os padrões mais opinativos e partidários (TRAQUINA, 2012; GABLER, 1999; KUNCZIK, 2002; KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). Os jornais mais baratos foram os primeiros a reconhecer a importância da vida cotidiana e os primeiros a imprimir artigos de interesse humano, que se tornariam um dos sustentáculos do jornalismo moderno (SCHUDSON, 2010). Talvez o fundador do *The New York Sun*, Benjamim Day, quando lançou a primeira edição do jornal, em 1833, não imaginasse que estava rompendo com os moldes jornalísticos da época de uma forma inabalável. Antes do *Sun*, o público-alvo dos jornais eram as classes mais favorecidas. Day foi pelo caminho oposto. O *Sun* custava um centavo, ou um *penny*, o que foi traduzido como uma imprensa barata, ou *penny press*, nome que pegou e foi adotado por vários imitadores.

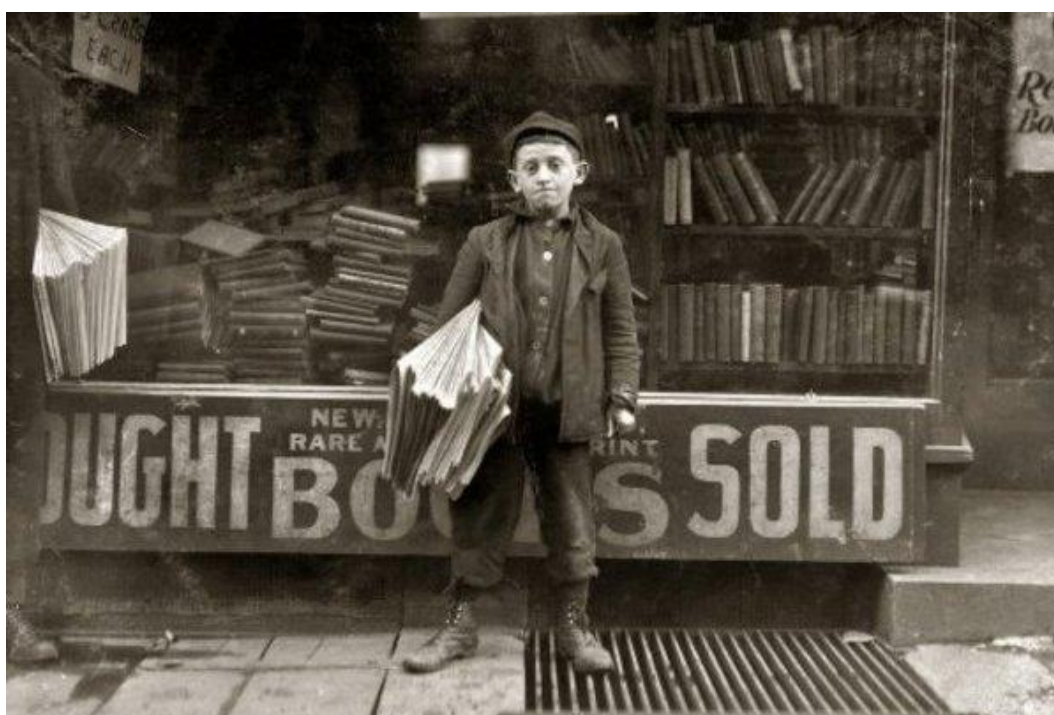


Imagem 4 – Um dos chamados *newspaper boys*,⁶² que vendiam jornais padrão *penny press*.

Fonte: Site Shutterstock.

⁶² Foto do site Shutterstock. Disponível em: www.shutterstock.com. Acesso em: 10 nov. 2018.

Antes do *Sun*, um típico jornal diário em Nova York custava seis centavos.

[...] As vendas chegavam a 1.200 exemplares, sendo que a circulação total de todos os jornais diários da cidade, em 1833, era de apenas 26.500. Depois do surgimento da imprensa barata, as tiragens aumentaram muitíssimo. Em junho de 1835, segundo revelou uma pesquisa, os jornais baratos, todos juntos, estavam vendendo 44 mil exemplares (GABLER, 1999, p. 62).

Os números refletiam uma tendência que se consolidou na história do jornalismo. Os preços eram mais baratos, mas o principal diferencial era o conteúdo apresentado ao público. O modelo de notícia foi adaptado para atender aos interesses e às habilidades de leitura de quem não possuía nível elevado de escolaridade. A imprensa conquistou um público mais amplo e generalizado, o que contribuiu para o aumento da tiragem e a circulação dessas publicações, como o exemplo já apresentado na citação acima. Assim surgiu uma das principais questões da história da ligação do jornalismo com o entretenimento: qual é a razão ou as razões para que a grande massa de leitores seja mais atraída pelas notícias e não os editoriais dos jornais publicistas?

Dumazédier destaca os efeitos dessa relação da imprensa com o entretenimento da seguinte forma: “o lazer não é somente momento de distração, recreação e entretenimento, mas, também, aquele no qual se obtém a informação desinteressada” (1973, p. 42). Segundo ele, os jornais teriam o papel de despertar a necessidade de aumentar as fontes de informação sem ligação com trabalho dentro de uma das funções do lazer. Gabler (1999) enumera algumas possíveis razões. A primeira seria que a notícia despertaria uma percepção de experiência em comum, passada por meio dos acontecimentos; ou seja, os cidadãos fragmentados na realidade da cidade grande podiam perceber que passavam por muitas coisas em comum. Outro ponto é a capacidade de as notícias despertarem suspeitas entre os cidadãos sobre as depravações e os segredos, o que minava a autoridade moral das elites. Outra percepção era de que os leitores precisavam saber as novidades cada vez mais rápido, em uma sociedade na qual as notícias eram publicadas e difundidas trazendo impacto social a locais cada vez mais distantes. Segundo o autor, todos esses fatores contribuíram para a atração do público pelas notícias, mas, sem dúvida, saber sobre os fatos misteriosos, sensacionais e inusitados fazia valer cada centavo gasto com os jornais. Isso porque “as notícias eram simplesmente o conteúdo mais emocionante e divertido que um jornal poderia oferecer, sobretudo

quando desviadas, como era invariavelmente o caso na imprensa barata, para as histórias sensacionais” (GABLER, 1999, p. 62).

O *New York Herald* é outro exemplo de jornal da época que se especializou como veículo de entretenimento, destacam autores como Traquina (1999; 2012), Gabler (1999), Dejavite (2006), Falcão (2017) e Schudson (2010). O dono do jornal, James Gordon Bennet, chegou a afirmar que seus leitores estariam mais dispostos a ler várias colunas com detalhes de um assassinato brutal, do aparecimento de criaturas fantásticas e da conduta imprópria de um sacerdote que o mesmo número de palavras escritas pelo gênio mais nobre entre os autores da época. Segundo Bennet, o jornal nasceu para ser diferente do “ar tedioso de negócios dos grandes jornais matutinos”. Assim como vários jornais sensacionalistas da época, especializou-se em escândalos, suicídios e assassinatos. Um desses acontecimentos foi o responsável por consolidar o sucesso do jornal em 1836, com a cobertura do assassinato da prostituta Helen Jewett, de 19 anos. O caso apresentou todas as características das matérias sensacionalistas que fariam sucesso no futuro, como os *shows* de notícias na televisão (Imagem 5).



Figura 1 – Uma das ilustrações⁶³ do assassinato de Helen Jewett, em 1836.

Fonte: Getty Images.

⁶³ Imagem do *site* Getty Imagem. Disponível em: www.gettyimages.com. Acesso em: 10 nov. 2018.

Todo o *show* de escândalos provocado pela cobertura do assassinato de Helen, segundo Gabler, “não teve nada a ver com a jurisprudência ou justiça e sim com o que foi injetado na corrente sanguínea da imprensa norte-americana: o valor incalculável da história escandalosa ou lasciva” (1999, p. 64). A cobertura do *Herald* e de outros jornais da época apenas mostrou a rapidez com que a imprensa aprendeu o apelo que esses acontecimentos despertavam nos leitores e estabeleceu padrões que viriam a ser seguidos pela imprensa dos Estados Unidos, formando uma tendência no jornalismo em todo o mundo.

Schudson conta a história de outro jornal que seguiu essa linha: o *New York World*, de Joseph Pulitzer (aquele que deu nome ao prêmio Pulitzer). O autor, quando discorre sobre as questões do entretenimento ligado ao jornalismo no século 19, ressalta o seguinte: “as notícias se prestam, principalmente, a criar para os leitores experiências de satisfação estética que os ajudem a interpretar suas próprias vidas e relacioná-las à nação, cidade ou classe a que pertencem” (2010, p. 108). Nesse contexto, o *World* de Pulitzer buscava atrair seus leitores, seguindo a lógica de alimentar as paixões dos leitores no melhor nível da lógica da sensação de Deleuze (2007). Ele introduziu recursos visuais, como ilustrações, *charges* e quadrinhos. Algumas de suas manchetes emblemáticas contribuíram para o crescimento e o sucesso do jornal com o passar dos anos: “Batizado de sangue” (morte por pisoteamento de pedestres na recém-inaugurada ponte do Brooklyn); “Demônio em pele humana” (homem acusado de crimes de pedofilia); entre outras. Assim, Pulitzer, um imigrante judeu austríaco que chegara aos Estados Unidos em 1864, aos 17 anos, para lutar na Guerra Civil, consolidou-se como empresário do que chamamos hoje de mídia, exatamente produzindo notícias para um público abrangente também formado por imigrantes como ele. O sucesso do *World* se traduziu em números. Schudson conta que, quando Pulitzer comprou o jornal, em 1883, “sua circulação girava em torno de 15 mil exemplares. Um ano depois, chegava a 60 mil. Noutro ano, atingia os 100 mil e, até o outono de 1886, passava de 250 mil” (2010, p. 111).

Ironicamente e para a felicidade do jornalismo, a questão sobre a união do jornalismo com o entretenimento também foi determinante para o papel de Joseph Pulitzer na formação de futuros jornalistas. Um dos *publishers* de maior sucesso

na imprensa americana foi também um dos maiores defensores do ensino superior específico para os jornalistas, o que acabou por mudar a percepção da sociedade norte-americana e da própria indústria jornalística sobre o ofício. Pulitzer, que tornou o *New York World* um dos principais jornais de Nova York, via na época sua reputação ser arranhada por fazer um jornalismo de má fama. Por isso, decidiu também ser lembrado por causas mais nobres. Doou milhões de dólares para a criação da primeira faculdade de jornalismo dos Estados Unidos (que acabou sendo a segunda em Columbia) e a instituição de um prêmio com o objetivo de encorajar e distinguir a excelência no jornalismo: o Pulitzer. Em 1904, já com a saúde debilitada e cego, ele ditou um texto em resposta aos seus maiores críticos. Publicou o livro *A escola de jornalismo na Universidade de Columbia: o poder da opinião pública*, que defende a importância de uma escola para os jornalistas, estabelece os cânones modernos da profissão e produz um clássico nas teorias do jornalismo. A atitude de Pulitzer pode descrever, como está sendo abordado neste capítulo, como a imprensa sempre buscou se equilibrar entre a informação e o entretenimento na história do jornalismo.

Essa luta de narrativas e ideias no campo jornalístico, lembrando Bourdieu (1997) e Aguiar (2008b), mostra sempre a discussão entre a produção de um modelo mais sério de informação e o entretenimento como forma de discurso jornalístico capaz de atrair mais leitores. Explanadas a questão e a reflexão teórica discutida até aqui, a próxima etapa é problematizar o conceito do infotainment e seu papel no jornalismo. O termo “infotainment”, ou *infotainment*, foi constituído a partir da junção de “informação” e “entretenimento” (ou *entertainment*) e apresenta a tendência da imprensa de veicular “informações atraentes a qualquer preço” (NEVEU, 2005, p. 12). Mas será que esse termo só pode ser analisado por esse caminho?

Aguiar (2008b) já afirmou que a capacidade de entretenimento é um valor-notícia fundamental para que um acontecimento possa adquirir os requisitos necessários para a construção da narrativa jornalística. Os valores-notícia são os componentes que um acontecimento deve apresentar para que seja transformado em produto informativo. A notícia é um produto da organização jornalística elaborado e organizado a partir de técnicas que fazem com que o público seja atraído

pela narrativa e tenha a perspectiva prática dos acontecimentos a partir da ideia de uma construção social da realidade.

Vários autores destacam a importância do entretenimento no processo de produção da notícia. A partir de uma visão mais funcionalista, o pesquisador Luiz Amaral descreve quatro funções da imprensa: política, econômico-social, educativa e de entretenimento. Voltando às reflexões de De Masi (2001), Russel (1935), Huizinga (1971) e Dumazédier (1973) sobre lazer e diversão, uma das características da sociedade industrial foi a invenção do tempo livre destinado ao lazer, e grande parte do público considera a leitura dos jornais, ou seja, o consumo dos produtos jornalísticos de qualquer veículo, como uma atividade de prazer. Afinal, “o entretenimento é uma função psicossocial da imprensa”, destaca Luiz Amaral (1987, p. 24). Dessa forma, a própria notícia é um produto avaliado a partir a vários interesses na construção de um produto jornalístico, entre eles o “entretenimento que proporciona” (MEDINA, 1988, p. 21). Nesse caso, se o entretenimento é um fator de peso na seleção de determinados acontecimentos e para conquistar o público, por que certos autores desqualificam a informação jornalística que possui como característica principal a capacidade de entreter o público? Como discutimos até aqui, as origens do jornalismo como conhecemos deve muito ao entretenimento pelo seu sucesso e pela estruturação das organizações jornalísticas. Sendo assim, reforçamos essa problematização sobre o infotenimento no jornalismo com a seguinte questão de Aguiar: “qual o problema político em produzir um noticiário que desperte o interesse do leitor e ainda possa entretê-lo?” (2008b, p. 16). Um dos medos pode ser a possibilidade de que esses conteúdos tenham cada vez mais espaço no noticiário do que o material de interesse do público ou as notícias mais “sérias” e importantes. Ou seja: a possível “morte” de um jornalismo mais tradicional ligado aos ideais positivistas.

Muitos autores e pesquisadores do jornalismo têm uma visão mais pessimista e até, podemos dizer, preconceituosa quanto ao uso das características e estratégias do infotenimento no jornalismo, o que vamos detalhar ainda neste capítulo. O termo infotenimento pode ser analisado por meio de duas perspectivas: uma que o vê como tendência global (BRANTS, 1998; GABLER, 1999; DELLI CARPINI; WILLIAMS, 2001; KELLNER, 2003; 2004; PRADO, 2003; THUSSU, 2007;

GOMES, 2009a; 2009b; CARRILO, 2013) e outra que o percebe como um gênero em si mesmo. (THUSSU, 2007; MARTINO, 2009; LOSADA, 2010; GONZALO; DOMÍNGUEZ; GARCÍA, 2012; CARRILLO, 2013). Os dois pontos de vista se complementam diante da ideia de um gênero híbrido na sociedade.

Os que acreditam na primeira perspectiva avaliam que o infotenimento se manifesta não só no jornalismo mas também em várias áreas, como política e economia. O fenômeno seria parte integrante do que Gabler (1999) chamou sociedade do entretenimento: uma sociedade hedonista que busca constantemente por prazer e diversão. O infotenimento, nesse contexto, funciona como fator para diversas mudanças nos conteúdos e no consumo dos produtos apresentados pela mídia. Prado (2003) avalia o infotenimento como uma supertendência no jornalismo atual. Carrilo (2013) ressalta que essa crescente fluidez encontrada nas fronteiras entre informação e entretenimento acaba abrangendo a sociedade em geral.

Gabler (1999), a partir de seu conceito de sociedade do entretenimento, mostra que a utilização de técnicas teatrais em diversas áreas, como política, educação, literatura, religião, comércio, guerras e crimes, faz com que todas sejam influenciadas pela indústria do entretenimento. Segundo o autor, em cenários de escândalos de famosos, casos inusitados dominam as narrativas midiáticas e isso vai além do jornalismo. Nesse contexto, Gomes (2009a,2009b) acredita que o infotenimento é um valor que faz com que a sociedade tenha um apego especial pelo que dá prazer e apela aos sentidos. Novamente, tem-se a ideia de uma sociedade hedonista, na qual o infotenimento é representado de várias formas, além do texto jornalístico. Por exemplo, no caso do tema “animais”, os vídeos e fotos em perfis de ONGs e de tutores de animais em diversas redes sociais podem refletir a presença do infotenimento nessas postagens.

Brants adota como foco o infotenimento na participação política do cidadão. Segundo ele, o infotenimento pode ser destacado em dois polos: “[...] mescla elementos de informação política em programas de entretenimento e características do entretenimento em programas tradicionalmente informativos” (1998, p. 327). Ou seja, o autor destaca a duplicidade do fenômeno, que pode tanto usar como base a informação apresentada com características de entretenimento quanto usar como base o entretenimento em sua essência, porém coberto de elementos infor-

mativos. Podemos citar como exemplo dessa visão o perfil de Alexandre Rossi, especialista em comportamento animal, fundador da Ong Cão Cidadão e autor de vários livros sobre o tema. Ele esteve à frente do quadro “Desafio Pet” (exibido aos domingos pelo *Programa Eliana*, no SBT) e do programa da rádio Jovem Pan *Pet na Pan*. Atualmente, é convidado especial do *É de Casa*, na rede Globo, e apresenta o *Missão Pet*, transmitido pelo canal por assinatura *National Geographic*. Rossi é tutor dos vira-latas Estopinha e Barthô, duas celebridades caninas da Internet, além da gata Miah. Todos têm perfis no Instagram. Estopinha, até junho de 2019, tinha mais meio milhão de seguidores. Barthô, 233 mil e Miah, 53 mil. Todas as postagens de Rossi (2019) em seu portal e nos perfis dos *pets* trazem diversas características do infotenimento, contendo, porém, informações significativas sobre comportamento e bem-estar dos animais, além de falar sobre a importância do respeito e da proteção aos animais, incentivando exatamente a participação política do público nesse sentido.

Alguns aspectos das tecnologias de informação e comunicação – que contribuíram para mudanças expressivas no contexto econômico dos meios de comunicação de massa, aliadas às diversas tendências culturais – foram apontados por Delli Carpini e Williams (2001, p. 161) quando o assunto é o infotenimento considerado hábito social em si. Segundo os autores, as fronteiras entre fatos e opiniões, entre o que pode ser considerado notícia ou não, entre “cidadãos/consumidores” e “especialistas/produtores”, estão se dissolvendo diante do fluxo de mudanças nas tecnologias de informação e comunicação, na forma como é administrada a economia dos meios de comunicação de massa e das mudanças culturais na sociedade.

Já outros autores, como foi abordado antes, têm outra perspectiva do infotenimento. O fenômeno é visto como um gênero particular, o qual reúne aspectos e características que valorizam a diversão representada de várias formas. Ele também pode reunir gêneros distintos para gerar as inovações e novidades tão procuradas pelo público. Losada (2010) chama essa característica de hibridação de gêneros. Segundo autor, infotenimento são vários gêneros misturados. A ideia do híbrido destaca que essa mistura é tão entrelaçada que é complicado distinguir uma coisa da outra. Cortés (1999, p. 51), que estuda o fenômeno em programas de

televisão, compara a TV com um “supermercado” onde informação, espetáculo, ficção e publicidade fazem parte de um conjunto que dificulta a distinção entre esses campos. O alemão criador do termo “infotainment”, Krüger (1988) relaciona essa fusão de gêneros na grade das programações de TV com a emergência de uma nova forma de texto audiovisual, que ele denominou infoentretenimento. Essas características também podem ser encontradas em outros meios de comunicação, já que vivemos uma cultura da convergência (JENKINS, 2009).

O hibridismo de gêneros, para Martino (2009), não é só uma mistura entre informação e entretenimento, mas também ‘do real e do imaginário nos espaços a eles destinados na mídia’, o que nos lembra a visão de Morin (1997) sobre os efeitos dessa relação no público quando analisa filmes, séries e o *fait divers* no jornalismo. Segundo Luís Mauro de Sá Martino, o infotainment pode ser definido como um:

gênero híbrido apresentando informação na linguagem do entretenimento: ou intercalando dois gêneros praticamente sem linha divisória [...]. Ao alternar gêneros diferentes em um mesmo momento, a sucessão rápida de imagens e narrativas, reais e ficcionais, reforça a quebra de ambientes específicos entre um e outro: a fronteira do real e do imaginário se dilui no infotainment (2009, p. 155-156).

O debate e a reflexão dos autores entre essas perspectivas sobre o infotainment como gênero híbrido ou como comportamento social acabam chegando a uma espécie de acordo quando o consideram tudo isso ao mesmo tempo. É o caso de Thussu (2007) e Carrillo (2013), que definem o infotainment como uma grande mistura de informação e entretenimento no jornalismo e na programação em geral, além de uma cultura global que adota e assimila o entretenimento. Carrillo percebe o envolvimento cada vez maior do jornalismo na produção desse tipo de narrativa. Segundo ela, o jornalismo passa por um processo de evolução, desde a importância da hierarquização da informação até a valorização das características do entretenimento. É uma união que pode trazer bons resultados ou alguns problemas. “É o que conhecemos como infoentretenimento, um gênero híbrido que hoje domina o jornalismo” (CARRILLO, 2013, p. 34).

Já Thussu (2007) nos lembra de que o neologismo “infotainment”, quando surgiu, na década de 1980, nos EUA, não era muito claro. Carrillo (2013) confirma essa informação, pois ainda se considerava infoentretenimento tudo que era

negativo nos programas de televisão, ainda que hoje se possa dizer que o infotimento está em todos os meios e formatos. Em seus textos, ela demonstra perceber que, nesse cenário, os acontecimentos são dessacralizados. Fatos que antes eram dispensados do noticiário têm espaço hoje entre as notícias consideradas importantes. É o que se nota em relação às notícias sobre animais. Podemos citar como exemplos as diversas matérias publicadas no jornal *O Globo* e em outros veículos sobre um cachorro que morreu espancado e envenenado por um segurança dos supermercados Carrefour, na cidade de Osasco (SP), em dezembro de 2018 (Imagem 6). O fato causou comoção entre artistas, organizações não governamentais e internautas nas redes sociais.



Imagem 5 – Uma das matérias postadas sobre o animal espancado em Osasco (SP).

Fonte: *O Globo*.

Há alguns anos, seria difícil ver uma notícia como essa ganhar tanto espaço na mídia. Diante da reação do público, o fato ganhou destaque em vários noticiários e, quando se fala nos valores-notícia, podemos dizer que esse é um acontecimento interessante, porque traz todas as características necessárias para atrair audiência. Contudo, pode-se também considerá-lo um fato importante porque traz conhecimento e reflexões sobre os direitos dos animais na sociedade. A notícia possui várias características do infotimento no jornalismo, apresentando o animal assassinado como personagem da notícia, que conta a história de um cachorrinho abandonado à própria sorte no estacionamento de um supermercado, bem no estilo *fait divers*.

A discussão e as reflexões sobre o grau de importância de notícias como essa e sobre vários outros temas podem ser encontradas no livro *INFOtenimento: informação + entretenimento no jornalismo*, de Fábila Angélica Dejavitte. A autora

destaca o infotenimento como um verdadeiro serviço à informação, porque, se a narrativa jornalística não estiver acompanhada da distração, do inusitado e do diferente, não vai chamar a atenção da audiência, que é considerada ponto-chave para a caracterização do fenômeno. O público participa cada vez mais na deliberação do se veicula na mídia. Como no caso do cachorrinho morto, as empresas jornalísticas estão mais atentas ao que é solicitado pelo consumidor, e isso contribui para transformar a dinâmica de seleção e da produção de notícias. Dejavite conceitua o infotenimento e defende inclusive sua importância no jornalismo, afirmando o seguinte:

Não podemos esquecer que o infotenimento é sinônimo de jornalismo ético, de qualidade e que, por isso, não deve ser tomado como um jornalismo menor por explorar o entretenimento. Devemos admitir que a atividade jornalística tem, sim, a função de divertir (apesar de quase sempre ser apresentada ao público como algo sem humor e pesado). Esse papel interage perfeitamente com a sua função de órgão fiscalizador que promove a sociedade e os seus cidadãos (2006, p. 89).

Para as diversas abordagens da fusão do jornalismo e do entretenimento, ou as diversas denominações de autores para essa forma de fazer jornalismo, vamos usar a expressão de Falcão (2017, p. 70), mostrando os conceitos e percepções desses pesquisadores sobre “os vários nomes do infotenimento”, ou, como destaca Aguiar (2008a; 2008b), as visões positivas e negativas sobre a produção jornalística criada para informar e entreter. Essas abordagens mostram que, como está sendo apresentado neste trabalho, nem todos defendem a fusão do jornalismo com entretenimento como algo sério. Começamos com Dejavite, que apoia essa mistura e a denomina “notícia *light*”, explicando que:

o receptor (com seus novos princípios de receber a informação) exige que a notícia na atualidade – independentemente do meio em que estiver inserida – informe, distraia e também lhe traga uma formação sobre o assunto publicado. Este tipo de conteúdo tem sido denominado notícia *light* (DEJAVITE, 2006, p. 68).

A notícia *light*, nas análises da autora, está no olho do furacão do dilema sobre o jornalismo ofertar ao receptor os acontecimentos que tenham relevância e agradem diversos tipos de público. Isto é: destacar as notícias importantes dentro de um enorme fluxo de acontecimentos ou apenas difundir fatos que chamem atenção e despertem inúmeras sensações nas pessoas.

Prosseguindo com as diversas abordagens da união do jornalismo com o entretenimento, voltamos ao questionamento de Aguiar (2008b) sobre qual seria o problema em produzir notícias que despertem o interesse do leitor e que ainda possam usar as estratégias do entretenimento para isso.

Uma parte dos pesquisadores das teorias do jornalismo e jornalistas destaca o entretenimento como um valor-notícia fundamental para manter os leitores, ouvintes e telespectadores interessados na matéria-prima do noticiário, uma mercadoria valiosa chamada informação. Por outro lado, alguns autores ainda desqualificam a capacidade do entretenimento como difusor da informação jornalística e o caminho para a reflexão do público sobre questões políticas, culturais e econômicas da sociedade.

Entre os autores que têm uma visão negativa dessa mistura está Sousa. A partir de suas pesquisas sobre as tendências do jornalismo em todo o mundo, ele acredita que os jornais devem ter como objetivo principal informar os cidadãos, levando em conta que eles são atores sociais responsáveis e possuem consciência crítica.

Informar jornalisticamente será, assim, em síntese, permitir que os cidadãos possam agir responsabilmente. Na minha opinião, entreter “jornalisticamente”, pelo contrário, tende a degradar, em maior ou menor grau, essa função informativa e, conseqüentemente, reguladora e mediadora, que os meios de comunicação possuem na sociedade (SOUSA, 1999, p. 63).

O termo *infoshow*, que corresponde às características criticadas por Sousa (1999) e outros pesquisadores, costuma ser confundido com o infotainment. Contudo, as autoras Luzón e Ferrer (2008, p. 146), estudiosas do tema em especial nos programas de TV, definem o “infoentretenimento” como “a construção do espetáculo na notícia” e o *infoshow* como “a notícia que se torna espetáculo”. O primeiro é a informação inserida no universo do entretenimento, como nos programas de entretenimento com traços informativos. O segundo pode ser identificado quando a informação pura passa por um tratamento mais emotivo. A informação se torna um espetáculo dramático com a utilização de uma série de técnicas e estratégias como apelo emocional, espetacularização e sensacionalismo via discurso jornalístico, convertendo a audiência em um cúmplice que observa a tragédia ou a comédia alheia. Já para Prado (2003), o *infoshow* seria um macrogênero

formado pela hibridização entre informação, ficção e entretenimento. Nesse processo de hibridização, existem momentos em que todos se misturam e se confundem na utilização de estratégias para causar impacto no público.

Essa mistura também é enfatizada por Cortés que fala de entretenimento na televisão, mas sua colocação pode ser relacionada a como o fenômeno está ligado ao jornalismo como um todo. Segundo ele, a oferta de programas se converte em “um grande supermercado onde a ficção, a informação, o espetáculo e a publicidade formam um *totum revolutum*,⁶⁴ em que esses limites se confundem e podem se tornar imperceptíveis”. A partir dessa premissa, “se trata de uma oferta sinérgica e total e de uma leitura cada vez mais fracionada e compulsiva por parte do espectador” (CORTÉS, 1999, p. 15).

Arroyo (2008) analisa esses termos sob outra perspectiva. Para ele, o infoentretimento não configura gênero televisivo em si, mas uma tendência notada em alguns programas, que mostram suas notícias de forma espetacular. Já o *infoshow* seria um híbrido de informação e entretenimento. Além de informar, ele usa a narrativa jornalística de um acontecimento para atrair o público com o uso do humor e da irreverência.

Falando em humor, Gordillo (2009), ao estudar os gêneros na programação ligada ao entretenimento do que ela chama de “hipertelevisão”, considera que o *infoshow* seria uma evolução do gênero informativo, apresentando características muito comuns ao que ela denomina informativo de entretenimento dentro do macrogênero humor. Essas características seriam: espetacularização, emotividade, sensacionalismo, individualização, ausência da fronteira entre o público e o privado, uso do estilo das narrativas ficcionais, fragmentação do contexto, superação das fronteiras das narrativas informativas, banalização e redundância. Tudo isso é também muito comum no infotenimento, de acordo com vários autores já citados neste trabalho. Na classificação da autora, porém, isso recebe o nome de *infoentertainment de imitaciones* e é descrito da seguinte maneira:

O humor se combina com elementos de atualidade informativa, mesmo que esta apareça sempre descontextualizada e simplificada. Não se trata então de nenhuma

⁶⁴ Expressão em latim que significa, literalmente, “quanto tudo rolou para trás”. Nesse contexto, o autor quis enfatizar a mistura e a hibridização de gêneros usada para prender a atenção do público.

variedade do *infoshow*, mas um tipo de programa onde a paródia, a imitação e a sátira são os elementos predominantes. Os efeitos cômicos e dramáticos são frequentes nos diversos fragmentos, piadas ou sátiras, e podem ser interpretados por comediantes ou bonecos (os tradicionais fantoches, por exemplo) que imitam personagens populares da política, cultura, esporte ou outras esferas de caráter público (GORDILLO, 2009, p. 247).

Semelhante ao neologismo “infotenimento”, o “pseudojornalismo satírico” é o termo usado por Avilés, que é basicamente o programa que usa as estratégias do entretenimento e do espetáculo. A informação fica em segundo plano e o destaque é o *show*. É caracterizado “pela forma despreocupada em tratar a realidade pelas entrevistas humorísticas e narrativa transgressora” (2004, p. 10) e, embora utilize técnicas jornalísticas, o objetivo nunca é informar, mas sim entreter. A proposta é provocar situações cômicas e irônicas com personagens em discursos informativos. “É, portanto, um subgênero híbrido que contribui para apagar ainda mais os limites entre informação e entretenimento” (AVILÉS, 2004, p. 10). No pseudojornalismo, o repórter é a personagem principal, que busca a veia cômica nos acontecimentos. “Sem medo do ridículo, o repórter ironiza e busca o inusitado sempre chegando a extremos de excentricidade e atrevimento em várias situações” (AVILÉS, 2004, p. 10). Se trata de buscar a ironia descarada e ácida nos assuntos atuais, transgredindo o que chamamos de jornalismo tradicional. Segundo o autor, “este estilo consagra a ousadia, o descaramento como valores jornalísticos, abandonando a lógica e as normas básicas dos profissionais do jornalismo” (AVILÉS, 2004, p. 10). Os conteúdos dos programas desse gênero podem se basear nos acontecimentos da atualidade, mas o caráter dramático do trabalho do repórter transforma o formato tradicional em um *show*.

O autor também usa o termo “jornalismo de entretenimento”, que não tem um sentido tão negativo quanto pseudojornalismo satírico. Para Avilés (2004), o jornalismo de entretenimento é mais leve e aborda temas como beleza, moda, culinária, comportamento, bem-estar. Entre as suas características principais estão a hierarquização dos fatos a partir de sua capacidade de entreter o público, a espetacularização da vida privada das personagens do fato, exploração dos aspectos dramáticos e cenas produzidas para provocar impacto.

O infotenimento costuma ainda ser considerado sinônimo de sensacionalismo, porque usa suas técnicas e elementos para atrair a audiência. Esse é um dos

fatores que contribuem para a visão mais negativa do infotenimento. Marcondes Filho, inclusive, caracteriza o sensacionalismo como um “alimento psíquico, um desviante ideológico, uma descarga de pulsões instintivas no indivíduo” (1989, p.28). Nesse cenário conceitual, a comparação com o infotenimento é comum, já que o jornalismo sensacionalista é marcado pelo exagero em todos os sentidos. Ele aparece nas imagens, nos cenários, na narrativa e é ligado a tudo o que valoriza a emoção, o extraordinário, trocando o essencial pelo supérfluo (PEDROSO, 2001; AMARAL, 2006). Diante dessas visões, o infotenimento, mesmo que não use o sensacionalismo como tática para destacar a notícia, é visto com preconceito por pesquisadores, jornalistas e o público. Angrimani destaca essa visão quando escreve sobre como a audiência vê o sensacionalismo:

O leitor (o telespectador, o ouvinte) entende sensacionalismo como uma palavra-chave que remete a todas as situações em que o meio de comunicação, no entender dele, tenha cometido um deslize informativo, exagerado na coleta de dados (*desequilibrando* o noticiário), publicado uma foto ousada, ou enveredado por uma linha editorial mais inquisitiva. Sensacionalista é a primeira palavra que a maior parte das pessoas utiliza para condenar uma publicação. Seja qual for a restrição, o termo é o mesmo para quase todas as situações (1995, p. 13).

Visões negativas do infotenimento podem ser encontradas também em textos de autores como Howard Kurtz (1993, p. 47), em *Media Circus*. A exemplo da notícia sobre Fiona no *Post*, ele denomina o jornalismo que usa estratégias e inovações tais quais textos condensados, infográficos, vídeos, ilustrações, fotografias sensacionais, títulos chamativos e multiplicações de boxes como “jornalismo cor-de-rosa”. Já ao analisar os “jornais pós-modernos” (MARSHALL, 2003, p. 111) e o processo de hibridização da propaganda e do jornalismo, transformando toda a narrativa jornalística, Marshall argumenta que o “jornalismo transgênico” (2003, p. 120) tem o objetivo de agradar leitores, anunciantes, governo e representantes do poder econômico. A estratégia desse tipo de jornalismo é a já apresentada em outras palavras por vários pesquisadores: as organizações jornalísticas aumentam a cobertura de notícias mais leves sobre comportamento, interesse humano, programas de televisão, filmes, música, moda, previsão do tempo e esportes. A partir das análises para este trabalho, a pauta sobre animais também segue essa tendência. “A cobertura de notícias mais sérias foi trocada por notícias de entretenimento, que têm maior efeito sobre a audiência e custam bem menos à empresa” (MARSHALL, 2003, p. 27).

Além desses conceitos negativos reativos à união entre entretenimento e informação, existem os mais conhecidos até pelos leigos em jornalismo: “imprensa amarela” e “imprensa marrom” (KURTZ, 1993). A imprensa amarela (*yellow-press*) possui as características da imprensa sensacionalista e ganhou o mesmo nome de uma personagem dos quadrinhos “The Yellow Kid”, criada em 1895 pelo artista americano Richard Outcault. A história falava sobre um menino que usa pijama amarelo e vive em becos e favelas em regiões muito pobre de Nova York. As falas eram mostradas nas roupas das personagens, como podemos observar na Imagem 7. A história fez tanto sucesso que foi disputada por dois jornais: *New York World* e *New York Journal*. Eram veículos que se destacavam na época pela audiência e pelo estilo exagerado, com manchetes e ilustrações destacadas e uso da dramatização nos textos. Pode-se dizer que esses jornais foram os primeiros a ser conhecidos oficialmente como “imprensa amarela”.

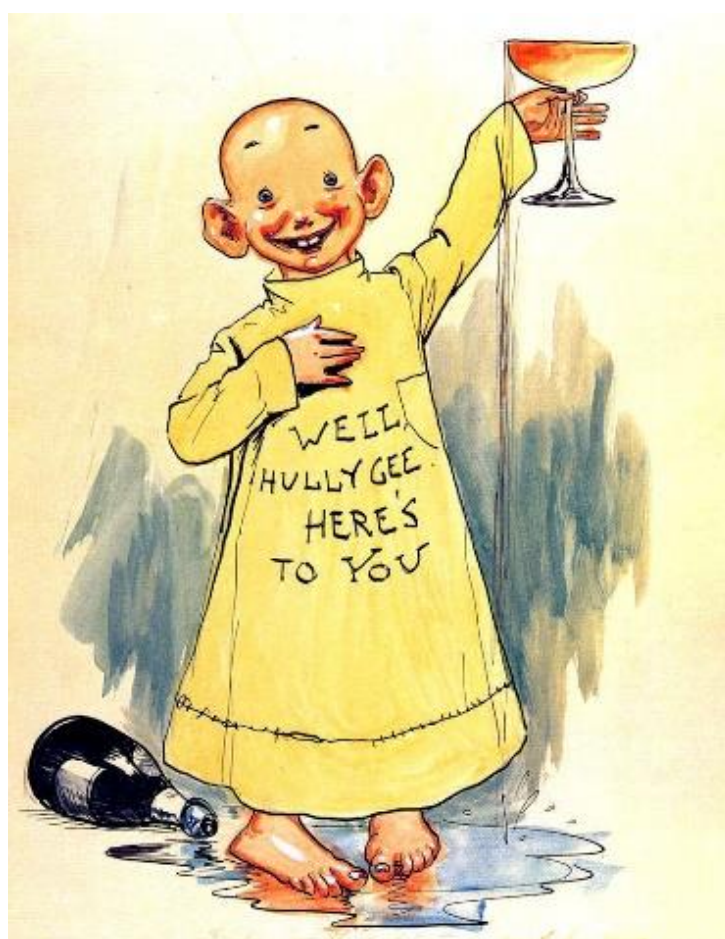


Figura 2 – Personagem de “The Yellow Kid”, de *Hogan’s Alley*.⁶⁵
Fonte: Museu de Imagens.

⁶⁵ Disponível em: <http://www.museudeimagens.com.br/the-yellow-kid-hogans-alley/>. Acesso em: 17 ago. 2018.

A “imprensa marrom”, também na busca pela audiência, como a “imprensa amarela”, é mais relacionada aos escândalos sociais. Casos de amor “proibido” entre celebridades, escândalos envolvendo atos ilícitos e pessoas conhecidas pela mídia e outras fofocas e boatos que, muitas vezes, nem são fundamentados ou comprovados. A “imprensa marrom” busca manipular os fatos para atrair audiência e, conseqüentemente, os lucros para a empresa de comunicação. Além desses dois conceitos, temos o já citado jornalismo cor-de-rosa de Kurtz (1993). É a imprensa preparada para agradar a todos – leitores, anunciantes e donos de jornais – com temas mais leves e descontraídos. Até os assuntos de interesse público recebem um tratamento dentro das estratégias do infotimento, com “páginas supercoloridas, os infográficos, *layouts* e *designs* mais arrojados, aumento da cobertura de esportes, notícias de comportamento, de moda e da previsão do tempo” (MARSHALL, 2003, p. 27). Dentro dessa premissa, segundo Neveu, a proposta é trabalhar “com informação atrativa que facilite sua distribuição e torne a publicidade mais eficaz” (2005, p. 17).

Seguindo essas tendências, surge, de acordo com Leandro Marshall (2002; 2003), o jornalismo transgênico, que busca uma relação ainda mais estreita com a publicidade e o mercado, trazendo notícias e propagandas no mesmo texto e derubando as fronteiras entre espaço jornalístico e espaço publicitário. É o material elaborado por meio da publicidade paga, das parcerias com as assessorias de imprensa, da interferência mais direta do setor comercial das empresas jornalísticas na produção das notícias. Todas essas categorizações apresentam características do infotimento no jornalismo, refletindo as mudanças no pensar e no fazer jornalísticos.

Mesmo diante do sucesso, muitas vezes conquistado por essas fórmulas, quando um veículo é considerado sensacionalista, acaba perdendo pontos para o jornalismo considerado mais tradicional e sério. Angrimani, porém, busca enfatizar que as características do sensacionalismo podem ser encontradas no jornalismo de referência. Na visão do autor, o termo “sensacionalista” costuma ser relacionado com algumas qualidades, como “audácia, irreverência e questionamento”, mas por outro lado, também existem os casos de “erro na apuração, distorção, deturpação, editorial agressivo – que são acontecimentos isolados e que podem

ocorrer dentro de um jornal informativo comum” (1995, p. 14). Nessa linha de raciocínio, voltamos às ideias de Aguiar (2008a, 2008b) e Aguiar e Barsotti (2016), que estão entre os autores que analisam o sensacionalismo para além da visão pejorativa. O termo utilizado por Aguiar, já mencionado neste capítulo, é “jornalismo sensacional”. Segundo ele, essas narrativas sempre fizeram parte do jornalismo de referência por meio de uma série de estratégias e técnicas, como textos mais compactos e descritivos que valorizem as sensações e as emoções. O *design* também reflete esse *modus operandi*, com os infográficos, mapas e imagens espetaculares, o que serve para nos mostrar como o infotimento pode estar presente no jornalismo diário. Pode-se dizer que é a aplicação direta da “lógica das sensações” de Gilles Deleuze (2007) na imprensa.

Entre os estudos sobre jornalismo, as tecnologias de informação e comunicação no contexto da cibercultura, no artigo “O jornalismo sensorial e o infotimento na produção de notícias para dispositivos móveis”, Aguiar e Barsotti apresentam o termo “jornalismo sensorial”. É o jornalismo que emerge em uma sociedade marcada pelas interações das pessoas através de máquinas cada vez mais leves e com processadores mais rápidos. Pelas telas sensíveis ao toque, as pessoas têm acesso aos conteúdos jornalísticos de todo o planeta em poucos segundos. Os jornalistas, segundo os autores, acabam redirecionando “o processo de produção da informação jornalística na direção de uma pedagogia de movimentos para se comunicar com seu público, criando uma prática discursiva que conduz a exacerbação das sensações e do infotimento” (AGUIAR; BARSOTTI, 2016, p. 59). Nesse contexto, todo esse cenário cultural, econômico e social que é repassado como informação é centrado na “lógica das sensações”. No jornalismo sensorial, essa lógica é representada pelo nível de envolvimento dos sentidos na relação do leitor com o material jornalístico. “Não basta a notícia ser apenas lida, vista ou ouvida; ela é, sobretudo, sentida, experienciada pelas sensações, vivenciada ao máximo pelos sentidos” (AGUIAR; BARSOTTI, 2016, p. 59).

Um exemplo do jornalismo sensorial pode ser encontrado na narrativa postada na versão *on-line* do jornal *The Washington Post*, no dia 24 de janeiro de 2018. Com o simpático título “Feliz aniversário, Fiona, a hipo! (Agora, por favor,

não mate ninguém⁶⁶).”, a notícia comemora o aniversário de um ano de idade de um filhote de hipopótamo-fêmea, chamado Fiona e criado no Zoológico e Jardim Botânico de Cincinnati, nos Estados Unidos. O texto da notícia sobre a celebração do aniversário de Fiona apresenta as principais características do jornalismo sensorial, ou infotainment jornalístico, como o uso de recursos visuais, sonoros e áudio-visuais, aliado ao estímulo à cognição e à sensibilidade das pessoas. O acontecimento tem um dos valores-notícia mais significativos, tanto para as notícias importantes quanto para notícias interessantes: notoriedade. E a personagem notória e famosa da notícia do *Post* é Fiona, não o diretor do zoológico ou o Prefeito da cidade. A vida de Fiona sempre foi um *show*, sendo comparada a uma jornada épica. Nasceu prematura e com peso insuficiente para que um filhote de hipopótamo fosse considerado saudável, mas superou as expectativas e conseguiu sobreviver.

A página criada pelo Zoológico e Jardim Botânico de Cincinnati no Facebook, *The Fiona Show*⁶⁷, até o dia 18/07/2019, tinha mais de 1,6 milhões de seguidores das postagens com vídeos, mostrando o cotidiano de Fiona. São imagens dos cuidadores do filhote massageando as gengivas de Fiona para estimular os dentes ou tirando sangue do animal para exames, além da própria Fiona nadando em seu viveiro. E o jornal de *The Washington Post* investiu na história de Fiona. No texto, o jornal a conta com toques de humor, mostrando toda a aventura da sobrevivência de um pequeno hipopótamo e porque ela faz tanto sucesso nas redes sociais. Mostra que ela já deu o nome para vários produtos que são vendidos e o dinheiro é revertido para a manutenção do zoológico e os cuidados com os animais. A notícia usa todos os recursos do jornalismo sensorial, trazendo informações como vídeos e fotos sobre as características, os riscos e perigos de tratar Fiona (os hipopótamos estão entre os animais mais perigosos do mundo) e o trabalho do zoológico com outros animais.

Todo o sucesso de Fiona foi um chamariz para o *Post*, assim como para vários veículos. As notícias sobre animais estão entre as narrativas que exploram a

⁶⁶ Traduzido do original em inglês: “Happy birthday, Fiona, the hippo! (Now please don’t kill anyone.)”.

⁶⁷ A página foi criada em 16 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/thefionashow/>. Acesso em: 16 nov. 2018.

sensorialidade humana. Então, por meio da “pedagogia dos movimentos”, que guia o leitor através da “sua interação homem e máquina”, o *Post* usa os “óculos” de Bourdieu (1997) para evoluir sua narrativa no jornalismo em rede (conceito que será explicado com mais detalhes neste capítulo) e conquistar internautas. O leitor vivencia toda a “lógica das sensações” e do infotenimento, que pode ser vista no jornalismo de referência como o *The Washington Post*, um dos veículos que são objeto de estudo deste trabalho.

Quando o assunto é utilizar as estratégias do infotenimento para atrair o público, como foi observado na história de Fiona, Gabler (1999) destaca, ao traçar um comparativo entre o sensacionalismo praticado pelos jornais impressos e pela TV, a televisão como um veículo com inúmeras habilidades técnicas com esse objetivo. Isso porque a fronteira entre informação e entretenimento é mais diluída através da programação diária apresentada. Segundo o autor, os jornais também trazem conteúdos com essas características, porém utilizam essas técnicas em seções determinadas, como esporte, cultura, shows e humor, por exemplo. Entretanto, ao longo desta pesquisa, podemos perceber que essa fronteira também está se diluindo nas versões *on-line* dos jornais impressos, que também exploram as redes sociais para conquistar audiência quando o tema é “animais”. Diante da visão mais preconceituosa em relação à parceria entre o entretenimento e o jornalismo, a possível desqualificação da capacidade das notícias sobre os animais pode atrapalhar uma visão mais profunda desse tipo de trabalho jornalístico. Na verdade, esses relatos também podem ser veículos de reflexão sobre a relação entre humanos e animais. Ou seja: as notícias sobre animais podem ser produtos elaborados com base na lógica das sensações, mas que cumprem uma função educativa.

No terceiro capítulo desta tese, serão abordadas a metodologia e as categorizações das notícias sobre animais nos jornais *on-line*, objeto de estudo da pesquisa. As categorias serão conceituadas, caracterizadas e exemplificadas com as narrativas jornalísticas. As análises de conteúdo dos textos serão complementadas com as tabelas que apresentam os dados quantitativos com o número de textos analisados por jornal e por gêneros textuais, além das ocorrências das categorias por jornais e editoriais.

4. A narrativa sobre os animais no jornalismo de referência

A primeira e a segunda partes da pesquisa, que incluem os dois primeiros capítulos, buscam estabelecer os objetivos e hipóteses, bem como apresentar a revisão teórica da literatura para compreensão das análises das notícias sobre animais nos jornais de referência escolhidos como objeto de estudo. Este capítulo é dividido em duas seções. Na primeira, serão detalhadas as etapas da pesquisa e a metodologia escolhida, que é a análise de conteúdo. Neste trabalho, tal análise é essencial para responder às hipóteses da pesquisa, quais sejam: 1) o jornalismo de referência, sempre destacado nas pesquisas sobre o assunto pelo compromisso com a mediação e a compreensibilidade, a divulgação do conhecimento e a ação pelos direitos democráticos, utiliza as estratégias do infotainment, como recursos lúdicos e divertidos, para atrair e fidelizar a audiência; 2) o fato de que os jornais de referência selecionam os acontecimentos sobre os animais como notícias importantes rebate a visão de que apenas os chamados tabloides⁶⁸ consideram o tema como pauta; 3) os jornais de referência produzem o discurso jornalístico sobre os animais por meio de critérios de noticiabilidade que selecionam acontecimentos, produzindo notícias de interesse do público, que também se tornam notícias de interesse público; 4) os jornais de referência refletem uma mudança no sistema de pensamento da visão antropocêntrica para a biocêntrica na contemporaneidade.

Por meio da pesquisa das notícias sobre animais, a proposta é buscar responder à seguinte problematização: o jornalismo de referência, pelas estratégias do infotainment na cobertura da pauta sobre animais, impacta o conteúdo produzido nas edições *on-line* e destaca os animais como um valor-notícia, contribuindo para a mudança de um sistema de pensamento antropocêntrico para o biocêntrico? A busca das respostas para essa pergunta, como já foi abordado no início deste trabalho, pode ajudar a provar a tese aqui exposta e discutida. Ou seja: os animais podem ser uma pauta transversal, que atravessa as mais diversas editorias dos jornais de referência, os quais usam as estratégias do infotainment para atrair o público. As narrativas jornalísticas sobre animais conquistam espaço entre os crité-

⁶⁸ Originariamente, a palavra significava “jornal com formato quadrado”, para se distinguir de outros periódicos. Com o tempo, entretanto, passou a ser sinônimo dos jornais sensacionalistas, escandalosos.

rios de noticiabilidade no jornalismo. Será a ética biocêntrica apresentada pela notícia?

Outro ponto importante da elaboração desta pesquisa que será abordado na primeira parte deste capítulo é que a evolução das tecnologias de informação e comunicação trazem novas possibilidades para o uso da metodologia de análise de conteúdo diante da facilidade do acesso de notícias nas edições *on-line* dos jornais através da *world wide web* (www). As técnicas de análise de conteúdo ganham força com o uso de *softwares* como NVivo e Evernote, que foram utilizados para a coleta de dados neste trabalho e serão apresentados no desenvolvimento do capítulo. Afinal, o uso de *softwares* na metodologia de análise de conteúdo ajuda na organização e na contabilização dos dados sobre os objetos de estudo diante dos dilemas apontados por Bauer (2002), Herscovitz (2010) e Fonseca Júnior (2011) sobre a volatilidade da Internet, na qual páginas de textos, imagens e arquivos de som podem desaparecer e novos conteúdos são atualizados constantemente. Nesta primeira parte do capítulo, também serão apresentados os jornais *on-line* escolhidos para a pesquisa, ressaltando a relevância e a justificativa da amostra escolhida. São eles: *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *The Washington Post* e *New York Times*.

Este capítulo também vai discutir o chamado “jornalismo em rede”, termo criado por Heinrich (2011), dentro das novas tendências nas rotinas de produção das notícias elaboradas e difundidas na Internet. A revisão teórica vai incluir os conceitos de redes, ciberespaço e cibercultura a partir das ideias de autores como Recuero (2009), Lévy (1999), Castells (2003), que serão necessários para o entendimento desse espaço em que as notícias do infotainment, dentro da lógica das sensações, podem ser experimentadas, além de lidas. O jornalismo em rede é um campo de disputas narrativas dentro da cultura da convergência, disputas essas que serão apresentadas na ótica de autores como Bourdieu (1997) e Jenkins (2009). A proposta é mostrar o potencial do jornalismo em rede, sensorial e de infotainment para estímulo da ação mobilizadora sobre os direitos dos animais, discutindo ainda o papel do jornalista como curador de notícias e de *gatewatching* nesse contexto, por meio do trabalho de autores como Barsotti (2014a, 2014b, 2016), Aguiar (2008a, 2008b, 2009a, 2009b) Aguiar e Schaun (2016).

Para ajudar na compreensão da importância da escolha dos jornais de referência para a pesquisa, este capítulo também aborda a visão de vários autores sobre o conceito de jornalismo de referência. Entre eles, Zamin (2014), Gomis (1987), Imbert e Vidal-Beneyto (1986), Emediato (1996), Merrill (1991) e Molina (2007). Esses jornais são considerados um exemplo para os outros meios de comunicação, possibilitando a expressão de grandes líderes políticos, de instituições sociais e associações representativas, e servindo de referência sobre a construção social da realidade no mundo. Nesse contexto, o espaço concedido por esses veículos para as narrativas jornalísticas sobre os animais pode nos oferecer uma pista sobre mudanças na forma como eles são vistos na sociedade contemporânea.

Em seguida, na segunda seção, temos a categorização destas notícias para estudar e compreender as estratégias do infotainment na narrativa jornalística sobre os animais. A categorização foi elaborada usando como ponto de partida as características destacadas por diversos autores já abordados no segundo capítulo deste trabalho. Durante a pesquisa empírica, serão analisadas as notícias das versões *on-line* dos jornais de referência. Além da conceituação das categorias, usando os textos do *corpus*, serão apresentadas as tabelas com os dados quantitativos sobre a ocorrência dessas categorias nos discursos jornalísticos e nas editoriais dos jornais.

4.1. A escolha do método

Os dois primeiros capítulos deste trabalho tiveram por objetivo a revisão teórica necessária para o entendimento sobre a evolução da relação entre humanos e animais, a história do jornalismo na produção da informação e sua parceria, muitas vezes complexa, com o entretenimento, além de como o chamado infotainment pode ser usado pelos jornais de referência para a conquista da audiência. A partir desta terceira parte da pesquisa apresenta-se a metodologia escolhida para confirmar ou não a hipótese e responder às diversas questões que surgiram a partir do início da elaboração da tese.

Podemos entender esse interesse da mídia pelos animais, em especial os domésticos, a partir de números já divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geogra-

fia e Estatística (IBGE, 2013). A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) divulgada em 2013 mostra que 44,3% dos domicílios do país possuem pelo menos um cachorro, o que equivale a 28,9 milhões de unidades domiciliares. O órgão estimou a população de cachorros em domicílios brasileiros em 52,2 milhões, representando a média de 1,8 cachorro por domicílio. O dado mostrou que, no Brasil, existem mais cachorros de estimação do que crianças. Segundo outra pesquisa do IBGE, a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), em 2013, havia 44,9 milhões de crianças de até 14 anos. Quanto aos gatos, 17,7% dos domicílios possuem pelo menos um, o equivalente a 11,5 milhões de unidades domiciliares. A população de gatos em domicílios brasileiros foi estimada em 22,1 milhões, o que representa, aproximadamente, 1,9 gato por domicílio que tem esse animal.

De acordo com os dados disponíveis no *site* Pet Brasil⁶⁹, um projeto setorial que surgiu da parceria entre a Associação Brasileira da Indústria de Produtos de Animais de Estimação (Abinpet) e a Apex-Brasil, órgão vinculado ao Governo Federal para incentivar e orientar empresas que queiram exportar seus produtos, a indústria *pet* brasileira foi responsável por um faturamento de mais de R\$ 18,9 bilhões em 2016, um crescimento de 4,9% sobre 2015 e terceiro lugar absoluto no mercado mundial. Em todo o mundo, o setor movimenta US\$ 105,3 bilhões. Minha intenção com essas informações não é focar em questões mercadológicas sobre os animais, pois essa análise não faz parte da pesquisa. A proposta é mostrar como esse tema é poderoso e pode ter grande influência na escolha de pautas para as notícias diárias sobre animais.

Este trabalho busca investigar as notícias sobre os animais a partir da perspectiva da mudança do foco nas matérias de interesse público para o interesse do público, mas visa ir além dessa dicotomia. A intenção é também mostrar que o jornalismo sobre a proteção dos animais pode ir além do infotimento. Isto porque, por meio dessas notícias, os discursos sobre os animais também podem mostrar um jornalismo com sua função social, incentivando o respeito dos humanos pelos animais e reforçando a admissão da senciência, ou seja, a capacidade desses seres de sentir e reagir a sensações e sentimentos de forma consciente. Esse respeito é o caminho para a preservação do meio ambiente do nosso planeta.

⁶⁹ PET BRASIL. Disponível em: <http://www.petbrasil.org.br/>. Acesso em: 15 nov. 2018.

A metodologia empregada para a pesquisa foi a análise de conteúdo. Para justificar a opção pela análise de conteúdo na elaboração deste estudo, serão abordados, de forma breve, seu surgimento e os conceitos de alguns autores sobre o método que, segundo Herscovitz (2010), é eficiente para interpretar a sociedade por meio de toda uma documentação produzida com a escrita, imagem e som, como livros, jornais, filmes, vídeos, documentos e cartas. O método é de grande ajuda na descrição de formatos, gêneros e produtos jornalísticos, na comparação de conteúdos entre diferentes mídias e organizações jornalísticas em várias culturas.

Método aplicado em várias áreas das ciências sociais, a análise de conteúdo da mídia surgiu, em 1927, com um dos nomes bem conhecidos em trabalhos da *communication research* nas teorias da comunicação, Harold Lasswell, que, junto com Paul Lazarsfeld, definiu as bases teóricas para essas análises nos processos comunicativos. Uma característica importante da análise de conteúdo da mídia é oferecer possibilidades de análises quantitativas e qualitativas sobre o objeto de estudo escolhido pelo pesquisador, mostrando capacidade de unir as duas. Segundo Herscovitz, essa metodologia de pesquisa promove:

uma integração entre as duas visões de forma que os conteúdos manifesto (visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo para que se compreenda não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido (2010, p. 126).

Nesse sentido, a análise de conteúdo bem conduzida é um método eficiente para avaliar um grande volume de informações a partir de uma série de categorias, de acordo com a pesquisa e os objetos de estudo no jornalismo. Dentro da proposta de realizar as inferências na busca da afirmação da veracidade de proposições em decorrência de suas ligações com outras já reconhecidas como verdadeiras, a análise de conteúdo se consagrou pelos trabalhos de Krippendorff (1990) e Weber (1990). Mesmo assim, o método divide opiniões e recebe críticas, segundo Herscovitz (2010, p.126), de “ser superficial por desconsiderar o conteúdo latente e o contexto dos objetos analisados, bem como por dar margem a simplificações e distorções quantitativas”. Por outro lado, ainda na avaliação de Herscovitz, a “característica híbrida da análise de conteúdo – pode ser vista como um método que reúne elementos quantitativos e qualitativos – coloca-a num gueto metodológico

de onde sai reforçada e não enfraquecida”. Weber (1990), que escreveu um dos manuais mais conhecidos sobre a análise de conteúdo, afirma que essa combinação torna o método apto para produzir bons resultados de pesquisa.

Após essa breve discussão, vamos a alguns conceitos e características da análise de conteúdo. Herscovitz propõe a seguinte definição:

A AC [análise de conteúdo] é um método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital, encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação (2010, p. 126).

Segundo Krippendorff (1990), as características da análise de conteúdo abrangem capacidade de realização de pesquisas empíricas de fenômenos reais, envolvendo diversos aspectos das mensagens nos processos comunicativos. É uma metodologia que avalia o objeto de estudo de forma programada e organizada. Bauer enfatiza que a análise de conteúdo “é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada” (2002, p. 191). Ou seja: é uma releitura que busca desvendar o sentido do texto, usando técnicas qualitativas e quantitativas. E essa informação codificada traz novas possibilidades à pesquisa. Segundo o autor,

a maneira objetivada refere-se aos procedimentos sistemáticos metodicamente explícitos e replicáveis: não sugere uma leitura válida singular dos textos. Pelo contrário, a codificação irreversível de um texto o transforma, a fim de criar uma nova informação desse texto. Não é possível reconstruir o texto original uma vez codificado; a irreversibilidade é o custo de uma nova informação (BAUER, 2002, p.191).

Para escolha e delimitação do *corpus* para a realização da análise de conteúdo dos textos jornalísticos sobre animais nesta pesquisa, optamos por utilizar a seleção de textos proposta por Bauer (2002): a semana artificial que pode ser ampliada para uma quinzena ou mês artificial. As datas nos calendários possibilitam uma seleção aleatória de textos, reduzindo a interferência do pesquisador na escolha, que pode ser realizada por meio de sorteios dos dias. A amostra é considerada confiável, porque seleciona dias da semana de semanas distintas. No caso desta pesquisa, foi utilizado o mês artificial, porque podem ser escolhidas ou sorteadas semanas aleatórias de cada mês. A delimitação e a definição da amostragem do

corpus ajudam na organização de dados para a pesquisa, como o objeto de estudo deste trabalho, composto de um grande volume de notícias e reportagens sobre animais publicadas pelas páginas *on-line* dos jornais de referência *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *New York Times* e *The Washington Post* no ano de 2018. A escolha do ano foi motivada por ser o aniversário de 40 anos da elaboração da Declaração Universal dos Direitos dos Animais pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), assinada em 1978, na cidade de Paris.

Para atingir esse objetivo de análise, foi realizado o sorteio para determinar as semanas de cada mês do ano para a leitura e a organização do *corpus* da pesquisa. Por sorteio, foram determinadas, para as análises, a primeira semana dos meses de abril, outubro e dezembro, a segunda semana dos meses de janeiro, agosto e novembro, a terceira semana dos meses de fevereiro, maio e julho, e a quarta semana dos meses de março, junho e setembro. O sorteio aleatório das semanas de cada mês possibilitou a distribuição mais equitativa de dados, contendo o mínimo possível de distorções. O material foi coletado nas semanas determinadas por sorteio. Contudo, o volume do *corpus* se apresentou insuficiente para uma eficaz análise dos dados.

A solução foi coletar material de todos os dias do ano de 2018. A opção se revelou mais trabalhosa, porém correta e eficaz no quesito volume de dados para uma tese de doutorado. O *corpus* coletado para a análise de conteúdo chegou a 518 textos jornalísticos dos quatro veículos pesquisados. Os números serão detalhados na próxima seção deste capítulo, pela apresentação das tabelas de dados com o volume de textos analisados por jornal, gêneros textuais e editoriais.

Para organizar o *corpus* dentro da proposta da análise de conteúdo, o processo de codificação envolve especificação de categorias e os níveis de medição do *corpus*. Por isso, a definição das unidades de registro é importante. Weber (1990, p. 21-23) propõe algumas opções, como: palavra, frase, tema, parágrafo e textos inteiros. A escolha para esta pesquisa foi a codificação por tema e textos inteiros. Segundo Weber, o tema é a codificação mais comum, pois facilita a enumeração das categorias. Por exemplo, nesta pesquisa, o tema sobre animais é pesquisado entre as pautas dos veículos, possibilitando o uso de categorias de análise já existentes ou a criação de outras na apuração das estratégias do infoteni-

mento utilizadas e a presença das características do pensamento biocêntrico nas notícias sobre animais. Quanto ao uso do texto inteiro como unidade de registro, Weber destaca que, no caso dos textos jornalísticos (nesta pesquisa foram escolhidos os textos dos gêneros informativo e opinativo como categorias de análise), as notícias, notas, entrevistas, reportagens, artigos, colunas e editoriais podem ajudar na comparação dos dados pesquisados, enriquecendo o trabalho.

Como ponto de partida para pesquisar e coletar os textos nas páginas do acervo *on-line* desses jornais, antes da coleta do material, foram escolhidas algumas palavras-chave relativas ao tema. A partir da expressão “proteção dos animais”, foram testadas expressões como “direito dos animais” e “proteção da fauna”, mas foi constatado, a partir do número reduzido de notícias encontradas, que essa combinação de palavras impedia uma visão maior do contexto. Em relação à expressão “direito dos animais”, os conteúdos jornalísticos encontrados centralizavam a maioria das discussões em questões jurídicas envolvendo animais. No caso da “proteção da fauna”, os discursos eram mais focados nos animais silvestres, ou todos aqueles que nascem e vivem em ambientes naturais. Como minha proposta é analisar os conteúdos jornalísticos sobre a diversidade de assuntos acerca dos animais, inclusive os domésticos, optei pela expressão “proteção dos animais”, pois engloba a diversidade no *corpus* da pesquisa. Acabou sendo a decisão mais correta, porque a variedade de textos jornalísticos coletados e analisados mostrou que o tema é notícia em várias editorias.

Em suma, os referenciais para codificação escolhidos, segundo as diretrizes da metodologia de análise de conteúdo, são as páginas *on-line* dos jornais de referência *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *New York Times* e *The Washington Post* no ano de 2018. Já os formatos de texto escolhidos fazem parte dos gêneros informativo e opinativo, a partir da organização proposta por Marques de Melo (1985, 2003, 2009) e apresentada pelas pesquisas de Francisco de Assis (2010). Os textos analisados serão notas, notícias, reportagens, entrevistas, artigos, colunas e editoriais. A opção por incluir textos do gênero opinativo foi feita objetivando mostrar como o tema “animais” se torna relevante para discussão e debates entre especialistas, jornalistas e o público. No caso dos editoriais, eles podem nos mostrar o posicionamento das organizações jornalísticas de referência sobre o tema. A pre-

sença de textos como esses no *corpus* da pesquisa demonstra que os acontecimentos sobre os animais e a sociedade na qual estão inseridos se tornam noticiáveis para as organizações jornalísticas pesquisadas. É apenas a busca pela maior audiência ou a mídia percebe e acaba ajudando a disseminar a visão de uma sociedade em plena transição de uma visão antropocêntrica para o biocentrismo?

Uma pista para desvendar essa questão pode ser encontrada, por exemplo, no trecho do artigo de opinião da coluna da jornalista Fernanda Mena, com o título “Cachorro também é gente”,⁷⁰ que faz parte do *corpus* desta tese. O texto, publicado no dia 6 de dezembro de 2018, na versão *on-line* do jornal *Folha de S. Paulo*, repercute e desperta reflexões sobre a morte de um cachorro que foi espancado e depois envenenado na filial dos supermercados Carrefour de Osasco (SP), fato que comoveu e mobilizou o público nas redes sociais em dezembro de 2018. O texto afirma que:

num país em que seres humanos são tratados como cachorros, mas que a morte de animais às vezes sensibiliza mais do que a de crianças e adultos, assegurar os direitos dos animais pode ser o caminho para quem sabe, um dia, garantirmos o respeito aos direitos de cada um de nós.

No texto, a jornalista também busca despertar a reflexão dos leitores, destacando a violência contra um ser vivo como um ato deplorável, além de destacar a ironia diante da grande empatia de muitos com o assassinato de um cão que acontece bem na época do aniversário de 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Alvo de polêmicas no Brasil, o texto é visto por uma parte da sociedade como protetora apenas dos bandidos ou como um privilégio para os cidadãos considerados corretos e honestos. Na verdade, a partir de uma visão mais macro para este debate, os direitos humanos são universais (para todos) e inalienáveis (nada nem ninguém podem suprimi-los). São a distinção entre a civilização e a barbárie. Nesse contexto, os textos jornalísticos trazem mais espaço para reflexões sobre o papel dos animais na sociedade e como esta tenta evoluir diante de tanta crueldade e violência tanto entre humanos quanto entre esses e os outros seres vivos.

⁷⁰MENA, Fernanda. Cachorro também é gente. *Folha de S. Paulo*. 6 dez. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernanda-mena/2018/12/cachorro-tambem-e-gente.shtml>. Acesso em: 8 dez. 2018.

Outra categoria de análise é pelo tipo de editoria: turismo, ciência/tecnologia, sociedade/cidades/cotidiano, política/nacional, polícia, meio ambiente, esportes, economia, cultura/ entretenimento/ *shows* e cidades, colunas/blogs, opinião, saúde, casa/decoração e internacional/mundo. Cada veículo tem sua forma de nomear suas editorias e a categorização foi organizada a partir dos nomes mais comuns. A proposta, neste trabalho, é mostrar que os textos sobre os animais são assunto digno de pauta em várias delas, além de observar as estratégias do infotainment nas notícias. Com essa proposta, a partir da leitura dos textos sobre os animais, foram criadas as seguintes categorias para avaliar o valor-notícia do *corpus*: violência, serviços, engajamento e mobilização, direitos, celebridades, fatos inusitados, diversão, aventura e biocentrismo. Todas elas serão conceituadas e exemplificadas na próxima seção do capítulo.

Sobre a escolha das categorias, uma das minhas inspirações foi o artigo científico de Baptistella e Abonizio (2015, p. 364-367). As autoras analisaram editorias específicas sobre animais nos *sites* da *Folha de S. Paulo* e R7, a partir do conceito de transversalidade da pauta jornalística ambiental e de multidisciplinaridade do jornalismo ambiental (BUENO, 2007); investigaram como os animais são retratados nas editorias e se as notícias cumprem as funções do jornalismo ambiental. Para isso, elas classificaram os conteúdos a partir dos seguintes focos de análise: “fatos variados, meio ambiente/ciência, maus-tratos, direitos animais/bem-estar animal, apelos e celebridades”. Elas constataram que as duas editorias, *Folha de S. Paulo* e R7, ficam localizadas em páginas de entretenimento e que algumas notícias são voltadas:

para o âmbito da curiosidade, sem valor noticioso nem reflexão aprofundada. [...]. A análise traça um retrato de um mundo onde os animais de estimação vivem com conforto, sob uma tutela segura e carinhosa e têm suas personalidades individuais reconhecidas. Os problemas enfrentados por estes bichos no espaço urbano – especialmente quando são animais de rua – não são abordados. Já os animais silvestres aparecem como vítimas dos problemas ambientais, especialmente sofrendo com o risco de extinção. São sempre bichos que estão distantes da realidade (BAPTISTELLA; ABONIZIO, 2015, p. 367).

Contudo, nesta tese, verificou-se, a partir de um aprofundamento de categorias e editorias, que as notícias sobre animais das versões *on-line* dos jornais de referência podem usar as estratégias do entretenimento para divertir, mas também

para informar e conscientizar a sociedade sobre os direitos dos animais. Isso pode representar um avanço na forma como os animais são vistos na mídia.

As análises qualitativas e quantitativas dos textos jornalísticos estudados foram reforçadas com o uso do *software* NVivo, desenvolvido para o planejamento de técnicas qualitativas de organização, análise e compartilhamento de dados. As possibilidades de falta de exatidão no processo de codificação dos textos podem diminuir com o uso do NVivo. Segundo Alves, Figueiredo Filho e Silva, o *software* pode ser extremamente útil nas pesquisas que utilizam a metodologia de análise de conteúdo.

Existem muitos programas que podem ajudar no processo de análise dos dados. Nos métodos qualitativos os mais conhecidos são: NVivo, ManyEyes, Atlas, webQDA, MAXQDA, The Ethnograph e VideoScribe. Qual é o melhor? Não existe uma resposta definitiva. Azevedo (1998) estabelece quatro critérios para escolha de um programa: (1) estruturação e tipo dos dados, (2) codificação, (3) facilidade de procura e apresentação dos dados e (4) facilidade para elaborar notas sobre o texto e codificações. Tudo depende do interesse do pesquisador e do tipo de funcionalidade que o programa oferece (2015, p. 125).

De acordo com a QSR International, desenvolvedora do *software* NVivo (2018), mais de um milhão de pessoas em 150 países usam o programa, ou seja, ele é utilizado em praticamente todas as áreas, dentro e fora das universidades. O NVivo é um programa para análise de informação qualitativa que integra as principais ferramentas para o trabalho com documentos textuais, multimétodo e dados bibliográficos. Ele facilita a organização de entrevistas, imagens, áudios, discussões em grupo, leis, categorização dos dados e análises. Na parte de dados qualitativos, é possível realizar transcrição de vídeos e áudios, codificar textos, análises de redes sociais e/ou páginas da web, entre outros. Já na parte quantitativa, tem-se estatística descritiva, inferencial e até mesmo metanálise.

O programa tem sua interface baseada nas diretrizes da Microsoft, o que facilita o uso graças à familiaridade da maioria das pessoas com esse sistema. No processo de organização dos dados, o pesquisador inicia reunindo textos/áudios/imagens/vídeos em “nós/nodes”, que são organizados em pastas, estabelecendo uma hierarquização do projeto. Os “nós” funcionam como variáveis que reúnem informações descritivas do texto, possibilitando a identificação de tendências.

No caso desta pesquisa, os nós são as unidades de registro já apresentadas neste trabalho, necessárias para a categorização do *corpus*, como podemos observar na Imagem 6, a seguir.

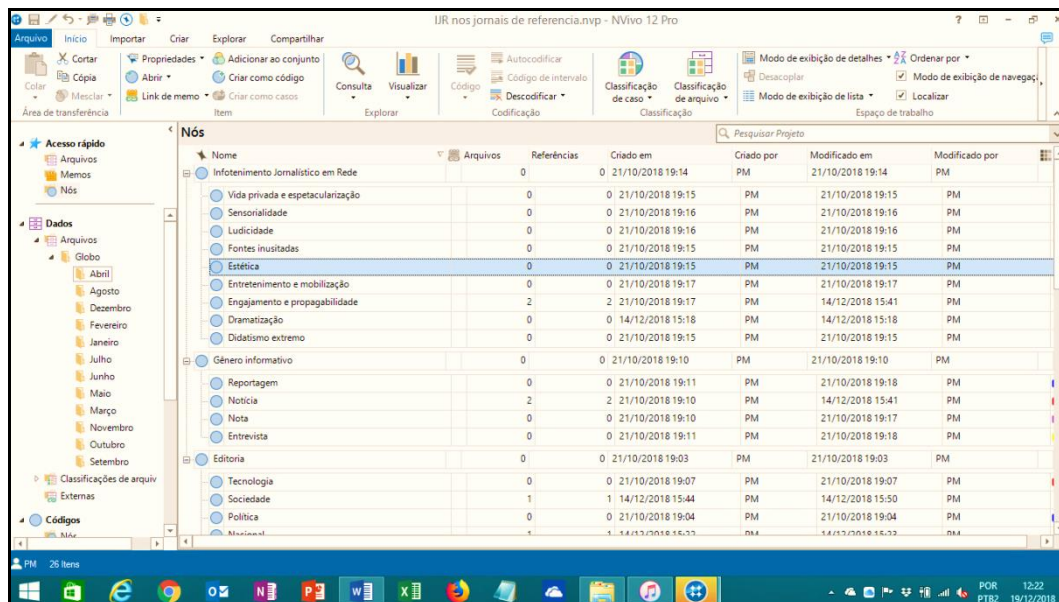


Imagem 6 – Software NVivo 12 Pro.

Fonte: site QSR International.

Para coletar as notícias direto das páginas *on-line*, a opção foi o uso do aplicativo Evernote, representado na Imagem 7, a seguir. Entre as opções de coleta e armazenamento de dados, o aplicativo oferece o serviço de Web Clipper, usado para capturar e salvar as notícias para este trabalho. Existem as opções de salvar páginas inteiras ou as partes relevantes para a pesquisa, sem risco de, no momento da análise de categorização das notícias, esbarrar na ocorrência de *links* mortos. O conteúdo capturado fica disponível na conta do Evernote e todos os dados coletados podem ser importados direto para o NVivo, reduzindo o risco de perda de material, fato muito comum em análises de conteúdo de matérias jornalísticas *on-line*.

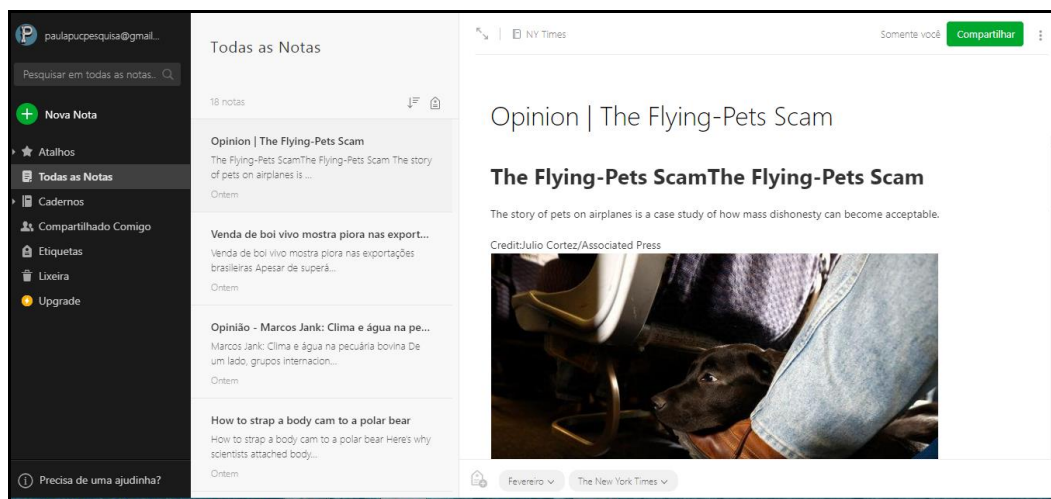


Imagem 7 – Aplicativo Evernote para PC.
Fonte: Evernote.

Cabe aqui relatar minha experiência com o uso do *software* e do aplicativo. O Evernote é realmente excelente para a captura de textos na Internet, evitando a perda de material, e foi muito útil para o armazenamento das notícias dos quatro jornais pesquisados. O NVivo oferece inúmeros recursos para pesquisas qualitativas e quantitativas, porém, exige certos cuidados na importação do aplicativo Evernote e na contabilização de dados, o que exige maior experiência com as ferramentas do *software*, uma vez que os textos devem ser lidos, fichados e incluídos corretamente nos nós criados para as categorizações. Quando da pesquisa do *corpus*, em várias ocasiões, durante o processo de importação do aplicativo para o NVivo, verifiquei a duplicidade de dados, o que exigiu correções constantes para evitar perda de material e uma contabilização incorreta. Nesse contexto, a montagem das tabelas e a conferência dos dados demoraram mais que o esperado.

4.1.1. Os jornais de referência

Os objetos de estudo deste trabalho são as edições *on-line* dos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *The New York Times* e *The Washington Post*. Para esta pesquisa, serão categorizadas e analisadas as notícias sobre animais publicadas em 2018. Os veículos foram escolhidos por serem jornais consolidados de grande circulação e por serem chamados por expressões, segundo Zamin (2014, p. 919), como “Jornalismo de Referência, Imprensa de Referência ou Jornal de Referência

que comumente têm sido empregadas em investigações brasileiras como modo de delimitação de objeto de estudo, justificativa ou estratégia metodológica”. A escolha também foi baseada em um dos objetivos específicos da tese: identificar as características e estratégias do infotainment no jornalismo de referência, mostrando que os animais podem ser considerados como um valor-notícia nas edições *on-line*, a partir da análise de conteúdo comparativa.

Segundo Márcia Amaral (2004), a imprensa de referência desenvolve-se a partir de “uma matriz racional-iluminista” (p. 35), que tem “compromissos mercadológicos” (p. 58-59) e pode ser definida como divulgadora dos fatos de interesse público, “evocando seu compromisso com a verdade dos fatos” (p. 58). Para Emediato (1996, p. 210), o jornal de referência é como guardião e porta-voz da democracia e “de tudo o que é pressuposto ser de interesse público”. Márcia Amaral apoia essa afirmação, porque ressalta que:

o jornalismo de referência fala como um leitor do mundo público. A lógica autônoma (mas não a autonomia total) é mais evidente, pois ele é legitimado pela sociedade e presente no imaginário social como uma atividade que relata o cotidiano do mundo. Um jornal de referência, por mais voltado aos resultados econômicos que seja, não pode abrir mão da credibilidade (2004, p. 55).

Para Imbert e Vidal-Beneyto (1986), esses veículos, que os autores chamam de jornal de referência dominante, têm atribuições como: serem considerados exemplos para os outros meios de comunicação; possibilitarem a presença e a expressão de grandes líderes políticos, de instituições sociais e associações representativas, e servirem externamente de referência sobre a realidade do país. Isso implica o direcionamento discursivo desses jornais, em um contexto internacional, quanto às relações internacionais, à diplomacia, à política e à economia externas (IMBERT; VIDAL-BENEYTO, 1986; MERRILL, 1991; MOLINA, 2007).

A questão da função política e social da imprensa é destacada por autores como Gomis (1987), que concebe o jornalismo como interpretação da realidade social e mediação entre os atores sociais. Segundo o autor, “a mediação política através da notícia se produz basicamente pela seleção e apresentação dos fatos” (GOMIS, 1987, p. 148). Assim, o jornalismo de referência exerce uma mediação social por meio de suas narrativas, buscando assegurar, diante de qualquer desvio das instituições que devem ser responsáveis pelo equilíbrio das estruturas e dinâ-

micas sociais, a estruturação do espaço público pela informação, ou seja, possibilitando que os atores sociais tenham condições para refletir sobre o mundo onde vivemos.

Além disso, o jornalismo de referência pode ser um “aparato de poder” (IMBERT, 1992, p. 110), por meio de “um discurso de ordem ao qual se apresenta a si mesmo como detentor de poder (poder formal, ordenador de estrutura) e discurso institucional (sobre as instituições e discurso como instituição)” (IMBERT, 1992, p. 134). De acordo com Imbert (1986), os jornais contribuem para a formação de uma “cidadania competente” por meio da narrativa jornalística que publica questões de interesse público. Dentro desse contexto, apresentam-se os jornais escolhidos para a análise das notícias sobre animais, o foco deste trabalho.

O jornal *O Globo*⁷¹ foi fundado em 1925, no Rio de Janeiro, pelo jornalista Irineu Marinho. A primeira edição do então vespertino circulou no dia 29 de julho. A primeira sede ficava na rua Bettencourt da Silva, no Largo da Carioca. Aos 26 anos, e depois de ganhar mais experiência como jornalista trabalhando na redação do jornal, Roberto Marinho assumiu a direção do jornal, em 1931. A partir da edição de 8 de maio, passou a ocupar o cargo de diretor-redator-chefe. Roberto Marinho ficou no comando até sua morte, em 6 de agosto de 2003. Segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), divulgados em março de 2019, o jornal registrou circulação total, entre os jornais brasileiros, de 319.785 exemplares diários.

O jornal *Folha de S. Paulo*⁷² foi fundado por um grupo de jornalistas liderado por Olival Costa e Pedro Cunha, em 19 de fevereiro de 1921. Em 1950, todos os jornais passaram a ser impressos no prédio na Alameda Barão de Campinas, ampliado no final dos anos 1960 com a construção de um segundo prédio na Alameda Barão de Limeira, no bairro Campos Elísios. Em 1986, tornou-se o jornal de maior circulação em todo o país, liderança que mantém desde então, segundo o IVC.⁷³ Em 1995, um ano depois de ultrapassar a marca de 1 milhão de exemplares aos domingos, a *Folha* inaugurou seu novo parque gráfico. Atualmente, a empresa

⁷¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/>. Acesso em: 10 jul. 2018.

⁷² Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 10 jul. 2018.

⁷³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/com-crescimento-digital-folha-lidera-circulacao-total-entre-jornais-brasileiros.shtml?loggedpaywall>. Acesso em: 21 abr. 2019.

jornalística é o centro de uma série de atividades na esfera da indústria das comunicações, abrangendo jornais, banco de dados, instituto de pesquisas de opinião e de mercado, agência de notícias, serviço de informação e entretenimento em tempo real, gráfica de revistas e empresa transportadora. De acordo com dados do IVC, divulgados em março de 2019, a *Folha* registrou circulação total, entre os jornais brasileiros, de 332.415 exemplares diários.

Quando o quesito é circulação digital, segundo pesquisa do IVC divulgada pelo *site* Meio e Mensagem⁷⁴ em janeiro de 2019, dos cinco maiores jornais do país, quatro tiveram sua circulação digital ampliada em 2018, em comparação com a média de circulação de 2017. O cálculo da variação foi realizado com base nos dados do IVC, comparando a média anual de circulação de janeiro a dezembro de 2018 com a média de circulação de janeiro a dezembro de 2017. O jornal *O Globo* apresentou maior taxa de crescimento. Na média anual de 2017, o título possuía uma circulação de 99.689 assinaturas digitais. Em 2018, esse número subiu para 173.527, o que representa um aumento de 74,06%. A *Folha* também teve alta em sua circulação digital (aumento de 16,26%), ampliando a média de 167.592 assinaturas em 2017 para 194.855 em 2018.

*The New York Times*⁷⁵, ou NYT, é um jornal diário dos Estados Unidos fundado e publicado em Nova York desde 18 de setembro de 1851. A organização jornalística já recebeu mais de 100 prêmios Pulitzer. Apelidado de *The Lady Gray*, é considerado, na indústria da área, um jornal de referência nacional. As páginas “Dogs” e “Pets” registram mais de 44 mil textos sobre animais, entre notícias, reportagens e artigos de opinião. O texto mais antigo incluído no acervo dessas seções é de 10 de outubro de 1853.

O *The Washington Post*⁷⁶, conhecido com *Washington Post* ou *Post*, é um jornal de grande circulação publicado em Washington D.C., fundado em 6 de dezembro de 1877. É o jornal mais antigo daquela região dos EUA. O veículo ganhou 47 prêmios Pulitzer. Esse número inclui seis Pulitzer separados, concedidos em 2008. O episódio mais conhecido do jornal rendeu um filme emblemático de

⁷⁴ Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2019/01/30/circulacao-digital-dos-grandes-jornais-cresce-no-brasil.html> Acesso em: 2 fev. 2019.

⁷⁵ Disponível em: <https://www.nytimes.com/>. Acesso em: 10 jul. 2018.

⁷⁶ Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/>. Acesso em: 10 jul. 2018.

Hollywood, *Todos os Homens do Presidente* (*All The President Men*), lançado em 1976, sobre o trabalho dos jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein. Eles lideraram a elaboração de uma reportagem investigativa sobre o que se tornou o conhecido escândalo de Watergate, o que contribuiu para a renúncia do presidente Richard Nixon. O veículo foi um dos escolhidos como objeto de estudo para este trabalho porque o *site*, além dos textos jornalísticos sobre animais em várias editorias, tem uma seção chamada “Animalia” criada como *blog* em fevereiro de 2016 com a proposta de “explicar animais, pessoas e o mundo que eles compartilham”. A “Animalia” tem mais de 63.731 *posts* de textos jornalísticos sobre animais em seus arquivos digitais. O mais antigo é de 21 de janeiro de 1969.

4.1.2. O jornalismo em rede

A tecnologia, por si só, não tem o poder de fazer a revolução em uma sociedade, mas possibilita mudanças de ordem econômica, política, ética e cultural, como também nas formas de administrar tempo e espaço. No mundo globalizado, tudo é rápido, ágil, fluido, exigindo uma nova organização do capitalismo na emergência de uma acumulação mais flexível do capital. A humanidade chega a uma etapa de sua história em que as tecnologias de geração de conhecimentos, de processamento de informações e de comunicação se tornam fontes de produtividade.

Com as mudanças, em especial na área tecnológica, diante do advento da Internet, surgiram os conceitos de ciberespaço e cibercultura, procurando definir e compreender as implicações advindas das relações entre indivíduos através do computador, diminuindo distâncias e redefinindo conceitos. A Internet abre inúmeras possibilidades nesse sentido, divulgando vários assuntos, como as notícias sobre animais, um dos enfoques deste trabalho. Hoje, podemos ler reportagens e artigos em diversos veículos de comunicação, com diversas possibilidades de interações nos *sites* de notícias e nas redes sociais. Para abordar o conceito de jornalismo em rede, um dos termos mais atuais empregados para designar o jornalismo praticado na Internet e que foi selecionado e considerado adequado para as reflexões teóricas e análises deste trabalho, começamos com o conceito básico de rede.

Castells define que a rede “é um conjunto de nós interconectados e nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos” (1999, p. 566). As redes podem ser reais, como rodovias e ferrovias, ou as chamadas virtuais, como a Internet. Os nós das redes podem ser representados por vários elementos do espaço, como centros urbanos, bolsas de valores, bancos e a imprensa, que abrange rádio, revistas, jornais, sistemas de televisão, *blogs* e *sites* de notícias. Por meio desses nós, estabelece-se uma ligação de fluxos de pessoas, mercadorias e serviços. No caso das redes de comunicação, o produto é a informação que, na era da Internet, chega à velocidade de um clique no mouse do computador. Essa flexibilidade da rede oferece uma ferramenta de grande ajuda para a compreensão das sociedades contemporâneas, que são movidas pela velocidade e a fluidez. Castells reforça o conceito, acrescentando que:

redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio (1999, p. 566).

Quando se analisam o crescimento e a agilidade das redes, pode-se constatar que, diante da diminuição das distâncias, as redes contribuem para o surgimento de novos territórios que vão além dos delimitados por questões políticas, econômicas e culturais. As redes também apresentam uma hierarquia diante da concentração localizada da informação, que costuma estar nos grandes centros mundiais, nos quais os poderes hegemônicos tomam suas decisões. Por outro lado, diante de um mercado globalizado em constantes mudanças e das transformações da técnica, a hierarquia da rede nunca é estável.

A Internet traz inúmeras possibilidades de comunicação e as novas tecnologias deixam indícios na rede, por meio de diversos padrões de conexões. Isso possibilita a análise de como as interconexões acontecem no ciberespaço, inclusive nas redes sociais, nas quais os veículos de comunicação de massa encontraram um ambiente ideal para o compartilhamento das narrativas jornalísticas (no caso deste trabalho, sobre animais). Segundo Recuero, “estudar redes sociais, portanto, é estudar os padrões de conexões expressos no ciberespaço” (2009, p. 22). Os ele-

mentos que formam uma rede social são os atores e as conexões. Os atores são os nós ou nodos que formam uma rede; ou seja, as pessoas. Diante do distanciamento nas relações mediadas pelo computador, os atores possuem identidades obtidas no ciberespaço. Os atores representam os nós e as conexões são o outro elemento que dá forma às redes sociais. Através das conexões, existem os laços sociais, a relação e as interações dos atores. A interação é “aquela ação que tem um reflexo comunicativo entre o indivíduo e seus pares, como reflexo social” (RECUERO, 2009, p. 31). Assim, ela mostra a natureza nas relações estabelecidas no espaço virtual.

Mesmo despertando opiniões opostas e polêmicas, uma coisa pode se afirmar sobre a Internet: ela muda o modo como as pessoas se comunicam, afetando a sociedade. O efeito dessas mudanças é imprevisível, porque, segundo Castells, “a Internet é uma tecnologia particularmente maleável, suscetível de ser profundamente alterada por sua prática social, e conducente a toda a série de resultados sociais potenciais a serem descobertos por experiência, não proclamados de antemão” (2003, p. 10).

De fato, prever o futuro da Internet é uma tarefa delicada. Diante de suas características, a Internet tem uma geografia muito particular. Ela é formada por meio de redes e nós que processam e transmitem informações, mas essas mesmas informações são elaboradas por pessoas a partir de lugares específicos. O ciberespaço é uma nova forma de espaço, mas não significa que os lugares possam desaparecer. Afinal, as conexões são realizadas a partir de lugares, onde existem pessoas e redes de computadores. A Internet cobre distâncias em menos tempo, possui territórios e fronteiras formados a partir de uma rede de usuários com interesses diversos (CASTELLS, 2003). E, nesse cenário, como é a relação do jornalismo com a Internet?

O jornalismo sempre foi dependente da tecnologia, como Traquina (2012) destaca sobre os avanços tecnológicos responsáveis pelo desenvolvimento e a expansão do jornalismo no mundo: prensa, fotografia e telégrafo. Podemos dizer que a prensa popularizou o jornalismo e, com a constante modernização do parque gráfico, foi possível imprimir cada vez mais jornais com maior qualidade. A invenção da fotografia tornou possível para o público ver o acontecimento sob vá-

rias perspectivas. O telégrafo proporcionou o caminho para que as notícias percorressem grandes espaços em menos tempo. Com todo esse aparato, a imprensa cresceu e continua o aprimoramento de suas técnicas de trabalho. Como afirma Deuze: “a profissão conta com a tecnologia para a recolha, edição, produção e disseminação da informação” e “ainda tem permitido ao jornalismo se organizar a partir de um princípio básico: transmitir informações de maneira rápida” (DEUZE, 2006, p. 17). Nesse contexto de transformações tecnológicas na comunicação, a Internet revolucionou as rotinas de produção do trabalho jornalístico, possibilitando o aperfeiçoamento constante desse princípio, mesmo com os problemas de apuração das notícias diante da rapidez no fluxo de informações. As redações passaram por reformulações técnicas nas rotinas de produção para se adequarem às tecnologias, que continuam em processo de evolução. Nos anos 2000, a Internet servia como plataforma para veiculação de textos de jornalistas que trocaram a mídia impressa pela *web*. Os *sites* dos jornais ainda eram reproduções da versão impressa na rede. Canavilhas explica o que acontecia:

Marshall McLuhan afirmava que o conteúdo e qualquer *medium* é sempre o antigo *medium* que foi substituído. A Internet não foi exceção. Devido a questões técnicas (baixa velocidade na rede e interfaces textuais), a Internet começou por distribuir os conteúdos do meio substituído – o jornal (2001, p. 1).

Desde então, o jornalismo na rede foi estruturando uma identidade própria, evoluindo com a convergência midiática (JENKINS, 2009). Na tentativa de acompanhar e compreender essas mudanças, vários e diferentes conceitos surgiram para definir e explicar a relação do jornalismo com a Internet. Carla Rodrigues é uma das autoras que discutem a dificuldade de definir e conceituar o jornalismo na Internet, o qual traz constantes transformações no exercício da profissão, nas técnicas de elaboração da notícia e no envolvimento com as outras mídias. A discussão sobre o envolvimento do jornalismo com a *world wide web* envolve, como destaca a autora, “o domínio da técnica, as peculiaridades do conteúdo, a complexidade no campo das fontes de notícias e as exigências na formação profissional” (RODRIGUES, C., 2009, p. 15). Em minha dissertação de mestrado, realizei uma reflexão teórica sobre como a Internet redefiniu todos os processos de seleção e difusão da informação, trazendo novas possibilidades da relação com as fontes e o público (MIRANDA, 2011). Foi um percurso teórico que apresentou o caminho da Internet na história e as inúmeras possibilidades de difusão de infor-

mações e conexões entre diversos indivíduos e grupos sociais. Já nesta tese, para entender e analisar as narrativas jornalísticas sobre animais, analisamos qual é o conceito mais adequado para o desenvolvimento da pesquisa. O escolhido foi o jornalismo em rede, empregado por Heinrich (2011), que está definindo o jornalismo contemporâneo. Como vivemos em uma sociedade em rede (CASTELLS, 1999), o jornalismo não só reflete esse fenômeno como faz parte dele na contemporaneidade.

Antes de entender a formação de um jornalismo que se reorganiza para adequar suas produções ao grande fluxo de interatividade e conexão, é importante conhecer outras definições para esclarecer a opção pelo jornalismo em rede. Além desse, entre os principais conceitos aplicados para denominar a relação do jornalismo na Internet, existem: jornalismo *on-line*, webjornalismo, ciberjornalismo e jornalismo digital/multimídia. Mielniczuk (2003) propõe essas quatro denominações e ainda inclui o jornalismo eletrônico. De acordo com a pesquisadora, o jornalismo eletrônico seria o mais simples, porque se restringe ao uso de equipamentos e recursos eletrônicos. O jornalismo digital é relacionado à prática realizada no ambiente digital, sob a forma de dados binários. Para Machado, um dos autores que utiliza esse termo, ele “assinala a particularidade do suporte de transmissão que estrutura a codificação dos dados” (2000, p. 20) e “representa uma adaptação de uma modalidade específica de conhecimento da realidade à tecnologia de transmissão digital que codifica os sinais por meio de algoritmos decimais em unidades binárias” (2000, p. 8). O ciberjornalismo é desenvolvido no ambiente do ciberespaço (LÉVY, 1999), com atualização contínua, armazenamento e recuperação de conteúdos que possibilitam a criação de narrativas hipertextuais e interativas. A ideia do jornalismo *on-line* tem como base a transmissão de dados em tempo real e em rede. O webjornalismo é aquele desenvolvido nas redes da Internet. Vários autores discutem esses conceitos. Uma delas, Carla Schwingel, discorda dessa divisão feita a partir do processo de produção de notícias. Para ela, todas essas concepções acabam por se cruzar e dissolvem os limites entre todas no envolvimento do jornalismo com a Internet (SCHWINGEL, 2012), uma ideia que pode ser considerada a partir da visão de diversos pesquisadores.

O termo jornalismo *on-line*, por exemplo, já foi usado por Massey e Levy (1999), Schultz (1999), Deuze (2001), Hall (2001), Silva Jr. (2001), Palácios (2003a), Pereira (2003) Matheson (2004), Adghirni (2004), Rodrigues (2009) e Barsotti (2017). De acordo com Adriana Barsotti, é um conceito que ficou “datado porque nem todos os produtos jornalísticos produzidos requerem conexão com a Internet para a leitura”. Afinal, podemos executar o *download* das edições por meio de aplicativos em *tablets* e *smartphones* para ler o material a qualquer momento, mesmo estando *off-line* (BARSOTTI, 2017, p 200). O webjornalismo já foi tema de pesquisas de Canavilhas (2003a, 2006), Mielniczuk (2004), Primo e Träsel (2006), Quadros (2005) e Dalmonte (2009). O ciberjornalismo foi utilizado por Salaverría (2004), Noci (2008) e Schwingel (2012). Todos os dois termos ainda destacam uma separação entre os chamados ambientes reais e virtuais (LÉVY, 1993), ideia que é considerada ultrapassada, porque sabemos que esses ambientes sempre convergem de alguma forma. As interações de espaços físicos com virtuais ocorrem de diversas maneiras, como os endereços eletrônicos disponíveis em páginas impressas. O leitor pode ter acesso direto ao conteúdo de um veículo pela tecnologia do QR code⁷⁷, por exemplo.

A partir dos estudos e todo um esforço para conceituar o jornalismo na Internet, Bardoel e Deuze (2001) pesquisaram e descreveram quatro de suas características, como hipertextualidade, interatividade, multimediação, personalização. Palácios (2003a) destacou a memória/base de dados e, atualmente, já se chegou a sete características, contando também com a instantaneidade (BRADSHAW, 2014) e a ubiquidade trazida pelos dispositivos móveis (PAVLIK, 2014). A hipertextualidade, de acordo com Canavilhas, pode ser observada a partir da junção de “nós e *links*, ou seja, blocos informativos e hiperligações” (2014, p. 6). O hipertexto permite ao leitor desenhar seu próprio percurso de leitura dentro de uma rede mais ou menos complexa (LÉVY, 1993). A interatividade é característica que representa a comunicação mediada por tecnologias. Por exemplo: uma conversa entre alunos e professor numa sala de aula ou amigos num bar é interação; já a interatividade ocorre quando usamos aplicativos em um celular, enviamos um e-

⁷⁷ Código de barras em 2D que pode ser escaneado pela maioria dos aparelhos celulares com câmera fotográfica. Esse código, após a decodificação, passa a ser um trecho de texto e/ou um *link* que irá redirecionar o acesso ao conteúdo publicado em algum *site*. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/05/entenda-o-que-sao-os-qr-codes-codigos-lidos-pelos-celulares.html>. Acesso em: 29 out. 2018.

mail ou interagimos no WhatsApp. Na *web*, o leitor pode enviar formulários com comentários sobre uma notícia e ver suas observações colocadas imediatamente à disposição de outros leitores.

A personalização do conteúdo é possível na Internet, porque permite que informações que os leitores buscam em determinados *sites* ou plataformas sejam gravadas para próximas pesquisas. Por exemplo, no Google, as pesquisas são salvas e, logo depois, surgem pesquisas relacionadas, sem precisar do esforço do usuário, que pode também se cadastrar e receber apenas as notícias selecionadas. A Internet permite ainda a utilização conjunta de várias linguagens, para além do texto e das imagens estáticas presentes no jornalismo tradicional. Essa é a característica conhecida como multimediação. O jornalismo trabalha com a convergência de todas as mídias através do hipertexto – áudio, imagem estática (fotos) e em movimento (vídeos, .gif) – e ainda podemos dizer com o texto em papel (o conteúdo da Internet frequentemente é impresso). A instantaneidade é a capacidade de transmitir um fato no momento em que ele ocorre. Algumas falhas podem ser detectadas, principalmente diante da rapidez, já que muitas vezes a informação deixa de ser apurada de maneira mais completa.

Outra propriedade essencial do jornalismo na Internet é a memória/base de dados. Ela reconfigura a gestão interna e externa do material jornalístico, permitindo a criação de produtos diferenciados, que não seriam produzidos em plataformas analógicas, pois poderiam implicar maiores gastos ou não seriam compatíveis com sua tecnologia. Segundo Machado (2003), cabe à base de dados: dar novas formas às estruturas das notícias; suportar modelos da narrativa multimídia; e armazenar conteúdos publicados. Nessa ideia, a configuração e a apresentação da notícia, além da recuperação de informações, podem ser feitas por meio de infinitas combinações entre os itens disponibilizados. Isso permite gerar mais conhecimento e novas tematizações para organização e apresentação dos conteúdos (PALÁCIOS, 2003a). A amplitude de espaço facilita a produção de conteúdos diversos para públicos distintos e, dessa forma, a base de dados permite que cada usuário seja um produtor potencial de memória, de testemunhos (CANAVILHAS, 2004).

Diante de uma cultura conectada, marcada pela tecnologia *wireless* e pelo uso de mídias móveis, Pavlik propõe a ubiquidade como o sétimo princípio do jornalismo na Internet. No sentido geral, ubiquidade é a capacidade de estar em todos os lugares ao mesmo tempo,

[...] no contexto da mídia, ubiquidade implica que qualquer um, em qualquer lugar, tem acesso potencial a uma rede de comunicação interativa em tempo real. Quer dizer que todos podem não apenas acessar notícias e entretenimento, mas participar e fornecer sua própria contribuição com conteúdos para compartilhamento e distribuição global. Além disso, o conteúdo noticioso emana de uma variedade de fontes cada vez mais ubíquas, incluindo câmeras de segurança ou vigilância bem como sensores de muitos tipos e formatos, frequentemente ligados à Internet (PAVLIK, 2014, p. 160).

A partir de todo esse percurso teórico sobre os diversos conceitos e características do jornalismo na Internet, decidimos utilizar, nesta tese, o conceito de jornalismo em rede, como foi destacado anteriormente. O termo foi adotado no livro *Network Journalism* (HEINRICH, 2011). Em sua pesquisa e em suas análises, a autora alemã vai além do trabalho dos autores já citados e ignora os limites entre todas as concepções do jornalismo na Internet. Ela destaca que o jornalismo em rede apresenta a visão das organizações jornalísticas como nós de uma rede da qual fazem parte os cidadãos comuns, as fontes, os jornalistas independentes, blogueiros e vários atores sociais, sendo notada a participação cada vez maior de produtores e distribuidores de notícias, sejam eles jornalistas profissionais ou não. Todos se conectam uns aos outros, produzem e trocam informações. Esse conceito vai além dos outros, porque, além das questões técnicas, aprofunda a noção do contexto social contemporâneo, em que os atores sociais vivenciam a cibercultura (LÉVY, 1999), a cultura participativa (Jenkins, 2009) e as mudanças na sociedade em rede (CASTELLS, 1999). Segundo Heinrich,

o jornalismo em rede é o conceito estrutural subjacente que se refere à organização estrutural e às conexões não apenas dentro de uma forma de jornalismo (por exemplo, impresso ou *on-line*), mas para os modos de conexão emergentes dentro de toda a esfera do trabalho jornalístico. A tecnologia digital aumenta a captação de notícias, altera os modos de produção e impacta a divulgação da notícia não só para mídia *on-line*, mas para todas as plataformas jornalísticas que operam dentro da sociedade em rede. Os novos modos de conexão e fluxos de informação, por sua vez, influenciam a organização estrutural dos veículos jornalísticos, bem como o trabalho do dia a dia de recolher, produzir e divulgar notícias na esfera da rede global (HEINRICH, 2011, p. 61).

Diante das possíveis contestações sobre o conceito de jornalismo em rede, que seria mais um entre outros, Barsotti destaca que:

à primeira vista pode parecer que não há novidade no conceito de Heinrich em relação aos anteriores, que sempre contemplaram a interatividade como uma das características conformadoras do jornalismo contemporâneo. Entretanto, o grande ganho é que a autora enxerga o jornalismo em rede além da Internet. Para ela, as transformações no jornalismo atingem o processo jornalístico como um todo, com impactos em todas as plataformas de distribuição, do impresso ao rádio, da televisão ao jornalismo *on-line*. Como todos estão em rede – fontes noticiosas, jornalistas e o público – todos influenciam e são influenciados pelos demais atores envolvidos no processo, independentemente do grau e do suporte. Portanto, o conceito de jornalismo em rede acaba com a oposição entre meios digitais e analógicos e abarca o jornalismo *on-line* (2017, p. 205).

O trecho confirma que o conceito de jornalismo em rede é uma boa escolha para a análise e o entendimento da dinâmica das notícias sobre os animais nas edições *on-line* dos jornais estudados. Afinal, o público também participa da produção de conteúdo e os jornalistas, diante da reação da audiência, selecionam os acontecimentos para veicular as notícias nos meios digitais e analógicos. As organizações jornalísticas de referência selecionam os acontecimentos que mostram os animais como personagens centrais da notícia por meio textos, imagens e som, em um espaço no qual todos se conectam e compartilham essas informações.

4.2. A presença do biocentrismo e do infotenimento nos jornais de referência: *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *The New York Times* e *The Washington Post*

Vários veículos de comunicação de massa já destinam espaços para as narrativas jornalísticas sobre animais. Tanto os mais populares quanto os considerados veículos de referência já descobriram que animais geram grande volume de leitores, ouvintes, espectadores e seguidores nas várias mídias, como revistas, jornais, TV e rádio, além de redes sociais como YouTube, Snapchat, Pinterest, Twitter, WhatsApp, Instagram e Facebook. Diante desse fenômeno, e de acordo com os objetivos deste trabalho, o encontro das características do sistema de pensamento biocêntrico, por meio das estratégias do infotenimento nas narrativas jornalísticas sobre animais nos jornais de referência, é a proposta desta seção. Aqui, apresentamos as categorias criadas para caracterizar os textos pesquisados a partir da análise de conteúdo comparativa das versões *on-line* dos quatro jornais:

O Globo, Folha de S. Paulo, The New York Times e The Washington Post. Cada narrativa jornalística pode apresentar uma combinação de várias categorias que reforçam o poder das histórias sobre animais para atrair a atenção de jornalistas e consumidores de notícias. As categorias criadas para análise dos textos são: aventura, biocentrismo, celebridades, direitos, diversão, engajamento e mobilização, inusitado, violência e serviços.

Além das categorias, destacamos os dados quantitativos coletados pelo *software* NVivo, que mostram o número de textos jornalísticos dos gêneros informativo e opinativo sobre animais postados nos quatro em questão jornais no ano de 2018. Os números mostram a presença do volume total de textos analisados; tipos de textos por jornal; categorias por jornal, categorias por gêneros textuais informativos e opinativos; além das categorias por editorias de cada jornal pesquisado. O objetivo da elaboração das tabelas é mostrar com a pauta sobre animais esteve distribuída no período pesquisado. Os resultados ajudarão a provar as quatro hipóteses da tese.

Pela análise dos números, podemos saber se as narrativas jornalísticas sobre animais são uma pauta transversal. Ou seja: estão essas histórias presentes em várias editorias? Pelo menos, quando animais são o assunto principal, o jornalismo ainda permanece dividido entre dois princípios que costumam ser irreconciliáveis, mas que se completam: o ideal da função social do jornalismo como o Quarto Poder dentro dos ideais positivistas e da objetividade e os interesses mercadológicos na busca pela audiência uma discussão teórica que já foi aprofundada no segundo capítulo desta tese, sobre a história do jornalismo e sua relação com o entretenimento. Essas reflexões foram necessárias para contextualizar os dados que serão apresentados aqui.

Sabemos que a intensificação da sociedade do entretenimento (GABLER, 1999), responsável pelo embaralhamento de fronteiras entre jornalismo e diversão no século 19, e a sociedade da informação (CASTELLS, 1999), após a revolução digital no século 20, reconfigurou a lógica de produção, distribuição e consumo dos fluxos de comunicação. Estamos em uma sociedade que convive entre a valorização extrema do prazer (hedonismo) e o excesso informacional, com a disputa pelo público e pela atenção da audiência. Esse cenário pode, logicamente, mover

as escolhas pelas pautas sobre animais nos jornais de referência. Os valores-notícia predominantes na seleção e na produção do discurso jornalístico presente nos jornais de referência que cobrem a causa animal estão centrados nos valores-notícia substantivos, relativos ao conteúdo do fato noticiado. O valor-notícia predominante pode ser a importância social do conteúdo da notícia, mesmo que a narrativa seja focada no jornalismo de sensações, emoções, sensorial, no caso das notícias sobre animais.

O animal é também a personagem principal da notícia e, no processo de seleção desses acontecimentos, é uma pauta que pode mobilizar a audiência, conceito destacado nas pesquisas de Aguiar (2008a, 2008b), Aguiar e Barsotti (2012, 2016) e Barsotti (2014a), tanto para as questões de interesse público (dentro dos ideais da concepção racionalista/positivista do jornalismo) quanto para o entretenimento. As narrativas sobre animais encontraram um cenário perfeito no jornalismo em rede para atrair o público. Nas rotinas produtivas do jornalismo em rede, o jornalista é também um *gatewatcher*, nome dado a partir do neologismo *gatewatching*, criado por Bruns (2005). Significa que o jornalista já está além do trabalho do *gatekeeper* de Davis Manning White que, como teorizam Pena (2010) e Traquina (2012), seleciona e edita as notícias. O jornalista na Internet seria, além de um bibliotecário que organiza os conteúdos para o público, uma espécie de vigia. Segundo Aguiar e Barsotti, “caberia a ele observar os ‘portões de saída’ de *sites* de veículos tradicionais e não tradicionais, de fontes primárias de informação, buscando conteúdos relevantes assim que eles se tornam disponíveis para redirecioná-los aos usuários” (2012, p. 13). Bruns define o seguinte: “eles observam que material está disponível e é interessante e identificam novas informações úteis com o objetivo de canalizar este material para atualizar e formatar notícias que podem apontar caminhos para conteúdos de relevância” (2005, p. 18). Primo e Träsel (2006) completam a ideia, destacando que, diante do alto fluxo de informações na Internet e da falta de limitação do espaço, o que acontece no jornal ou em revistas, por exemplo, a urgência está mais em avaliar a notícia do que em descartar o material. Os autores avaliam que o *gatewatcher* é o profissional que combina as funções de bibliotecário e repórter. Além de porteiro, ele também é vigia. Em uma rotina produtiva como essa, as narrativas sobre animais vão ganhando cada vez mais espaço, por serem histórias importantes e interessantes.

Singer conta, em um artigo intitulado “A vaca que...” – sobre uma história que virou notícia publicada em 2016 no jornal *The New York Times* –, que o surgimento de espaços para notícias sobre animais pode causar possíveis mudanças nas opções editoriais, o que mostra uma nova forma de destacar os animais como seres e não coisas.

No mês passado, um boi fugiu de um matadouro no bairro do Queens, em Nova Iorque. Rapidamente os meios de comunicação divulgaram vídeos do animal, caminhando em uma rua movimentada. Para quem se preocupa com os animais, a história tem um final feliz: o boi foi capturado e levado para um santuário onde irá viver o resto de sua vida natural. Para mim, contudo o aspecto mais interessante foi a linguagem que os meios de comunicação usaram para referir o animal. O *NYT* tinha o seguinte título: “*Cow who scaped New York slaughterhouse finds sanctuary*”⁷⁸. Os defensores de animais há muito que batalham contra a convenção inglesa de reservar *who* para as pessoas, usando-se *that* ou *which* para os animais. Nem todas as línguas fazem essa distinção, mas, em inglês, escrever *the cow that escaped* parece negar-lhe a capacidade para agir. Diríamos *the prisoner who escaped*, mas *the rock that rolled down the hill*. Seria prematuro concluir que o artigo do *New York Times* indica uma mudança no uso da língua. Ao invés, parece mostrar incerteza, pois na primeira linha do artigo lê-se *A cow that was captured by police*. Perguntei a Philip Corbett, o responsável pelas opções editoriais do *New York Times*, se o uso do *cow who* refletia uma mudança de política. Disse-me que o livro de estilo daquele jornal, como acontece no da *Associated Press*, sugeria que se usasse *who* apenas no caso de um animal com nome ou personificado. O livro dá como exemplo, *The dog which was lost, howled*,⁷⁹ contrastando com *Adelaide, who was lost, howled*⁸⁰. Corbett acrescentou que os editores podem ter sido apanhados entre dois exemplos. A vaca, ou melhor, o boi não tinha nome quando fugiu, mas foi batizado como *Freddie*, no Santuário e Abrigo Animal Skylands (2017, p. 1).

A partir das análises de conteúdo que fazem parte das metodologias desta pesquisa, vemos que os textos jornalísticos já fazem a distinção do animal como um ser e não uma coisa. Alsina (2009), quando conceitua o termo “acontecimento” e apresenta sua evolução histórica, destaca que nem sempre a mídia leva em conta os mesmos tipos de acontecimentos sociais. No caso das notícias sobre o meio ambiente (o que inclui os animais), como destaca Aguiar (2010), as formações discursivas sofreram mudanças. Os anos 1970, por exemplo, foram marcados pelo início da reflexão sobre os limites da exploração e da utilização dos recursos naturais do planeta para garantir a sobrevivência da humanidade, e os animais estavam nas narrativas como personagens para nos alertar dos riscos. Atualmente, a preocupação com nosso planeta continua a mesma, mas os animais ganharam *status* de personagem da notícia. Ou seja: abordando um termo de Bravo (*apud*

⁷⁸ “Vaca que escapou do matadouro de Nova York encontra santuário” (tradução nossa).

⁷⁹ O cachorro que estava perdido, uivou, [...] (tradução nossa).

⁸⁰ Adelaide, que estava perdida, uivou. (tradução nossa).

ALSINA, 2009, p. 116), nas notícias sobre animais, esses ganharam “transcendência social” como sujeitos protagonistas do acontecimento. Essa transcendência pode variar de acordo com diversos fatores, como grupos sociais e localidades. Segundo Miquel Alsina, o potencial dessa transcendência envolve algumas questões, como: se o público tem acesso à notícia, a variedade da formação política e social, e os parâmetros de cada sociedade para determinar o grau de transcendência. “Portanto, o que na cultura ocidental é considerado um acontecimento social, não o será em outras culturas. Inclusive, na própria cultura ocidental, o acontecimento não tem sido uma categoria imutável ao longo do tempo” (ALSINA, 2009, p. 116). Por isso, o destaque dado pela mídia aos animais pode ser tão interessante no sentido de entender uma mudança de sistema de pensamento na sociedade contemporânea.

4.2.1. As categorias das notícias sobre os animais

Os textos jornalísticos sobre animais, a partir da análise de conteúdo comparativa realizada para esta pesquisa, podem ser caracterizados a partir de várias categorias com a proposta de saber como as narrativas são construídas. São elas: violência, serviços, engajamento e mobilização, direitos, celebridades, inusitado, aventura, diversão e biocentrismo. Cada uma delas será conceituada em seguida, com exemplos encontrados no *corpus* analisado nos quatro jornais de referência, escolhidos como objeto de estudo.

4.2.1.1. Violência

A categoria violência abrange os textos jornalísticos que narram fatos com casos de zoofilia, assassinatos, maus-tratos, surras e amputações contra animais, por exemplo. Também inclui os casos de violência contra humanos que lutam pela defesa dos animais, além da discussão e da reflexão sobre esses atos. Um dos exemplos desse tipo de texto jornalístico é a notícia postada na versão *on-line* do jornal *O Globo*, com o título “Programa baleeiro japonês mata 122 baleias grávi-

das”.⁸¹ A matéria relata que, alegando fins científicos, navios baleeiros japoneses caçaram 333 baleias Minke no Oceano Antártico. Dessas, 181 eram fêmeas, incluindo 53 animais imaturos. Das 128 baleias fêmeas adultas, 122 estavam grávidas, o que revelou um relatório técnico apresentado à Comissão Baleeira Internacional. Para ambientalistas, o documento era mais uma evidência do “abominável” programa baleeiro nipônico.

Outra notícia, da *Folha de S. Paulo*, com o título “Morte de mais de 200 golfinhos em baía do Rio assusta pesquisadores”,⁸² destaca o registro de um fato ocorrido na Baía de Sepetiba, movimentado porto bem próximo do Rio de Janeiro (RJ). Desde o final de 2017, pescadores vinham encontrando carcaças de golfinhos, emaciadas e marcadas por cicatrizes, flutuando na superfície do mar – às vezes até cinco delas em um só dia. Em 2018, cientistas descobriram mais de 200 carcaças de golfinhos da Guiana (*Sotalia guianensis*), o que representa cerca de um quarto daquela que era a maior concentração mundial de animais da espécie. O número de mortes, causadas por falhas respiratórias e no sistema nervoso associadas a um vírus, parece ter diminuído, mas os cientistas ainda estão trabalhando para desvendar o mistério que as cerca. A hipótese é de que os animais ficaram mais vulneráveis ao vírus diante da poluição ambiental no local que, no passado, era uma sonolenta região pesqueira, com praias de areia branca e um arquipélago de minúsculas ilhas cônicas. A Baía de Sepetiba, 65 quilômetros a oeste do centro do Rio de Janeiro, tornou-se um dos principais locais para as exportações brasileiras nos últimos 25 anos. Em 2017, 39 milhões de toneladas de minério de ferro e outras *commodities* foram embarcados lá. Nesse contexto, a violência seria causada pela falta de cuidados com o meio ambiente.

No entanto, existem notícias sobre soluções efetivas e inusitadas no combate aos efeitos causados pela violência nos animais. O jornal *The Washington Post* narra uma história sobre como abrigos para cães e gatos abandonados usam a música para “relaxar” esses animais, muitas vezes vítimas de inúmeros tipos de vio-

⁸¹ PROGRAMA baleeiro japonês mata 122 baleias grávidas. *O Globo*. 30 maio 2018. Caderno Sociedade. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/meio-ambiente/programa-baleeiro-japones-mata-122-baleias-gravidas-22731818>. Acesso em: 30 maio 2018.

⁸² MORTE de mais de 200 golfinhos em baía do Rio assusta pesquisadores. *Folha de S. Paulo*. 4 abr. 2018. Ambiente. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2018/04/morte-de-mais-de-200-golfinhos-em-baia-do-rio-assusta-pesquisadores.shtml>. Acesso em: 4 abr. 2018.

lência. Com o título “Ouça músicas compostas para acalmar cães estressados de abrigo”,⁸³ o texto lembra as composições de diversos músicos de sucesso e como elas podem acalmar os cães. As faixas foram tocadas em abrigos de animais em todo o território dos Estados Unidos e além – inclusive na Grã-Bretanha, na Índia e na Austrália – para ajudar a reduzir os latidos e, geralmente, diminuir os níveis de estresse dos animais. Lisa Morrissey, treinadora de cães e comportamentalista que consulta abrigos no Condado de Pasco, na Flórida, disse que ouviu falar de “canções de ninar caninas” em 2016, enquanto pesquisava o crescente gênero de música destinado a pacificar os cães de abrigo. Na notícia, ela conta que “estava procurando ajuda para acalmar os cães que chegavam a um ambiente de alto volume, alta ansiedade e incrivelmente estressante”. “Descobri que os cães do abrigo respondem e acalmam mais rapidamente ouvindo ‘*canine lullabies*’, em comparação com outras músicas para acalmar a ansiedade desses animais.”

A descoberta de que um professor de uma escola da Flórida teria maltratado animais movimentou a opinião pública. Um vídeo de 14 segundos publicado pela rede WKMG mostrou um grupo de estudantes da aula de Drewie Brewton, professor de ciências agrárias, na Forest High School, em Ocala, na Flórida, enchendo uma banheira com água e depois mantendo um guaxinim preso submerso. Uma mãe disse à emissora de TV que seu filho, que gravou o vídeo, chegou em casa chateado com o que aconteceu com os guaxinins, incluindo o visto no vídeo, dentro de uma armadilha de arame. Os animais teriam matado galinhas que os alunos criavam para a aula. Dois guaxinins e um gambá foram mortos, de acordo com a mãe, que a estação não identificou. A partir da gravidade do fato, o jornal *The Washington Post* divulgou a notícia, com o título “Professor da Flórida acusado de afogar guaxinins em sala de aula renuncia enquanto agências estaduais investigam”⁸⁴. A matéria mostra que as escolas públicas do Condado de Marion iniciaram uma investigação sobre Brewton e o colocaram em licença administrativa remunerada, mas ele resolveu apresentar sua aposentadoria. O fato dividiu opini-

⁸³ LISTEN to music composed to calm stressed-out shelter dogs. *The Washington Post*. 13 ago. 2018. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/animalia/wp/2018/08/13/listen-to-music-composed-to-calm-stressed-out-shelter-dogs/>. Acesso em: 13 ago. 2018.

⁸⁴ FLORIDA teacher accused of drowning raccoons in class resigns as state agencies investigate. *The Washington Post*. 18 maio 2018. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/animalia/wp/2018/05/16/florida-teacher-on-leave-after-he-is-accused-of-drowning-raccoons-in-class/>. Acesso em: 18 maio 2018.

ões na comunidade. Alunos e pais de alunos condenaram as atitudes do professor que, sendo legais ou não, foram consideradas inaceitáveis. Por outro lado, porém, as pessoas que comentaram no *post* do Facebook também vieram em defesa de Brewton, dizendo que tais ações eram necessárias para proteger as fazendas e manter o gado vivo. “A reputação e os meios de subsistência desse homem são ameaçados por quem não sabe nada sobre o negócio agrícola”, escreveu um comentarista. “Guaxinins não são criaturas peludas fofinhas. Eles são muito destrutivos e perigosos. Eles podem ser raivosos e você pode ser superado com eles em pouco tempo.” O texto mostra os dois lados da mesma moeda quando o assunto é a preservação dos animais selvagens ou a manutenção da segurança dos animais de criação nas fazendas. Contudo, destaca a preocupação com a forma violenta como os animais foram mortos na escola.

À sua maneira, pelo compartilhamento de vídeos, .gifs e textos nas redes sociais, os jornais mostram diversas estratégias do infotainment nas narrativas jornalísticas – como destacam Trigo (2003), Gabler (1999), Debord (1997), Barthes (1964), Theodor Adorno e Max Horkheimer (2000) –, o que atraiu a audiência sobre temas importantes para a causa animal.

4.2.1.2. Serviços

Serviços é uma categoria que engloba: dicas de cuidados, higiene e beleza; adestramento e comportamento animal; e divulgação e realização de eventos para adoção, por exemplo. Inclui também informações sobre iniciativas que podem melhorar a convivência entre humanos e animais. Seria uma mistura do jornalismo utilitário com o jornalismo diversional, ambos estudados por Francisco de Assis (2010). Segundo o autor, esse gênero é considerado controverso. É o que se relaciona com o entretenimento no jornalismo. A própria terminologia “divertimento” ainda não é bem-interpretada, como destacamos no segundo capítulo da tese. O jornalismo diversional nem seria considerado um gênero em si, mas um recurso narrativo para estreitar os laços da instituição jornalística com seu público. Já sobre o jornalismo utilitário, Francisco de Assis ressalta, junto às categorizações de José Marques de Mello, um dos maiores estudiosos dos gêneros jornalísti-

cos no Brasil, que é o mais recente entre eles. De acordo com Assis, “ele surge no final do século 20, no limiar da sociedade da informação, cujo funcionamento repousa na tomada de decisões rápidas no mundo financeiro, projetando-se na vida cotidiana” (2010 p. 27). São registros sobre assuntos que facilitam o dia a dia do público. No caso das notícias sobre animais, envolve até as escolhas sobre os serviços oferecidos nessa área, todas com um toque de infotainment, com imagens e fotos interessantes com animais para despertar a curiosidade do público.

Um exemplo é o material postado pelo jornal *Folha de S. Paulo* com o título “Empresas levam serviço de humano para *pets*”⁸⁵. O texto apresenta a iniciativa de empresas com décadas de experiência em produtos e serviços para humanos que passaram a oferecer itens para cachorros e gatos também. Os produtos mostrados na matéria são aparelhos de inalação, itens para higiene do cantinho onde os animais fazem as necessidades e coleiras com luz de LED carregadas por USB para caminhadas à noite, por exemplo. Já a decoração foi o tema de uma notícia do jornal *The New York Times*. O texto “Cães e gatos e decoração: é mais fácil do que você pensa”⁸⁶ apresenta sugestões de decoração sem sacrificar o estilo, como usar tecidos que escondem a sujeira causada por pelos soltos, pegadas sujas, mordidas e arranhões comuns nos mobiliários de uma casa. *Designers* (vários têm animais em casa) foram entrevistados e divulgaram várias sugestões, como o uso de cestas de vime para guardar os brinquedos dos *pets*, pois é um material leve e acessível; tecidos mais fortes e impermeáveis; mantas de pelo falso, que podem ser lavadas e trocadas para forrar móveis antigos ou peças estofadas. E a matéria tem várias fotos lindas dos *pets* nos móveis e peças da casa.

No jornal *O Globo*, uma das matérias que ilustram a categoria tem título “Terapias como ozonoterapia, floral e homeopatia propiciam mais saúde aos animais”⁸⁷. A história mostra as terapias complementares que chegam como uma opção a ser implementada junto à medicina veterinária tradicional –sessões de

⁸⁵ EMPRESAS levam serviço de humano para *pets*. *Folha de S. Paulo*. 26 ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/08/empresas-levam-servico-de-humano-para-pets.shtml>. Acesso em: 26 ago. 2018.

⁸⁶ DOGS and cats and decorating: it's easier than you think. *The New York Times*. 1 maio 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/05/01/realestate/pet-friendly-decorating.html>. Acesso em: 1 maio 2018.

⁸⁷ TERAPIAS como ozonoterapia, floral e homeopatia propiciam mais saúde aos animais. *O Globo*. 2 abr. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/terapias-como-ozonoterapia-floral-homeopatia-propiciam-mais-saude-aos-animais-22540571>. Acesso em: 2 abr. 2018.

acupuntura, uso de florais, homeopatia e até a ozonoterapia (o ozônio tem ação antibiótica, já que bactérias e fungos não têm resistência a ele, segundo os especialistas entrevistados) – e ganham cada vez mais espaço no universo dos *pets*. São diversos os motivos que levam os donos a procurarem tais métodos para seus bichinhos: desde a resolução de problemas comportamentais à busca por resultados positivos relacionados a doenças crônicas. O material inclui entrevistas com especialistas e cuidadores de animais, que contam suas experiências com esses tratamentos e seus efeitos em diversos animais domésticos e silvestres. O objetivo é orientar os leitores sobre as novidades em tratamentos alternativos de saúde para os animais, um mercado em crescimento, segundo a matéria.

4.2.1.3. Engajamento e mobilização

Engajamento e mobilização é uma categoria que envolve as narrativas jornalísticas que destacam iniciativas e campanhas para proteção e defesa dos animais. São textos que ressaltam a importância do papel dos seres humanos na defesa de outros seres vivos. Mostram a ação dos perfis de engajamento apresentados no primeiro capítulo desta tese por meio das pesquisas de autores sobre a causa animal, como Tester (1991), Kean (1998), Allen (2005), Singer (2010), Anderson (2004), Regan (2004) e Ryder (2000). Muitas vezes, uma notícia nem menciona questões sobre militância pela proteção dos animais, mas apresenta formas de mobilização por meio de diversas ações, como nas notícias sobre pessoas comuns que alimentam animais de rua, por exemplo.

O ativismo pode influenciar a moda, como no caso da seguinte notícia da *Folha de S. Paulo*: “Se usar pele animal não é correto, Milão resolve o problema com pele humana”⁸⁸. Segundo o texto, enquanto Londres aboliu a pele animal na temporada de verão 2019, Milão, centro da peleteria europeia, resolveu a encruzilhada com mais pele, só que humana. Duas grifes icônicas, conhecidas por explorar o limite exato entre *sexy* e vulgar, Versace e Roberto Cavalli, descobriram,

⁸⁸ SE usar pele animal não é correto, Milão resolve o problema com pele humana. *Folha de S. Paulo*. 23 set. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/09/se-usar-pele-animal-nao-e-correto-milao-resolve-o-problema-com-pele-humana.shtml>. Acesso em: 23 set. 2018.

cada uma à sua maneira, coxas e colos em microvestidos estampadíssimos. Segundo os entrevistados, os desfiles iam apresentar modelos decotados, substituindo os detalhes de peles de animais nas roupas. A notícia, no caso, mostra que a moda acaba se rendendo ao ativismo, já que usar pele de animais seria politicamente incorreto – visão apresentada no primeiro capítulo da tese pelas pesquisas de autores como Griskevicius, Tybur e van Den Bergh (2010, p. 393), que estudaram o comportamento social das pessoas que compram produtos chamados por eles de “ecológicos” e “pró-ambientais”. Eles argumentam que é considerado bom e correto comprar produtos ecológicos, porque beneficiam o meio ambiente para todos. Por outro lado, quem consome produtos como roupas e acessórios feitos de pele de animais estaria contra a causa animal e não seria bem visto por grupos sociais defensores da causa animal.

Em algumas notícias do *The New York Times* sobre os incêndios ocorridos na Califórnia em 2018, que destruíram várias localidades, observamos o destaque dos animais como prioridade ou como um valor-notícia. A matéria “Polícia da Califórnia corre para salvar animais de incêndios: ‘Entre, entre. Esse é um bom cachorro’”⁸⁹ conta sobre um incêndio de grama que eclodiu em Vacaville, Califórnia, subiu as colinas a sudoeste da cidade e seguiu em direção à Society for the Prevention of Cruelty to Animals (SPCA) do Condado de Solano. Dezenas de animais – cães, gatos e um punhado de cobras e roedores – estavam no caminho do incêndio. Policiais correram para dentro e começaram a reunir os animais, colocando cães em trelas e carregando gatinhos em caixotes, e os trouxeram para a segurança. As imagens dos resgates foram compartilhadas pelos policiais e voluntários no Facebook e em outras redes sociais. Em um dos vídeos, um dos policiais, uma oficial identificada na notícia como Stone, dizia para um cachorro “Entre, entre”, enquanto ela o conduzia a seu veículo utilitário esportivo, “Esse é um bom cachorro.”, o que inspirou o título da notícia. No final do vídeo, a policial Stone se afastou do abrigo, respirando pesadamente. Ela segurava um cachorro pequeno no colo. “Mesmo que os cães nunca tivessem nos conhecido antes, e estávamos com um uniforme estranho, era quase como se eles soubessem que estávamos lá para ajudá-los”, disse. Após o resgate, os animais foram levados para um estaciona-

⁸⁹ CALIFORNIA Police rush to save animals from fires: ‘Get in, get in. That’s a good dog.’. *The New York Times*. 14 ago. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/08/14/us/animal-shelter-pets-rescued-vacaville.html>. Acesso em: 14 ago. 2018.

mento em frente a um supermercado próximo, onde as pessoas trouxeram comida, água e camas para eles. Com o abrigo fechado, as pessoas se ofereceram para levar alguns animais para casa durante a noite. A matéria mostrou todo um esforço da comunidade pelo bem dos animais que poderiam ser atingidos pelo fogo. E a história destacou um detalhe já observado: os animais se tornam, mais uma vez, personagens centrais do fato jornalístico.

No jornal *O Globo*, uma das notícias do *corpus* da pesquisa mostra uma forma de engajamento por meio de uma *startup* que criou uma campanha de doação de sangue para cães⁹⁰. Segundo o texto, o baixo índice de doadores e os estoques limitados dos bancos de sangue são duas das causas mais comuns que motivam campanhas para ajudar pessoas que necessitem de transfusão. No universo dos *pets*, tais limitações são ainda maiores e a procura, menor, ocasionando, por vezes, a morte de bichos que não conseguem ajuda. Decidido a reverter a situação, Bruno Gavina, idealizador da plataforma Go Dog, decidiu criar uma campanha de doação de sangue para cães. A *startup* oferece serviço de capacitação e cadastramento de pessoas para passear com cachorros, no Rio e em Niterói, e promove adoções, resgates e recebimento de pedidos de ajuda. Por meio de parceria com o hospital veterinário da Universidade Federal Fluminense (UFF) no estado do Rio de Janeiro, a criação de uma campanha foi tomando forma e os voluntários começaram a receber pedidos para conseguir doadores de sangue para cães em tratamento. Foi criado um grupo no WhatsApp e as pessoas podem cadastrar seus cães como voluntários. Todos os animais que forem cadastrados no *site* como doadores ganharão, automaticamente uma consulta veterinária. Cães ativos e saudáveis, que passeiam e vão regularmente ao veterinário, são os animais considerados “ideais” para essa ação salva-vidas.

Existem também as notícias que mostram como o engajamento pelos animais pode ser feito pelos motivos errados. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, Deputados usaram cachorros para atrapalhar um ato pelo assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL)⁹¹. Dez minutos depois de Deputados do PSOL e outros

⁹⁰ *STARTUP* cria campanha de doação de sangue para cães. *O Globo*. 3 set. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/startup-cria-campanha-de-doacao-de-sangue-para-caes-23027883>. Acesso em: 3 set. 2018.

⁹¹ ENQUANTO esquerda homenageava vereadora, direita levou gravação de cães latindo para tratar de violência contra animais. *Folha de S. Paulo*. 14 mar. 2019. Disponível em:

partidos de esquerda começarem o ato, colegas de direita entraram no Salão Verde da Câmara para protestar contra a violência animal. Oito Deputados Federais se posicionaram a poucos metros com caixas de som que emitiam latidos. Sorridentes, eles posaram para fotos segurando cartazes pedindo reclusão para perpetradores de maus-tratos e o desenho de um cachorro. Os apoiadores de Marielle em nenhum momento se dirigiram aos manifestantes contra a violência animal e vice-versa.

4.2.1.4. Direitos

Direitos é uma categoria de textos que mostram e esclarecem questões relativas aos direitos dos animais também no âmbito das leis. São notícias que destacam a ação de vários países que incluem em suas leis e decretos a admissão da sentiência dos animais, ou a capacidade desses seres de ter sensações e sentimentos de forma consciente, pelo que devem ser tratados com respeito e amor. São notícias que apresentam os reflexos de atos históricos que provocaram o surgimento das primeiras manifestações legislativas para a proteção dos animais, apresentadas por pesquisadores como Lourenço (2008), Ferry (1994), Ryder (2000), Wise (2000), Thomas (1996) e Singer (2010), já citados nesta tese.

A entrevista da *Folha de S. Paulo* com um dos militantes da causa animal, o Deputado Federal Ricardo Tripoli⁹² (PSDB), é um exemplo desse tipo de texto jornalístico sobre os animais. Ele defende o uso de verba do Ministério da Saúde para campanhas relacionadas a animais domésticos. A proposta é a criação de um projeto de lei para que, segundo Tripoli, o Ministério da Saúde entenda a questão animal como saúde pública. “É uma hipocrisia não entender que, no momento que você tem a campanha de raiva, a vacina antirrábica é fornecida pelo Ministério da Saúde. Na hora que você vai fazer um trabalho em relação aos animais abandona-

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/deputados-irrompem-ato-por-marielle-na-camara-com-latidos-de-cachorro.shtml>. Acesso em: 8 out. 2019.

⁹² ANIMAL doméstico deve ser tratado com verba do Ministério da Saúde, diz Tripoli. *Folha de S. Paulo*. 1 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/animal-domestico-deve-ser-tratado-com-verba-do-ministerio-da-saude-diz-tripoli.shtml>. Acesso em: 1 out. 2018.

dos, uma campanha de castração, eles entendem que isso não é recurso [da saúde].”

E como fica a situação de animais após a morte dos cuidadores?⁹³ Esse é o tema da notícia do jornal *The New York Times*. O texto mostra as atuais opções de providências que podem ser tomadas para proteger um animal nesse caso. Sobre o assunto, foram entrevistados advogados e investidores acerca da importância do entendimento sobre as leis em cada estado, no caso dos EUA. Narrativas jornalísticas como essas apresentam mudanças na forma como vemos os animais como sujeitos de direitos. Em muitas leis, os animais não são considerados possíveis beneficiários, sendo vistos como propriedade pessoal, não diferente de joias, antiguidades, computadores ou carros.

Notícias sobre casais que se separam e entram em disputas sobre a posse de um animal ou até sobre a necessidade de pensão alimentícia estão ganhando a atenção da mídia. Por exemplo, o jornal *O Globo* publicou a seguinte notícia: “Justiça do Rio concede guarda compartilhada de cachorros a casal separado”⁹⁴. De acordo com o texto, o Tribunal de Justiça do Rio reconheceu que os animais podem ser considerados membros da família. O juiz titular da 1ª Vara de Família do Fórum Regional da Leopoldina, Dr. André Tredinnick, determinou que um casal divorciado há pouco mais de dois anos se revezasse, a cada 15 dias, na posse dos cães Horus, Athena, Floquinho e Íris. Além disso, o homem e a mulher envolvidos no processo deverão dividir os custos com alimentação, remédios e transporte dos animais. Segundo o texto da sentença, “o Acordo Total assinado pelas partes em sessão especial deve ser visto com bons olhos, pois veio tutelar uma realidade de muitos casais separados, consagrando que foi utilizada por analogia o instituto da guarda aplicável aos filhos menores como decorrência do poder familiar, diante do silêncio do legislador sobre os animais domésticos, por serem seres vivos também titulares de direitos. Visto que existem casais que consideram os seus cães e gatos como verdadeiros filhos, nada impede que essas

⁹³ THE PETS are all right (even though you’re gone). *The New York Times*. 24 maio 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/05/24/well/family/pets-dog-cat-death-will-trust-care.html>. Acesso em: 24 maio 2018.

⁹⁴ JUSTIÇA do Rio concede guarda compartilhada de cachorros a casal separado. *O Globo*. 1 fev. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/justica-do-rio-concede-guarda-compartilhada-de-cachorros-casal-separado-22354956>. Acesso em: 1 fev. 2018.

normas sejam aplicadas por analogia a esses casos concretos, como foi no presente caso”. A decisão reconhece que, além dos donos, os animais também têm sentimentos, sofrem com a separação e não são apenas propriedades, mas sujeitos de direitos, como nas análises de Lourenço (2008).

4.2.1.5. Celebidades

Celebidades é uma categoria que envolve dois enfoques diferentes nos textos jornalísticos: o primeiro diz respeito a situações em que os animais são a celebridade ou o destaque de uma notícia, como a morte de Boo, o cão “mais fofo do mundo”, já citada no segundo capítulo desta tese; o segundo engloba situações em que as celebridades são o destaque, em ações e mobilizações de proteção dos animais. As celebridades seriam um exemplo a ser seguido quando o assunto é o amor e o cuidado com os animais.

A homenagem a uma militante da causa animal em um texto da *Folha S. Paulo* mostra o interesse da mídia por essas pautas. Afinal, podem ser consideradas fatos interessantes e importantes quando falamos de noticiabilidade (TRAQUINA, 2013; WOLF, MAURO, 2012). Segundo o texto, a veterinária Hannelore Fuchs⁹⁵ tentava proteger os animais do sofrimento. Notou que cães e gatos tinham suas próprias angústias e doenças psicossomáticas. Estudou psicologia e foi uma das precursoras do estudo de comportamento animal, relacionando problemas de animais ao estresse transmitido pelos donos.

⁹⁵ MORTES: pioneira no bem-estar de animais e seus companheiros. *Folha de S. Paulo*. 5 ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/mortes-pioneira-no-bem-estar-de-animais-e-seus-companheiros.shtml>. Acesso em: 5 ago. 2018.



Imagem 8 – Barbra Streisand com seus cães de estimação clonados.
Fonte: James Russell – revista *Variety*/reprodução *The New York Times*.

A escolha de uma atriz e cantora de sucesso de clonar o próprio animal de estimação virou notícia no *The New York Times*. É outro exemplo de notícia sobre animais que entra na categoria celebridades. O texto, com o título “Barbra Streisand clonou seu cachorro. Por US\$ 50.000, você pode clonar o seu”⁹⁶, destaca que uma entrevista com a atriz para a revista *Variety*, que seria sobre sexismo e política em Hollywood, ganhou novo destaque por um comentário isolado. Ela revelou que dois de seus três cães foram clonados (Imagem 10) a partir de células retiradas da boca e do estômago da falecida Samantha, uma outra cachorrinha da atriz. Samantha tinha 14 anos quando morreu, em 2017. No caso desse texto jornalístico, a notícia foi o fato de a atriz clonar os animais. O conteúdo principal da entrevista para a *Variety* se perdeu diante do interesse despertado pela clonagem. O material do *The New York Times* também traz informações sobre pesquisas na área, preços e as principais clínicas que realizam esse serviço nos Estados Unidos. É uma história em que tanto a atriz quanto os cães são as personagens da notícia.

Já no *The Washington Post*, a notícia foi a morte do cão Border Collie Piper,

⁹⁶ BARBRA Streisand cloned her dog. For \$50,000, you can clone yours. *The New York Times*. 28 fev. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/02/28/science/barbra-streisand-clone-dogs.html>. Acesso em: 28 fev. 2018.

aos 9 anos de idade⁹⁷. Era considerado um dos cães mais famosos dos Estados Unidos por trabalhar como “oficial de controle da vida selvagem K-9” no aeroporto de Traverse City, Michigan. Segundo a notícia, Piper iniciou suas funções no final de 2014 como ajudante de seu proprietário, o gerente de operações do aeroporto, Brian Edwards. O cachorro se tornou viral pouco mais de um ano depois, quando imagens dele – parecendo sair do filme *Top Gun*, chique de óculos de proteção – chegaram ao *site* social Reddit. Ele perdeu uma batalha de um ano contra o câncer de próstata, doença que Edwards não revelou publicamente até a morte de Piper. Como muitos animais famosos da Internet, Piper tinha ótimas contas de mídia social e um *site*. Piper encontrou um público muito mais amplo, porque era uma personagem simplesmente perfeita: aqui estava um cachorro com marcações e equipamentos táticos que o tornavam extremamente fotogênico (Imagem 11), com inteligência e determinação que mantinham as pessoas seguras e com um amor por seu mestre e seu trabalho. abundantemente evidente.



Imagem 9 – O Border Collie Piper na foto icônica da Internet.

Fonte: Tessa Lighty/Traverse City Record-Eagle via AP/ *The Washington Post*.

⁹⁷ RIP Piper, a heroic dog who kept airport runways safe. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/animalia/wp/2018/01/05/rip-piper-a-heroic-dog-who-kept-airport-runways-safe/>. Acesso em: 5 jan. 2018.

Piper foi alvo de notícias em todo o mundo. Camisetas e moletons foram confeccionados com sua imagem. Uma foto dele ganhou um concurso patrocinado pela Guarda Costeira dos EUA. Além de todos os pássaros perseguidos, Piper havia patrulhado 1.907 milhas e trabalhado 6.206 horas no aeroporto, segundo seu *site* – que ainda não mencionava a data da morte. No canto superior direito, havia este *status*: “O K-9 Piper está de folga.”

No jornal *O Globo*, um cachorro que virou mascote do Museu Nacional⁹⁸ se tornou o personagem principal da notícia. Fumaça era um simpático e faminto vira-lata sem nome que vivia pelas ruas do bairro de São Cristovão, no Rio de Janeiro, em especial na área da Quinta da Boa Vista. Ele adotou como lar a área isolada onde pesquisadores trabalham no resgate e na catalogação de peças do Museu Nacional, devastado por um incêndio que consumiu 20 milhões de peças de seu acervo no dia 2 de setembro de 2018. A notícia destaca o esforço dos pesquisadores em alimentar e proteger o cão Fumaça, que ganhou o nome não por causa do incêndio, mas pela cor do pelo. Fumaça ganhou *status* de estrela na mídia, na Internet e no coração da pesquisadora Luciana Barbosa de Carvalho, 46 anos, pesquisadora do Departamento de Geologia e Paleontologia do museu, que decidiu adotá-lo.

4.2.1.6. Inusitado

O inusitado, ou os fatos interessantes, diferentes e divertidos envolvendo animais e seres humanos, é uma categoria que costuma ser sucesso de público. São as narrativas que mostram animais capazes de atos heroicos e divertidos. Essa categoria também envolve textos que exploram os animais, apresentando-os de forma apelativa, sem compromisso com a sua proteção.

No jornal *Folha de S. Paulo*, a notícia “Coruja posa para câmera de trânsito na Finlândia”⁹⁹ pode ser considerada um caso inusitado que ganhou a atenção da

⁹⁸ CACHORRO que virou mascote do Museu Nacional será adotado por pesquisadora. *O Globo*. 23 dez. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/cachorro-que-viceu-mascote-do-museu-nacional-sera-adotado-por-pesquisadora-23324785>. Acesso em: 23 dez. 2018.

⁹⁹ CORUJA posa para câmera de trânsito na Finlândia. *Folha de S. Paulo*. 23 fev. 2018. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/bichos/2018/02/coruja-posa-para-camera-de-transito-na->

mídia e das redes sociais. A notícia conta que as autoridades finlandesas publicaram um vídeo de uma câmera de monitoramento de trânsito em que uma coruja encara o equipamento. No vídeo, a ave está localizada ao lado da câmera de trânsito. Quando o aparelho é ajustado para captar um novo ângulo, a coruja percebe o movimento do equipamento e encara suas lentes (Imagem 12). Com duração de 36 segundos, o vídeo foi publicado no YouTube pela Agência Finlandesa de Transporte. As imagens foram captadas próxima ao maior túnel da Finlândia, na cidade de Tampere.



Imagem 10 – Coruja encara câmera de trânsito na Finlândia.

Fonte: Agência Finlandesa de Transporte/ *Folha de S. Paulo*.

A notícia também aproveita a história da coruja para abordar sobre o Prêmio de Fotografia de Comédias da Vida Selvagem, que elegeu, em 2017, cinco imagens divertidas do mundo animal. De 3,5 mil fotos inscritas, foram escolhidas 5 campeãs e diversas menções honrosas, que mostram diferentes espécies em momentos inusitados – e até mesmo íntimos. O uso de imagens engraçadas é um dos maiores recursos lúdicos do infotainment para conquistar a audiência, lembrando conceitos abordados de autores como Gabler (1999), De Masi (2001), Huizinga (1971), Dumazédier (1973), Falcão (2017), Trigo (2003), Debord (1997) e Barthes (1964).

Outra notícia da *Folha de S. Paulo* mostra a história de um filhote de tigre enviado pelo serviço de correios do México¹⁰⁰, segundo informações do escritório de proteção ambiental local. Segundo a notícia, o animal foi sedado e preso em uma embalagem plástica para que fosse enviado. Na ocasião, nenhum funcionário dos correios percebeu algo errado com o pacote, até que um cão farejador, procurando produtos contrabandeados, detectou-o. O tigre estava desidratado e foi enviado a um abrigo de animais.

A versão *on-line* do jornal *O Globo* postou uma notícia com o vídeo de um motorista de ônibus do BRT que resgatou um cachorro com risco de ser atropelado¹⁰¹ na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Segundo a história, a atitude do motorista chamou a atenção e ganhou aplausos dos passageiros. Silvio Gomes Cavalcante, 47 anos, trafegava pelo Corredor Presidente Tancredo Neves quando viu o cachorro na pista. Ele resgatou o animal e o levou dentro do BRT até um local seguro. É o tipo de narrativa jornalística sobre animais que atrai o público, porque trabalha, além do valor-notícia inusitado, uma ideia similar a humanização do fato jornalístico, só que com animais.

Também no jornal *O Globo*, uma briga de condomínio provocada por um gato¹⁰² virou notícia pelo inusitado do fato. O gato Rubinho, personagem da inusitada história, virou destaque porque, ao ser proibido de circular pelos corredores da Galeria Cidade Copacabana, na rua Siqueira Campos, no Rio de Janeiro, causou uma briga entre os lojistas do local. O gato mora no centro comercial desde 2010, quando foi adotado por um dos lojistas, e sempre circulou livre. Contudo, o conselho de administração da galeria comercial lançou mão do regimento do condomínio para proibir os passeios do animal. A decisão gerou revolta de protetores de animais e ganhou as redes sociais, criando polêmica, porque a decisão teria sido motivada pela chegada de uma nova síndica, avessa a animais. A história, na

¹⁰⁰ FILHOTE de tigre é sedado e enviado pelos correios. *Folha de S. Paulo*. 11 fev. 2018. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/bichos/2018/02/filhote-de-tigre-e-sedado-e-enviado-pelos-correios.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2018.

¹⁰¹ VÍDEO: motorista resgata cachorro que seria atropelado em corredor de BRT, na Zona Oeste. *O Globo*. 11 out. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/video-motorista-resgata-cachorro-que-seria-atropelado-em-corredor-de-brt-na-zona-oeste-23150446>. Acesso em: 11 out. 2018.

¹⁰² DECISÃO proíbe gato de estimação de circular em galeria, gerando revolta. *O Globo*. 22 jun. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/decisao-proibe-gato-de-estimacao-de-circular-em-galeria-gerando-revolta-22811531>. Acesso em: 22 jun. 2018.

época, gerou a produção de abaixos-assinados e uma campanha em rede social. Resultado: Rubinho venceu e continua nos corredores da galeria.

Uma notícia do jornal *The Washington Post* mostra a história de um homem de 70 anos de idade, Peter Robson,¹⁰³ em estado terminal e acamado em um hospital da Escócia. Ele estava separado do seu amado cão Border Collie Shep e, nas suas horas finais, não queria cuidados paliativos ou conforto em casa. Robson só queria uma coisa: apenas o momento para se despedir do amigo que sempre estivera ao seu lado. As enfermeiras pediram aos parentes do homem para irem buscar o cachorro. Em um vídeo emocionante no Facebook, dentro das características do infotainment, os membros da família de Robson foram vistos trazendo Shep para o quarto de seu dono no hospital. A cena mostrou os parentes fungando e chorando ao fundo, e Robson se inclinou para o lado da cama do hospital para acariciar o cachorro, depois tirou a máscara para permitir que o animal o lambesse. Robson morreu poucas horas depois, acompanhado da família, que inclui, logicamente, Shep.

4.2.1.7. Aventura

Aventura é a categoria de textos que narram histórias de heroísmo e coragem de animais envolvidos em esportes, trabalhos e investigações policiais, por exemplo. Nos quatro jornais pesquisados nesta tese, foram registrados poucos textos jornalísticos dessa categoria. No entanto, são histórias comuns em canais de TV por assinatura e perfis de animais nas redes sociais. Por exemplo, o jornal *O Globo* postou a notícia sobre a pousada que tem cães como guias para levar turistas até cachoeiras em Taquaruçu¹⁰⁴, um ponto turístico de Palmas, no estado do Tocantins. São cachorros da raça Labrador, que fazem questão de levar os visitantes às cachoeiras. No vídeo da notícia, também compartilhado nas redes sociais, basta alguém aparecer na trilha que Princesa, Luke e Thor estão a postos esperan-

¹⁰³ WATCH a man get his dying wish – to kiss his dog goodbye. *The Washington Post*. 30 mar. 2018. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/animalia/wp/2018/03/30/watch-a-man-get-his-dying-wish-to-kiss-his-dog-goodbye/>. Acesso em: 30 mar. 2018.

¹⁰⁴ POUSADA tem cães como guias para levar turistas até cachoeiras em Taquaruçu. *O Globo*. 25 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/pousada-tem-caes-como-guias-para-levar-turistas-ate-cachoeiras-em-taquarucu.ghtml>. Acesso em: 25 nov. 2018.

do. Eles só param mesmo para aproveitar os poços de água e seguem sem desviar do caminho.

4.2.1.8. Diversão

Diversão é categoria dos textos mais leves, que apresentam fatos engraçados e “fofos” sobre os animais. Essa categoria apresenta as características da função de escape do entretenimento para a fuga das rotinas mundanas, dos problemas e das frustrações da vida real, liberando emoções interiorizadas (DEJAVITE, 2006). São as narrativas nas quais predominam notícias interessantes e curiosas, que nutrem a imaginação e a curiosidade pelo lazer e a diversão, de acordo com os conceitos de autores como Gabler (1999), De Masi (2001), Huizinga (1971), Dumazédier (1973), Falcão (2017), Trigo (2003), Debord (1997) e Barthes (1964).

Um exemplo dessa categoria foi postado na versão *on-line* da *Folha de S. Paulo*. A narrativa conta a história do britânico Simon Tofield (Imagem 13), criador do canal de animação *Simon's Cat*¹⁰⁵, que, até o dia 8 de novembro de 2019, já registrava a marca de 5,1 milhões de inscritos no You Tube e nove livros lançados, além de se transformar em marca licenciada para ter seus produtos vendidos no Brasil. O grande inspirador do trabalho de Tofield é o gato Hugh, que foi adotado em 2005. Na notícia, destaca-se o potencial de diversão de uma animação sobre gatos, mostrando as características dos felinos com humor, criatividade e inteligência.

¹⁰⁵ COM 4,7 MI de seguidores, criador de “Simon's Cat” fala sobre o sucesso de seu felino. *Folha de S. Paulo*. 14 maio 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/05/com-47-mi-de-seguidores-criador-de-simons-cat-fala-sobre-o-sucesso-de-seu-felino.shtml>. Acesso em: 14 maio 2018.

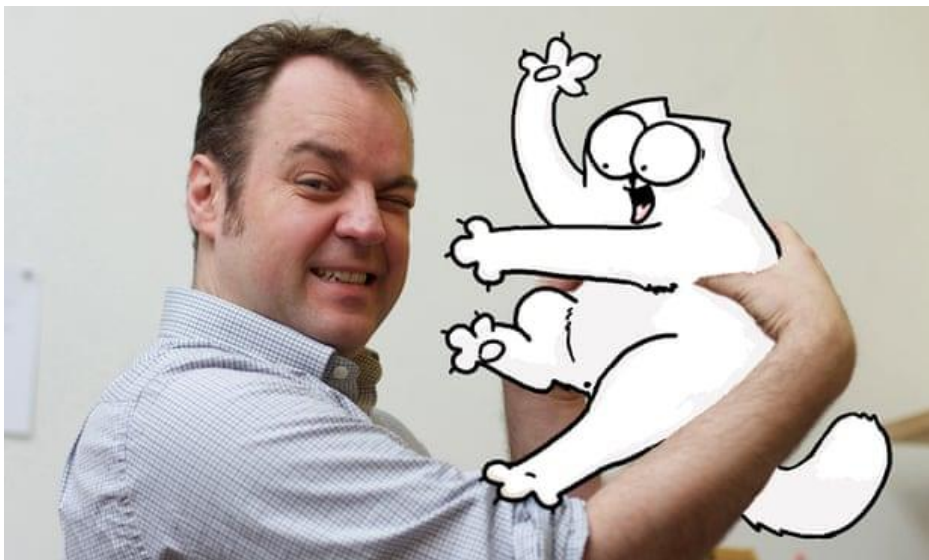


Imagem 11 – Simon Tofield é o criador da animação *Simon's Cat*.

Fonte: Folha de S. Paulo.

Um bloco de carnaval chamado BloCão¹⁰⁶, que saiu no bairro da Tijuca, foi uma das notícias de destaque do jornal *O Globo* em fevereiro de 2018. Com três edições no Carnaval, o BloCão desfila na Tijuca, na Barra e em Copacabana. A folia, de graça, é organizada pelo adestrador Rogério da Silva e por Marco Antonio Totó, administrador do Park Clube do Totó, no Recreio. Em 2017, o bloco atraiu mais de 600 foliões em Copacabana, Zona Sul do Rio de Janeiro. No BloCão, há sorteios e concurso de fantasias (Imagem 14).



Imagem 12 – Concurso de fantasias do BloCão.

Fonte: Custódio Coimbra/Agência *O Globo*.

¹⁰⁶ CÃES entram no clima do carnaval no BloCão, na Tijuca. *O Globo*. 3 fev. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/caes-entram-no-clima-do-carnaval-no-blocao-na-tijuca-22362425>. Acesso em: 3 fev. 2018.

O destaque da notícia sobre o BloCão foi as diversas fotos que ilustraram o material do jornal *on-line*, com legendas divertidas e criativas. Os cães eram as personagens da história, e os cuidadores destacavam as qualidades das fantasias dos animais.

4.2.1.9. Biocentrismo

A categoria biocentrismo aparece nos textos jornalísticos sobre animais que apresentam características desse tipo de discurso. Na revisão teórica do primeiro capítulo da tese, sobre a evolução do conceito, na visão de pesquisadores e filósofos como Naess (1973), Lovelock (1987,1990,1991), Foucault (1999), Zimmerman (1983), Devall e Sessions (1985) e Thoreau (1986a,1986b), dissemos que o biocentrismo entende que a natureza possui um valor intrínseco e que todos os viventes devem ser respeitados, independentemente de sua utilidade para o ser humano, porque fazem parte da vida no planeta. Esse é o oposto da visão antropocêntrica, segundo a qual os seres da natureza não têm valor e são propriedade e domínio do ser humano. Como todas as formas de vida cumprem uma determinada função para o equilíbrio dos ecossistemas e para as estratégias de manutenção da vida, a perda da diversidade biológica traz consequências que não podem ser avaliadas. As narrativas jornalísticas que se encaixam nessa categoria podem ser o caminho da reflexão sobre a mudança no sistema de pensamento, que resulta no sentimento de compaixão e de reverência com os entes naturais. O humano não é mais o centro do mundo, mas tem seus deveres para com a natureza. Essa é uma categoria de grande importância na análise dos textos, pois a maioria dos textos do *corpus* analisado apresentou características do discurso biocêntrico, como pode ser verificado nas tabelas sobre a ocorrência das categorias, apresentadas mais adiante nesse capítulo.

Uma reportagem da *Folha de S. Paulo* sobre o papel dos animais na Primeira Guerra Mundial¹⁰⁷ (1914-1918) é um exemplo de textos dessa categoria. A narrativa conta a história de animais considerados celebridades, como mensageiros,

¹⁰⁷ CONHEÇA o papel dos animais na Primeira Guerra Mundial. *Folha de S. Paulo*. 11 nov. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/conheca-o-papel-dos-animais-na-primeira-guerra-mundial.shtml>. Acesso em: 11 nov. 2018.

espiões e sentinelas que ajudaram a liderar ataques de cavalaria, carregaram suprimentos para o *front*, reconfortaram soldados feridos e morreram aos milhões durante o conflito. O texto mostra que cavalos, mulas, cães, pombos e até um babuíno foram parte vital da máquina de guerra das forças aliadas – e sua participação passou décadas sem ser reconhecida. Pesquisadores tiveram dificuldade para encontrar relatos oficiais dos serviços prestados por animais durante a Primeira Grande Guerra. Mais recentemente, porém, os guerreiros alados e de quatro patas vêm ganhando reconhecimento. A França, por exemplo, decidiu reconhecer o papel desempenhado por animais na guerra. Em 2004, a Grã-Bretanha instalou um memorial enorme ao lado do Hyde Park, em Londres, “a todos os animais que serviram, sofreram e morreram ao lado das forças britânicas, do *Commonwealth* e aliadas nas guerras e nos conflitos do século 20”, reforça o trecho no texto.

A reportagem conta histórias verdadeiras de diversos animais. Segundo estimativas, 10 milhões de cavalos e mulas, 100 mil cães e 200 mil pombos foram alistados no esforço de guerra. A informação é de Eric Baratay, historiador francês especializado na “resposta dos animais ao caos, medo e cheiros de morte na missão que os homens lhes impuseram”. Os trechos da reportagem apresentam uma visão biocêntrica quando destacam a importância de conhecer e homenagear esses animais e reconhecer que sofreram durante a guerra. A narrativa apresenta histórias reais de heroísmo dos animais, como os cães encarregados de localizar feridos, os cavalos e mulas que carregavam munições e alimentos e até os pombos que atuaram como operadores de telecomunicações ou mesmo como olhos, carregando pequenas câmeras para registrar as posições inimigas. Um dos “heróis” citados na reportagem é Cher Ami ou Querido Amigo, o pombo-correio que não se rendia; fez jus a seu nome, salvando a vida de 194 soldados americanos do chamado “Batalhão Perdido” da 77ª Divisão de Infantaria, isolado atrás das linhas inimigas durante a ofensiva Meuse-Argonne, no leste da França, em 1918. Cher Ami perdeu um olho e uma perna nos disparos alemães, mas continuou a voar, percorrendo cerca de 40 quilômetros em meia hora, segundo a Comissão dos EUA para o Centenário da Primeira Guerra Mundial. Os sobreviventes do Batalhão Perdido retornaram às linhas americanas quatro dias mais tarde. Cher Ami foi honrado com a Cruz de Guerra francesa. Vários animais acabaram sendo adotados pelos soldados e os apoiaram após a guerra.

A difícil decisão de optar pela eutanásia para acabar com o sofrimento de animais domésticos¹⁰⁸ é o tema da reportagem do jornal *The New York Times*. A reportagem conta a história de animais que fazem parte de uma família por toda a vida e como tornar os últimos anos do animal felizes, confortáveis e sem maiores sofrimentos. Apresenta opções, como a contratação de seguro para animais de estimação, que são considerados como filhos para muitas pessoas, e ressalta as mudanças em relação aos cuidados com animais doentes e idosos. De acordo com a reportagem, conversas sobre cuidados no final da vida, cuidados paliativos e tratamentos paliativos têm um lugar crescente nos cuidados veterinários. Durante anos, a eutanásia após um diagnóstico terminal era algo comum, mas, hoje, donos de animais mantêm seus animais de estimação confortáveis por mais tempo. Eles estão mais dispostos a dar remédios e cuidados do que há 20 anos. Essa mudança também pode destacar o biocentrismo na forma de lidar com o sofrimento de um animal em seus últimos anos.

A notícia do jornal *O Globo* sobre as mudanças no estatuto jurídico dos animais e da natureza¹⁰⁹ começa com curiosos questionamentos: “um rio pode entrar na justiça para defender-se da poluição? Pode um cão ter sua guarda compartilhada por um ex-casal?” O texto ressalta as mudanças na forma como o Judiciário e o Congresso terão de responder ao analisar ações e projetos de lei que podem revolucionar o estatuto jurídico de animais e da natureza no Brasil. Tendência fora do país, a mudança de tratamento na lei amplia a proteção ambiental, ao aproximar direitos de rios e animais, por exemplo, aos garantidos aos humanos. Essa passagem da notícia lembra as histórias contadas por Ferry (1994) sobre processos que ocorreram entre os séculos 15 e 18 em toda a Europa, destacando o que seriam as primeiras ocorrências de “um contrato natural, de um pacto com os seres da natureza”. As questões apresentadas na notícia mostram sinais de mudanças na visão dos humanos sobre a importância da proteção dos animais para a manutenção da vida no planeta, a partir de uma visão biocêntrica.

¹⁰⁸ THE END of a dog's life. *The New York Times*. 12 dez. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/12/12/well/family/the-end-of-a-dogs-life.html>. Acesso em: 13 dez. 2018.

¹⁰⁹ JUSTIÇA e Congresso analisam mudanças no estatuto jurídico dos animais e da natureza. *O Globo*. 1 jun. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/justica-congresso-analisam-mudancas-no-estatuto-juridico-dos-animais-da-natureza-22736971>. Acesso em: 1 jun. 2018.

Como foi abordado no primeiro capítulo deste trabalho, hoje o Código Civil estabelece somente duas categorias jurídicas no país: pessoas e coisas. Pela legislação vigente, animais domésticos e silvestres se enquadram na segunda. Outro sinal do biocentrismo é quando um dos entrevistados da notícia em questão argumenta que é “comprovado que o animal sofre, sente tristeza e alegria. A gente precisa reconhecer isso no mundo jurídico. Tudo muda. O animal passa a ter direito à vida, ao bem-estar”. Em 2017, Portugal passou a considerar animais “seres vivos dotados de sensibilidade”. A mesma alteração ocorreu em 2015 na França.

A reivindicação pela alteração de estatuto jurídico já extrapola o mundo animal, segundo o trecho da notícia. Já existem ações movidas na Colômbia, na Índia e na Nova Zelândia para reconhecer rios como sujeitos de direitos. A proposta, segundo os ambientalistas entrevistados, é tirar o ser humano do centro. Não é só a ideia de que a natureza seja preservada para futuras gerações, mas porque ela própria tem o direito de ser sadia. Essa visão biocêntrica da notícia destaca uma possível mudança de pensamento na contemporaneidade.

Na próxima seção do capítulo, apresentamos dados quantitativos da pesquisa que nos ajudam a saber a distribuição das categorias nas editoriais e por tipo de texto nos jornais *on-line* estudados.

4.2.2. As ocorrências das categorias nos jornais de referência

Esta seção vai apresentar os resultados da contabilização das categorias nos quatro jornais de referência escolhidos como objeto de estudo. O número de ocorrências das categorias, já conceituadas na seção anterior, foi contabilizado por veículo, editoriais e gêneros textuais. Sabemos que, apenas por meio dos dados numéricos, é complicado avaliar possíveis motivos da configuração de determinadas categorias nos jornais. Contudo, os dados podem nos ajudar a saber como os textos sobre os animais são distribuídos e, com isso, mostrar que essas narrativas podem ser pautas transversais em várias editoriais. Nesse caso, os números servem como uma complementação às explicações sobre as categorias. Na análise deste trabalho, serão destacados os números relevantes para a confirmação das hipóteses da tese. Nos quatro veículos, 518 textos postados nas versões *on-line* em 2018

foram lidos e analisados (Tabela 1) para atingir o objetivo geral proposto e confirmar ou não as hipóteses levantadas na tese durante a pesquisa.

Tabela 1 – Textos jornalísticos sobre animais analisados por jornal – 2018.¹¹⁰

Jornais	Número de textos
<i>Folha de S. Paulo</i>	81
<i>O Globo</i>	232
<i>NYT</i>	99
<i>Post</i>	106
Total	518

A versão *on-line* do jornal *O Globo* registrou 232 textos jornalísticos sobre os animais, volume bem maior que os outros veículos. O *Post* ficou em segundo lugar no número de textos, com 106 registros. O *Times* publicou 99 textos, seguido pela *Folha de S. Paulo*, que ficou em quarto lugar, com 81 textos. Como foi explicado na metodologia, os textos jornalísticos foram pesquisados a partir do termo “proteção dos animais” (por ser considerado mais abrangente e incluir assuntos gerais sobre animais domésticos e selvagens). Testamos outros termos, como “direitos dos animais”, o qual remetia a questões jurídicas sobre o tema, e “proteção da fauna”, que destacava, em sua maioria, a proteção de animais silvestres, o que restringiu muito os resultados.

Quanto ao tipo de narrativa jornalística por veículo (Tabela 2), foram registrados que, do total dos 518 textos, 367 eram notícias, 20 reportagens, 18 notas, 19 entrevistas, 71 artigos, 22 colunas e 1 editorial em 2018. O único editorial da tabela foi publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, abordou os problemas ambientais causados pela poluição e como a natureza está cada vez mais afetada, inclusive os animais.

¹¹⁰ Todas as tabelas apresentadas a seguir foram elaboradas pela autora.

Tabela 2 – Textos jornalísticos analisados por jornal – 2018.

Jornais/ Textos	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Globo</i>	<i>NYT</i>	<i>Post</i>	Total
Notícia	47	177	61	82	367
Reportagem	5	7	4	4	20
Nota	5	8	3	2	18
Entrevista	4	7	8	0	19
Artigo	10	25	20	16	71
Coluna	9	8	3	2	22
Editorial	1	0	0	0	1
Total	81	232	99	106	518

A maioria dos textos coletados foi de notícias selecionadas a partir da organização proposta por Marques de Melo (1985, 2003, 2009) e Francisco de Assis (2010), e aponta que os textos jornalísticos sobre animais ainda se concentram nas narrativas informativas, talvez por serem de um estilo que proporciona maior destaque para as histórias e compartilhamento do conteúdo sobre animais por vídeos, gifs e memes.

Na Tabela 3, podemos observar as categorias distribuídas por veículo. Devemos destacar que os números totais são maiores que o volume de textos pesquisados, porque várias categorias podem ser encontradas em um mesmo texto de cada veículo, assim como acontece com os valores-notícia em cada acontecimento, por exemplo. No jornal *Folha de S. Paulo*, devemos destacar que as três maiores categorias presentes nos textos pesquisados são engajamento e mobilização em terceiro lugar, seguida por direitos, em segundo, e, em primeiro lugar, biocentrismo. No Jornal *O Globo*, as categorias inusitado, engajamento e biocentrismo estão entre as três primeiras. A diversão ficou em primeiro lugar no *NYT*, seguida pelas categorias direitos, engajamento e inusitado. No *Post*, a categoria biocentrismo registrou 54 ocorrências. Depois, aparece inusitado, com 42 ocorrências, e, em seguida, engajamento, com 34 ocorrências nos textos jornalísticos estudados.

Tabela 3 – Categorias por jornal – 2018

Jornais/ categorias	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Globo</i>	<i>NYT</i>	<i>Post</i>
Aventura	3	5	0	1
Biocentrismo	35	65	10	54
Celebridades	19	17	5	22
Direitos	30	33	16	15
Diversão	9	15	19	7
Engajamento	31	68	13	34
Inusitado	14	69	13	42
Serviços	14	39	24	17
Violência	21	56	2	31
Total	176	367	102	223

Quanto aos gêneros informativos, a Tabela 4 a seguir mostra que, como as notícias são a maioria dos textos coletados nos jornais em 2018, o número de ocorrências de categorias encontradas nas narrativas jornalísticas desse tipo se apresenta bem expressivo. As notícias pesquisadas registraram 670 ocorrências das características textuais que correspondem às categorias apresentadas. A maioria das notícias apresentou características do pensamento biocêntrico, com 127 ocorrências. Em seguida, foram 110 ocorrências de formas de engajamento e mobilização e 94 de inusitado. Isso significa que, entre as notícias, os textos apresentaram um discurso sobre os animais pautado em ações realizadas pelos humanos na proteção desses, direcionado aos acontecimentos mais inusitados e diferentes para atrair o público e com base no biocentrismo. Nos outros gêneros informativos, o biocentrismo também apareceu na maioria das ocorrências: a reportagem registrou 13; a entrevista, 5; e a nota, apenas 4.

Tabela 4 – Categorias por gêneros textuais informativos nos jornais – 2018.

Gêneros/ categorias	Notícia	Reportagem	Nota	Entrevista
Aventura	8	1	0	0
Biocentrismo	127	13	4	5
Celebridades	51	1	1	1
Direitos	75	1	4	3
Diversão	32	2	1	0
Engajamento	110	7	4	1
Inusitado	94	3	2	0
Serviços	81	2	3	5
Violência	92	0	5	3
Total	670	30	24	18

Os textos do gênero opinativo estudados para este trabalho (Tabela 5), os artigos, colunas e editoriais, não registraram número expressivo de ocorrências das categorias dos textos sobre animais na comparação com o gênero informativo. Os artigos foram maioria nos textos coletados para compor o *corpus*. Foram registradas 103 ocorrências e desse total, 23 são do biocentrismo, 15 de diversão e 14 de engajamento. Uma possibilidade para explicar o porquê de os textos opinativos serem minoria no *corpus* coletado para a pesquisa é que a pauta sobre os animais, mesmo apresentando destaque na mídia com aumento no espaço nos jornais de referência, ainda seja mais direcionada ao material informativo e ligada ao infotimento. Isso porque os textos opinativos nos jornais de referência têm grande peso dentro das premissas desse jornalismo tido como mais sério e ligado a assuntos e acontecimentos de interesse público. Nesse caso, o baixo número de textos opinativos pode significar que, mesmo sendo atraentes, as pautas sobre animais ainda são reservadas à esfera mais informativa, já que as páginas de opinião são relacionadas a questões políticas, culturais e econômicas da sociedade como um todo e, nesse contexto, as pautas sobre animais ainda são minoria.

Tabela 5 – Categorias por gêneros textuais opinativos – 2018.

Gêneros/ categorias	Artigo	Coluna	Editorial
Aventura	0	0	0
Biocentrismo	23	4	0
Celebridades	3	5	0
Direitos	12	4	1
Diversão	15	0	0
Engajamento	14	3	1
Inusitado	12	0	0
Serviços	13	3	0
Violência	11	2	0
Total	103	21	2

Nos quatro jornais pesquisados, foram coletados textos distribuídos pelas seguintes editorias: sociedade/cotidiano/cidades, opinião, economia, meio ambiente, casa/decoração, colunas/*blogs*, esportes, turismo, polícia, política/nacional, internacional/mundo, ciência e tecnologia, saúde, cultura/entretenimento/*show*. Os nomes das editorias são os utilizados pelos jornais estudados. As próximas tabelas (Tabelas 6, 7 e 8) mostram as ocorrências das categorias em cada uma delas. Os dados foram distribuídos nas três tabelas a seguir com o objetivo de facilitar consulta e leitura. As análises dessas tabelas estão nos textos a seguir.

Tabela 6 – Categorias por editorias – primeira parte – 2018.

Editorias/ categorias	Sociedade/cotidiano /cidades	Opinião	Economia	Meio ambiente
Aventura	7	0	0	3
Biocentrismo	84	15	3	28
Celebridades	24	3	3	2
Direitos	40	7	5	9
Diversão	24	4	0	2
Engajamento	75	9	4	27
Inusitado	55	4	3	13
Serviços	41	8	5	2
Violência	52	5	6	13
Total	402	55	29	99

Tabela 7 – Categorias por editorias – segunda parte – 2018.

Editorias/ categorias	Casa/ decoração	Colunas/blogs	Esportes	Turismo	Polícia
Aventura	0	0	0	0	0
Biocentrismo	3	1	0	2	2
Celebridades	0	2	0	1	0
Direitos	2	2	0	0	0
Diversão	0	0	0	2	0
Engajamento	0	2	0	0	1
Inusitado	1	0	0	1	0
Serviços	3	0	0	3	0
Violência	0	2	0	0	2
Total	9	9	0	9	5

Tabela 8 – Categorias por editorias – terceira parte – 2018.

Editorias/ categorias	Política/ nacional	Internacional/ mundo	Ciência /tecnologia	Saúde	Cultura/ entretenimento/ show
Aventura	0	1	0	0	1
Biocentrismo	7	27	8	5	3
Celebridades	4	10	3	1	3
Direitos	8	9	3	5	2
Diversão	0	3	1	1	8
Engajamento	6	18	4	4	1
Inusitado	4	25	6	1	7
Serviços	2	7	6	10	4
Violência	6	20	4	3	0
Total	37	120	35	30	29

Na editoria de sociedade, cotidiano/cidades, foram registradas 402 ocorrências das categorias de notícias sobre animais. Essa editoria costuma ser o espaço para os *faits divers*, as narrativas sensacionalistas e de entretenimento, dentro do contexto do infotainment (ou *infotainment*), composto da fusão do próprio entretenimento com a palavra informação, segundo autores como Trigo (2003), Gabler (1999), Debord (1997), Barthes (1964) e Theodor Adorno e Max Horkheimer (2000). Essas narrativas são atraentes, porque possuem altas posições nos valores-notícia, e costumam ganhar destaque na hora da escolha dos acontecimentos pelos jornalistas e organizações jornalísticas. Como foi abordado no percurso teórico do segundo capítulo, são as notícias com potencial de entretenimento ou as que bus-

cam dar ao acontecimento o tom de interesse humano, enfatizando o insólito, o diferente. As narrativas sobre animais nessa editoria são as histórias de animais que realizam feitos especiais ou heróicos; fazem coisas insólitas; ou são as celebridades do acontecimento, como pudemos observar em várias notícias apresentadas como exemplos das categorias. Entre as ocorrências dessa editoria, 84 são do biocentrismo, 75 de engajamento e mobilização, 55 do inusitado, 52 de violência, 41 de serviços, 40 de direitos, 24 de direitos e celebridades cada uma e 7 de aventura. O resultado pode indicar que as narrativas jornalísticas em rede apresentam discurso predominantemente biocêntrico, engajado politicamente e com preferência pelos fatos inusitados sobre animais.

A editoria internacional/mundo registrou segundo lugar, com 120 ocorrências. Desse total, 27 são da categoria biocentrismo, 25 da categoria inusitado, 20 de violência, 18 de engajamento, 10 de celebridades, 9 de direitos, 7 de serviços, 3 de diversão e 1 de aventura. Ou seja: as narrativas jornalísticas dessa editoria também possuem características do pensamento biocêntrico e destacam os fatos inusitados e a violência quando o assunto é a causa animal. Essa editoria representa a visão mais global sobre a causa dos animais.

Em terceiro lugar, a editoria meio ambiente registrou 99 ocorrências. Do total, 28 são da categoria biocentrismo, 27 de engajamento, 13 em duas categorias, inusitado e violência, seguida de direitos, com 9 ocorrências, aventura com 3, e celebridades e diversão, com 2 ocorrências cada. As narrativas jornalísticas nas editorias de meio ambiente se concentraram em textos com características do discurso biocêntrico, destacando o engajamento e a mobilização pelos animais, como esperado por ser uma editoria ligada às questões ambientais. Outro ponto que pode ser considerado importante na avaliação dos dados das Tabelas 6, 7 e 8 é que as apenas 29 ocorrências registradas na editoria cultura/entretenimento/show, em comparação com as outras, podem indicar que a pauta sobre animais não é concentrada apenas nesses temas. Assim, podemos observar que as características do infotainment em textos jornalísticos sobre animais vão além das narrativas diversionais (ASSIS, F., 2010). De todas as ocorrências dessa editoria, 8 são da categoria inusitado, o que reforça a preferência por assuntos diferentes e interessantes. A editoria polícia registrou apenas 5 ocorrências, o que pode indicar que os textos

são mais concentrados em crimes cometidos por humanos e contra humanos. Contudo, do total das ocorrências, 2 são da categoria biocentrismo, 2 de violência e 1 de engajamento, textos concentrados em questões de proteção animal.

Nas páginas de opinião pesquisadas, foram encontradas 55 ocorrências das características das categorias no *corpus*. Sobre as outras editorias, economia registrou 29 ocorrências; saúde contabilizou 30 ocorrências; ciência e tecnologia teve 35; política/nacional, 37; e turismo, colunas/*blogs* e casa e decoração, 9 cada uma. Só esportes ficou sem registro. Em todas essas editorias, as categorias que mais se destacaram na média das ocorrências contabilizadas foram biocentrismo, inusitado, engajamento e direitos.

Os dados quantitativos podem nos servir de guia para constatar que, pelo menos em suas múltiplas narrativas sobre os animais, as versões *on-line* dos jornais de referência estudados para esta tese, apresentam características do discurso baseado no biocentrismo, nos direitos e no engajamento e na mobilização pela causa animal. São acontecimentos selecionados a partir de animais capazes de atos inusitados, heroicos, muitas vezes dignos dos *faits divers* de Barthes (1964, 2003). Voltamos a ressaltar que, como foi justificado anteriormente, os dados quantitativos desta tese são apenas para verificar as ocorrências das categorias por gênero textual, jornal de referência e editorias desses veículos. Inclusive, os resultados das tabelas podem servir de base para outros trabalhos acadêmicos, como será destacado nas considerações finais desta tese, na abordagem sobre a importância da pesquisa para os estudos do jornalismo.

5. Considerações finais

A cultura da chamada humanidade se construiu a partir do paradigma do poder e de dominação – do ser humano dotado da razão, do raciocínio – sobre a natureza, incluindo os animais (uma ética antropocêntrica, que apresenta o humano no ponto mais elevado da criação divina, em sua versão religiosa monoteísta e no topo da linha da evolução, conforme a teoria darwinista, em sua versão científica moderna). Assim, a Modernidade avançou por meio da tentativa de impor o controle humano sobre o mundo e a orientação para esse controle está ligada à ênfase do desenvolvimento econômico contínuo, que vem contribuindo para a destruição do meio ambiente. No entanto, esse mesmo ser humano já começa a perceber que não está mais no topo, como pensava, mas que faz parte de um elo formado por todas as espécies de animais que habitam a natureza. Se a natureza morre, a humanidade vai seguir o mesmo caminho.

Na introdução desta tese, abordamos os principais golpes sofridos pelo sistema de pensamento antropocêntrico na história. O primeiro foi a descoberta de Nicolau Copérnico, que provou que a Terra não era o centro do universo. O segundo foi a pesquisa de Charles Darwin, que demonstrou de forma científica a natureza animal do ser humano. O terceiro e o quarto golpes foram os escritos de Karl Marx e de Sigmund Freud nos séculos 19 e 20, que questionaram a crença iluminista no poder absoluto da razão. O mundo estaria hoje vivendo o quinto golpe, ainda em andamento, que é a visão de outros seres vivos como sencientes, ou seja, capazes de sentir e sofrer como os humanos. Após um relacionamento de milhares de anos com os humanos, os animais começam a ser considerados sujeitos de direitos. É a porta de entrada para a mudança de um sistema de pensamento antropocêntrico para o biocêntrico em relação a outras espécies além da nossa. E no desenrolar desses acontecimentos e mudanças, o jornalismo, que contribui para a construção social da realidade, mostra a relação mais amorosa e protetora entre humanos e animais, por meio das narrativas jornalísticas.

Os animais ganham mais espaço nas pautas das organizações jornalísticas, inclusive nos jornais de referência, que, segundo Márcia Amaral (2004) e Emediato (1996), divulgam fatos de interesse público, evocando compromissos com a verdade dos fatos, e são considerados guardiões e porta-vozes da democracia

(TRAQUINA, 2012). Os acontecimentos sobre os animais, como no termo de Bravo (*apud* ALSINA, 2009, p. 116), conquistaram a “transcendência social”. Ou seja: os animais são também sujeitos protagonistas do acontecimento por meio dos textos jornalísticos. Os jornais de referência apresentam fatos sobre os animais, utilizando, muitas vezes, as estratégias do jornalismo de entretenimento para atrair o público. E assim nasceu a ideia para esta tese, que partiu da seguinte problematização: o jornalismo de referência, por meio das estratégias do infotenimento na cobertura da pauta sobre animais, impacta o conteúdo produzido nas edições *on-line* e destaca os animais como valor-notícia, contribuindo para a mudança de um sistema de pensamento antropocêntrico para o biocêntrico? Com base em todo o percurso teórico sobre as relações entre humanos e animais, entre o jornalismo e o entretenimento e, por fim, com as análises dos textos jornalísticos sobre os animais em quatro jornais de referência no Brasil e nos Estados Unidos, já podemos dizer que sim.

Para chegar a essa resposta, o objetivo da tese, como já foi abordado neste trabalho, é refletir sobre as questões teóricas e provar empiricamente que, por meio das estratégias do infotenimento nas edições *on-line* dos jornais de referência, o jornalismo pode refletir uma mudança do sistema de pensamento, antes baseado no antropocentrismo, para o biocentrismo. Com a proposta de atingir essa meta, foram cumpridos os seguintes objetivos específicos durante a pesquisa:

- a) refletir e discutir sobre a história e a evolução da relação entre humanos e animais, os animais como sujeitos de direitos e as linhas de pensamento sobre proteção dos animais a partir da revisão da literatura sobre o tema;
- b) refletir e discutir, a partir da revisão de literatura, sobre as relações entre notícia e entretenimento e suas influências na história do jornalismo;
- c) refletir e discutir sobre os conceitos de entretenimento, infotenimento e *fait divers* para entender a cobertura jornalística sobre os animais;
- d) verificar o uso das estratégias do infotenimento nas notícias sobre os animais e como elas impactam a produção desse tipo de conteúdo;

e) analisar os textos jornalísticos dos gêneros informativo e opinativo em busca das características do infotainment nos jornais de referência escolhidos como objeto de estudo: os brasileiros *O Globo* e *Folha de S. Paulo* e os norte-americanos *The Washington Post* e *The New York Times*;

f) caracterizar os textos jornalísticos pesquisados no jornalismo de referência, mostrando que os animais podem ser considerados como um novo valor-notícia nas edições *on-line* a partir da análise de conteúdo comparativa.

Todos os objetivos específicos foram contemplados ao longo da pesquisa para a produção dos três capítulos desta tese. No primeiro capítulo, buscamos apresentar reflexões de base teórica que pudessem explicar o papel dos animais em nossa vida durante toda a história da humanidade na Terra. Por meio das perspectivas de filósofos, escritores e cineastas, podemos perceber como a relação, antes mais predatória, exploratória e violenta, torna-se mais amorosa, leal e protetora entre humanos e animais. As obras mostram que, apesar de todas as atribuições nas questões políticas e econômicas de nossa sociedade, as relações entre humanos e animais estão evoluindo para melhor. Os animais deixam de ser considerados apenas bestas que servem para o trabalho mais pesado ou de alimento. Nas obras de filósofos, escritores e cineastas, ao longo do tempo, pode-se observar o estreitamento dessas relações de amizade entre espécies diferentes. Autores como Ronecker (1997), Olsenius (2002), Derrida (2002), Marcondes (2004), Lourenço (2008) e Câmara (2014) apresentam reflexões e histórias sobre a evolução dessas relações.

Sobre a noção dos animais como sujeitos de direitos e as formas de engajamento sobre a causa animal, buscamos pesquisar as principais linhas de pensamento sobre o tema para nos ajudar a entender como segue o processo de uma relação mais amorosa e gentil com os animais. Isso também nos ajudou a compreender como e por que foram criadas as principais entidades de defesa dos animais no mundo e como elas inspiraram as mais importantes manifestações legislativas, que ajudam até hoje a causa. Todas essas questões foram apresentadas e discutidas a partir das ideias de autores como Tester (1991), Ferry (1994), Kean (1998), Voltaire (1984), Bentham (1984), Ryder (2000), Anderson (2004), Allen (2005) e Singer (2010). Por fim, buscamos realizar uma trajetória histórica do biocentris-

mo, para entendermos como a mídia reflete mudanças nos sistemas pensamento cultural, político, econômico e filosófico, que apresentam a concepção de que todos os seres do planeta são importantes por igual, o que é mostrado por pesquisadores e filósofos como Naess (1973), Lovelock (1987,1990,1991), Foucault (1999), Zimmerman (1983), Devall e Sessions (1985), Thoreau (1986a,1986b).

Como pesquisadora dos estudos sobre o jornalismo, nesse momento, reservo-me a oportunidade de afirmar aqui, em primeira pessoa, que a produção deste primeiro capítulo foi extremamente gratificante, pois proporcionou a ampliação do meu conhecimento sobre um tema que sempre me atraiu. Descobri, muitas vezes, como personagens principais das narrativas jornalísticas os animais. Estudar e pesquisar sobre toda uma trajetória histórica tão rica e interessante me fez entender com mais profundidade a importância dessa mudança nas relações entre humanos e animais, além de como esse sentimento é tão forte e emergente que se torna um acontecimento que pode ser de interesse público, ou importante, e de interesse do público, ou interessante, para as organizações jornalísticas de referência. Isso porque, pela união do jornalismo com o entretenimento, os jornais de referência pesquisados apresentaram em suas narrativas sobre animais, geralmente com o apoio de recursos lúdicos como gifs, memes e imagens interessantes, um discurso biocêntrico, difusor das ações de engajamento na defesa dos animais e de seus direitos como sujeitos.

Nas reflexões teóricas, e usando como exemplos as narrativas jornalísticas sobre animais do *corpus* pesquisado para esta tese, o segundo capítulo apresenta conceitos e discussões sobre a hipótese do *newsmaking* e os critérios de noticiabilidade para avaliação e pesquisa empírica dos valores-notícia ligados às pautas sobre animais no jornalismo de referência. Foi o momento da tese que focou na discutida contradição entre os dois critérios substantivos da noticiabilidade, a importância e o interesse da notícia, na análise de autores das teorias do jornalismo como Galtung e Ruge (1965), Tuchman (1978), Golding e Elliot (1979), Gans (1979), Bourdieu (1997), Breed (1999), Soloski (1999) e Kunczik (2002), Kovach e Rosenstiel (2003), Aguiar (2009a, 2009b, 2014a), Schudson (1999, 2010), Mauro Wolf (2012) e Traquina (2013). O uso de notícias, reportagens e artigos relacionados com os textos desses autores ajudou na argumentação de que, pelos menos

na pauta sobre animais, os jornais podem utilizar um estilo mais leve e lúdico para destacar a importância da causa para a proteção de outras espécies. Dessa forma, os acontecimentos sobre os animais podem render notícias importantes e interessantes ao mesmo tempo. São histórias que trazem conhecimento sobre o mundo animal, fatos inusitados e engraçados, e que ainda despertam reflexões sobre nosso papel como seres humanos na defesa dos animais.

O processo de pesquisa e elaboração do segundo capítulo desta tese foi primordial para entender como o discurso focado no jornalismo de sensações, emoções, sensorial, no caso das notícias sobre animais, pode mobilizar a audiência tanto para as questões de interesse público (dentro dos ideais da concepção racionalista/positivista do jornalismo) quanto para o interesse do público (os acontecimentos insólitos, o entretenimento). Buscamos entender a história das relações entre jornalismo e entretenimento, além de contar a perspectiva histórica da origem do sensacionalismo e apresentar os conceitos de *fait divers* e entretenimento (ou *entertainment*). Nesse percurso histórico e teórico, o capítulo também abordou a criação do termo infotenimento (ou *infotainment*), composto da fusão do próprio entretenimento com a palavra informação, a partir da visão de autores como Trigo (2003), Gabler (1999), Debord (1997), Barthes (1964), Adorno e Horkheimer (2000). Apresentamos ainda o ideal moderno de jornalismo como um dispositivo de conscientização política unido à capacidade de distrair, divertir e entreter, o qual ganhou apelidos como “transgênico” (MARSHALL, 2003) e “cor-de-rosa” (KURTZ, 1993). Destacamos a divisão de opiniões de diversos autores das teorias do jornalismo que avaliam o infotenimento a partir de duas vertentes: educativa e sensacionalista. A reflexão teórica sobre essa dicotomia foi importante para reforçar o argumento de que usar as estratégias do infotenimento nas narrativas jornalísticas pode reforçar a mensagem e incentivar as ações de proteção dos animais.

No terceiro capítulo, buscamos detalhar a metodologia escolhida e as etapas de pesquisa do *corpus* formado pelos textos jornalísticos das versões *on-line* dos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *The New York Times* e *The Washington Post*. A análise de conteúdo foi a opção escolhida para estudar as narrativas sobre animais a fim de confirmar ou não a tese de que o jornalismo de referência, sempre destacado nas pesquisas sobre o assunto pelo compromisso com a mediação e a

compreensibilidade, a divulgação do conhecimento e a ação pelos direitos democráticos, busca atrair audiência por meio das estratégias do infotainment, como recursos lúdicos e divertidos, o que pode indicar também a mudança do sistema de pensamento dos humanos do antropocentrismo para o biocentrismo na contemporaneidade. O *corpus* analisado foi composto de 518 notícias sobre animais divulgadas em 2018 e pesquisadas nos acervos *on-line* dos veículos escolhidos como objeto de estudo. A escolha do ano foi motivada por ser o aniversário de 40 anos da elaboração da Declaração Universal dos Direitos dos Animais pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), assinada em 1978, na cidade de Paris. Para justificar a escolha metodológica pela análise de conteúdo, abordamos o conhecimento de autores como Bauer (2002), Herscovitz (2010), Fonseca Júnior (2011), Weber (1990) e Krippendorf (1990). Na escolha pelos jornais de referência como objeto de estudo, destacamos a visão de autores como Zamin (2014), Márcia Amaral (2004), Gomis (1987, 2008), Emediato (1996), Imbert e Vidal-Beneyto (1986) e Imbert (1986, 1987, 1992).

O conceito de jornalismo em rede foi escolhido para o entendimento da dinâmica produtiva dos veículos nas narrativas sobre animais, já que foram pesquisados os textos da versão *on-line* dos jornais. Segundo Heinrich (2011), criadora do termo, o jornalismo em rede apresenta a visão das organizações jornalísticas como nós de uma rede da qual fazem parte os cidadãos comuns, as fontes, os jornalistas independentes, blogueiros e vários atores sociais, sendo notada a participação cada vez maior de produtores e distribuidores de notícias, sejam jornalistas profissionais ou não. Todos se conectam uns com os outros, produzem e trocam informações. Esse cenário representa todo o sistema envolvido na seleção, na elaboração e no compartilhamento das narrativas sobre os animais na Internet. O conhecimento sobre o jornalismo em rede ajuda na compreensão sobre o sucesso do tema entre todos os nós dessa rede que ultrapassa territórios físicos.

Para justificar a opção pelo conceito de jornalismo em rede, foi necessário abordar os diversos conceitos já adotados para explicar as relações do jornalismo com a Internet desde que a rede foi criada. Para atender a essa proposta, foram consultadas as pesquisas de diversos autores e suas relações sobre o tema: Jenkins (2009), Bourdieu (1997), Miranda (2011), Recuero (2009), Lévy (1993, 1999),

Castells (1999, 2003), Castells e Cardoso (2005), Machado (2000), Canavilhas (2001, 2004, 2006, 2007, 2012a, 2012b, 2014), Mielniczuk (1998, 2003, 2004), Massey e Levy (1999), Schultz (1999), Deuze (2001), Hall (2001), Silva Jr. (2001), Palácios (2003a, 2003b), Pereira (2003) Matheson (2004), Adghirni (2004), Rodrigues (2009) e Barsotti (2012), entre outros.

A análise de conteúdo dos textos do *corpus* mostrou que os animais podem ser uma pauta transversal, que atravessa as mais diversas editorias dos jornais de referência que usam as estratégias do infotainment para atrair o público. Dentro do valor-notícia notoriedade, que antes era atribuído a autoridades e celebridades, os animais são considerados notáveis na pauta diária de várias editorias. Para provar empiricamente essa discussão teórica, foram pesquisadas as narrativas jornalísticas dos gêneros informativo e opinativo sobre os animais, de acordo com categorizações abordadas por Marques de Melo (1985, 2003, 2009), Francisco de Assis (2010), que abrangem as notas, notícias, reportagens, entrevistas, artigos, colunas e editoriais em várias editorias das versões *on-line* dos jornais. A partir das leituras das referências teóricas e dos textos jornalísticos, foram criadas as categorias aventura, biocentrismo, celebridades, direitos, diversão, engajamento e mobilização, inusitado, violência e serviços, que foram conceituadas e exemplificadas por meio de textos do *corpus* pesquisado. Por essas categorias, é possível conhecer e compreender como são desenvolvidas as narrativas sobre animais no jornalismo de referência.

As conclusões aqui expostas revelam que as seguintes hipóteses foram confirmadas: 1) o jornalismo de referência, sempre destacado nas pesquisas sobre o assunto pelo compromisso com a mediação e a compreensibilidade, a divulgação do conhecimento e a ação pelos direitos democráticos, utiliza as estratégias do infotainment, como recursos lúdicos e divertidos para atrair e fidelizar a audiência; 2) o fato de que os jornais de referência selecionam os acontecimentos sobre animais como notícias importantes rebate a visão de que apenas os chamados tabloides consideram o tema como pauta; 3) os jornais de referência produzem o discurso jornalístico sobre os animais por meio de critérios de noticiabilidade que selecionam acontecimentos, produzindo notícias de interesse do público que também se tornam notícias de interesse público; 4) os jornais de referência refletem

uma mudança no sistema de pensamento da visão antropocêntrica para a biocêntrica na contemporaneidade.

Para reforçar a confirmação dessas hipóteses, também foram coletados dados quantitativos, apresentados em tabelas no terceiro capítulo. Elas foram utilizadas apenas para a contabilização do número de textos do *corpus* e das ocorrências das categorias criadas nas narrativas jornalísticas por gênero textual e editoriais dos quatro jornais estudados neste trabalho. Por meio desses números, já sabemos que, pelo menos nas narrativas sobre animais no jornalismo de referência, percebemos traços do discurso biocêntrico, mas podemos ir além. Entre as contribuições desta tese nas pesquisas sobre o jornalismo, todos os dados apresentados podem servir de ponto de partida para outras pesquisas sobre o tema. Os números, aliados às categorias criadas para analisar os textos, podem servir de base para saber se os jornalistas também vivenciam e compartilham os valores implícitos ao sistema biocêntrico. Essa formulação aponta para a possibilidade de um novo projeto de pesquisa para saber se os jornalistas têm consciência do seu papel na evolução das relações entre humanos e animais. Outra possível pesquisa que pode ser desenvolvida é estudar a presença das características do discurso biocêntrico nas notícias sobre animais, pesquisando épocas específicas do tempo, visando a uma análise mais profunda e detalhada da mudança de um sistema de pensamento na sociedade contemporânea.

Por fim, esta tese faz parte de um campo interdisciplinar que não só pensa o campo específico das teorias do jornalismo, mas também das ciências sociais humanas por meio da reflexão sobre o discurso biocêntrico em uma das formas de conhecimento de destaque na contemporaneidade: as narrativas jornalísticas sobre animais presentes no jornalismo em rede. Pelo menos nos textos jornalísticos, percebemos que o ser humano começa a entender que não somos os seres mais poderosos, mas fazemos parte da natureza, assim como todos os animais. Talvez, a partir dessa consciência, possamos preservar a vida em nosso planeta. Enfim, somos todos Gaia.

6. Referências bibliográficas

ABRAMO, Cláudio. *A Regra do Jogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ADGHIRNI, Zélia Leal. Informação online: jornalista ou produtor de conteúdos? Mudanças estruturais no jornalismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (Intercom), 24.; NÚCLEO DE PESQUISA DO JORNALISMO, SEÇÃO TEMÁTICA JORNALISMO DIGITAL, 2001, Campo Grande. *Anais*. Campo Grande: Intercom, 2001.

ADGHIRNI, Zélia Leal. Valores-notícia e credibilidade no jornalismo on-line. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO-SBPJor, 2., 2004, Salvador. *Anais*. Salvador: SBPJor, 2004.

ADGHIRNI, Zélia Leal; BAESSE, Jurema. Gêneros opinativos e internet: mais espaço para o leitor. In: MELO, José Marques, LAURINDO, Roseméri, ASSIS, Francisco de (Orgs.). *Gêneros Jornalísticos: Teoria e Práxis*. Blumenau: Edifurb, 2012. p. 237-247.

ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e Indústria Cultural*. 3.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977. p. 287-295.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação das massas. In: LIMA, L. C. (Org.). *Teoria da Cultura de Massa*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 169-214.

AGUADO, Juan Miguel; MARTÍNEZ, Inmaculada José. La cuarta pantalla: industrias culturales y contenido móvil. In: AGUADO, Juan Miguel; MARTÍNEZ, Inmaculada José (Orgs.). *Sociedad móvil: Tecnología, identidad y cultura*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2008, p.187-220.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. A cultura de massa e a crise ecológica global na mídia: uma crítica ao princípio de responsabilidade. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 27., 2004, Porto Alegre. *Anais*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação, 2004. 1 CD.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. A validade dos critérios de noticiabilidade no jornalismo digital. In: RODRIGUES, Carla (Org.). *Jornalismo on-line: modos de fazer*. Rio de Janeiro/ Sulina: EdPUC-Rio/Sulina, 2009b.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. Critérios de noticiabilidade no jornalismo investigativo. In: SILVA, Gislene, SILVA; Marcos Paulo da, FERNANDES; Mário Luiz (Orgs.). *Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações*. Florianópolis: Insular, 2014a. p. 219-235.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. Discurso Biocêntrico: o sagrado na Pós-Modernidade. *Revista Aulas*, Campinas, n.4, Unicamp, 2007. Disponível em: http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20I/4_5.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. Entretenimento: valor-notícia fundamental. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, UFSC, Santa Catarina, v.5, n.1, p. 13-23, 2008b.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. Imprensa Sensacionalista: o entretenimento e a lógica da sensação. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 31, 2008. *Anais*. Natal: Intercom, 2008a. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0370-1.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. Informar ou entreter: questões sobre a importância e o interesse das notícias. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32, 2009. *Anais*. Curitiba: Intercom, 2009a. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0664-1.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. Jornalismo em Múltipla e Paradoxal (Trans)mutação. Prefácio. In: BARSOTTI, Adriana. *Jornalista em Mutação*. Do Cão de Guarda ao Mobilizador de Audiência. Série Jornalismo a Rigor. v. 9. Florianópolis: Insular, 2014b. p. 11-17.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. O discurso da sustentabilidade: uma genealogia. In: SCHAUN, A.; UTSUNOMIYA, F. (Orgs.). *Comunicação e sustentabilidade: conceitos, conceitos e experiências*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010. p. 51-68.

AGUIAR, Leonel Azevedo de; BARSOTTI, Adriana (Orgs.). *Clássicos da Comunicação: os teóricos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

AGUIAR, Leonel Azevedo de; BARSOTTI, Adriana. Mobilizar a audiência: uma experiência contemporânea no jornalismo on-line. *Revista Alceu*, PUC-Rio, Rio de Janeiro, v.13, n.25, p. 5-19, 2012.

AGUIAR, Leonel Azevedo de; BARSOTTI, Adriana. O jornalismo sensorial e o infotenimento na produção de notícias para dispositivos móveis. *Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo*, Ponta Grossa, v.3, n.1, p. 57-75, 2016.

AGUIAR, Leonel Azevedo de; SCHAUN, Ângela. A notícia e a lógica das sensações: uma contribuição para as teorias do jornalismo. *Chasqui - Revista Latinoamericana de Comunicação*, Ciespal, Equador, n.132, p.225-243, 2016.

AGUIAR, Leonel Azevedo de; SCHAUN, Ângela. Heurística do Medo: m dia e meio ambiente na sociedade de risco. *Revista A  o Midiática*, Curitiba, v.1, n.2, Universidade Federal do Paraná, 2011. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/acaomidiatica/article/view/26423/17631>. Acesso em: 10 out. 2018.

ALEXANDRE ROSSI. *Portal Alexandre Rossi: melhorando as relações entre humanos e animais*. 2019. Disponível em: <https://www.alexandrerozzi.com.br/>. Acesso em: jul. 2019.

ALFA. Direção: Albert Hughes. Produção: Albert Hughes e Andrew Rona. Elenco principal: Kodi Smit-McPhee, Jóhannes Haukur Jóhannesson, Natassia Malthe. Estados Unidos: Columbia Pictures e Sony Pictures, 2018. 1 filme (100min.), som, color. 35mm.

ALLEN, Mahalley. *The nature of public opinion and animal rights and the environment*. Paper. Encontro Anual da Western Political Science Association, La Riviera Hotel, Las Vegas, Nevada, EUA, 08 Mar. 2007. Disponível em: http://citation.allacademic.com/meta/p176562_index.html. Acesso em: 17 jun. 2017.

ALLEN, Mahalley. *A voice for the voiceless: The politics of the animal rights movement*. 2005. University of Kansas, Ann Arbor, 2005. Base de dados Proquest. Disponível em: <http://search.proquest.com/pqdtglobal/docview/304994622/fulltextPDF/E124BE5FBEF647A1PQ/1?accountid=26649>. Acesso em: 3 jul 2017.

ALMEIDA, Melissa Ribeiro de. Webjornalismo e a Cultura do Entretenimento. *BOCC - Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-almeida-webjornalismo.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

ALSINA, Miquel Rodrigo. *A construção da notícia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ALVES, Dáfni; FIGUEIREDO FILHO, Dalson; SILVA, Anderson Henrique da. O poderoso NVivo: uma introdução a partir da análise de conteúdo. *Revista Política Hoje*, UFPE, Pernambuco, v. 24, n.2, p. 119-134, 2015.

AMARAL, Luiz. *A Objetividade Jornalística*. Porto Alegre: Sagra – DC Luzzatto, 1996.

AMARAL, Luiz. *Técnica de jornal e periódico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

AMARAL, Márcia Franz. *Jornalismo Popular*. São Paulo: Contexto, 2006.

AMARAL, Márcia. *Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho*. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

ANDERSON, Elizabeth. Animal Rights And The Values of Nonhuman Life. In: SUNSTEIN, Cass R; NUSSBAUM, Martha C. (Orgs.) *Animal Rights*. Current Debates and New Directions. Nova Iorque: Oxford University Press, 2004. p. 177-298. Disponível em: <http://rintintin.colorado.edu/~vancecd/phil3140/Anderson.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

ANDRADE, Ronald Luiz do Valle. Os animais não-humanos e os maus-tratos no ambiente familiar. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c9fef0f5571c58ec>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ANGRIMANI, Danilo. *Espreme que Sai Sangue: Um Estudo do Sensacionalismo na Imprensa*. São Paulo: Summus, 1995.

ANSHELM, Jonas; HULTMAN, Martin. A green fatwā? Climate change as a threat to the masculinity of industrial modernity. *Norma: Nordic Journal for Masculinity Studies*. v. 9, n.2, 2014. United Kingdom: Routledge. p. 84-96.

ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARISTÓTELES. *História dos Animais*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2008.

ARROYO, Edu. El Infotainment: De Caiga Quien Caiga a Noche Hache. In: SANGRO, Pedro; SALGADO, Alejandro (Eds.). *El Entretenimiento en TV: Guión y Creación de Formatos de Humor en España*. Barcelona: Laertes, 2008

ASSIS, Francisco de. Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos *Revista Alceu*, PUC-Rio, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p. 16-33, jul/dez. 2010.

ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. Jandira/SP: Ciranda Cultural, 2010.

AUSTER, Paul. *Timbuktu*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1999.

AVILÉS, José Alberto García. Distorsiones de la Realidad en la Neotelevisión. El Pseudoperiodismo Satírico y el Periodismo de Entretenimiento como Subgéneros del Infoshow. In: MÍNGUEZ, N.; VILLAGRÁ, N. *La Comunicación: Nuevos Discursos y Perspectivas*. Madri: Edipo, 2004. p. 37 – 63

AZEVEDO, Aluizio de. *O cortiço*. Porto Alegre: L&PM, 1998.

BAPTISTELLA, Eveline Teixeira; ABONIZIO, Juliana. A relação homem X animal na mídia: uma análise de editorias especializadas. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental, 3, 2015, São Paulo. *Anais*. São Paulo: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental, 2015

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa no Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BARBOSA, S. Jornalismo convergente e *continuum* multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais. In: CANAVILHAS, J. (Org.). *Notícias e Mobilidade: o Jornalismo na Era dos Dispositivos Móveis*. Covilhã: Livros Labcom, 2013, p.33-54.

BARBOSA, S. *Jornalismo Digital em Base de Dados (JDBD). Um paradigma para produtos digitais dinâmicos*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

BARBOSA, S. Modelo JDBD e o ciberjornalismo de quarta geração. In: FLORES VIVAR, J.M.; RAMÍREZ, F.E. (Eds.). *Periodismo Web 2.0*. Madrid: Editorial Fragua, 2009, p.271-283. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/255655526_Modelo_JDBD_e_o_ciberjornalismo_de_quarta_geracao. Acesso em: 20 jan. 2018.

BARBOSA, S. Modelo Jornalismo Digital em Base de Dados (JDBD) em Interação com a Convergência Jornalística. In: Textual & Visual Media. *Revista de la Sociedad Española de Periodística*, Madri, v.1., p. 87-106, 2008. Disponível em: http://textualvisualmedia.com/images/revistas/01/04_barbosa.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

BARDIN, Lawrence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1988.

BARDOEL, Jo; DEUZE, Mark. Network Journalism: Converging Competencies of Old and New Media Professionals. *Australian Journalism Review*, v. 23, n. 3, 2001. Disponível em: <https://scholarworks.iu.edu/dspace/bitstream/handle/2022/3201/BardoelDeuze+NetworkJournalism+2001.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 out. 2017.

BARNES, Jonathan. *Filósofos Pré-Socráticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARSOTTI, Adriana. *Jornalista em Mutação: do cão de guarda ao mobilizador de audiência*. Florianópolis: Insular, 2014a.

BARSOTTI, Adriana. *Primeira página: do grito no papel ao silêncio no jornalismo em rede*. 2017. 325 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2017.

BARSOTTI, Adriana. Transformações contemporâneas nas práticas jornalísticas: o jornalista online como mobilizador de audiência. *E-Compós*, Brasília, v.17, n.1, p. 1-20, 2014b.

BARTHES, Roland. *Essais Critiques*. Paris: Seuil, 1964.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

BATTESTIN, Cláudia; GHIGGI, Gomercindo. O Princípio Responsabilidade de Hans Jonas: um princípio ético para os novos tempos. *Thaumazein*, Santa Maria, n.6, ano 3, Centro Universitário Franciscano, 2010, p.69-85.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In> BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.

BELOCHIO, V. *Jornalismo colaborativo em redes digitais: estratégia comunicacional no ciberespaço. O caso de Zero Hora.com*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Midiática), Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

BENEDETI, Carina Andrade. *A Qualidade da Informação Jornalística: Do Conceito à Prática*. Florianópolis: Insular, 2009.

BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Época de sua Reprodutividade Técnica. In: ADORNO, T. W. *et al. Teoria da Cultura de Massa*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 221-254.

BENTHAM, Jeremy. *Uma introdução aos princípios morais e da legislação*. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BERMÚDEZ, Diego Fernando Montoya. Newsgames, Newsanimations y Lifecasting: Otras Formas de Infoentretenimiento en el Marco de la Convergencia Midiática. In: PAVIA, Carme Ferré (Ed.). *Infoentretenimiento: El Formato Imparable de la Era del Espectáculo*. Barcelona: That's Entertainment, 2013.

BERNAL, Aurora Labio. Periodismo de entretenimento: La Trivialización de la Prensa de Referencia. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, n. 14, p. 435-447, 2008.

BERTINI, Alberto. *Economia da Cultura: a Indústria do Entretenimento e o audiovisual no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2008.

BERTRAND, Claude-Jean. *A Deontologia das Mídias*. Bauru: Edusc, 1999.

BIRD, Elizabeth S.; DARDENE, Robert W. Mito, registro e “estórias”. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 263-277.

BOORSTIN, Daniel. *The Image: A Guide to Pseudo-Events in America*. New York: Harper Colophon, 1961.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRADSHAW, Paul. *A Model for the 21st Century Newsroom: pt1 – The News Diamond*. 2007. Disponível em: <http://onlinejournalismblog.com/2007/09/17/a-model-for-the-21st-century-newsroom-pt1-the-newsdiamond/>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRADSHAW, Paul. Instantaneidade: Efeito da Rede, Jornalistas Mobile, Consumidores Ligados e o Impacto no Consumo, Produção e Distribuição. In: CANAVILHAS, João (Org.). *Webjornalismo: 7 Características que Marcam a Diferença*. Covilhã: Livro Labcom, 2014. p. 111-136.

BRAGHETTO, Claudia. *Procura-se: justiça expede mandado de prisão contra a serial killer de animais Dalva Lina*. Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA). Disponível em: <https://www.anda.jor.br/2017/11/procura-se-justica-expede-mandado-de-prisao-contr-a-a-serial-killer-de-animais-dalva-lina/>. Acesso em: 20 dez. 2017.

BRANTS, Kees. Who's Afraid of Infotainment? *European Journal of Communication*. v. 13 (3), p. 315-335, 1998.

BREED, Warren. Controle social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 152-166.

BROWN, Lucy. *Victorian News and Newspapers*. Oxford: Clarendon Press, 1985.

BRUNS, Axel. *Gatewatching: Collaborative Online News Production*. Nova York: Peter Lang, 2005.

BUENO, Wilson. Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. *Desenvolvimento e meio ambiente*, UFPR, Curitiba, n. 15, p. 33-44, 2007.

BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. *Uma história social da mídia – de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CÂMARA, Milla Benício Ribeiro de Almeida. *O animal político e o não humano: uma análise da construção moderna dos discursos de zelo em relação aos animais*. 2014. 235 f. Tese. (Doutorado em Comunicação e Cultura). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CANAVILHAS, João Messias (Org.). *Webjornalismo: 7 Características que Marcam a Diferença*. Covilhã: Livros Labcom, 2014.

CANAVILHAS, João Messias. *A Internet como Memória*. Portugal: BOCC – Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Universidade da Beira Interior, 2004

CANAVILHAS, João Messias. Contribution to and Online Journalism Language: Multimedia Grammar. In: SIAPER, E.; VEGLIS, A. *The Handbook of Global Online Journalism*. Malden; Oxford: Wiley-Blackwell, 2012a. p. 353–372

CANAVILHAS, João Messias. Do jornalismo online ao webjornalismo: formação para a mudança. *Comunicação e Sociedade*, São Paulo, v. 9, n. 10, p. 113-119, 2012b. Disponível em: <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1159>. Acesso em: 24 jan. 2017.

CANAVILHAS, João Messias. *Webjornalismo: considerações gerais sobre jornalismo na web*. Portugal: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Universidade da Beira Interior, 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornal.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

CANAVILHAS, João Messias. *Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada*. BOCC– Biblioteca Online de Ciências de Comunicação, 2006. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornalismo-piramideinvertida.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2017.

CANAVILHAS, João Messias. *Webnoticia: Propuesta de Modelo Periodístico para la WWW*. Covilhã: LabCom da Universidade da Beira Interior, 2007.

CARR, Nicholas. *A Geração Superficial: O que a Internet Está Fazendo com os Nossos Cérebros*. Tradução de Mônica Gagliotti Fortunato Friaça. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

CARRILLO, Nereida. El Género-tendencia del Infoentretenimiento: Definición, Características y Vías de Estudio. In: PAVIA, Carme Ferré (Ed.). *Infoentretenimiento: el Formato Imparable de la Era del Espectáculo*. Barcelona: That's entertainment, 2013.

CARROLL, Lewis. *Alice no país das maravilhas*. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). *A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Ação Política*. Centro Cultural de Belém. Belém: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 4 e 5 mar. 2005.

CASTRO E SILVA, Gustavo. Jornalismo Literário. In: MARCONDES FILHO, Ciro. *Dicionário da Comunicação*. São Paulo: Paulus, 2009.

CEBRIÁN, Elena; BERROCAL, Salomé. *La Irrupción del Infoentretenimiento en la Comunicación Política Española*. Una Propuesta para la Sistematización de sus Formatos Televisivos. ACOP, Asociación de la Comunicación Política, 2010.

CHALABY, Jean. O jornalismo como invenção anglo-americana: Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830 – 1920). *Media & Jornalismo*, v. 1, n. 3, 2003, p. 29-50.

CHIZZOTI, Antonio. *Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CLARK, Stephen R. L. *Animals and Their Moral Standing*. Londres: Routledge, 1997.

COHN, Gabriel. O meio é a mensagem: análise de McLuhan. In: COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e Indústria Cultural*. 3.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977. p. 363-371.

CONTRERA, Malena Segura; FIGUEIREDO, Rosali Rossi; REINERT, Leila. *Jornalismo e Realidade: A Crise de Representação do Real e a Construção Simbólica da Realidade*. São Paulo: Makenzie, 2004.

CORNU, Daniel. *Jornalismo e Verdade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

CORTÉS, Jose Angel. *La Estrategia de la Seducción*. La Programación en la Neotelevisión. Pamplona: Eunsa. 1999.

CORTINA, Adela. *Las fronteras de la persona: el valor de los animales, la dignidad de los humanos*. Madrid: Taurus, 2009.

COSTA, Caio Túlio. *O Relógio de Pascal*. São Paulo: Siciliano, 1991.

CUENCA, M. Opinion: Where's the Multimedia in Online Journalism? *The Journal of Electronic Publishing*, 4(1), set. 1998.

DAKTARI. Direção: Ivan Tors. Produção: Ivan Tors. Elenco: Marshall Thompson, Cheryl Miller, Yale Summers, Hari Rhodes, Ross Hagen. Estados Unidos: Ivan Tors Films, CBS Inc., 1966. 1 série (4 temporadas/89 episódios), som, color (35mm)

DALMONTE, E. *Pensar o discurso no webjornalismo: temporalidade, paratexto e comunidades de experiência*. Salvador: Edufba, 2009.

DAMATTA, Roberto. Em torno da representação de natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In: DAMATTA, Roberto. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DAVENPORT, Thomas H.; BECK, John C. *A Economia da Atenção*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DAVENPORT, Thomas H.; BECK, John C. Getting the Attention You Need. *Harvard Business Review*, 2000. Disponível em: <http://www.yorku.ca/dzwick/3521283.pdf>. Acesso em: 7 set. 2018.

DE LA TORRE, L.; TÉRAMO, M. T. *La Noticia em el Espejo*. Prefácio. Buenos Aires: Universitas, 2004.

DE MASI, Domenico (Org.). *A economia do ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001

DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Domenico De Masi: entrevista a Maria Serena Palieri. Tradução de Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEBORD, Guy. *Comentários sobre A Sociedade do Espetáculo*. E-book digitalizado por Coletivo Periferia e eBooksBrasil, 2003.

DEJAVITE, Fabia Angélica. *INFOtenimento: informação+entretenimento no jornalismo*. São Paulo: Paulinas, 2006.

DELEUZE, Gilles. *Francis Bacon: lógica da sensação*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

DELEUZE, Gilles; GATTARI, Félix. *O que é a filosofia?*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1997.

DELLI CARPINI, Michael X., WILLIAMS, Bruce A. —Let us Infotain You: Politics in the New Media Environment. In: BENNET, Lance W.; ENTMAN, Robert M. (Eds.). *Mediated Politics: Communication in the Future of Democracy*. Cambridge: University Press, 2001. p. 160-182.

DERRIDA, Jacques. *O animal que logo sou* (A seguir). São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DESCARTES, René. *Meditações*. São Paulo: Nova Cultural, 2004

DESCARTES, René. *Philosophical essays and correspondence*. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 2000.

DEUZE, M. Online journalism: Modelling the first generation of news media on the World Wide Web. *First Monday*. Chicago, v. 6, n. 10, 2001. Disponível em: <http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/893/http/www.mediainfo.com>. Acesso em: 20 out. 2017.

DEUZE, M. What is Multimedia Journalism? *Journalism Studies*, 5(2), p. 139-152, 2004.

DEVALL, Bill; SESSIONS, George. *Deep Ecology: living as if nature mattered*. Salt Lake City: Peregrine Smith Books, 1985.

DEWEY, John. *The public and its problems*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2012.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

Digital Age. *The New York Times*, New York, 12 maio 2015. Disponível em: <http://www.nytimes.com/times-insider/2015/05/12/the-old-page-1-meeting-r-i-updating-a-times-tradition-for-the-digital-age/>. Acesso em: 26 fev. 2017.

DOMÍNGUEZ, Eva. *Periodismo Inmersivo*. Fundamentos para una Forma Periódica Basada en la Interfaz y en la Acción. 2013. Tese (Doutorado) – Universitat Ramon Llull (Comunicación). Barcelona, 2013.

DONSBACH, Wolfgang. Journalismus. In: NOELLE-NEUMANN, E. et al. (Eds). *Wörterbuch der Publizistik*. Hamburg, 1987.

DONSBACH, Wolfgang. *Legitimations Probleme des Journalismus*. Gesellschaftliche Rolle de Massenmedien und berufliche Einstellugen von Journalisten. Freiburg, West Germany: Alber, 1982.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 215-235.

DUMAZÉDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ECO, Umberto. *Apocalípcos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ECO, Umberto. *O nome da rosa*. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

EHRENFELD, David. *A arrogância do humanismo*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

EL MAÑANERO y Debatitlán, con Brozo. *Noticieros Televisa*. Disponível em: <http://noticieros.televisa.com/foro-tv-el-mananero/1409/diferencias-cerebrales-hombres-mujeres/>. Acesso em: 2 set. 2018.

EMEDIATO, Wander. *Análise contrastiva da configuração linguístico-discursiva de títulos de jornais brasileiros: o jornal de referência e o jornal popular*. 1996. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFMG, Belo Horizonte, 1996.

EPSTEIN, Richard A. Animals as Objects, or Subjects, of Rights. In: *Animal Rights: Current Debates and New Directions*. SUNSTEIN, Cass R.; NUSSBAUM, Martha C. (Orgs.). Nova Iorque: Oxford University Press, 2004.

ESSER, Frank. Editorial Structures and Work Principles in British and German Newsroom. *European Journal of Communication*, 13, 3, p. 375-405, 1998).

FALCÃO, Carlysângela Silva. *O Infotainment Jornalístico em Rede: Reconfigurações e Desafios do Jornalismo Contemporâneo*. 2017. 213 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

FELIPE, Sônia T. *Leis bem-estaristas e o histórico de xenopecismo*. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2015/04/24/leis-bem-estaristas-e-o-historico-xenopecismo/>. Acesso em: 17 jun. 2017.

FERRARI, Bruno. Jonah Peretti, do Buzzfeed: – O que Fazemos é uma Mistura de Arte e Ciêncial. *Revista Época*. 18/04/2015. Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/04/jonah-peretti-do-buzzfeed-o-que-fazemos-e-uma-mistura-de-arte-e-ciencia.html>. Acesso em: 2 jan. 2017.

FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal, o homem*. São Paulo: Ensaio, 1994.

FISH, Stanley. *Interpreting the “Variorum”*. Chicago: The University of Chicago Press, 1976.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 280-304.

FONTCUBERTA, Mar de. *La Noticia: Pistas para Percibir el Mundo*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 1993.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *A Fabricação do Presente: Como o Jornalismo Reformulou a Experiência do Tempo nas Sociedades Ocidentais*. Aracaju: Editora da UFS, 2005.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mário Luiz (Orgs.). *Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações*. Florianópolis: Insular, 2014. p. 85-113.

FREIRE FILHO, João. A Sociedade do Espetáculo Revisitada. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 10, n. 22, 2003.

FREITAS, Lucas Daniel Chaves de; ARRUDA, June Alves de; FALQUETO, Junia Maria Zandonade. Uso do *software* Nvivo em investigação qualitativa: ferramenta para pesquisa nas ciências sociais. *Atas: investigação qualitativa em ciências sociais, CIAIQ*, v.3, p. 621-626, 2017. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1436>. Acesso em: 13.out.2018.

FRÜH, Werner; WIRTH, Werner. Positives und Negatives Infotainment. Zur Rezeption unterhaltsam aufbereiteter TV-Informationen. In: BENTELE, Günter; HALLER, Michael (Eds.). *Aktuelle Entstehung von Öffentlichkeit*. Constance: Univesitätsverlag Konstanz, 1997.

FULLER, Jack. *What is Happening to News: the Information Explosion and the Crisis in Journalism*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

GABLER, Neal. *Vida, O Filme: como o entretenimento conquistou a realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. The Structure of Foreign News. *Journal of Peace Research*, Peace Research Institute, Oslo, v. 2, n.1. 1965. p. 64-91. Disponível em: http://www.archivio.formazione.unimib.it/DATA/Insegnamenti/11_2423/material/e/aa_2015-2016_galtung-ruge-newsvalues.pdf. Acesso em: 13.jan.2019

GANS, Herbert. *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. New York: Pantheon Books, 1979.

GARCIA, Mario. *Pure Design: 79 Simple Solutions for Magazines, Books, Newspapers, and Websites*. Florida: Miller Media, 2002.

GARCÍA, Marta Redondo; JIMÉNEZ, Virginia Martín. El Infoentretenimiento en los Canales Generalistas de la TDT Española Actual. In: CONGRESO INTERNACIONAL IBERCOM, III. 2013. Santiago de Compostela. *Libro de Actas...* Santiago de Compostela: IBERCOM, AssIBERCOM, AGACOM, 2013. 3.866 p.

GARRARD, Greg. Animal In: *Ecocrítica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. p. 192-224.

GENRO FILHO, Adelmo. O Segredo da Pirâmide: Para uma Teoria Marxista do Jornalismo. *Revista da Federação Nacional dos Jornalistas*, Brasília, ano I, n. 1, 1996.

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GIRARDI, Ilza Tourinho; MASSIERER, Carine; SCHWAAB, Reges Toni. Pensando o Jornalismo Ambiental na ótica da sustentabilidade, *Unirevista*, São Leopoldo, v. 1, n.3, Unisinos, 2006. Disponível em: <http://www.jornalismoambiental.org.br/portal/wp-content/uploads/2011/09/Pensando-o-Jornalismo-Ambiental-na-%C3%B3tica-da-Sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

GIRARDI, Ilza Tourinho; MASSIERER, Carine; SCHWAAB, Reges Toni; LOOSE, Eloisa Beling. Jornalismo Ambiental: caminhos e descaminhos. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 8, 2010, São Luís. *Anais*. Brasília: Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2010. Disponível em: http://sbpjor.kamotini.ghost.net/sbpjor/admjor/arquivos/cc_23.pdf. Acesso em: 12 out. 2018.

GLADWELL, Malcolm. *The Tipping Point: How Little Things Can Make a Big Difference*. Boston: Little, Brown and Company, 2000.

- GOLDING, Peter ; ELLIOT, Philip. *Making the News*. London: Longman, 1979.
- GOMES, Itânia Maria Mota (Org.). O Embaralhamento das Fronteiras entre Informação e Entretenimento e a Consideração do Jornalismo como Processo Cultural e Histórico. In: DUARTE, Elizabeth Bastos; CASTRO, Maria Lília Dias de (Org.). *Em Torno das Mídias*. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 95-112.
- GOMES, Itânia Maria Mota (Org.). O Infotainment na Televisão. Grupo de Trabalho Mídia e Entretenimento. In: ENCONTRO DA COMPÓS, XVIII. 2009b. Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: PUCMG, 2009b.
- GOMES, Itânia Maria Mota. O Infotainment e a Cultura Televisiva. In: FREIRE FILHO, João (Org.). *A TV em Transição: Tendências de Programação no Brasil e no Mundo*. v. 1. Porto Alegre: Sulina, 2009a. p. 195-221.
- GOMES, Wilson. *A Transformação da Política*. São Paulo: Paulus, 2004.
- GOMIS, Lorenzo. *El medio media*. Cómo se forma el presente. Barcelona: Mitre, 1987.
- GOMIS, Lorenzo. *Teoría de los Géneros Periodísticos*. Barcelona: Editorial UOC, 2008.
- GONZALO, Salomé Berrocal; DOMÍNGUEZ, Eva Campos; GARCÍA, Marta Redondo. Comunicación Política en Internet: La Tendencia al “Infoentretenimiento” Político em YouTube. *Revista Estudios sobre el Mensaje Periodístico*. Madri, v. 18, n. 2, p. 643-659, 2002. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5209/rev_ESMP.2012.v18.n2.41037. Acesso em: 10 dez. 2017.
- GORDILLO, Inmaculada. *La Hipertelevisión: Géneros y Formatos*. Quito: Intiyan Ediciones Ciespal, 2009.
- GRISKEVICIUS, Vladas; TYBUR, Joshua M.; VAN DEN BERGH, Bram. Going green to be seen: Status, reputation, and conspicuous conservation. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 98, n.3, mar 2010, p. 392-404. Disponível em: psycnet.apa.org/psycinfo/2010-02829-004. Acesso em: 7 maio 2017.
- GROTH, Otto. *O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- GUATARRI, Félix. *As três ecologias*. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1990.
- GUERRA, Josenildo Luiz. *O percurso interpretativo na produção da notícia: verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística*. São Cristovão: Editora UFS, 2008.

GUERRA, Josenildo Luiz. Uma discussão sobre o conceito de valor-notícia. *In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mário Luiz (Orgs.). Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações*. Florianópolis: Insular, 2014. p. 39-49.

GUTMANN, Juliana Freire; SANTOS, Thiago Emanuel Ferreira dos; GOMES, Itânia Maria Mota. —Eles Estão à Solta, Mas nós Estamos Correndo Atrás!: Jornalismo e Entretenimento no Custe o Que Custar. *In: GOMES, Itânia Maria Mota (Org.). Televisão e Realidade*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 75-90.

HABERMAS, Jürgen. Comunicação, opinião pública e poder. *In: COHN, Gabriel (Org.). Comunicação e Indústria Cultural*. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977. p. 187-200.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HALL, J. *Online Journalism – a critical primer*. London: Pluto Press, 2001.

HALL, Stuart *et al.* A produção social das notícias: o “mugging” nos *Media*. *In: TRAQUINA, Nelson (Org.). Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 224-248.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HEIDEGGER, Martin. Identidade e diferença: o princípio da identidade. *In: HEIDEGGER, Martin. Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HEINRICH, Ansgard. *Network Journalism: journalistic practice in interactive spheres*. New York: Routledge, 2011.

HERMAN, Edward S. A diversidade das notícias: “marginalizando” a oposição. *In: TRAQUINA, Nelson (Org.). Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 214-223.

HERSCOVITZ, Heloisa Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. *In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (Orgs.) Metodologia de pesquisa em jornalismo*. 3. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2010.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. *Teorias da Comunicação: conceitos e tendências*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HOMERO. *Odisséia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2014.

HORTA, Reginaldo José. A violência contra os animais: da doutrina cartesiana da bête-machine às práticas da criação intensiva e do uso de animais pela ciência. *Sapere aude*. Belo Horizonte, v.8, n.15.p.86-102, jan/julho, 2017.

HUDSON, L.E. *The apocalyptic animal of late capitalism*. 2008. 271. (Order No. 3350736) – University of California, Davis, Ann Arbor, 2008. Proquest Base de dados. Disponível em: <http://search.proquest.com/docview/304657982/fulltextPDF/A57ADCF4FA37423EPQ/3?accountid=26649#>. Acesso em: 3 jul. 2017.

HUGHES, Helen MacGill. *News and the Human Interest Story*. Chicago: University of Chicago Press, 1940.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Saúde*. PNS 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94074.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.

IMBERT, Gérard. El discurso de la representación. In: IMBERT, G.; VIDAL-BENEYTO, J. *El País o la referencia dominante*. Barcelona: Mitre, 1986. p. 25-52.

IMBERT, Gérard. Le journal et son espace (la composante figurative). Approche sémiotique du journal de référence. A propos de “El País”. In: *Métodos de análisis de la prensa: encuentros sobre metodología del análisis de la prensa: en torno a El País*. Madrid: Casa de Velázquez, 1987. p. 43-51.

IMBERT, Gérard. *Los Escenarios de la violencia: conductas anómicas y orden social en la España actual*. Barcelona: Icaria, 1992.

IMBERT, Gérard; VIDAL-BENEYTO, José (Org.). *El País o la referencia dominante*. Barcelona: Mitre, 1986.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein. 22 ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

JENKINS, Henry. *Cultura da Convergência*. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. *Cultura da Conexão: Criando Valor e Significado por Meio de Mídia Propagável*. São Paulo: Aleph, 2014.

JOHNSON, Steven. *Cultura da Interface: Como o Computador Transforma nossa Maneira de Criar e Comunicar*. Tradução de Maria Luísa X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: EdPUC-Rio/Contraponto, 2006.

KANT, Immanuel. *Textos seletos*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

KARAM, Francisco José. *A Ética Jornalística e o Interesse Público*. São Paulo: Summus, 2004.

KATZ, Daniel. Formação de atitude e opinião pública. In: COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e Indústria Cultural*. 3.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977. p. 372-390.

KATZ, Elihu. Os acontecimentos midiáticos: o sentido de ocasião. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 52-60.

KEAN, Hilda. *Animal Rights: political and social changes in Britain since 1800*. Londres: Reaktion Books, 1998.

KELLNER, Douglas. A Cultura da Mídia e Triunfo do Espetáculo. Tradução de Rosemary Duarte. *Revista Líbero*, ano VI, v. 6, n. 11, 2004.

KELLNER, Douglas. *Media Spectacle*. Londres: Routledge, 2003.

KISTLER, John M. *People promoting and people opposing animal rights: in their own words*. The Greenwood Press, Londres, 1967.

KORNIFIELD, Jack. *Depois do êxtase, lave a roupa suja: como o coração fica mais sábio no caminho espiritual*. São Paulo: Cultrix, 2000.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KRIPPENDORF, Klaus. *Metodologia de análise de conteúdo*. Barcelona: Paidós, 1990.

KRÜGER, Udo Michael. Infos-Infotainment-Entertainment? Programmanalyse 1988. *Media Perspektiven*, Alemanha, H. 10, v. 10, p. 637-664, 1988.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

KURTZ, Howard. *Media Circus: The Trouble with America's Newspaper*. United States of America: Times Books, 1993.

LAFARGUE, Paul. Direito ao ócio. In: DE MASI, Domenico (Org.). *A Economia do Ócio*: Bertrand Russel & Paul Lafargue. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

LANDOW, George. *Hipertexto: La Convergencia de la Teoría Crítica Contemporánea y la Tecnología*. Buenos Aires: Paidós, 1995.

LANHAM, Richard A. *The Economics of Attention*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

LASSWELL, Harold D. *El Futuro de la Ciencia Política*. Madrid: Tecnos, 1963.

LAYRARGUES, Philippe. *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998.

LAZARSFELD, Paul F., MERTON, Richard K. Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada. In: COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e Indústria Cultural*. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977. p. 230-253.

LEIS, Héctor. *A Modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1999.

LEMO, André. *Ciberespaço e Tecnologias Móveis*. Processos de Territorialização e Desterritorialização na Cibercultura. (Artigo apresentado GT Tecnologias Informacionais de Comunicação e Sociedade, da COMPÓS). 2006. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/territorio.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2017.

LEMO, André. Cidade e Mobilidade. Telefones Celulares, Funções Pós-massivas e Territórios Informacionais. *Revista Matrizes*, São Paulo, out. 2007. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/Media1AndreLemos.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

LEOPOLD, Aldo. A land ethic. In: LEOPOLD, Aldo. *A sand county almanac*. Nova York: Oxford University Press, 1989.

LEVAI, Laerte Fernando. *Direito dos Animais*. 2. ed. Campos do Jordão, SP: Editora Mantiqueira, 2004.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual*. São Paulo: Ed. 34, 1993.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas Ampliadas: O Livro-reportagem como Extensão do Jornalismo e da Literatura*. Barueri: Manole, 2009.

LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LONDON, Jack. *Caninos Brancos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.

LONDON, Jack. *Chamado Selvagem*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

LOPES, Ana Cristina M.; REIS, Carlos. (Org.) *Dicionário de Teoria Narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.

LORENZ, Mirko. Personalização: Análise aos 6 Graus. In: CANAVILHAS, João (Org.). *Webjornalismo: 7 Características que Marcam a Diferença*. Covilhã: Livro Labcom, 2014. p. 137-158.

LOSADA, Alejandro Salgado. Actualidad, Humor y Entretenimiento en los Programas de Televisión: De la Terminología a la Realidad Professional. *Revista Trípodos*, Barcelona, n. 27, 2010.

LOURENÇO, Daniel Braga. *Direito dos Animais: fundamentação e novas perspectivas*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2008.

LOVELOCK, James. *As eras de Gaia: a biografia da nossa Terra viva*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

LOVELOCK, James. Gaia: um modelo para a dinâmica planetária e celular. In: THOMPSON, W. I.(Org.). *Gaia: uma teoria do conhecimento*. São Paulo: Ed. Gaia, 1990.

LOVELOCK, James. *Gaia: um novo olhar sobre a vida na Terra*. Lisboa: Edições 70, 1987.

LUZÓN, Virginia; FERRER, Iliana. Espectáculo Informativo en Noticias de Sociedad: el Caso de Madeleine McCann. *Trípodos*, n. 22, 2008.

MACHADO, Elias. *Ciberespaço como Fonte para Jornalistas*. Salvador: Calandra, 2003.

MACHADO, Elias. *La estructura de la noticia en las redes digitales: un estudio de las consecuencias de las metamorfosis tecnológicas en el periodismo*. Tese (Doctorado en Periodismo y Ciencias de la Comunicación), Universidad Autónoma de Barcelona, Barcelona, 2000.

MACHADO, Elias; PALÁCIOS, M. Um modelo híbrido de pesquisa: a metodologia aplicada pelo GJOL. In: LAGO, C; BENETTI, M. (Orgs.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 199-222.

MACKINNON, Catherine A. Of Mice and Men, a Feminist Fragment on Animal Rights. In: *Animal Rights: Current Debates and New Directions*. SUNSTEIN, Cass R.; NUSSBAUM, Martha C. (Orgs.). Nova Iorque: Oxford University Press, 2004.

MAFFESOLI, Michel. A Comunicação sem Fim (Teoria Pós-moderna da Comunicação). *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 20, p. 13-20, abr. 2003.

MAFRA, Rennan. *Entre o Espetáculo, a Festa e a Argumentação: Mídia, Comunicação Estratégica e Mobilização Social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MAILINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. @ *Internet e # Rua*: Ciberativismo e Mobilização nas Redes Sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MANOVICH, Lev. *The Language of New Media*. Cambridge; Massashusetts: MIT Press, 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e Jornalismo: A Saga dos Cães Perdidos*. 2. ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia*. São Paulo: Conselho Editorial, 1989.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MARSH, George Perkins. *Man and nature*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

MARSHALL, Leandro. Jornalismo Transgênico. *Observatório da Imprensa*. 07 fev. 2002. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da270220024.htm>. Acesso em: 11 ago. 2018.

MARSHALL, Leandro. *O Jornalismo na Era da Publicidade*. São Paulo: Summus, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2006.

MARTINO, Luís Mauro de Sá. *Teoria da Comunicação: Ideias, Conceitos e Métodos*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MASSEY, B.; LEVY, M. Interactivity, on-line journalism and English-language web newspapers in Asia. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, Thousand Oaks, v.76, n.1, p.138-151, 1999. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/107769909907600110>. Acesso em: 10 out. 2017.

MASSEY, K. The Old Page 1 Meeting, R.I.P.: Updating a Times Tradition for the

MATHESON, D. Weblogs and the epistemology of the news: some trends in online journalism. *New media & society*. London, v.6, n.4, p. 443-468, 2004. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/146144804044329>. Acesso em: 10 nov. 2017.

MCADAMS, Melinda. *Flash Journalism: How to Create Multimedia News Packages*. Burlington: Focal Press, 2005.

MCADAMS, Melinda. Inventing Online newspaper. *Interpersonal Computing and Technology: an electronic journal for the 21st century*. Washington, v. 3, n. 3, p. 1-11, 1995. Disponível em: <http://www.helsinki.fi/science/optek/1995/n3.txt>. Acesso em: 15 fev. 2017.

MCCOMBS, Maxwell E. *et. al.* Precision Journalism: An Emergent Theory and Technique of News Reporting. *Gazette*, 27, 1981.

MCCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MCLUHAN, Marshall. *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*. São Paulo: Cultrix, 1969.

MCLUHAN, Marshall; FIORE, Quentin. *O meio é a mensagem*. São Paulo: Ubu, 2017.

MCQUAIL, Denis. *Teorias da Comunicação de Massa*. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda*. São Paulo: Summus, 1988.

MELO, José Marques de. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MELO, José Marques de. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de (Orgs.). *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 23-41.

MELO, José Marques de. *Jornalismo Opinativo*. 3.ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MELO, José Marques de. *Jornalismo: compreensão e reinvenção*. São Paulo: Saraiva, 2009.

MERRILL, John C. La comunidad periodística de la razón. *El País*, Tribuna, España, 13 out. 1991.

MESQUITA, Giovana. *Interfiro, Logo Existo: A Audiência Potente e as Novas Relações no Jornalismo*. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

MIELNICZUK, Luciana. *Jornalismo na Web: Uma Contribuição para o Estudo do Formato da Notícia da Escrita Hipertextual*. 2003. 289f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

MIELNICZUK, Luciana. *Jornalismo Online e os Espaços do Leitor: Um Estudo de Caso do Net Estado*. 1998. 301f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1998.

MIELNICZUK, Luciana. Webjornalismo de Terceira Geração: continuidades e rupturas no jornalismo desenvolvido para a web. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 27.; NÚCLEO DE PESQUISA JORNALISMO NO ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 2004, Porto Alegre. *Anais*. Porto Alegre: Intercom, 2004.

MIRANDA, Amli Paula Martins de. *Análise do potencial das redes de informações turísticas nos sites dos governos do Brasil e da Bolívia*. 2011. 163f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

MIRANDA, André. Na Era da “Pós-verdade”, uma Semana Tem Profusão de Notícias Falsas. *O Globo*. 17/12/2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/na-era-da-pos-verdade-uma-semana-tem-profusao-de-noticias-falsas-20663774>. Acesso em: 19 dez. 2017.

MITRA, Ananda. *Characteristics of the WWW Text: Tracing Discursive Strategies*. JCMC 5, 1999.

MOLINA, Matías. *Os melhores jornais do mundo: uma visão da imprensa internacional*. São Paulo: Globo, 2007.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. *In: TRAQUINA, Nelson (Org.). Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 34-51.

MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em “Tempo Real”: O Fetiche da Velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MORIN, Edgar. *Cultura de Massas no Século XX*. Volume 1: Neurose. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

MOSCO, Vincent. Golding and Elliot: Making the News. *Studies in Visual Communication*. Pennsylvania, v.7, n.4, p. 89-91, 1981. Disponível em: <https://repository.upenn.edu/svc/vol7/iss4/7>. Acesso em: 30 dez. 2018.

MOUILLAUD, Maurice. Crítica do acontecimento ou o fato em questão. *In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (Orgs.). O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. *In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (Orgs.). O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NACONECY, Carlos Michelin. *Ética & Animais: um guia de argumentação filosófica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

NAESS, Arne. Simple in means, rich in ends: an interview with Arne Naess. *The Ten Directions*. Los Angeles, p. 7-12, verão/outono 1982.

NAESS, Arne. The shallow and the deep, long range ecology movement: a summary. *Philosophical Inquiry*, n. 16, p. 95-100, 1973.

NASH, Roderick. *The rights of nature*. A history of environmental ethics. Madison: The University of Wisconsin Press, 1989.

NASH, Roderick. *Wilderness and the american mind*. New Haven: Yale University Press, 1973.

NETO, Efraim. Pressupostos teóricos que cercam a produção do jornalismo ambiental diário. In: GIRADI, Ilsa Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni (Orgs.). *Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões*. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008.

NEVEU, Erik. *Sociologia do Jornalismo*. Porto: Porto Editora, 2005.

NIELSEN, Jakob. How Users Read on the Web. *Jakob Nielsen's Alertbox for October 1997*. Disponível em: <http://www.useit.com/alertbox/9710a.html>. Acesso em: 6 nov. 2018.

NIELSEN, Jakob. Inverted Pyramids in Cyberspace. *Jakob Nielsen's Alertbox for June 1996*. Disponível em: <http://www.useit.com/alertbox/9606.html>. Acesso em: 6 out. 2018.

NOCI, Javier Díaz. Definición teórica de las características del ciberperiodismo: elementos de la comunicación digital. *Doxa comunicación*, Madri, n. 6, p. 53-91, 2008b. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2653331>. Acesso em: 5 mar. 2017.

NOCI, Javier Díaz; PALACIOS, Marcos (Org.). *Metodologia para o estudo dos cibermeios*. Salvador: Edufba, 2008b.

NUSSBAUM, Martha, Beyond "Compassion and Humanity", Justice for Nonhuman Animals. In: *Animal Rights: Current Debates and New Directions*. SUNSTEIN, Cass R.; NUSSBAUM, Martha C. (Orgs.). Nova York: Oxford University Press, 2004.

NVIVO 12 PRO FOR WINDOWS. QSR International. 2018. Disponível em: <http://www.qsrinternational.com/>. Acesso em: 13.out. 2018.

OKJA. Direção: Bong-Joon-ho. Produção: Brad Pitt, Doochoi, Lewis Taewan Kim, Ted Sarandos. Elenco principal: Ahn Seo Hyun, Tilda Swinton, Jake Gyllenhaal, Daniel Hensthal. Coreia do Sul e Estados Unidos: Netflix, 2017. 1 filme (118min.), som, color. 35mm.

OLSENIUS, Richard. *Nós e os cães*. São Paulo: Abril, 2002.

ORLEAN, Susan. *Rin-Tin-Tin: a vida e a lenda*. Rio de Janeiro: Valentina, 2013.

ORWELL, George. *A Revolução dos Bichos*. Rio de Janeiro: O Globo, 2003.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. A luta em defesa dos animais no Brasil: uma perspectiva histórica(1). *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 69, n. 2, p. 54-57, Apr. 2017. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000200018&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 set. 2019.

PALÁCIOS, Marcos. Fazendo jornalismo em redes híbridas: notas para a discussão da internet enquanto suporte mediático. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, 11 dez. 2002. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeirasedicoes/fazendo-jornalismo-em-redes-hbridas/>. Acesso em: 9 fev. 2017.

PALÁCIOS, Marcos. Jornalismo online, informação e memória: apontamentos para o debate. In: FIDALGO, A. e SERRA, J. P. (Orgs.). *Jornalismo online*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, v.1, 2003b, p. 75-89. Disponível em: http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/fidalgo_serra_ico1_jornalismo_online.pdf. Acesso em: 2 out 2017.

PALÁCIOS, Marcos. Ruptura, Continuidade e Potencialização no Jornalismo Online: o Lugar da Memória. In: MACHADO, E.; PALACIOS, M. (Orgs.). *Modelos do Jornalismo Digital*. Salvador: Calandra, 2003a.

PARK, Robert. The Yellow Press. *Sociology and Social Research*. v. 12, n. 1, 1927.

PAVLIK, John V. *Journalism and new media*. New York: Columbia University Press, 2001.

PAVLIK, John V. Ubiquidade: O 7º Princípio do Jornalismo na Era Digital. In: CANAVILHAS, João (Org.). *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*. Covilhã: Livro Labcom, 2014. p. 159-184.

PEDROSO, Rosa Nívea. *A Construção do Discurso de Sedução em um Jornal Sensacionalista*. São Paulo: Annablume, 2001.

PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PEÑA, Nonny de la. O Futuro das Notícias? Realidade Virtual. Palestra. In: *TEDWoman 2015*. TED Ideas Worth Spreading. Disponível em: https://www.ted.com/talks/nonny_de_la_pena_the_future_of_news_virtual_reality?language=pt-br. Acesso em: 24 nov. 2017.

PEÑA, Nonny de la; WEIL, Peggy; LLOBERA, Joan *et al.* Immersive Journalism: Immersive Virtual Reality for the First-Person Experience of News. *Presence*. Cambridge, Massachusetts Institute of Technology, v. 19, n. 4, p. 291-301, ago. 2010.

PEREIRA, F. *O jornalista on-line: um novo status profissional?* Uma análise sobre a produção da notícia na internet a partir da aplicação do conceito de “jornalista sentado”. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

PET BRASIL. Mercado brasileiro (2016). Disponível em: <http://www.petbrasil.org.br/mercado-brasileiro>. Acesso em: 14 out. 2018.

PEUCER, Tobias. Relatos Jornalísticos. *Estudos de Jornalismo e Mídia*, Programa de Pós-graduação em Jornalismo - UFSC, Santa Catarina, v. 1, n.2, p.13-29, jul./dez.2004.

PIZA, Daniel. *Jornalismo Cultural*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PLATÃO. *A república*. São Paulo: Sapienza, 2005.

PLENEL, Edwy. La Plume dans la Plume. *Le Débat*, n. 90, p. 169-192, mai-out, 1996.

POINTING, Clive. *A green history of the world: the environment and the collapse of great civilizations*. New York: Penguin Books, 1993.

POLISTCHUK, Ilana; TRINTA, Aluizio Ramos. *Teorias da Comunicação: pensamento e a prática da Comunicação Social*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PRADO, Emili. La Espectacularización de la Realidad. *El Anuario de la Televisión*. Madrid: GECA, 2003, p. 178-186.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Código de Posturas do Município de São Paulo. 6 out. 1886. Disponível em: https://ia600706.us.archive.org/19/items/CodigoDePosturasDoMunicipioDeSaoPaulo1886/cod_post_1886.pdf. Acesso em: 17 jun. 2017.

PRIMO, A. Transformações no jornalismo em rede: sobre pessoas comuns, jornalistas e organizações; blogs, Twitter, Facebook e Flipboard. *Intexto*, Porto Alegre, v.2, n.25, p.130-146, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/intexto/article/viewFile/24309/14486>. Acesso em: 10 out. 2017.

PRIMO, A.; TRÄSEL, M. Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias. *Contracampo* (UFF), Niterói, v. 14, p. 37-56, 2006. Disponível em: <http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/512>. Acesso em: 20 nov. 2017.

PROKOP, Dieter. *Faszination um Langeweile*. Die populären Medien. Stuttgart: Enke Ferdinand, 1979.

PULITZER, Joseph. *A escola de jornalismo na Universidade de Columbia: a opinião pública*. Florianópolis: Insular, 2009.

QUADROS, C.I. A participação do público no webjornalismo. *Revista da ECompos*, v. 4, 2005. Disponível em: <http://compos.org.br/seer/index.php/ecompos/article/viewFile/56/56>. Acesso em: 2 abr. 2017.

RAMONET, Ignácio. *A Tirania da Comunicação*. Petrópolis, Vozes, 1999.

RECUERO, Raquel. *A Conversação em Rede: Comunicação Mediada pelo Computador e Redes Sociais na Internet*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RECUERO, Raquel. Memes em Weblogs: Proposta de uma Taxonomia. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 32, p. 23-31, abr. 2007. Disponível em: <http://revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/1969/1785>. Acesso em: 6 set. 2017.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REGAN, Tom. *Empty cages: facing the challenge of animal rights*. Maryland: Rowman and Littlefield Publishers, 2004

RÉGIS, Fátima. Tecnologias de comunicação, entretenimento e competências cognitivas na cibercultura. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 37, dez. 2008.

RÉGIS, Fátima; PERANI, Letícia. Comunicação e Entretenimento na Cibercultura: Repensando as Articulações entre Lúdico, Cognição e Tecnologia. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, E-Compós, Brasília, v.13, n.2, maio/ago. 2010.

RENDÓN, José Carlos Lozano. Espectacularización de la Información en Noticieros Televisivos de Canadá, Estados Unidos y México. *Diálogo Político*, Buenos Aires, ano XXI, Fundación Konrad-Adenauer-Stiftung, p. 101-116, março 2004.

RENDÓN, José Carlos Lozano. La socialización política en el infoentretenimiento televisivo: el caso de México. In: PAVIA, Carme Ferré (ed.). *Infoentretenimiento: el formato imparable de la era del espectáculo*. Barcelona: Editora That's entertainment, 2013.

RICO, Marta. Periodista Multimedia Interactivo: Eje de los Grupos de Comunicación Españoles. *Cuadernos de Información*, 31, p. 103-116, 2012.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Experiencia, modernidade e campos dos media*. 1999b. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Portugal, 1999. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.html>. Acesso em: 8 mar. 2017.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O Acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999a. p. 27-33.

RODRIGUES, Carla. Ainda em busca de definições para o jornalismo on-line. In: RODRIGUES, Carla (Org.). *Jornalismo on-line: modos de fazer*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Editora Sulina, 2009, p.13-34.

RONECKER, Jean-Paul. O homem e o animal. In: *O simbolismo animal: mitos, crenças, lendas, arquétipos, folclore, imaginário*. São Paulo: Paulus, 1997.

ROSA, Guimarães. *Sagarana*. São Paulo: José Olympio, 1970.

ROSEN, Jay. Para além da Objetividade. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo 2000*. Revista de Comunicação e Linguagens: Órgão do Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2000.

ROUSSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: L&PM, 2008.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Espetacularização e Midiatização da Política. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). *Comunicação e Política: Conceitos e Abordagens*. Salvador: Edufba, 2004. p. 181-221.

RUSSELL, Bertrand. Elogio ao ócio. In: DE MASI, Domenico (Org.). *A Economia do Ócio*: Bertrand Russel & Paul Lafargue. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

RYDER, Richard D. *Animal Revolution*. Changing attitudes towards speciesism. Nova Iorque: Berg, 2000.

SALAVERRÍA, Ramón. Diseñando el lenguaje para el ciberperiodismo. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, Quito, n. 86, 2004. Disponível em: <http://www.revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/1517>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SALAVERRÍA, Ramón. Multimedialidade: Informar para Cinco Sentidos. In: CANAVILHAS, João (Org.). *Webjornalismo: 7 Características que Marcam a Diferença*. Covilhã: Livro Labcom, 2014. p. 25-52.

SALAVERRÍA, Ramón. *Redacción Periodística en Internet*. Navarra: Ediciones Universidad de Navarra, 2005.

SALAVERRÍA, Ramón; GARCÍA AVILÉS, J.A.; MASIP P.M. Concepto de Convergencia Periodística. In: LÓPEZ GARCÍA, X.; PEREIRA FARIÑA, X. *Convergencia Digital*. Reconfiguración de los Medios de Comunicación en España. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2010. p. 41-64.

SANTAELLA, Lúcia. Da Cultura das Mídias à Cibercultura: O Advento do Pós-humano. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 22, p.23-32, dez. 2003.

SANTAELLA, Lúcia. *Navegar no Ciberespaço*. O Perfil do Leitor Imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

SARDÁ, T. *et al.* A buzzfeedização do jornalismo: 5 coisas que você precisa saber sobre o caso Zero Hora. *Lumina*, Juiz de Fora, v. 9, n. 2, 2015. Disponível em: <https://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/419>. Acesso em: 2 out. 2017.

SCHUDSON, Michael. A política da forma narrativa: a emergência de convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

SCHUDSON, Michael. *Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SCHULTZ, T. Interactive options in online journalism: a content analysis of 100 US newspapers. *Journal of Computer-Mediated Communication*, Hoboken, v. 5, n. 1, 1999. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1083-6101.1999.tb00331.x/full>. Acesso em: 16 fev. 2017.

SCHWINGEL, Carla. *Ciberjornalismo*. São Paulo: Paulinas, 2012.

SCIENTIFIC Electronic Library Online (SciELO). Disponível em: <http://www.scielo.br/?lng=pt>. Acesso em: 15 mar. 2018.

SCOLARI, Carlos *et al.* El periodista Polivalente. Transformaciones en el Perfil del Periodista a partir de la Digitalización de los Medios Audiovisuales Catalanes. *Revista de Estudios de Comunicación*, 13(25), p. 37-60, 2008b.

SCOLARI, Carlos. *Hipermediaciones: Elementos para uma Teoría de la Comunicación Digital Interactiva*. Barcelona: Gedisa, 2008a.

SERRES, Michel. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SEWELL, Ana. *Beleza Negra*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

SHOEMAKER, Pamela; REESE, Stephen. *Mediating the message: Theories of Influences on Mass Media Content*. New York, N.Y.: Longman Publishers USA, 1996.

SHOEMAKER, Pamela; VOS, Tim. *Teoria do Gatekeeping*: seleção e construção da notícia. Porto Alegre: Penso, 2011.

SIEBERT, Fred Sieton; PETERSON, Theodore Bernard; SCHRAMM, Wilbur. *Four Theories of the Press*. Illinois: Urbana, 1956.

SILVA JR., J. A. Do hipertexto ao algo mais: usos e abusos do conceito de hipermídia pelo jornalismo *on-line*. In: LEMOS, André; PALÁCIOS, Marcos (Orgs.) *Janelas do Ciberespaço*. Porto Alegre: Sulina, 2001, p.128-139.

SILVA JR., J. A. *Uma trajetória em redes: modelos e características operacionais das agências de notícias, das origens às redes digitais, com três estudos de caso*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SILVA, Gislene. Para pensar os critérios de noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mário Luiz (Orgs.). *Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações*. Florianópolis: Insular, 2014. p. 51-68.

SILVA, Marcos Paulo da. Perspectivas históricas da análise da noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mário Luiz (Orgs.). *Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações*. Florianópolis: Insular, 2014. p. 25-38.

SILVA, Marcos Paulo da. Seleção noticiosa, critérios de noticiabilidade e valores-notícia. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mário Luiz (Orgs.). *Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações*. Florianópolis: Insular, 2014. p. 71-83.

SILVEIRA, S. A. Convergência Digital, Diversidade Cultural e Esfera Pública. In: PRETTO, N. de L.; SILVEIRA, S. A. (Org.) *Além das Redes de Colaboração: Internet, Diversidade Cultural e Tecnologias do Poder*. Salvador: Edufba, 2008. p. 31-50.

SILVERMAN, Craig. Nos EUA, notícias falsas ultrapassam jornalismo em engajamento no Facebook. *BuzzFeed*. 17 nov. 2016. Disponível em: https://www.buzzfeed.com/craigsilverman/noticias-falsas-facebook?utm_term=.lmAk61GGo8#.kxDrGe44lw. Acesso em: 19 dez. 2017.

SINGER, Peter. A vaca que... In: SINGER, Peter. *Ética no mundo real*: 82 breves ensaios sobre coisas realmente importantes. Portugal: Edições 70, 2017. p. 1

SINGER, Peter. Ethics Beyond Species And Beyond Instincts. A Response to Richard Posner. In: SUNSTEIN, Cass R.; NUSSBAUM, Martha C. (Orgs.). *Animal Rights*. Current Debates and New Directions. Nova Iorque: Oxford University Press, 2004. p. 79-80.

SINGER, Peter. *Libertação animal*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SOARES, Uesla Lima. O animal humano: os paradigmas da zoomorfização social e sua representação literária. In: Festival Literário de Paulo Afonso, 2017. *Anais*. Paulo Afonso, Bahia: FLIPA, 2017. p.48-63. Disponível em: https://www.fasete.edu.br/eventos/flipa/anais/arquivos/2017/o_animal_humano_o_s_paradigmas_da_zoomorfizacao_social.pdf. Acesso em: maio 2018.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a cultura*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 91-100.

SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana; HAAS, Joel *et al.* Jornalismo Diversional e Jornalismo Interpretativo: Diferenças que Estabelecem Diferenças. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXXIII., 2010. Caxias do Sul. *Anais*. Caxias do Sul: Intercom, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. *As Notícias e os seus Efeitos: As Teorias do Jornalismo e dos Efeitos Sociais dos Media Jornalísticos*. Porto: Ed. Universidade Fernando Pessoa, 1999. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>. Acesso em: 25 jan. 2017.

SOUSA, Jorge Pedro. Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo. *Estudos de Jornalismo e Mídia*, Programa de Pós-graduação em Jornalismo – UFSC, Santa Catarina, v. 1, n.2, p. 31-46, jul./dez.2004.

SPONHOLZ, Liriam. *Jornalismo, Conhecimento e Objetividade: Além do Espelho e das Construções*. Série Jornalismo a Rigor. v. 4. Florianópolis: Insular, 2009.

STEPHENSON, Neal. *SnowCrash*. New York: Bantam, 1992.

SUCESSO nas redes, cachorro ‘mais fofo do mundo’ morre aos 12 anos. *O Globo, Ela*, 19 jan, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/ela/sucesso-nas-redes-cachorro-mais-fofo-do-mundo-morre-aos-12-anos-23385660>. Acesso em: 27 jan. 2019.

SUNSTEIN, Cass. Can Animals Sue? In: *Animal Rights*. Current Debates and New Directions. SUNSTEIN, Cass R.; NUSSBAUM, Martha C. (Orgs.). Nova Iorque: Oxford University Press, 2004.

SWIMME, Brian. *O universo é um dragão verde: uma história cósmica da criação*. São Paulo: Cultrix, 1995.

TARRUELLA, Ramón Massó; GIL, Joaquín García-Lavernia. *Noticias frente a Hechos: Entender la Realidade Después de Leer los Periódicos*. Barcelona: CIMS, 1997.

TESTER, Keith. *Animals and Society: the humanity of animal rights*. Londres: Routledge, 1991.

THE GREATEST SHOWMAN. Direção: Michael Gracey. Produção: Peter Chernin e Laurence Mark. Elenco principal: Hugh Jackman, Zac Efron, Michelle Williams, Rebecca Ferguson. Estados Unidos: 20th Century Fox e Fox Film do Brasil, 2017. 1 filme (144min.), som, color. 35mm.

THOMAS, Bill. *Finding Truth in the Age of Infotainment*. 19 jan 1990. Washington: Editorial Research Reports, 1990.

THOMAS, Keith. *O Homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

THOMPSON, W.I. As implicações culturais da Nova Biologia. In: THOMPSON, W.I. (Org.). *Gaia: uma teoria do conhecimento*. São Paulo: Ed. Gaia, 1990.

THOREAU, Henry. *Desobediência civil e outros escritos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986a.

THOREAU, Henry. *The maine woods*. Princeton: Princeton University Press, 1972.

THOREAU, Henry. *Walden: a vida nos bosques*. São Paulo: Global, 1986b.

THUSSU, Daya Kishan. *News as Entertainment. The Rise of Global Infotainment*. Londres: Sage, 2007.

TOFFLER, Alvin. *A Terceira Onda. A Morte do Industrialismo e o Nascimento de uma Nova Civilização*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 167-176.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Entretenimento: uma crítica aberta*. São Paulo: Senac São Paulo, 2003.

TRIGUEIRO, André. *Mundo sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2005.

TROTТА, Liz. Press vs, Army: Front Action in a Old Battle. *Film & History: An Interdisciplinary Journal of Film and Television Studies*. 1992. Lawrence University, Appleton, Wisconsin, 1992. v. 22, n. 1 e 2, fev e maio. p. 11-12. Base de dados Project Muse. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/>. Acesso em: 8 jan. 2019.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999a. p. 74-90.

TUCHMAN, Gaye. Contando histórias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999b. p. 258-262.

TUCHMAN, Gaye. *Making News: a study in the construction of reality*. New York: Free Press, 1978.

TUCHMAN, Gaye. The exception proves the rule: the study of routine news practice. In: HIRSCH, P.; MILLER, P.; KLINE, F. (Orgs.) *Strategies for Communication Research*. Sage Annual Reviews of Communication Research, v. 6. Beverly Hills: Sage, 1977. p. 43-62

UNGER, Nancy Mangabeira. *O Encantamento do Mundo: ecologia e espiritualidade*. São Paulo: Loyola, 1991.

UNGER, Nancy Mangabeira; SANTOS, Laymert Garcia. Humanismo e biocentrismo: o ecologismo como questão filosófica I. In: UNGER, Nancy Mangabeira (Org.). *Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico*. São Paulo: Loyola, 1992. p. 15-23.

VILLAR, Roberto. *Jornalismo Ambiental: evolução e perspectivas*. 1997. Disponível em: <http://www.agirazul.com.br/artigos/jorental.htm>. Acesso em: 4 nov. 2018

VOLTAIRE, François Marie Arouet de. *Cartas, Inglesas; Tratado de Metafísica; Dicionário Filosófico; O filósofo ignorante*. Coleção Os Pensadores. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

WE DON'T DESERVE ANIMALS. *Daily Mail*. Reino Unido, 23 mar. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/wedontdeserveanimalsDM/>. Acesso em: 17 jul. 2018.

WEBER, Robert P. *Basic content analysis*. 2. ed. Newbury Park/CA: Sage, 1990.

WHITE, David. O gatekeeper: uma análise de caso na selecção de notícias. In: TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega, 1999, p. 142-151.

WINCH, Samuel. *Mapping the Cultural Space of Journalism*. How journalists distinguish News from entertainment. Westport, Connecticut: Praeger, 1997.

WISE, Steven. *Ratling the Cage*. Cambridge: Perseus Books, 2000.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

- WOLF, Michael. *The Entertainment Economy*. New York: Times Books, 1999.
- WORSTER, Donald. *Nature's economy*. Londres: Cambridge University Press, 1985.
- WRIGHT, Charles R. *Comunicación de Masas*. Buenos Aires: Paidós, 1980.
- WURMAN, Richard Saul. *Information Anxiety 2*. Indianapolis: Que, 2000.
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.
- ZAGO, Gabriela da Silva. Ressignificações do Acontecimento no Jornalismo em Rede. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 13, 2015. *Anais*. Campo Grande, UFMS: SBPJor, 2015. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3040>. Acesso em: 21 jun.2017.
- ZAGO, Gabriela da Silva; SILVA, Ana Lúcia Migowski da. Sites de Rede Social e Economia da Atenção: Circulação e Consumo de Informações no Facebook e no Twitter. *Revista Vozes e Diálogo*, Itajaí, v. 13, n. 01, jan./jun. 2014.
- ZAMIN, Ângela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. *Revista Famecos*, PUC-RS, Porto Alegre. v. 21, n.3, p. 918-942, set/dez, 2014.
- ZIMMERMAN, Michael. *Eclipse of the self: the development of heidegger's concept of authenticity*. Ohio: Ohio University Press, 1981.
- ZIMMERMAN, Michael. Towards a heideggerian ethos for radical environmentalism. *Environmental Ethics*. v. 5, verão de 1983.
- ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.